

MIRIAM DE OLIVEIRA LEMOS

**Estratégias Lingüísticas da Argumentação no
Discurso Político Eleitoral de Lula: 1989 e 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Língua Portuguesa, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte
2006

Dissertação defendida publicamente no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC MINAS e aprovada pela seguinte Comissão Examinadora:

Profª Dra. Maria da Graça Costa Val
(UFMG)

Prof. Dr. Milton do Nascimento
(PUC-MINAS)

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira (Orientador)
(PUC-MINAS)

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2006.

Prof. Dr. Hugo Mari
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras
da PUC MINAS

É preciso esforço para fazer do uso rigoroso da razão, isto é, da linguagem, a nossa primeira virtude política para dar aos intelectuais o único poder que têm: o direito e o dever de reivindicar. Exercer uma vigilância eficaz e incessante contra o abuso das palavras.

(Bourdieu, Folha de São Paulo, 1984)

DEDICATÓRIA

Ao Senhor Deus, pois tenho a plena convicção de que “o homem não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dada” (João 3:27);

Ao meu pai, Antônio Lemos do Prado Júnior (*in memória*), e à minha mãe, Emília de Oliveira Lemos, artífices, por excelência, do saber. Vocês são, das jóias que tenho, as mais raras.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao querido professor e orientador, Marco Antônio de Oliveira, que da sua vasta sabedoria e do seu profundo conhecimento, cedeu-me uma parcela, sempre respeitando minhas escolhas e orientando-me com precisão.

Você, mestre – e aqui aproprio-me de Rubem Alves - sempre continuará a viver em mim, cujos olhos aprenderam a ver (e reler) o mundo pela magia de suas palavras!

Agradecimentos

A Deus, Senhor do céu e da terra, do mundo e daqueles que nele habitam. Se hoje, eu estou aqui, é porque o meu Deus é a minha força, “ele faz os meus pés como os da corça e me faz andar por lugares altos”. A sua graça é o que me sustenta.

À minha família: meus pais, que sempre lutaram para que eu e meus irmãos tivéssemos acesso à educação formal de qualidade, mesmo que para isso eles precisassem abrir mão de alguns de seus sonhos. A Daniel, Júnia, Helen(em especial), Daniela, Dayane, Samara e Maycon, sempre presentes nos momentos mais difíceis. Eu não seria o que sou sem vocês!

Aos meus familiares, de forma geral, e em especial a tio Getúlio, tia Conceição e Vânio, pessoas fundamentais no momento mais difícil de minha vida, a perda de meu pai no auge do meu mestrado. Em especial, também, a tia Edmir, minha eterna e boa amiga, que me concedeu a honra de traduzir para o francês o resumo deste trabalho.

Ao Professor Milton do Nascimento, amado e admirado professor, que impulsionou-me a vir para o mestrado e acreditou que eu seria capaz. Ensinou-me a pensar como uma pesquisadora e a não ter medo de dizer o que eu pensava. Você é muito importante para mim!

Ao professor Hércules Toledo, meu grande amigo, e um dos principais incentivadores da minha vida acadêmica.

Aos componentes da banca que examinam minha dissertação. Obrigada por disponibilizarem um tempo ,do seu precioso tempo ,para analisarem meu trabalho! Isso muito me honra.

A PUC-MINAS, instituição séria de ensino, que recebeu-me com afeto e proporcionou-me meios eficazes para um excelente aperfeiçoamento acadêmico.

Aos professores da pós-graduação da PUC-Minas, Coração Eucarístico, e aos seus funcionários, em especial a Hugo Mari, Paulo Mendes, Johny Mafra, Vanda Bittencourt, Malu, Berenice, Vera , Zélia, Anderson, Paulo César e Rosária. Vocês são pessoas muito especiais para mim!

Aos meus colegas e amigos do mestrado, em especial, a Dani, Roberta, Anita, Elaine e Fernanda, amigas do coração.

À Cláudia Pontes, minha amiga, que além de tirar do seu ínfimo tempo, um tempo para formatar o meu texto, sempre me acompanhou e incentivou quando mais me sentia desanimada. Obrigada, Claudinha!

À CAPES, pela bolsa de estudos a mim concedida.

Aos meus intercessores pessoais, principalmente, Tiago Freitas, Tânia Araújo, irmã Terezinha, irmã Margarene Toledo , Carlos Adrian, Rosalinda, Nilcéia e Denilce Cisselaine, amigos leais e força na adversidade.

À Convenção Batista Mineira, em especial, ao Pr.José Renê Toledo, grande incentivador de meus estudos. Também aos amigos ‘pra toda hora’: Rosângela Conde, Rosilene Nazar, Adriano Miranda, Mirian Reis, Ziza, Sandra, Denílson, Fabrício, Bruno, Suellen, Thiago, Alexandre

Peixoto, Michael Conde, Cida, Adriana, Andréa, Margareth Caetano, Cyntia, Jussara, Joelina, Sidney, Elvira Rangel, Gediel Moreira, Noeme Caetano, Pr.Ozirmar Leite, Felipe, Vilmar, Marcos, Ismael, Leandro Ambrósio, Mariana, Dayse Villas Boas.

Ao Comitê do Programa para o Crescimento Cristão da Convenção Batista Mineira, aos seus membros, intercessores e preletores.

À Primeira Igreja Batista no bairro São Gabriel, minha querida igreja! Louvo a Deus por cada um de seus membros e pelo Pr.João Kaizer e sua família . Todos foram imprescindíveis para o meu crescimento espiritual e intelectual.

À Igreja Batista do Barro Preto, a cada um de seus membros, líderes de ministério, professores, alunos , secretários da EBD e funcionários, que com carinho especial me receberam em seu seio e me apoiaram no tempo de escrita da dissertação. Aos pastores Cleveland e Valquimar, meus bons amigos, e em especial, ao Pr.Arlécio Franco Costa e à sua esposa, Tânia, amigos inigualáveis e líderes incomparáveis.

Ao Seminário Teológico Batista Mineiro, ao seu coordenador, Pr.Reinaldo Arruda, aos meus amados alunos (em especial aos do Projeto Qualificar), queridos colegas e eficientes funcionários.

Ao Sistema Batista Mineiro de Educação, ao Pr.Walmir Vieira e a cada funcionário.

À Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que tem procurado investir em seus funcionários concedendo-lhes, como fez comigo, licença necessária para o aperfeiçoamento.

Às amadas e inesquecíveis escolas municipais, Rui da Costa Val, Amílcar Martins e Ondina Nobre. Aos diretores, coordenadores, professores, alunos, funcionários e comunidades. Vocês são fonte de minha alegria e uma das principais razões da busca por mais saber.

Aos amigos especiais: tia Célia e família, Shirley Talise, Thatiany(RJ), Ierson Silva, Euridiana, Carla Coscarelli, Luciene Neves, Senhorinha Gervásio, Pr.Wagno Bragança, Pr.Rúbens Cordeiro, Pr.Manoel Desidério; Luciana Valentim, Zelene, Ângela, Adriano, Márcia Helena, Viviane, Ednamar e Ivan (do Ondina Nobre); Rose, Elisamar, Regina, Rosário, Rosamélia , Desirée, Aline, Evandro e Andréia Godinho(do Amílcar Martins); Beatriz, Cristina , Cláudia, Vaninha, Rejane, Regeane, Leila e Edelzuita (do Rui da Costa Val); Cláudia Arruda, Maria Helena Starling, Marcos Mergarejo, Prof.Claude Pierre, D.Jane(mãezinha) e sua preciosa família, Maurício do Amor Divino, Patrícia Adeli , Lúcia Ribeiro; Marcilane, Ana Lúcia e todos os colegas e professores da turma 32(2003), da Pós, do UNI BH; amigos, colegas, professores e funcionários da graduação em Letras(2000), da UFMG. Amo vocês!

Ao Allison, que chegou no finalzinho da minha luta pela escrita da dissertação, mas que ainda assim, abençoou minha vida.

Enfim, a todos que direta, ou indiretamente, foram bênção em minha vida, especialmente, nestes dois últimos anos, o meu muito obrigada!

Lista de Quadros

QUADRO 1	Provas Retóricas	34
QUADRO 2	Os três gêneros do discurso	35

SUMÁRIO

RESUMO	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: A ARGUMENTAÇÃO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA GREGA, EM PERELMAN & TYTECA E NA SEMIOLINGUÍSTICA	24
1.1 A Argumentação na Antiguidade Clássica Grega	24
1.2 A “Nova Retórica”	40
1.2.1 Argumentação	41
1.2.2 O Auditório	42
1.2.3 Elementos do Acordo Prévio	44
1.2.4 Os valores e o preferível	45
1.2.5 Tipos de Argumentos	46
1.2.6 As figuras na argumentação	48
1.3 A Argumentação na Semiolingüística	49
CAPÍTULO II: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: DIRETRIZES COMPLEMENTARES	54
2.1 O discurso	55
2.2 A argumentação , o discurso e o sentido	58
2.3 A Formação Discursiva	59
2.4 A Linguagem	62
CAPÍTULO III: TEORIA DA ENUNCIAÇÃO & TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: INTERFACES	67
CAPÍTULO IV: O DISCURSO POLÍTICO: DO PODER POLÍTICO AO SENTIDO DE LIBERDADE	76
4.1 Dois Filósofos Clássicos: Platão e Aristóteles	77
4.2 Idade Média: Santo Agostinho, Santo Tomás e Maquiavel	82
4.3 Espinosa	84
4.4 Hannah Arendt	89
4.5 O Poder em Foucault	93
4.6 O discurso político e o discurso político eleitoral	97
4.7 O Manual do Candidato às Eleições	106
4.8 O “Manual” dos políticos	107
4.9 O “Manual” dos homens mundanos	109
4.10 As funções do discurso político	112

4.11 O <i>ethos</i> do Orador	113
4.12 Considerações sobre o capítulo	116
CAPÍTULO V: O DISCURSO DA EFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE	119
5.1 Momento de produção do discurso, público alvo e objetivos	122
5.1.1 1989 – um ano histórico	122
5.1.2 O Brasil dos 30%	124
5.1.3 O Brasil dos 70%	125
5.1.4 Fernando Collor de Melo	126
5.1.5 Luís Inácio Lula da Silva	127
5.1.6 O desejo de mudança	128
5.1.7 O segundo turno: o primeiro debate	129
5.1.8 O segundo turno: o segundo debate	129
5.2 O discurso de Lula em 1989 – uma análise	131
5.2.1 Texto I – Duelo de Argumentos	133
5.2.1.1 Como se apresenta a argumentação?	133
5.2.1.1.1 Os argumentos	137
5.2.1.1.2 Os operadores/modalizadores argumentativos	143
5.2.2 Texto II – Trechos do segundo debate eleitoral televisivo	150
5.3 Eleições Presidenciais no ano 2002	158
5.3.1 A Situação	159
5.3.2 Os Candidatos	160
5.3.2.1 Luís Inácio Lula da Silva	161
5.3.2.2 José Serra	162
5.3.3 Os Eleitores	163
5.3.4 O Discurso de Lula	163
5.3.4.1 Texto III – Carta aberta aos trabalhadores mineiros desempregados	163
5.3.4.2 Texto IV – Pronunciamento de Lula no horário eleitoral	172
5.4 Considerações sobre o capítulo	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
RÈSUMÉ	197
ANEXOS	198

RESUMO

O estudo que aqui empreendo tem como foco o processo de eleição presidencial no Brasil nos anos de 1989 e 2002, sob o recorte da construção da argumentação, através de estratégias lingüísticas, no discurso político eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, com o objetivo de atestar a importância dessa construção argumentativa na compreensão da dimensão política do uso da linguagem e da funcionalidade do discurso em análise enquanto estratégia de atuação e intervenção social.

Tal estudo tenta responder à questão: por que Lula argumentou em determinado sentido em um ano eleitoral e não em outro? Explicitando, dessa forma, a alteração argumentativa do candidato que em 1989 primou pela crítica e em 2002 primou pela promessa, alcançando neste último ano, seu objetivo, a presidência da República e deixando pistas para o levantamento de hipóteses do gênero: o discurso de Lula em 2002 não assustou mais os eleitores como em 1989. O seu discurso transformou-se, intervindo na história do país, de forma espetacular.

Dessa forma, centrada na análise da dimensão política do uso da linguagem sob o viés da argumentação, o que servirá de ponto de encontro da relação linguagem e poder, empreendo este trabalho, cujo foco está na variação discursiva de Lula, através das condições históricas .

LINHA DE PESQUISA: LP6 – Enunciação e Processos Discursivos

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem
Argumentação
Política
Discurso Político-Eleitoral
Poder

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso tem proposto um quadro de realizações e desafios inquietantes, suscitando variadas reflexões, inclusive sobre o desenvolvimento da pragmática no campo científico. Decorrente disso, o estudo de técnicas e meios utilizados para o agenciamento do discurso e para a ação comunicativa e persuasiva (EMEDIATO, 2001:176) assume um papel de grande relevância.

A exemplo desse agenciamento do discurso e da ação comunicativa e persuasiva, tem-se o discurso político eleitoral, o qual chama-me especial atenção por constituir-se em material valioso para os estudos da linguagem pela pluralidade enunciativa que apresenta, pluralidade essa que procura, de fato, a produção de sentido, sobre a qual assevera Baronas (2003:84):

O sentido não se constitui meramente como tradução de dados da realidade, mas principalmente “no poder do qual queremos nos apoderar”. O discurso serve para comunicar e não comunicar, pois é, a um só tempo, um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido em que ele não é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexiste à significação e político no sentido de que é uma luta pelo poder, “afrontamento, relação de força, situação estratégica”.

Esse poder, ao qual se refere Baronas, é definido por Courtine como aquele que:

controla os homens sob um olhar visível e ao mesmo tempo invisível, contínuo e metódico, que espia e detalha cada um deles. O dispositivo que permite essa vigilância surda e minuciosa converteu, desse modo, a sociedade inteira em uma superfície de leitura: o corpo social tornou-se um texto e o corpo de cada sujeito, um sinal em que uma leitura atenta espreita os desvios mais sutis: a escapulida de uma palavra, a sombra de uma dúvida, a passagem de um problema, a bruma de uma emoção (COURTINE *apud* BARONAS, 2003:84).

Essa questão do poder está essencialmente ligada ao político, se a perspectiva deste (e eu creio que sim) “é de como o poder se constitui e se exerce numa sociedade, como se distribui, se

“difunde, se dissemina, mas também se oculta, se dissimula em seus diferentes modos de operar” (MARCONDES, 2000:147). Essa questão é discutida por Foucault em “A Ordem do Discurso”, no qual afirma estarem os discursos submetidos a regras que regulam seu aparecimento, circulação, apropriação, ou seja, não se pode dizer um sentido qualquer, em qualquer lugar, o que, conseqüentemente, coloca a questão do poder, da luta política.

Assim, a necessidade de discussão da questão política e do exercício do poder “está em que, em última análise, todos os grupos, classes, etnias, visam de uma forma ou de outra o controle do poder político”, como afiança Marcondes (2000:147), o qual ainda assevera:

costumamos ver o poder como algo de negativo, perverso, no sentido da dominação, da submissão. Não há, entretanto, sociedade organizada sem formas de exercício do poder. A questão, portanto, deve ser: como e em nome de quem este poder se exerce.

Dessa forma, centrada na análise da dimensão política do uso da linguagem sob o viés da argumentação, o que servirá de ponto de encontro da relação linguagem e poder, empreendo este trabalho, cujo foco está no processo de eleição presidencial, no Brasil, nos anos de 1989 e 2002, sendo que este último culminou na vitória de “um postulante de esquerda, de origem popular, sem que o país mergulhasse numa crise econômica ou até mesmo institucional” (VEJA, 30 de outubro de 2002). Esse fato ratifica a proposta de análise, haja visto “a interação social por intermédio da língua caracterizar-se, fundamentalmente, pela argumentatividade” (KOCH, 1998:19). A variação discursiva de Lula, através das condições históricas (e até mesmo a mudança de sua aparência, a qual, abordada sob um viés semiótico, indicia o fato de o povo brasileiro aprovar o que é bonito) é notória. Lula interfere na memória discursiva do povo brasileiro conduzindo-o, em sua grande parte, a votar na esquerda; em outras palavras, “Lulinha paz e amor aprendeu as lições do passado e fez as mudanças necessárias para conquistar o poder” (VEJA, 2002).

Analisar a construção da argumentação, através de marcas lingüísticas, presente no discurso eleitoral de Lula em 1989 e em 2002 é tentar, dentre outros fatos, justificar a sua importância num processo comunicativo e persuasivo da análise discursiva, como forma de intervenção social. É, ainda, tentar responder à questão: por que Lula argumentou em determinado sentido em um ano eleitoral e não em outro? Explicitando, dessa forma, a alteração

argumentativa do candidato que em 1989 primou pela crítica e em 2002 primou pela promessa, alcançando seu objetivo, a presidência da República, deixando pistas para o levantamento de hipóteses do gênero: o discurso de Lula em 2002 não assustou mais os eleitores como em 89, quando o associavam ao comunismo e ao terrorismo; o discurso de Lula domesticou-se, não propõe as mudanças de outrora, a oposição ao governo, a diferença, e ainda assim, recebeu credibilidade. O discurso de Lula transformou-se, intervindo na história do país de forma espetacular, embora, após a eleição, deixa rastros de descontentamento na população que o elegeu.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a construção argumentativa do discurso político eleitoral de Lula em 1989 e 2002, através de estratégias lingüísticas, a fim de atestar a importância dessa construção argumentativa na compreensão da dimensão política do uso da linguagem e da funcionalidade do discurso em análise enquanto estratégia de atuação e intervenção social.

Tendo como foco a argumentação e sabendo da complexidade de sua conceituação, de maneira geral entendo-a como processo das práticas languageiras, ponto que ela se baseia numa necessária relação com a racionalidade, relação esta que dirige as escolhas humanas sem a utilização de força física .

Visando o objetivo pretendido, a concepção de argumentação adotada e a complexidade do tema proposto, percorro o seguinte caminho: será tomado, neste trabalho, como linha de pesquisa a Análise do Discurso Francesa, no que tange ao “Contrato de Comunicação” abordado por Charaudeau em que postula que toda situação de comunicação depende de um contrato. Essa decisão deve-se ao fato de a Análise do Discurso, segundo Gregolin (2004)¹, ter como tarefa o pensar nos mecanismos para construção de determinado discurso, não no avaliar os resultados dessa construção.

Dialogando com a Análise do Discurso, este trabalho abordará seis pontos teóricos considerados essenciais.

O primeiro diz respeito à enunciação, ao ato de produção do discurso, enunciação que Benveniste (1989) caracteriza como “a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja

¹ Anotação de fala da professora Maria do Rosário Gregolin, no Primeiro Encontro de Análise do Discurso, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia – MG, em 17/06/2004.

este real ou imaginado, individual ou coletivo”, referindo-se aqui ao caráter dialógico do discurso, o que compõe o quadro figurativo da enunciação, isso a partir da concepção de cada enunciação como sendo um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo, uma vez que a linguagem, nessa função, manifesta-se como um modo de ação. É, pois no ato da enunciação que a alocação postula um alocutário, o locutor implanta o outro diante de si, porque a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso.

A relação eu-tu é constituída na discursivização, em que um interlocutor empírico X constitui-se em enunciador (sujeito) capaz de conduzir à construção do enunciatário Y que, por sua vez, constitui-se em tu. Dessa forma, a questão da alteridade é fundamental, pois a identidade se constrói nessa relação dinâmica com a alteridade.

Além dessa interação eu-tu, a língua manifesta a forma temporal que está condicionada ao eu. A forma verbal é solidária no momento do processo discursivo, validando o tempo do discurso e não o tempo cronológico ou físico.

O discurso é que traça o tempo da enunciação. Assim, os tempos dependem da instância do discurso. O único tempo que existe é o aqui e o agora, é o tempo discursivo e o discurso se implementa através de operações cuja instância básica ratifica-se, é a enunciação.

Disso, conclui-se, como afirma Fiorin (1996:31): “se a enunciação se define a partir de um eu-aqui-agora, ela instaura o discurso-enunciado, projetando para fora de si os atores do discurso, bem como suas coordenadas espaço-temporais”.

O segundo ponto a ser considerado diz respeito à relação e aos conceitos de discurso e argumentação, os quais envolvem uma certa complexidade devido ao número de teorias que os circundam.

O discurso por exemplo, é definido por Bronckart (2003:39) como “atividade de linguagem que se materializa na entidade empírica que é o texto”. Já Charaudeau (1996) o define como “linguagem em ação”, e Foucault (1995:134) como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Pontuar e relacionar tais conceitos, dentre outros, apresentando o efeito de cada um, tende a enriquecer o trabalho; além, é claro, de associar o conceito adotado ao conceito de argumentação que, em geral, como afirma Maingueneau, envolve “teorias que oscilam entre uma concepção ‘logística’ e uma concepção ‘retórica’”.

O estudo da argumentação em língua deixou, pouco a pouco, de copiar os modelos utilizados na demonstração matemática; isso teria ocorrido, talvez, em função de que a “argumentação é sempre construída por alguém, contrariamente a uma demonstração que pode ser feita por ‘qualquer um’”. Trata-se, pois, de um processo, pelo menos, virtualmente, dialógico” (MAINGUENEAU, 1997:160).

Dessa forma, continua Maingueneau, a AD não deve ser relegada a uma concepção “retórica” da argumentação, mesmo que, em boa parte, ela se construa no interior do campo que a retórica tradicional ocupava.

Permanece uma separação irreduzível entre esta retórica e seus prolongamentos modernos (as múltiplas técnicas da comunicação eficaz, da persuasão...) e a AD. Enquanto a primeira supõe um sujeito soberano que “utiliza” “procedimentos” a serviço de uma finalidade explícita, para a segunda, as formas de subjetividade estão implícitas nas próprias condições de possibilidade da formação discursiva. Se as teorias lingüísticas da argumentação se revelam cruciais para a AD, é precisamente porque são lingüísticas, porque liberam estratégias argumentativas tão discretas e sutis quanto eficazes, porque questionam o enunciador e o co-enunciador. Essas estratégias só se manifestam à medida em que a própria organização da língua é condicionada por esta necessidade de agir sobre outrem (MAINGUENEAU, 1997:160).

O terceiro ponto é o “*Ethos*”, uma das provas retóricas que visam a persuasão a partir da verossimilhança. É a virtude do orador; credibilidade (relacionada à enunciação, ao papel do sujeito, do orador).

Barthes (1970), classifica o “*Ethos*” em:

1. “phronesis”- logos : prudência, ponderação, razão prática;
2. “arete”- excelência do herói fundamentada na coragem, virtude do *ethos* associada ao caráter, virtude, honestidade, “ostentação de uma franqueza que não teme suas conseqüências, sinais de uma lealdade teatral”;

3. “eunoia”- pathos – associada à solidariedade e benevolência, “trata-se de ser simpático, de entrar em uma cumplicidade complacente com o auditório”.

Em outras palavras, Barthes (1970:212 *apud* MENEZES, 2001:176) afirma: “durante o momento em que fala e desenvolve o protocolo das provas lógicas, o orador deve igualmente, dizer sem cessar: siga-me (“*phronesis*”), estime-me (“*arete*”) e ame-me (“*eunoia*”)”. Dessa forma, “o *ethos* também mobiliza as disposições afetivas do auditório” (LE GUERN, 1977 *apud* MENEZES, 2001:176).

A prova ética é [...] constituída por tudo o que, na enunciação discursiva, contribui para emitir uma imagem do orador destinada ao auditório. Tom da voz, elocução da fala, escolha das palavras e argumentos, gestos, mímicas, olhar, postura, etc. Na prova ética, tudo tem um significado, é sintoma de uma personalidade que o auditório atribui ao orador na medida em que o discurso avança [...] O domínio da aparência é assim uma parte essencial do processo persuasivo; e a estratégia ética do orador consiste em se confrontar com a imagem que o auditório faz de um orador digno de fé” (DECLERCQ, 1993: 48-49 *apud* MENEZES, 2001:177).

A importância do “*ethos*” para o discurso é que ele torna-se dispositivo constitutivo do sentido e dos sujeitos que aí se conhecem.

O quarto ponto diz respeito à derrisão², ou seja, “à associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria” (BONNAFOUS, 2003:35). É uma teoria que, embora, já existente e abordada na literatura, parece pouco estudada na lingüística, principalmente no Brasil, mas que se torna interessante para este trabalho se analisada num contexto geral de normalização e de moderação retórica do discurso político, como assevera Bonnafous.

Acredito ser a derrisão uma importante estratégia lingüística da argumentação presente, principalmente, no discurso eleitoral de Lula em 2002, tendo em vista o fato de ter ele substituído o sujeito polêmico, denunciador de 1989, pelo sujeito pautado no prestígio de um saber técnico, “não mais embasado nas verdades da boa-fé e da coragem individual”. Arrisco-me a afirmar que Lula, em 2002, preocupa-se, essencialmente, com o valor do “*ethos*” no que tange à sua competência e menos com sua honestidade.

O quinto ponto diz respeito à Formação Discursiva, noção que parte dos estudos de Foucault (1986) sobre o enunciado, sobre o que pode e deve ser dito, e por isso é central à

² Apesar de julgar bastante interessante este ponto, o tempo não me permitiu desenvolvê-lo. Deixo-o, quem sabe, para a tese de doutorado.

Análise do Discurso Francesa; e o sexto e último ponto diz respeito aos operadores/modalizadores argumentativos.

Estudados por Ducrot (1987), os operadores argumentativos designam a presença de determinados elementos na gramática³ de uma língua cuja função é a de indicar a força argumentativa dos enunciados, pois acredita-se que a argumentatividade não é apenas algo que se acrescenta ao uso lingüístico, mas está inscrita na própria língua. A partir disso, entende-se como significação de uma frase o conjunto de instruções concernentes às estratégias usadas na decodificação dos enunciados pelos quais a frase se atualiza, permitindo as leituras possíveis.

Existem enunciados que se constituem para serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros. Para descrição de tais enunciados, torna-se necessário determinar a sua orientação discursiva.

Na gramática de cada língua, há uma série de morfemas que funcionam como operadores argumentativos ou discursivos. Em alguns casos, a gramática tradicional⁴ considera morfemas como sendo elementos meramente relacionais – conectivos, como MAS, PORÉM, EMBORA, JÁ QUE, POIS, e, em outros, justamente de vocábulos que, segundo a Norma Gramatical Brasileira, não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Nas gramáticas estrutural e gerativa⁵, esses elementos são descritos como morfemas gramaticais de tipo relacional, em oposição aos morfemas lexicais.

É a semântica argumentativa que vai recuperar esses elementos, que determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, assim, em marcas lingüísticas importantes da enunciação.

Assim sendo, é pertinente o exame, mesmo que panoramicamente, de alguns operadores argumentativos:

³ A Gramática é, aqui considerada, como sistema que especifica as combinações possíveis de uma língua.

⁴ Nesse momento, refiro-me à gramática tradicional, entendida como “o conjunto das regras ‘do bem falar e do bem escrever’” (MIOTO, 1999).

⁵ Entende-se, aqui, como gramática estrutural como a “sistematização dos conhecimentos que resultam num uso ‘correto’ da variante padrão (ILARI, 2004:54 in: MUSSALIN, 2004); e como gerativa, “um exemplo de sistema combinatório discreto. Um número finito de elementos discretos (palavras) é selecionado, combinado e permutado para criar estruturas maiores (sentenças) com propriedades bastante distintas de seus elementos. (CHOMSKY, 1997).

1. MESMO, ATÉ, ATÉ MESMO, INCLUSIVE: Operadores que assinalam o argumento mais forte para uma conclusão;
2. AO MENOS, PELO MENOS, NO MÍNIMO: Operadores que assinalam o argumento mais fraco para uma conclusão;
3. AINDA: forma adverbial portadora de pressupostos. Pode servir como: a) marcador de excesso: temporal e não temporal; ou b) introdutor de mais um argumento a favor de determinada conclusão;
4. JÁ: forma adverbial portadora de pressupostos. Pode ser empregado como indicador de mudança de estado;
5. ALIÁS, ALÉM DO MAIS: introduzem um argumento decisivo, apresentando-o a título de acréscimo;
6. MAS, PORÉM, CONTUDO, EMBORA: marcadores de oposição entre elementos semânticos explícitos ou implícitos. O uso de uns ou outros depende de tipo de estratégia empregada pelo locutor;
7. ISTO É (quer dizer, OU SEJA, em outras palavras): introduz asserção derivada, que visa a esclarecer, retificar, desenvolver, matizar uma enunciação anterior. Tem como função geral o ajustamento, a precisão do sentido.

Isso posto, torna-se, pois, necessário pôr em evidência, na descrição gramatical da língua, os paradigmas constituídos de elementos cujo valor seja, essencialmente, de operadores argumentativos, que são capazes de constituírem a seqüência do discurso e responsáveis pela sua orientação argumentativa global, levando o interlocutor a um determinado tipo de conclusão, em detrimento de outra.

Ao estudar elementos da natureza dos operadores argumentativos, Bronckart (2003) usa a nomenclatura ‘organizadores textuais’, que se referem a mecanismos de coesão que “podem assinalar as transições entre os tipos de discurso constitutivos de um texto, entre frases de uma seqüência ou de uma outra forma de planificação e podem ainda assinalar articulações mais locais entre as frases” (BRONCKART, 2003:120).

Da leitura que faço de Bronckart (2003), ao analisar alguns desses organizadores textuais, é possível notar que eles objetivam orientar o leitor/ouvinte ao ponto de vista defendido no texto; com efeito, não se trata apenas, segundo Amorim (2003:95), “de uma

estratégia textual, mas também de uma estratégia discursiva, em que os sujeitos empíricos, investidos em uma determinada função social, deixam pistas na estrutura textual para que o leitor possa interagir com o dito”.

Tal como os operadores discursivos, existem outros elementos que operam na construção argumentativa do texto, estes são denominados modalizadores ou indicadores de modalidade. São elementos que atuam na construção da argumentação e apresentam caráter ilocucionário, pois relacionam-se à atitude do enunciador diante do enunciado por ele produzido. É um fenômeno que, apropriando-me de Amorim (2003:113), “diz respeito ao grau de engajamento do sujeito empírico em relação ao conteúdo proposicional”. No entanto, segundo a autora, esse engajamento não exclui a expectativa desse sujeito em relação à cooperação do leitor quanto às crenças e opiniões ali veiculadas.

Vários são os estudos sobre modalização. Entretanto, é em Bronckart (2003) que me calco para a análise dos modalizadores, haja visto seu estudo, a meu ver, aproximar-se mais coerentemente da organização argumentativa construída sob esses elementos de interatividade que beneficiam a coerência temática do texto.

Bronckart (2003:132) assevera que os modalizadores são mecanismos que “pertencem à dimensão configuracional do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático”. Portanto, esses mecanismos diferem-se dos mecanismos de textualização que encontram-se articulados à linearidade do texto. Para o autor, a modalização pode ser subdividida em quatro subconjuntos, quais sejam:

- 1º – as modalizações lógicas, que consistem em julgamentos sobre o valor da verdade das proposições enunciadas, que são apresentadas como certas, possíveis, prováveis, improváveis, etc;
- 2º – as modalizações deônticas, que avaliam o que é enunciado à luz dos valores sociais, apresentando os fatos enunciados como (socialmente) permitidos, proibidos, necessários, desejáveis, etc;
- 3º – as modalizações apreciativas, que traduzem um julgamento mais subjetivo, apresentando os fatos enunciados como bons, maus, estranhos, na visão da instância que avalia;

4º – as modalizações pragmáticas, que introduzem um julgamento sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente, principalmente sobre a capacidade de ação (o poder-fazer), a intenção (o querer-fazer) e as razões (o dever-fazer).

Bronckart ainda afirma:

Qualquer que seja o subconjunto a que pertençam, as modalizações são realizadas por unidades ou conjuntos de unidades lingüísticas de níveis muito diferentes, que chamaremos **modalidades**: os tempos do verbo no futuro do pretérito, os auxiliares de modalização (poder, ser preciso, dever, etc.), um subconjunto de advérbios (certamente, sem dúvida, felizmente, etc.), certas frases impessoais (é evidente que...; é possível que...) e outros tipos de frases ou de conjuntos de frase (BRONCKART, 2003:132).

O uso de elementos modalizadores, creio, é essencial em textos argumentativos do discurso político. Entretanto, há, também, ali, outros enunciados que atuam de forma semelhante aos elementos modalizadores, exercendo, no texto, um papel de interatividade. São, em palavras de Amorim,

expressões de cunho avaliativo ou explicativo, que denotam o modo como o sujeito empírico, investido, socialmente na figura do locutor se posiciona em relação ao interlocutor (envolvimento com o outro) e a determinados elementos do enunciado ou mesmo em relação a todo o enunciado (envolvimento com o dito). Esse posicionamento do sujeito tem por objetivo estabelecer uma relação direta com seu leitor (AMORIM, 2003:119).

Todas essas considerações me são caras porque ratificam a análise e apresentam o papel fundamental de termos, e aqui me aproprio, novamente, de Amorim (2003), tratados pelas Gramáticas Tradicionais como adjetivos, advérbios de modo, palavras e expressões denotativas ou de difícil classificação, apostos, entre outros na atuação em estrutura textual e a importância exercida por eles na construção de sentido a partir do texto, bem como nos estudos da Análise do Discurso como estratégias textual-discursivas utilizadas pelo locutor para interagir com o interlocutor, conduzindo-o à crença nas palavras proferidas e, no caso do discurso eleitoral, à votação desejada.

Para a concepção de um texto são importantes, não apenas as indicações que ele traz para o destinatário, mas também as manobras às quais é submetido, os percursos que é obrigado

a seguir. Assim, o caráter indireto da interpretação, longe de constituir uma imperfeição ocasional, seria sua dimensão essencial: ela prescreve, através de sua estrutura, o percurso que sua leitura implica.

Mediante o exposto e visando o alcance do objetivo pretendido, escolhi dentre muitos textos, quatro que, a meu ver, retratam com clareza a diferença da argumentação do discurso eleitoral de Lula nos períodos de 1989 e de 2002. São eles: a) Duelo de Argumentos, entrevista datada de 29 de novembro de 1989 cujo suporte é a revista *Veja*. Aqui transcrevo a fala de Lula; b) trechos do último debate televisivo promovido entre Lula e Collor, no dia 15 de dezembro de 1989; c) Pronunciamento de Lula no horário eleitoral, proferido em 20 de outubro de 2002, às 20h56min, exatamente, uma semana antes do 2º turno eleitoral; d) “Carta aberta aos trabalhadores mineiros desempregados”, datada de 2002.

Escolhi este *corpus* porque, como dito anteriormente, além de clarificar a diferença da argumentação construída em 1989 e 2002, é constituído por gêneros textuais diferentes, o que torna a análise ainda mais interessante: uma entrevista, um debate, um pronunciamento e uma carta.

Após a seleção do *corpus*, faço uma análise discursiva, buscando apontar os mecanismos enunciativos e textuais, principalmente no que tange às marcas de constituição do “*ethos*” do enunciatário, o que a meu ver é a forma essencial da argumentação usada por Lula em 2002 para conquistar a vitória nas eleições.

Com efeito, dada a complexidade do tema proposto, após introdução, opto por, primeiramente, no capítulo I, fazer um percurso histórico da argumentação: a retórica aristotélica, a Nova Retórica de Perelman e Tyteca e a argumentação na Semiolingüística, pois isso propiciará uma contextualização que, creio, é indispensável ao que proponho. Num segundo momento, capítulo II, pontuo, mais detalhadamente, alguns dos seis pontos teóricos abordados anteriormente e aponto outros que os complementam, constituindo-se diretrizes que me guiarão na proposta de análise. No capítulo III, ainda me estendo na fundamentação teórica abordando, com mais detalhe, os pilares teóricos desta pesquisa: a Semiolingüística e a Teoria da Enunciação; no capítulo IV, procuro pontuar as bases políticas do discurso partindo do poder político ao sentido de liberdade; faço isso para “concluir” a fundamentação da minha própria argumentação e, finalmente, no capítulo V, faço uma análise discursivo-textual do *corpus* selecionado, ao qual

intitulado “o discurso da eficiência”, e concluo a pesquisa ratificando minha hipótese inicial: a eficiência do discurso político-eleitoral de Lula em 2002 deve-se, essencialmente, à argumentação que apresentou, uma vez que por ela a esperança foi vendida ao povo, que, como afirma Ricardo Freire (2005) “esperou 500 anos para emplacar um dos seus na Presidência, e não vai desistir desta boquinha assim tão fácil”. O povo queria mudanças e Lula as prometeu, argumentativamente, encarnando-as em seu discurso.

CAPÍTULO I

A ARGUMENTAÇÃO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA GREGA, EM PERELMAN & TYTECA E NA SEMIOLINGÜÍSTICA

A argumentação é um conceito complexo, uma vez que exerce influência sobre o interlocutor e posicionamento sobre o objeto de conhecimento, o que atrai inúmeras teorias que a tentam explicar. Às vezes, ela coincide com o efeito que gera, tal como a persuasão. Isso porque a argumentação pode ser entendida como algo da perlocução, pois é estratégia, é processo. Dessa forma, neste capítulo, abordo a argumentação em três momentos, quais sejam, na antiguidade clássica grega, especificamente o período aristotélico, por ter aí respaldada sua origem e pelo viés do judiciário e do belo em que se insere a argumentação; na “Nova Retórica” de Perelman & Tyteca, pela leitura que faz da retórica e por seu viés social; e finalmente, na Semiolingüística, por dela extrair o quadro teórico central em que estribo minha pesquisa, qual seja, o Contrato de Comunicação.

A abordagem aqui feita não se pretende exaustiva, nem tampouco pretende ser a “última palavra” em se tratando de argumentação. Antes, porém, pretende-se objetiva, com finalidade basilar de contextualização do tema proposto, haja visto ser apenas o olhar de uma pesquisadora iniciante.

1.1 A Argumentação na Antiguidade Clássica Grega

A origem da argumentação está na Grécia Antiga, centrada na Retórica: *a arte do bem falar*, cujo fim específico era persuadir, um efeito de sentido exclusivo, na época, dos sofistas.

No século V a.C., a Ilha, chamada Sicília,

encontrava-se sob o domínio de diversas tiranias, que haviam confiscado a terra dos legítimos donos, redistribuindo-a entre os membros do exército e seguidores, em troca de apoio político-militar. No entanto, uma revolta popular pôs fim a esse regime, inaugurando uma fase de participação popular. Os conflitos de interesses passaram a ser resolvidos prioritariamente pelo uso da palavra, através de um procedimento jurídico em que os próprios requerentes faziam as suas defesas. (MENEZES, 2001:181).

Com efeito, o uso da palavra alcança privilegiada posição, uma vez que os conflitos, principalmente na esfera judiciária, passam a ser resolvidos através dela, não mais pela violência, como no passado:

cada um que tinha uma causa buscava representá-la da melhor maneira possível. Ele precisava não apenas articular bem as palavras. Precisava ser persuasivo, provocando efeitos de verdade e alterando a realidade em seu favor. Precisava ser eficaz. A benevolência ou rigidez dos juízes relacionava-se à capacidade de persuasão de cada postulante. Assim, o orador estudava com antecedência, cuidadosamente, os lugares-comuns de onde retiraria os melhores argumentos (MENEZES, 2000:25).

De acordo com Menezes, é nesse contexto que surge o interesse pelo estudo sistemático da argumentação e, segundo alguns estudiosos, os sofistas que desenvolveram esse primeiro estudo sistemático foram Córax e Tísias, para quem a eficácia dos argumentos repousava sobre o *verossímil* - o que é aceito pela opinião - e, assim, definiram a retórica como “criadora da persuasão” (PLATIN *apud* MENEZES, 2001:181). Logo, como afirma Reboul (2004:2), “a origem da retórica não é literária, mas judiciária”.

Retórica judiciária, portanto, sem alcance literário ou filosófico, mas que ia ao encontro de uma enorme necessidade. Como não existiam advogados, os litigantes recorriam a logógrafos, espécie de escrivões públicos, que redigiam as queixas que eles tinham de ler diante do tribunal. Os retores, com seu senso agudo de publicidade, ofereceram aos litigantes e aos logógrafos um instrumento de persuasão que afirmavam ser invencível, capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa. Sua retórica não argumenta a partir do verdadeiro, mas a partir do verossímil (*eikos*) (REBOUL, 2004:2).

Dessa forma, o primeiro “Tratado da Argumentação”, apropriando-me de Menezes (2000), “desenvolvia-se a partir da delimitação de casos típicos de reclamações e apresentação dos argumentos pelas partes”, um estudo circunscrito ao discurso judiciário, cuja finalidade “era a produção do discurso persuasivo em sociedade” (DECLERQ *apud* MENEZES, 2000:26).

O referido autor (2000:26) ainda afirma: “os argumentos apoiavam-se sobre o que era aceito pela opinião plausível. Encenavam possíveis dilemas, questões baseadas em sentimentos, simulações, ambigüidades, etc. Buscava-se uma apresentação pedagógica das soluções possíveis”. Sobre toda essa questão, são relevantes as palavras de Reboul:

se no âmbito judiciário se conhecesse a verdade, não haveria mais âmbito judiciário, e os tribunais se reduziriam a câmaras de registro. Mas o problema, tanto para nós quanto para os gregos, é que as más causas precisam dos melhores advogados, pois,

quanto pior é a causa, maior o recurso à retórica. É constrangedor. Ora, em vez de se constrangerem, os primeiros retores se gabavam de ganhar as causas menos defensáveis, de “transformar o argumento mais fraco no mais forte”, slogan que domina toda essa época (REBOUL, 2004:3).

Sob o aspecto da persuasão, a argumentação apresentava-se como o “fundamento da linguagem, já que tudo podia se resolver pela discussão no interior da pólis” (MENEZES, 2001:182). Disso, outra asserção de Menezes (2000:25), que considero pertinente: “o estudo sistemático da linguagem e da argumentação apareceu, primeiramente com uma investigação pragmática: a linguagem em contexto e sua eficácia”.

Platin (1996:8), citado por Menezes (2000), destaca quatro pontos sobre o fato de as contribuições dos sofistas, em alguns aspectos, serem originais e manterem-se na atualidade. São eles:

- i) antítonia: prática sistemática de colocar os discursos em oposição, pois todo argumento pode ser invertido, e a todo discurso responde um contradiscurso, produzido por um outro ponto de vista e projetando uma outra realidade;
- ii) paradoxo: prática que torna evidente a autonomia, chocando contra o “bom senso”, dos funcionamentos linguageiros em relação à realidade;
- iii) provável: os sofistas alargaram a noção de provável. Ela está relacionada aos usos de uma comunidade. Isso corresponde à emergência de uma reflexão científica profana sobre o comportamento dos homens em sociedade, os estereótipos e os tipos;
- iv) dialética: a interação argumentativa entre os sofistas compõe uma relação dialética. Ou seja, compreende uma forma de diálogo racional, conduzido segundo regras precisas. Um proponente se contrapõe a um oponente diante de um público cujas reações arbitram o debate; questões e respostas se sucedem.

Apesar da origem judiciária, surge, com Górgias, uma nova fonte da retórica: estética e propriamente literária:

Nascido por volta de 485, Górgias viveu cento e nove anos, sobrevivendo, pois a Sócrates. Também siciliano e discípulo de Empédocles, em 427 foi para Atenas numa embaixada. Diz-se que ali sua eloquência encantou os atenienses a tal ponto que ele teve de prometer-lhes que voltaria (REBOUL, 2004:4).

Esse fato é interessante porque, como bem pontua Reboul (2004), até então, os gregos identificavam ‘literatura’ com poesia (épica, trágica, etc). A prosa, puramente funcional,

restringia-se a transcrever a linguagem oral comum. Górgias, um dos fundadores do discurso *epidíctico*, ou elogio público, cria para esse fim uma prosa eloqüente, multiplicando as figuras, que a tornam “uma composição tão erudita, tão ritmada e, por assim dizer, tão bela quanto a poesia” (NAVARRE *apud* REBOUL, 2004:4).

Reboul (2004) afirma que as figuras, em Górgias, são, por um lado, de palavras: assonâncias, rimas, paronomásias, ritmo da frase; por outro lado, figuras de sentido e pensamento: perífrases, metáforas, antíteses. Dentre os muitos exemplos, destaca-se o *Elogio de Helena*, exemplo, segundo Reboul, de eloqüência *epidídica* cuja retórica é bastante sofisticada, visto que se baseia em uma petição de princípio. Com isso, Górgias merece a denominação de sofista. “As únicas causas possíveis por ele (Górgias) atribuídas ao ato de Helena são precisamente as que a inocentam; não se considera uma última possibilidade, a de que Helena tenha partido por livre e espontânea vontade. Todavia, esse seu princípio, de que o ato involuntário não é culpável, é bem novo para a época” (REBOUL, 2004:5).

No entanto, segundo o autor, é apenas no sentido mais técnico que Górgias merece a denominação de sofista. Ele, como tantos outros, a exemplo de Pitágoras e Crítias, “foi professor; dava de cidade em cidade lições de eloqüência e de filosofia, cobrando a cada uma delas o fabuloso salário de cem minas. Digamos que por um dia de trabalho ele recebia o salário diário de dez mil operários!” (REBOUL, 2004:6).

A idéia de Górgias de prosa “tão bela quanto a poesia” impôs-se – e aqui aproprio-me de Reboul (2004) – a todos os escritores gregos, a começar por Demóstenes. “Górgias pôs a retórica a serviço do belo”.

A respeito do “a serviço do belo”, Reboul (2004:6) faz uma interessante pergunta: “a serviço do belo quererá dizer a serviço da verdade?” E ele mesmo conclui: “essa questão implica toda a relação entre a retórica e a sofística”.

Para o autor, o elo entre a sofística e a retórica só aparece plenamente em Protágoras, mestre itinerante, que ensinava ao mesmo tempo eloqüência e filosofia e também ganhava quantias fabulosas:

Foi um autor enciclopédico. Foi decerto o primeiro a interessar-se pelo gênero dos substantivos, pelos tempos dos verbos, bem como pela psicologia das personagens de Homero; em suma, pelo que depois será chamado de “gramática”. Passa também por fundador da erística, que depois virá a ser dialética. Partindo do princípio de que a todo argumento pode-se opor um outro, que qualquer assunto pode ser sustentado ou

refutado, ele ensina a técnica erística, arte de vencer uma discussão contraditória (“erística” vem de éris, controvérsia). Essa arte, extremamente elaborada, não hesita em recorrer aos piores sofismas, do tipo: pode-se ser branco e não branco ao mesmo tempo, porquanto o etíope é negro (na pele) e branco nos dentes (NAVARRE *apud* REBOUL, 2004:4).

A partir dessa asserção, Reboul (2004:8) afirma que “relativismo pragmático parece ter sido a doutrina de Protágoras. Não existe verdade em si, mas uma verdade de cada indivíduo, de cada cidade; o importante é aquilo que lhe permite fazer-se valer e impor-se, que é precisamente a retórica”.

Para Reboul, os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo:

Ensino global: é aos sofistas que a retórica deve os primeiros esboços de gramática, bem como a disposição do discurso e um ideal de prosa ornada e erudita. Deve-se a eles a idéia de que a verdade nunca passa de acordo entre interlocutores, acordo final que resulta da discussão, acordo inicial também, sem o qual a discussão não seria possível. A eles se deve a insistência no *kairós*, momento oportuno, ocasião que se deve agarrar na fuga incessante das coisas, ao que se dá o nome de espírito da oportunidade ou de réplica vivaz, e que é a alma de qualquer retórica viva. Sim, todos os elementos de uma retórica riquíssima, que serão encontrados depois, especialmente em Aristóteles. No entanto, o fundamento que dão à retórica parece-nos perigoso. É de perguntar se eles não a comprometeram para sempre, ao justificá-la como o fizeram pela incerteza e pelo sucesso. Mas, afinal, por que esse laço, aparentemente inquebrantável, entre o sofista e o retor? Certamente porque o mundo do sofista é um mundo sem verdade, um mundo sem realidade objetiva capaz de criar o consenso de todos os espíritos, para dizerem que dois e dois são quatro e que Tóquio existe... Privado de uma realidade objetiva, o logos, o discurso humano fica sem referente e não tem outro critério senão o próprio sucesso: sua aptidão para convencer pela aparência de lógica e pelo encanto de estilo. A única ciência possível é, portanto, a do discurso, a retórica (REBOUL, 2004:9-10).

Partindo dessas conclusões, o autor pergunta: concretamente o que muda? E ele mesmo responde de forma brilhante:

Muda que o discurso não pode mais pretender ser verdadeiro, nem mesmo verossímil, só poderá ser eficaz; em outras palavras, próprio para convencer, que no caso equivale a vencer, a deixar o interlocutor sem réplica. A finalidade dessa retórica não é encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra; ela já não está devotada ao saber, mas sim ao poder.

Os sofistas foram com certeza os primeiros pedagogos, e o objetivo de sua educação não deixa de ser nobre: capacitar os homens “a governar bem suas casas e suas cidades”. Entretanto, eles excluem todo saber, e levam em conta apenas o saber fazer a serviço do poder (REBOUL, 2004:10).

Com isso, é possível afirmar, junto a Reboul (2004) que a retórica veio atender a diversas necessidades dos gregos: necessidade de técnica judiciária, de prosa literária, de

filosofia, de ensino. No entanto, como afirma Menezes (2000), apesar do pioneirismo de Córax e Tísias e das contribuições dos sofistas, foi Aristóteles, representante da ‘racionalidade científica da antiguidade’, quem, de fato, sistematizou o que existe de mais relevante sobre a argumentação na Antiguidade, propagando-a, em parte, na “A Arte Retórica”.

Aristóteles (384-322), discípulo de Platão, nasceu em Estagira, cidade litorânea entre Salônica e o monte Atos. Foi preceptor de Alexandre, o Grande, filho do rei Filipe da Macedônia. Fundou o Liceu, escola concorrente com a Academia de Platão e repensa a Retórica de ponta a ponta, “integrando-a de início num sistema filosófico bem diferente daquele dos sofistas, e depois transformando-a em sistema” (REBOUL, 2004:22).

Aristóteles, continua Reboul (2004:24), “dá à retórica uma definição mais modesta que a dos sofistas, ele a torna muito mais plausível e eficaz (...) a retórica contenta em ser alguma coisa, porém de valor certo”. Nesse sentido é que Reboul (2004:24-25) procura estabelecer tal valor, lançando mão, para isso, de quatro argumentos que, segundo ele, têm por finalidade provar a tese exposta no início da “Arte Retórica”, qual seja, “a retórica é útil (*khresimos*)” (Retórica, Livro I, cap.I) . Isso porque, para o referido autor, afirmar que “a retórica é útil” é inferir que dela se pode esperar aquilo que se espera de todas as técnicas: um serviço; portanto é o que vão mostrar os quatro argumentos. Decorrente disso, julgo pertinente descrevê-los neste trabalho:

- a) não é possível contentar-se com expor simplesmente o verdadeiro e o justo, sem recorrer a artifícios oratórios? Aristóteles leva em conta a objeção, dizendo: sim, o verdadeiro e o justo são por natureza (*physei*) mais fortes que seus contrários;
- b) a experiência mostra, argumento pelo exemplo, que muitos veredictos dos tribunais são iníquos. Como explicar isso? Pelo erro dos litigantes, que não souberam fazer valer seus direitos, que não conseguiram sobrepujar a retórica de seus adversários, capazes de “tornar mais forte o argumento mais fraco”, de fazer o injusto prevalecer sobre o justo. Se a arte pode ter vantagem sobre a natureza, é preciso um suplemento de arte para desenvolver à natureza seus próprios direitos;
- c) é preciso ser capaz de defender tão bem o *contra* quanto o *pró*, claro que não para torná-los equivalentes, como pretendiam os sofistas, mas para compreender o mecanismo da argumentação adversária e assim a refutar;

- d) se a palavra é característica do homem, é mais desonroso ser vencido pela palavra que pela força física. O quarto argumento amplia o debate, ligando novamente a retórica à condição humana.

É, portanto, possível afirmar junto a Reboul (2004:25) que “esses argumentos valem não somente para o discurso judiciário como também para todos os tipos de discursos públicos”.

No campo do direito, da política, da vida internacional, vivemos sempre uma situação polêmica, em que as armas mais eficazes são as da palavra, visto que só ela – e não a força física – define o justo e o injusto, o útil e o nocivo, o nobre e o desprezível. A retórica, arte ou técnica da palavra, é, portanto, indispensável. E aí está o que a legitima (REBOUL, 2004:25).

Em suma, a Retórica para Aristóteles é arte, é *techne*, ‘capacidade criadora que exige raciocínio’, cuja tarefa “não consiste em persuadir, mas em discernir os meios de persuadir a propósito de cada questão, como sucede com todas as demais artes” (RETÓRICAS I; 2,4). A Retórica “é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão” (RETÓRICA II,1,1). Por conseguinte, a retórica assemelha-se à Dialética, que, para Aristóteles, assim como a primeira é faculdade de fornecer argumentos.

A dialética de Aristóteles é apenas a arte do diálogo ordenado. O que a distingue da demonstração filosófica e científica é raciocinar a partir do provável. O que a distingue da erística sofista é raciocinar de modo rigoroso, respeitando estritamente as regras da lógica (REBOUL, 2004:28).

Penso que essa relação entre Retórica e Dialética, feita por Aristóteles, é muito importante porque, para ele que sempre trabalhou com a lógica, e esta permite uma demonstração, trabalhar com as duas primeiras amplia possibilidades, pois elas possibilitam a contestação. E aqui é válido lembrar que Aristóteles usa o entimema (silogismo que não é lógico) para retirar a Retórica e a Dialética do campo da ciência. É válido lembrar, ainda, que na época de Aristóteles, a Retórica existe quando o cidadão “põe o pé na rua”, pois ele perde sua identidade como apenas “o pai”, “o filho”, “o esposo”... Ele entra no coletivo e o seu ouvinte é importante. Esse cidadão é mais um na multidão e será ouvido pela retórica.

“Aristóteles tinha como certo que na vida cotidiana nos apoiamos tanto em verdades como em verossimilhanças e probabilidades. E, se assim o fazemos, partimos de opiniões aceitas na comunidade para a busca da persuasão” (MENEZES,2000:50). Dessas asserções é possível concluir que para Aristóteles, a Retórica é o debate entre as relações sociais, e é

coberta pela máscara da política porque é do mundo dos magistrados, dos comerciantes, dos artistas, dos reis...

Retomando a importância da Dialética, o próprio Aristóteles, segundo Reboul (2004:33), “no capítulo 2 do primeiro livro dos *Tópicos*, fixa os benefícios secundários oferecidos pela Dialética. Aponta três: uso pedagógico, uso filosófico e uso social (“homilético”, que diz respeito diretamente à retórica)”:

- **uso pedagógico** – é a *gymnasia*: nos embates dialéticos, argumenta-se para avaliar as forças, e não para debater. Se desse jogo não se extrair verdade alguma, pelo menos se adquirirá um treinamento intelectual, um método que permita argumentar sobre qualquer assunto.
- **uso filosófico** – divide-se em duas funções: a dialética e a função interna à filosofia. Quanto à primeira, ela desempenha um papel epistemológico por permitir (e só ela o faz) estabelecer através de um exame contraditório os primeiros princípios de cada ciência e os princípios comuns a todas. Foi graças a um exame dialético que Aristóteles estabeleceu os primeiros princípios da física, da moral e até o princípio de contradição. A dialética dá ao filósofo uma competência que lhe é indispensável: “numa palavra, é dialético quem está apto a formular proposições e objeções”. Por proposição entende-se o extrair o universal de vários casos particulares, e por objeção, o achar um caso particular que permita infirmar uma proposição universal.
- **uso social, ou homilético** – refere-se ao “contato com os outros”.

Sua utilidade no contato com os outros é explicada pelo fato de que, depois de prepararmos o inventário das opiniões da maioria (*tôn pollôn*), não estaremos falando a ela a partir de pressupostos que lhe sejam estranhos, mas a partir de pressupostos que lhe são próprios, sempre que a quisermos persuadir... (I,2,101a *apud* REBOUL, 2004:34).

Tanto a Dialética quanto a Retórica, como afirmado anteriormente, são, para Aristóteles, “faculdades de fornecer argumentos”. No entanto, a Dialética “é também um processo de crítica, onde se encontra o caminho que conduz aos princípios de todas as investigações; daí o seu caráter heurístico” (MENEZES, 2000:52).

Assim, podemos pensar a “Teoria da Argumentação”, em Aristóteles, como uma totalidade que se desenvolve em quatro particularidades argumentativas – ou seja, as

quatro classes de argumentos: *Demonstrativos*, *Retóricos*, *Sofísticos* e *Dialéticos*. A “Arte Retórica” é somente uma parte dos estudos sobre a argumentação. Ela não busca o conhecimento de toda a argumentação. A dialética compreende uma outra parte, desenvolvida prioritariamente nos Tópicos. Dos argumentos *Demonstrativos*, ele cuidou em “Analíticas” e dos sofísticos em “Dos argumentos sofísticos”. É neste âmbito que se dá a especificidade da Arte Retórica como *téchne* que, apoiando-se no verossímil, percebe o produto da argumentação como aquilo que se crê, o *plausível* ou *provável*. Isto é, ela possui provas – não se nega a este critério. Porém, as suas provas referem-se à convicção mais decisiva no exame da matéria. Trata-se assim de uma racionalidade adequada ao conjunto de conhecimentos sobre os quais não se formula uma certeza, *verdade única válida para todos em qualquer circunstância*. E, como afirma Aristóteles, “é útil, porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que seus contrários” (MENEZES, 2000:53).

Em se falando de provas, para Aristóteles, os sofistas se preocupavam apenas com as provas extra-retóricas e por isso propõe, apesar de concordar que a retórica é a arte do verossímil, o critério de provas: provas dependentes da arte e provas dela independentes. As primeiras são integrantes do método de argumentação ou criadas pelo orador, as segundas são testemunhos, fatos e convenções que preexistem ao discurso.

As provas dependentes, segundo Menezes (2001:184), “podem ser referentes ao caráter moral ou *ethos* do orador, disposições criadas no ouvinte ou *pathos* e aquilo que o próprio discurso demonstra ou parece demonstrar ou *logos*”. As duas primeiras, ‘no sentido generalíssimo de instrumentos de persuadir (*pisteis*)’, são de ordem afetiva, e a última, racional.

O *ethos*, já apresentado no início deste trabalho, “é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança. O caráter moral do orador “constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência” (RETÓRICA I;2:2,4).

O orador deve adequar seu *ethos* ao auditório para o qual estiver falando a fim de que este se disponha favoravelmente ao seu lado, haja visto essa disposição depender do próprio auditório, cujas expectativas variam de acordo com a competência, o nível social, a idade, etc. No entanto, o orador deve preencher as condições mínimas de credibilidade, mostrar-se sensato, sincero e simpático. Entenda-se por “sensato”, aquele capaz de dar conselhos razoáveis e pertinentes; por “sincero”, aquele que não dissimula o que pensa nem o que sabe, e por “simpático”, aquele disposto a ajudar seu auditório (cf.II,1,1377b e também 1366 *apud* REBOUL, 2004:48). No entanto, é pertinente pontuar a advertência de Reboul sobre a qualidade da prova:

Note-se que *ethos* é um termo moral, “ético”, e que é definido como o caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não o tenha de fato. O fato de alguém parecer sincero, sensato e simpático, sem o ser, é moralmente constrangedor, pois assim as melhores causas estão fadadas ao fracasso (REBOUL, 2004:48).

O *pathos* refere-se ao caráter psicológico dos diferentes públicos, é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso, e o *logos* refere-se à argumentação propriamente dita do discurso, é, como assevera Reboul (2004), o aspecto dialético da retórica, que Aristóteles retoma inteiramente dos Tópicos.

Como em Tópicos, distingue dois tipos de argumentos, o entimema, ou silogismo baseado em premissas prováveis, que é dedutivo, e o exemplo, que a partir dos fatos passados conclui pelos futuros, e que é indutivo. As premissas prováveis dos entimemas são: ou verossimilhanças (*eikota*), como por exemplo que um filho ama o pai, ou indícios seguros, como por exemplo que uma mulher que aleita teve um filho, ou indícios simples, como por exemplo que a presença de cinza indica que houve fogo (REBOUL, 2004:49).

Em outras palavras, o entimema é uma forma de dedução que corresponde ao silogismo dialético. Como afirma Menezes (2000:57), “ele é deduzido de verossimilhanças e apóia-se em premissas que possuem na maioria das vezes um caráter contingente. Pois verossímil é o que acontece as mais das vezes, mas não absolutamente, consoante a definição de alguns”. Os discursos baseados em entimemas, afirma Aristóteles (RETÓRICA I, 2:2,10), “impressionam mais”.

Já o exemplo é, para Aristóteles, mais eficaz para persuadir. Ele serve de indução: semelhante para semelhante, da parte para a parte. O exemplo ocorre quando se busca apoiar em fatos a fim de que uma situação presente seja favorecida.

As provas, também denominadas de ‘argumentos’ por Reboul (2004:47), são encontradas após a determinação do gênero do discurso que, segundo Aristóteles são em número de três, e, dessa forma, dividem a Retórica: gênero judiciário, deliberativo (político) e epidíctico. Observe-se o Quadro das Provas, a seguir.

QUADRO 1

Provas Retóricas

EXTRA – RETÓRICAS INDEPENDENTES	Testemunhos, confissões obtidas pela tortura, convenções escritas, etc.							
INTRA – RETÓRICAS DEPENDENTES	Caráter moral do orador: o orador é digno de confiança. • Legitimidade • Credibilidade ETHOS ⇨ Determinantes							
	DISPOSIÇÕES CRIADAS NOS OUVINTES: O discurso leva a sentir uma paixão. • Emoções • Paixões • Sentimentos • Idade • Condição social PATHOS ⇨ O orador deve adaptar-se ao auditório							
	NO PRÓPRIO AUDITÓRIO: o que se demonstra corresponde à verdade ou parece verdade.							
	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left; width: 50%;">Entimema:</th><th style="text-align: left; width: 50%;">Exemplo:</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mais impressionante</td><td>Mais eficaz</td></tr> <tr> <td>Base verossímil</td><td>Base no fato</td></tr> <tr> <td>Dedução dialética</td><td>Indução dialética</td></tr> </tbody> </table> LOGOS	Entimema:	Exemplo:	Mais impressionante	Mais eficaz	Base verossímil	Base no fato	Dedução dialética
Entimema:	Exemplo:							
Mais impressionante	Mais eficaz							
Base verossímil	Base no fato							
Dedução dialética	Indução dialética							

FONTE: Quadro extraído de Menezes em 11/05/04 – Disciplina Análise do Discurso e Argumentação, do professor Paulo Henrique A. Mendes, do curso de Mestrado em Linguística, PUC Minas.

A divisão das provas a partir dos gêneros deve-se, essencialmente, a três espécies de auditório, quais sejam, os tribunais, as Assembléias e as solenidades.

Tal divisão é dinâmica, uma vez que estriba-se nas funções exercidas pelo ouvinte, que podem ser de juiz ou espectador. Se a primeira, há predominância do tempo passado ou futuro; se a segunda, há predominância do tempo presente. Ou seja, o tempo distingue o gênero:

Aristóteles, que nunca esquece que é filósofo, mostra que os três gêneros também se distinguem pelo tempo. O judiciário refere-se ao passado, pois são fatos passados que cumpre esclarecer, qualificar e julgar. O deliberativo refere-se ao futuro, pois inspira decisões e projetos. Finalmente, o epidíctico refere-se ao presente, pois o orador propõe-se à admiração dos espectadores, ainda que extraia argumentos do passado e do futuro (REBOUL, 2004:45).

Além do tempo, os atos e os valores dos gêneros, variam. Quanto aos atos, a acusação ou a defesa caracteriza o judiciário, o aconselhamento ou desaconselhamento, o deliberativo, e a censura ou o 'louvor', o epidíctico. Quanto aos valores, o judiciário diz respeito ao justo e ao injusto, o deliberativo ao útil e inútil (referindo-se, unicamente à cidade) e o epidíctico, ao nobre e ao vil, conforme quadro abaixo.

QUADRO 2

Os três gêneros do discurso

	Auditório	Tempo	Ato	Valores	Argumento-tipo
Judiciário	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembléia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidíctico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Quadro extraído de Reboul (2004:47)

Para Reboul (2004), apesar de atualmente a teoria dos três gêneros de Aristóteles ser bem mais restritiva, o mérito do filósofo reside no fato de ele mostrar que os discursos podem ser classificados segundo o auditório e segundo a finalidade.

Os gêneros determinam as provas, ou os argumentos, que por sua vez são encontradas por *lugares*, termo de difícil 'tradução', segundo Reboul (2004), mas que tem, pelo menos, três sentidos, expostos pelo referido autor por níveis de tecnicidade:

- 1) no sentido mais antigo e mais simples, o lugar é um argumento pronto que o defensor pode colocar em determinado momento de seu discurso, muitas vezes depois de o ter aprendido de cor. Numa forma menos rígida, esses lugares são encontrados em toda a retórica antiga. Assim, no discurso judiciário, os lugares de peroração que concluem a acusação e os lugares de amplificação servem para persuadir os juízes de que a causa ultrapassa a pessoa do réu, que ela compromete o futuro (...). O lugar é, neste primeiro sentido, um argumento-tipo, cujo alcance varia segundo as culturas. São encontrados no discurso epidíctico: *os melhores são os que partem...*; também serão vistos no discurso

publicitário;

- 2) em sentido mais técnico, o lugar já não é um argumento-tipo, é um tipo de argumento, um esquema que pode ganhar os conteúdos mais diversos. Por exemplo, o lugar do mais e do menos: “se os deuses não são oniscientes, muito menos os homens. Ele bate nos vizinhos, pois bate no pai” (RETÓRICA I; 9:21). Aristóteles chama esses lugares de lugares-comuns, pois se aplicam a toda espécie de argumentação.
- 3) no sentido mais técnico, o dos Tópicos, o lugar não é um argumento-tipo nem um tipo de argumento, mas uma questão típica que possibilita encontrar argumentos e contra – argumentos: “os lugares (...) são como etiquetas dos argumentos, sob as quais vamos buscar o que há para dizer num ou noutro sentido” (CÍCERO, Orador, 46 *apud* REBOUL, 2004:52). Outro exemplo dado pelo autor: “um estudante que precisa fazer uma dissertação não sabe ainda se vai adotar um plano por perguntas ou um plano por tese-antítese-síntese; o próprio fato de interrogar-se assim só é possível através de um lugar: a questão dos tipos de planos!”. Naturalmente, o lugar no sentido de questão também pode ser um lugar-comum, no sentido de que, sobre qualquer espécie de assunto, podemos interrogar sobre o tipo de ser, os tipos de causas, etc. Mas, no terceiro sentido, o lugar é sempre uma questão que permite encontrar argumentos que sirvam à tese, inventar as premissas de uma conclusão dada.

Para Reboul, no entanto, tais esclarecimentos não serão completos se não se considerar o que se tornou o lugar depois de Aristóteles:

termo abrangente que se aplica aos dados mais heteróclitos. Assim, na retórica medieval, teremos *topoi*, espécies de trechos esperados e até obrigatórios, como o lugar da modéstia afetada; o lugar do *puer senilis*, da criança ajuizada como um velho (...), o lugar dos impossíveis: “o fogo queima dentro do gelo” (...). Finalmente, lugar é tudo o que possibilita ou facilita a invenção, mas que, por isso mesmo, a nega, pois uma invenção deixa de sê-lo à medida que se torna fácil (REBOUL, 2004:54).

Em se abordando a invenção, é preciso lembrar que ela é a primeira das quatro partes em que Aristóteles divide a Retórica, as quais são claramente descritas e comentadas por Reboul (2004:54-70):

A invenção (*heurésis*) é a busca do orador pelos argumentos específicos para determinado caso e dos meios de persuasão relativos ao tema do seu discurso: *ethos*, *pathos*, *logos*.

Na realidade, a própria noção de invenção pode parecer-nos muito ambígua. De fato, ela se situa entre dois pólos opostos. Por um lado, é o “inventário”, a detecção pelo orador de todos os argumentos ou procedimentos retóricos disponíveis. Por outro, é a “invenção” no sentido moderno, a criação de argumentos e de instrumentos de prova; até o *etos*, explica Aristóteles, a confiança inspirada pelo orador, deve ser “obra de seu discurso”; em outras palavras, o importante não é o caráter que ele já tem, e que o auditório conhece, mas é o caráter que ele cria (REBOUL, 2004:54).

A segunda parte da Retórica, é a disposição (*taxis*), a ordenação dos argumentos, de onde resultará a organização do discurso, seu plano. Na retórica clássica, a disposição apresenta-se em quatro partes: i) exórdio, parte que inicia o discurso, cuja função é, essencialmente, fática: tornar o auditório benevolente, por exemplo; ii) narração, ou exposição dos fatos referentes à causa, exposição aparentemente objetiva, sempre orientada pelas necessidades da acusação ou da defesa. O fato é que, se não for objetiva, deverá parecer. É na narração que o *logos* supera o *ethos* e o *pathos*. Para ser eficaz, deve ter três qualidades: clareza, brevidade e credibilidade; iii) confirmação, ou seja, o conjunto de provas, seguido por uma refutação (*confutatio*), que destrói os argumentos adversários; iv) digressão e peroração, a primeira refere-se ao “relaxamento”, cuja função é distrair o auditório, mas também apiedá-lo ou indigná-lo; a segunda é posta no final do discurso, é o momento, por excelência, em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica.

A terceira parte é a elocução (*lexis*), cuja característica lingüística é notadamente marcada. Ela diz respeito à redação escrita do discurso, ao estilo. É aqui que se encontra o uso das figuras.

A retórica criou uma estética da prosa, uma estética puramente funcional, da qual tudo o que é inútil é excluído, em que o mínimo efeito de estilo se justifica pela exigência de persuadir, em que qualquer artifício gratuito engendra preciosismo ou vulgaridade. No entanto, para Reboul (2004), o se deve considerar sobre o estilo são três pontos, que correspondem respectivamente aos três pólos do discurso: assunto, auditório e orador. O estilo mais eficaz é aquele que se adapta ao assunto. Isso significa que ele será diferente conforme o assunto. Os latinos distinguiam três gêneros de estilo: o nobre (*grave*), o simples (*tenue*) e o ameno (*medium*), que dá lugar à anedota e ao humor. O orador eficaz adota o estilo que convém a seu assunto: o nobre para comover (*movere*), sobretudo na peroração; o simples para informar e explicar (*docere*), sobretudo na narração e na confirmação; o ameno para agradar (*delectare*), sobretudo no exórdio e na

digressão. Portanto, a primeira regra é a da conveniência, a segunda é a da clareza, ou adaptação do estilo ao auditório, e a terceira, diz respeito ao próprio orador que deve mostrar-se em pessoa no seu discurso, ser colorido, alerta, dinâmico, imprevisto, engraçado ou caloroso, numa palavra: vivaz.

A quarta e última parte da Retórica é a ação (*hypocrisis*), ou, a proferição efetiva do discurso, com tudo o que ele pode implicar em termos de efeitos de voz, mímicas e gestos. É o orador ator, aquele que ‘parece aquilo que deseja parecer’. É a associação do verbal com o não verbal.

O conteúdo da ação hoje é mais simples e flexível do que o presente nos oradores antigos, mas a ação continua sendo indispensável, aliás mais que nunca, numa época em que o discurso oral, graças aos meios de comunicação de massa, readquiriu importância capital.

Em suma, “a base de retórica é a argumentação contraditória, isto é, quem não gostar de um sorriso comercial de um candidato, pode votar em outro” (REBOUL, 2004:87) e como entendida pela Retórica Clássica, é a arte de persuadir pelo discurso. E nesse sentido, Reboul (2004:16) aponta quatro funções da Retórica: i) a função persuasiva, principal função da retórica, cujo objetivo é levar o outro a crer, sem necessariamente levá-lo a fazer; ii) a função hermenêutica, a qual refere-se ao fato de que “a lei fundamental da retórica é que o orador - aquele que fala ou escreve para convencer - nunca está sozinho, exprime-se em concordância com outros oradores ou em oposição a eles, sempre em função de outros discursos”; iii) a função heurística, a qual refere-se à descoberta do outro como participante do processo discursivo; iv) função pedagógica, que refere-se à existência da cultura a partir da formação retórica. “Aprender a arte de bem dizer é já e também aprender a ser” (REBOUL, 2004:22).

Após Aristóteles, para quem o estudo da argumentação dividia-se nas classes de argumentos retóricos, demonstrativos, dialéticos e sofísticos que circulavam na *polis*, a retórica, afirma Reboul (2004), instala-se na cultura grega helenística como disciplina essencial, tão importante quanto a matemática para nós. Os romanos também a aderiram, assimilando-a, fatos que, apesar de relevantes, não constituem objeto deste trabalho. Entretanto, é necessário pontuar, mesmo que rapidamente, o fato de que foi no século XIX que a retórica declinou. A princípio condenou-se o cristianismo por esse declínio, uma vez que “este, de fato, situa-se em ruptura total com a cultura antiga, cujo ‘cerne’ é constituído pela retórica: cultura pagã, idólatra

e imoral, que só poderia afastar a redenção, ‘única coisa necessária’” (REBOUL, 2004:77). No entanto, H.-I.Marrou, citado por Reboul (2004), mostra que os cristãos não demoraram a aceitar a escola romana e a cultura que ela veiculava, tanto que após a queda do Império Romano, foi a Igreja que se tornou depositária da cultura antiga, inclusive a retórica, mesmo tendo em seu seio a rejeição de autores pagãos por grande número de pais da Igreja . Esses “pais”, entretanto, admitem a língua e a retórica dos pagãos por duas razões pontuadas por Marrou, citado por Reboul (2004:77). São as razões:

- 1) a Igreja, em seu papel missionário e em suas polêmicas, não podia prescindir da retórica, muito menos da língua (grega ou latina). Não podia deixar esses meios de persuasão e de comunicação em mãos de adversários.

Quem ousaria dizer que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Como? Esses oradores que se esforçam por persuadir do falso saberiam desde o exórdio tornar o auditório dócil e benevolente, enquanto os defensores da verdade seriam incapazes disso? (DOCTRINA CRISTÃ, IV,2,3 *apud* REBOUL, 2004:77).

- 2) A própria Bíblia é profundamente retórica. Nela sobejam metáforas, alegorias, jogos de palavras, antíteses, argumentações, tanto quanto nos textos gregos.

Com efeito, não é o cristianismo responsável pelo declínio da retórica. Mas a partir do Renascimento, como pontua Reboul (2004), em que se volta aos cânones antigos cujo ensino constitui o ciclo essencial de toda a escolaridade, tanto entre os protestantes e os jansenistas quanto entre os jesuítas, começa o declínio da retórica, cujo golpe mortal é dado pelas novas idéias que rompem o elo entre o argumentativo e o oratório, que lhe davam força e valor.

Foi dito que essa cisão ocorreu a partir do século XVI, com o humanista Pedro Ramus (...) Este de fato separa resolutamente a dialética, arte de argumentação racional, da retórica, reduzida “ao estudo dos meios de expressão ornados e agradáveis” (...) , em suma à elocução. Mas nada prova que a atitude de Ramus tenha sido duradoura; ao contrário, os retóricos que apareceram até o século XIX sobretudo na Inglaterra, continuam completos, incluindo tanto a invenção e a disposição quanto a elocução. Apesar disso, no século XVII ocorre uma fratura também grave com Descartes, que vai destruir um dos pilares da retórica, a dialética, em outras palavras a própria possibilidade de argumentação contraditória e probabilística (REBOUL, 2004:79).

Com a perda de seu instrumento dialético, a retórica ,que também deixa de ser arte, cai em condenação por outros filósofos e empiristas ingleses para quem “qualquer verdade vem da experiência sensível, e a retórica, com seus artifícios verbais, só faz afastar da experiência” (REBOUL, 2004:80).

É certo que ela ainda poderá servir aos debates jurídicos, à política e à pregação. E por isso ainda haverá tratados de retórica até o século XIX. Mas aí duas novas correntes de pensamento conduzirão ao seu desenlace. A primeira é o positivismo, que rejeita a retórica em nome da verdade científica (...) A segunda corrente é o romantismo, que rejeita a retórica em nome da sinceridade (REBOUL,2004:81).

Ainda segundo Reboul, apesar da “falsa saída de cena”, a retórica não morreu.

Ela sobrevive no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos, como também vai renovar-se com a comunicação de massa, própria do século XX. Finalmente, a partir dos anos 60 aparece na França e na Europa uma nova retórica, que logo conhecerá imenso sucesso. A palavra já não dá medo (REBOUL, 2004:82).

1.2 A “Nova Retórica”

A “Nova Retórica”, ou *Traité de l' argumentation*, datado de 1958, é resultado das pesquisas de Perelman que contou com a colaboração de Lucie Olbrechts-Tyteca. Segundo Coelho, em seu prefácio à edição brasileira:

O pioneirismo de Perelman, na reabilitação da retórica, é unanimemente reconhecido. Antes dele, a noção aristotélica, e as extraordinárias possibilidades que propicia, não despertaram o interesse de sucessivas gerações de filósofos. É certo, também, por outro lado, que o pensador belga não se limitou a transpor acriticamente o conceito de dialética da Antiguidade aos nossos dias. Pelo contrário, suas reflexões sobre o discurso argumentativo e a introdução dos conceitos de auditório interno e universal ampliaram, de modo significativo, o conhecimento acerca desse processo de comunicação. O ponto de partida de Perelman é o modo pelo qual se entendeu, a partir da codificação napoleônica principalmente, o raciocínio jurídico, isto é, o relacionamento com a aplicação do direito. (...) Perelman percebe que considerar irracional a aplicação do direito importa renunciar a qualquer filosofia prática e abandonar a disciplina da conduta humana ao sabor de emoções e interesses, quer dizer, confiá-la à violência. Insatisfeito com a afirmação da irracionalidade da aplicação do direito, Perelman elege como projeto teórico a pesquisa de uma “lógica dos julgamentos de valor”.. Daí nascerá a *nova retórica* (TRATADO DA ARGUMENTAÇÃO, 2002:XIV).

Os autores, com a “Nova Retórica”, não diferenciam muito o conceito de argumentação daquele abordado pela Retórica Clássica. Entretanto, eles procuram combinar a retórica com a dialética, além de discutirem aquela a partir dos valores, uma vez que o verdadeiro corresponde aos enunciados que são aceitos pelo auditório. “O grau de adesão do auditório a uma tese é a norma da verdade dessa tese e de sua racionalidade” (EMEDIATO, 2001:165). A exemplo: o que conduz as pessoas a apoiarem o nazismo? E aqui me parece pertinente outra afirmação de Emediato (2001:165): “a verdade não corresponde, pois, à adequação do enunciado ao real, mas ao consenso social”.

Perelman e Tyteca (2002), guardadas as devidas proporções, respaldam, em sua “Nova Retórica”, os três grandes gêneros da retórica clássica: deliberativo (o que visa regulamentar as decisões políticas), epidíctico (reforça as normas sociais e morais) e o judiciário (sanciona as condutas repreensíveis). Essa “Nova Retórica” define-se, segundo Emediato (2001:176), “como uma pragmática dos valores (o justo, o bom, o justificado)”, o que evidencia a importância da persuasão no desenvolvimento da pragmática no campo científico, uma pragmática analisada sob os modernos padrões de uso da linguagem pautada na situação sócio-comunicativa.

Perelman e Tyteca ainda propõem uma distinção, embora tênue, entre persuadir e convencer:

Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação (...) Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. (...) Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional. (PERELMAN e TYTECA, 2002:30).

No entanto, o que realmente, a meu ver, interessa na argumentação enquanto processo das práticas languageiras e técnica discursiva é a sua necessária relação com a racionalidade. O empenho no processo argumentativo é sinônimo da não imposição, da ausência do uso da força.

Essa racionalidade, no entanto, não implica, necessariamente a explicitude, pois a argumentação não se reduz ao uso de marcas explícitas de operações lógicas ou conectivos; às vezes, ela está implícita no discurso.

Voltando, especificamente, às formulações do Tratado da Argumentação, pontuo a seguir algumas delas, que serão pertinentes à análise do *corpus*.

1.2.1 Argumentação

Segundo Meyer, prefaciando o Tratado da Argumentação:

entre a ontologia, dotada de uma flexibilidade oca, mas infinita, e a racionalidade apodíctica, matemática ou silogística, mas limitada, Perelman tomou uma terceira via: a argumentação, que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível (Tratado da Argumentação, 2002:XXI).

Para Perelman (2002) há uma contraposição entre Argumentação e Demonstração: “o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo”. A demonstração reduz-se a um cálculo, mas:

quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto o seu efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual (PERELMAN & TYTECA, 2002:16).

Com efeito, é imprescindível à argumentação, a participação do auditório, seja lendo ou ouvindo, de onde a diferença entre persuadir e convencer, destacada anteriormente. Persuadir é objeto da Retórica, convencer pertence ao discurso demonstrativo.

1.2.2 O Auditório

O contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. (...) O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência (PERELMAN & TYTECA, 2002:21-22).

Perelman e Tyteca (2002:33-49) afiançam que há três espécies de auditórios, considerados privilegiados, no aspecto da atribuição de papel normativo que permite decidir a natureza convincente de uma argumentação, tanto na prática corrente como no pensamento

filosófico. **O primeiro**, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, é o **auditório universal**, cuja concepção varia de acordo com a cultura e com cada indivíduo; **o segundo** formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige. A adesão do interlocutor no diálogo extrai seu significado do fato de este ser considerado uma encarnação do auditório universal. Admite-se que o ouvinte dispõe dos mesmos recursos de raciocínio que os outros membros do auditório universal. O ouvinte único é escolhido não por suas qualidades, mas por suas funções; é a escolha que menos compromete o orador e menos revela a opinião que ele tem de seu auditório; **o terceiro** constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. O sujeito que delibera é considerado em geral uma encarnação do auditório universal. É legítimo que quem adquiriu uma certa convicção se empenhe em consolidá-la perante si mesmo, sobretudo diante de ataques que podem vir do exterior.

Conquanto o auditório universal de cada orador possa ser considerado, de um ponto de vista exterior, um auditório particular, ainda assim, a cada instante e para cada qual, existe um auditório que transcende todos os outros e que é difícil precisar como um auditório particular. Em contrapartida, o indivíduo que delibera ou o interlocutor do diálogo podem ser percebidos como um auditório particular, cujas reações conhecemos e cujas características somos ao menos capazes de estudar. Daí a importância primordial do auditório universal enquanto norma de argumentação objetiva, pois o parceiro do diálogo e o indivíduo que delibera consigo mesmo não são mais que encarnações sempre precárias (PERELMAN & TYTECA, 2002:34).

Como definir o auditório?

Em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos. (...) A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade (PERELMAN & TYTECA, 2002:22).

É preciso que o orador saiba a quem está falando, pois esta é a regra de ouro da retórica, considerar o auditório. Portanto, para saber qual é o auditório real do discurso, o orador deve lembrar-se, como bem pontua Reboul (2004:142) de que há várias maneiras de distinguir um auditório, dentre as quais: i) o tamanho, que pode ir de um único indivíduo (por exemplo, numa carta) a toda a humanidade; ii) as características psicológicas decorrentes de idade, sexo,

profissão, cultura, etc; iii) a competência, que não só distingue os conhecimentos necessários como também o nível de argumentação e até o vocabulário; iv) a ideologia, seja ela política, religiosa ou outra. Pois não só o argumento que muda segundo a ideologia; o vocabulário também.

A relação entre o orador e o auditório é que viabiliza a argumentação, que não é possível sem um entendimento mínimo entre os interlocutores, algum acordo prévio. Quais são, então, os elementos, as “premissas comuns”, implícitas ou explícitas, que constituem esse acordo?

1.2.3 Elementos do Acordo Prévio

O acordo repousa sobre fatos, verdades e presunções.

Fato – Embora Perelman e Tyteca (2002:75) afirmem que “o fato como premissa é um fato não controverso, designa objetos de acordo preciso”, sua noção não é muito clara. A única resposta possível para a pergunta: o que é fato, é, segundo Reboul (2004:164), “uma verificação que todos podem fazer, que se impõe ao auditório universal, que parece ser o caso de nosso ‘fato estatístico’”.

Verdade – A verdade, também, assim como o fato, é não controversa. “designa sistemas mais complexos relativos a ligações entre fatos, quer se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas e religiosas que transcendem a experiência” (PERELMAN e TYTECA, 2002:77). Para Reboul (2004:165), as verdades são menos diretas que os fatos; “são nexos necessários, como $e = \frac{1}{2} GT$, ou então são prováveis, como uma lei tendencial”.

Presunções – Segundo Perelman e Tyteca (2002:79), “além dos fatos e das verdades, todos os auditórios admitem presunções. Estas também gozam do acordo universal; todavia, a adesão às presunções não é máxima, espera-se que essa adesão seja reforçada, num dado momento, por outros elementos”.

Reboul (2004:165) afiança que as presunções têm “função capital, pois constituem o que chamamos de “verossímil”, ou seja, o que todos admitem até prova em contrário. O verossímil é a confiança presumida”.

Quanto às premissas referente ao preferível, elas estribam-se nos valores.

1.2.4 Os valores e o preferível

Como pontuado no início deste tópico sobre a “Nova Retórica”, os valores são fundamentais à pesquisa de Perelman. Eles estão, simultaneamente, na base e no termo da argumentação e variam segundo o auditório. Eles são divididos por Perelman e Tyteca em dois, quais sejam:

1) valores abstratos: a exemplo da justiça e da verdade, que têm fundamento na razão, esses valores podem servir comodamente para a crítica por não levarem em consideração pessoas e parecerem fornecer critérios a quem quer modificar a ordem estabelecida.

2) valores concretos: a exemplo de *França e Igreja*, esses valores se vinculam a um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular, quando examinados em sua unicidade. O apoio a estes valores é mais fácil quando se trata de conservar do que quando se trata de renovar. Existem comportamentos e virtudes que não podem ser concebidos senão em comparação com valores concretos. As noções de envolvimento, de fidelidade, de lealdade, de solidariedade, de disciplina são dessa espécie.

Como afirma Reboul (2004:166), “quem diz valores diz hierarquia de valores. Assim, prefere-se o justo ao útil, acredita-se ser melhor sacrificar o cão que seu dono”.

Para estabelecer o valor de uma coisa, bem como para fundar hierarquias, Perelman e Tyteca recorrem ao lugar do preferível, ou seja, a premissas de ordem geral. Os autores pontuam vários lugares do preferível, que Reboul (2004), com quem compactuo, reduz a apenas três, alegando que os demais neles se inserem. Os lugares são: i) de quantidade; ii) de qualidade; iii) de unidade. Os primeiros são os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. É preferível aquilo que proporciona mais bens, o bem maior, o mais durável, ou ainda o que propicia o “mal menor”. “Por essa ótica, o normal – no sentido do mais freqüente – determina a norma, o obrigatório; assim, expressões como “É isso o que todos fazem”, “isso que todos pensam”, são dadas como argumentos, e, assim, é preciso uma contra-argumentação para dissociar a norma do normal” (REBOUL, 2004:166).

Os lugares de qualidade têm sentido contrário dos lugares de quantidade. Aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número. Assim, o único passa a ser o preferível

ao passo que o banal e o intercambiável são desprezados. Valoriza-se o raro, o insubstituível. “A norma já não é o normal, é o original”.

Os lugares de unidade parecem sintetizar os dois primeiros, conforme pontua Reboul (2004:166): “o que é um, ou efeito de um único, é por isso mesmo superior (...) Excelente exemplo é o famoso título de Bossuet *Variações das Igrejas protestantes*, que por si só é uma refutação do protestantismo: se ele fosse verdadeiro seria único”.

Com efeito, toda argumentação, como pontuam Perelman e Tyteca, supõe uma escolha que consiste não só da seleção de elementos que são utilizados, mas também na técnica de apresentação destes. A técnica, por sua vez, implica nos tipos de argumentos.

1.2.5 Tipos de Argumentos

Perelman e Tyteca (2002) agrupam os argumentos em quatro tipos:

- a) argumentos quase-lógicos – tais como “um tostão é um tostão”, são aqueles que, por sua estrutura, lembram os raciocínios formais, como a identidade ou a transitividade, já que, a princípio, eles não apelam à experiência, mas ao contrário dos raciocínios formais, podem ser refutados por não serem puramente lógicos. Podem apelar para estruturas lógicas, a exemplo da contradição, da identidade total ou parcial e da transitividade, como também podem apelar para relações matemáticas: relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência.
- b) Argumentos fundados na estrutura do real – são argumentos que não se apóiam na lógica, mas na experiência, nos elos reconhecidos entre as coisas. “Aqui, argumentar já não é implicar, é explicar: “o adversário diz isso porque tem interesse em dizê-lo” (REBOUL, 2004:173). Esses argumentos, segundo Perelman e Tyteca (2002:298) geram outros argumentos que exprimem maneiras pelas quais se apresentam opiniões concernentes ao real, podendo estas opiniões ser tratadas como fatos, como verdades ou como presunções. São argumentos que se aplicam a ligações de sucessão, que unem um fenômeno a suas conseqüências ou a suas causas, e argumentos que se aplicam a

ligações de coexistência, que unem a pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte e, em geral, uma essência a suas manifestações. Nas ligações de sucessão inserem-se o argumento pragmático, o argumento do desperdício, da direção, de superação, dentre outros. Nas ligações de coexistência, estão os argumentos de autoridade, de hierarquia, os concernentes às diferenças de grau e ordem e os argumentos concernentes ao *ethos*.

- c) Argumentos, ou ligações, que fundamentam a estrutura do real – tais como a analogia, são como os anteriores, argumentos empíricos. No entanto, criam a estrutura do real, em vez de nela se apoiarem, pontuando nexos em lugares antes não vistos nem suspeitados. Desempenham variados papéis: como exemplo, permitirá uma generalização; como ilustração, esteará uma regularidade já estabelecida; como modelo, incentivará a imitação (Perelman e Tyteca, 2002:398). Generalizam aquilo que se aceita acerca de um caso particular ou colocam em um outro domínio aquilo que se admite em um domínio particular.
- d) Argumentos por dissociação das noções – Consistem em dissociar noções em pares hierarquizados, como aparência/realidade, meio/fim, letra/espírito, etc. Dessa forma se distinguem de todos os outros argumentos que associam as noções.

A dissociação das noções determina um remanejamento mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação. Já não se trata, nesse caso, de cortar os fios que amarram elementos isolados, mas de modificar a própria estrutura destes (PERELMAN e TYTECA, 2002:468).

Os argumentos são, a meu ver, ‘reforçados’ pelas figuras, quando estas não se constituem no próprio argumento. Sobre elas asseveram Perelman e Tyteca (2002:190):

Para nós, que nos interessamos menos pela legitimação do modo literário de expressão do que pelas técnicas do discurso persuasivo, parece importante não tanto estudar o problema das figuras em seu conjunto quanto mostrar em que e como o emprego de algumas figuras determinadas se explica pelas necessidades da argumentação. (...) Duas características parecem indispensáveis para que haja figura: uma estrutura discernível, independente do conteúdo, ou seja, uma forma (seja ela, conforme a distinção dos lógicos modernos, sintática, semântica ou pragmática), e um emprego que se afasta do modo normal de expressar-se e, com isso, chama a atenção. Uma dessas exigências, pelo menos, encontra-se na maioria das definições das figuras

propostas no curso dos séculos; a outra se introduziu por algum viés. (...) É certo, de todo modo, que só há figura quando se pode operar uma dissociação entre o uso normal de uma estrutura e seu uso no discurso, quando o ouvinte faz uma distinção entre a forma e o fundo, que lhe parece impor-se. Mas é quando essa distinção, percebida logo de início, se extingue em virtude do efeito mesmo do discurso, que as figuras assumem todo o seu significado argumentativo.

1.2.6 As figuras na argumentação

No Tratado da Argumentação, toda figura de retórica, com ressalta Reboul (2004:114), “é um condensado de argumento: a metáfora é condensado de analogia, etc.” Para o referido autor, com quem concordo, essa teoria “é intelectualista demais; esquece-se do prazer da figura, que deriva ora da emoção, ora da comicidade, mas sempre do patos”. Por conseguinte, Reboul propõe um interessante estudo sobre a função argumentativa das principais figuras de retórica, classificadas conforme suas relações com o discurso em que se encaixam:

Figuras de palavras, como o trocadilho, a rima, que dizem respeito à matéria sonora do discurso. Dividem-se em figuras de ritmo e de som.

Figuras de sentido, como a metáfora, que dizem respeito à significação das palavras ou dos grupos de palavras. Essas figuras desempenham papel lexical, pois enriquecem o sentido das palavras.

Figuras de construção, como a elipse ou a antítese, que dizem respeito à estrutura da frase, por vezes do discurso.

Figuras de pensamento, como a alegoria, a ironia, que dizem respeito à relação do discurso com seu sujeito (o orador) ou com seu objeto.

Alguém perguntará se as figuras são de fato úteis; não seriam antes nocivas, fonte de confusão e manipulação? Afinal de contas, por que falar de figuras? É como perguntar: por que falar? Sempre que queremos expressar sentimentos ou idéias abstratas, recorreremos às figuras. E o filósofo, o jurista, o teólogo não escapam dela tanto quanto o homem (e a mulher) comum. Falar sem figuras, sim, seria o verdadeiro desvio, provavelmente mortal. O problema não é livrar-se das figuras – o que equivale a livrar-se da linguagem; o problema é conhecê-las e compreender seu perigoso poder, para não ser vítima dele; para tirar proveito dele (REBOUL, 2004:137).

À guisa de conclusão deste tópico, é pertinente enfatizar que a retórica clássica consiste no falar em público de forma persuasiva, ao passo que a “Nova Retórica” de Perelman e Tyteca,

estriba-se na estrutura da argumentação escrita. Mantém a concepção de gêneros discursivos de Aristóteles: deliberativo, judiciário e epidíctico, ressaltando este último, o qual considera central à arte de persuadir. Não subordina o discurso argumentativo à noção de verdade proposicional, “mas a uma pragmática de valores, já que o verdadeiro corresponde aos enunciados que são aceitos pelo auditório” (EMEDIATO, 2001:157). Logo, a leitura da “Nova Retórica” é fundamental aos estudos sobre argumentação.

1.3 A Argumentação na Semiolingüística

A teoria Semiolingüística será detalhada no capítulo três. Neste tópico, no entanto, limito-me, à título de contextualização, a abordar, unicamente, a argumentação sob o seu ponto de vista.

Segundo essa teoria, a argumentação é compreendida no campo da formulação geral da Análise do Discurso, uma vez que não é vista como uma atividade autônoma da língua, mas insere-se num quadro de quatro Modos de Organização: descritivo, narrativo, enunciativo, argumentativo, nos quais os procedimentos semânticos estribam-se no consenso social.

Com efeito, para Charaudeau (1999 *apud* MENEZES, 2000), “a argumentação é considerada como uma prática social (ordinária e erudita), em que o sujeito argumentante se encontra sob limites que integram a situação comunicacional, determinando o que pode e deve ser dito”.

É justamente nessa relação entre limitação e liberdade que se insere, para o referido autor, um ato de linguagem. De onde, a noção de argumentação não restrita a frase ou proposições ligadas por conectores lógicos, mas a argumentatividade implícita ao discurso. A argumentação, ainda para Charaudeau, não deve ser confundida com outros atos discursivos que combinam com ela sem, contudo, terem existência própria, a exemplo da “negação”, a qual pode consistir em apenas rejeitar uma asserção em uma situação de discurso. Contudo, ela será argumentativa se almejar demonstrar que uma tese é falsa. “Dessa maneira, o raciocínio do sujeito argumentante passa por uma operação de pensamento que consiste em expressar uma convicção e uma explicação endereçada a um interlocutor, com o objetivo de persuadi-lo e modificar seu

comportamento” (MENEZES, 2000:118).

Dessa forma, para Charaudeau (1992:785), argumentar é uma atividade discursiva que define-se por uma relação triangular em que os pólos são: um sujeito argumentante, uma tese sobre o mundo e um sujeito alvo, sendo que, para o sujeito argumentante, essa relação envolve duplo objetivo, qual seja:

- a) Uma busca de racionalidade que possa servir como ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo que não possuam uma única explicação. Então, o que se apresenta é o verossímil, ou o que é aceito como verdadeiro pelas representações sócio-culturais entre os membros do grupo, num jogo de verdade e universalidade das explicações;
- b) Uma busca de influência, como ideal de persuasão, que consiste em fazer com que o outro (interlocutor ou destinatário) partilhe um certo universo discursivo, a fim de que este almeje ter o mesmo ideal, tornando-se, assim, um co-enunciador discursivo.

Para alcançar tais objetivos, afiança Charaudeau, o sujeito argumentante desenvolve três atividades cognitivas, descritas por Menezes (2001:192):

- 1) Problematizar – que corresponde ao “fazer saber”, não somente aquilo que está em questão, mas também o que é preciso que se pense no momento. O sujeito argumentante oferece ao seu interlocutor o meio (mais ou menos explícito) de situar o quadro de questionamento, ao qual é preciso relacionar o ato assertivo. Os questionamentos podem dirigir ao enunciado ou à enunciação. Quando ele se volta para o enunciado, o interlocutor deverá se interrogar sobre o que é a causa ou a consequência do fato (Por que isso é assim? Como isso é possível? O que é que isso vai produzir?). E quando se dirige à enunciação, o interlocutor deve se interrogar sobre o que autoriza o locutor a enunciar tal asserção (Por que você disse isso? Por que você diz isso assim?). Assim, problematizar é propor-impor um quadro de questionamentos que coloca em oposição duas asserções. E o sujeito alvo é conduzido a interrogar-se sobre a validade destas, pelo sujeito interpretante.
- 2) Elucidar – o sujeito argumentante procura fazer “o outro” compreender as razões que explicam o estado do fato asseverado ou as consequências possíveis desse sobre acontecimentos futuros. A elucidação pressupõe, então, que o fato seja averiguável e a sua existência não possa estar sob suspeita, pois a argumentação não busca provar a existência

do fato e, sim, explicar o seu porquê e o seu como. “Elucidar é entrar no universo discursivo da causalidade e não naquele da existencialidade do acontecimento” (CHARAUDEAU *apud* MENEZES, 2001:193). O universo discursivo da causalidade, por sua vez, compreende causas imediatas e profundas. As primeiras dizem respeito àquelas cuja elucidação consiste em dar como origem do estado asseverado um fato imediatamente anterior ou uma sucessão de fatos anteriores. As segundas, àquelas que os índices explicativos aludem a origens múltiplas; que se mostram pela participação de elementos diversos, em um jogo de paralelismo e analogias.

- 3) Provar – relaciona-se a um fazer-crer, fundado no valor da elucidação. A prova possibilita que o sujeito argumentante se posicione em relação à validade das elucidações possíveis e que, ao mesmo tempo, ele forneça ao interlocutor os meios de julgar a validade do ato de elucidação a partir da problematização inicial. Essa atividade compreende argumentos de ordem empírica, experimental ou estatística, tendo valor ético, pragmático ou hedônico, e um posicionamento do sujeito argumentante em relação ao sistema de valores que circulam na sociedade à qual pertence.

Menezes (2001:194) afiança que “o desenvolvimento dessas três atividades cognitivas submete-se a situações particulares das trocas languageiras, onde tem lugar a argumentação. Isto é, elas ocorrem no interior de um determinado tipo de situação correspondente a um contrato de comunicação específico”.

O contrato apresenta-se, nesta perspectiva, como determinante para o conjunto dos argumentos. Além disso, no interior do contrato, o sujeito argumentante pode desenvolver estratégias de argumentação específicas. Estas giram em torno de três perspectivas, não exclusivas entre si, mas que se distinguem mais ou menos pela natureza de sua finalidade: legitimação, credibilidade, captação (MENEZES, 2001:195).

A legitimação, apropriando ainda de Menezes (2001), consiste em determinar a posição de autoridade do sujeito argumentante, de modo que este possa responder à questão: “Em nome de quem estou autorizado a argumentar: autoridade institucional ou autoridade pessoal?” Esta posição de autoridade pode ser pressuposta e percebida; pode também ser contestada. A credibilidade, por sua vez, em determinar a posição de verdade do sujeito; respondendo à questão:

Como posso ser tomado a sério: mantendo uma posição de neutralidade ou engajando na escolha dos argumentos e palavras. Já a captação consiste em fazer com que o parceiro entre no quadro argumentativo do sujeito falante, tentando resolver o problema: “como fazer para que o outro possa ‘ser levado’ pelo que eu disse?” Para isso, o sujeito falante pode adotar objetivos de polêmica ou persuasão e dramatização, quando ele utiliza-se de analogias, comparações, metáforas, etc.

Todo esse quadro argumentativo abarca o testemunho de determinados valores compartilhados pela comunidade, valores estes que para Charaudeau (*apud* EMEDIATO, 2001) são organizados em cinco domínios de avaliação: i) domínios da verdade (verdadeiro ou falso); ii) da estética (belo e feio); iii) da ética (bem e mal); iv) do hedônico (agradável e desagradável); v) do pragmático (útil e inútil).

Esses domínios de avaliação, conforme pontua Emediato (2001), funcionam como a lei de passagem em Charaudeau, já que, como em Perelman, são justificadores da argumentação e são sustentados no consenso social. A argumentação é justificada, validada, pelos procedimentos da encenação discursiva, classificados por Charaudeau (1992) em procedimentos semânticos, discursivos e de composição.

Os procedimentos semânticos, em palavras de Menezes (2000:122) estribam-se nos valores expressos pelos argumentos. Eles consistem na utilização do fato que os membros de um grupo sócio-cultural partilham determinados domínios de avaliação, como descritos acima. Os procedimentos discursivos, ainda segundo Menezes (2000), baseiam-se no uso de categorias lingüísticas. Dentre eles estão a definição, a comparação, a citação, a descrição, a narrativa e o questionamento.

Já os procedimentos de composição, para o referido autor, correspondem à organização textual. Constituem em repartir, distribuir e hierarquizar os elementos do dispositivo argumentativo ao longo do texto, de forma a facilitar o reconhecimento de diferentes articulações do raciocínio ou a compreensão das conclusões da argumentação.

Com efeito, como bem pontua Charaudeau (*apud* MENEZES 2001:198): “parece-nos fundamental perceber a argumentação enquanto o principal instrumento de formação da opinião pública”.

Dessa forma, a Semiolingüística constitui-se uma teoria importante para o estudo da argumentação e tal qual a “Nova Retórica”, pontua a estreita relação entre linguagem e ação.

CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: DIRETRIZES COMPLEMENTARES

O discurso político eleitoral é um gênero discursivo, entendendo-se por gênero, como afirma Marcuschi⁶, com quem concordo, a ação interativa, modelo sócio-comunicativo, “forma” de agir na sociedade, que ratifica o fato de a linguagem ser constitutiva, isso porque os indivíduos interagem. Com efeito, produzir um gênero é produzir um fato social para o homem, não formas.

Maingueneau (2002:65), ao abordar os gêneros afirma que "Trata-se (...) de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito, [ou seja], são submetidos a condições de êxito". Essas condições são flexíveis, tais como o estatuto de parceiros, lugar e o momento legítimos e finalidade reconhecida.

Para Bronckart (2003:138)

os gêneros não podem nunca ser objeto de uma classificação racional, estável definitiva. (...) Qualquer que seja o gênero a que pertençam, os textos, de fato, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação lingüística.

Marcuschi (2003:19) assevera: "os gêneros não são instrumentos estanques e enrigecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas"

Com efeito, o gênero é fenômeno social que só existe em determinada situação comunicativa e sócio-histórica, fato já anteriormente revelado por Bakhtin ao propor uma conceituação para os gêneros do discurso, em que foi ressaltada a necessidade de se compreender os enunciados como fenômenos sociais, resultantes da atividade humana,

⁶ Palestra I EMAD/UFMG: 23/06/05 – Mesa Redonda: Gêneros Discursivos e Sociedade.

caracterizados por uma estrutura pilar básica, suscetível a determinadas modificações. Isso porque, para Bakhtin, a linguagem é uma ação dialógica, o que pressupõe atividade do lado de quem produz um enunciado e de quem recebe esse enunciado.

Assim, pensar no gênero discursivo político-eleitoral é pensá-lo como estratégia do homem político bem como pensar em como se estrutura através da argumentação.

Tendo sido abordado no capítulo anterior, faz-se necessário, atrelar ao conceito de argumentação, o conceito de discurso e a noção de linguagem adotada para tais conceituações.

Dessa forma, como afiançado na introdução, o presente trabalho estriba-se na Análise do Discurso Francesa, especialmente na Semiologia de Patrick Charaudeau, tendo-se a certeza de que nenhuma teoria sozinha é suficiente para a completa abordagem de uma análise, mas que deve-se escolher um eixo que seja capaz de nortear o diálogo com outras teorias complementares.

A Semiologia adequa-se à análise que proponho porque ancora-se em fatos lingüísticos ao mesmo tempo que não se fecha à compreensão dos fenômenos do discurso que consideram os sujeitos envolvidos, em uma dimensão psicossocial, bem como outros elementos contextuais de produção e recepção do discurso.

Além disso, seu alicerce teórico-metodológico, o contrato comunicacional, o que mais me interessa nesta pesquisa, possibilita situar a troca linguageira em questão a partir de sua finalidade e identidade dos parceiros ali envolvidos, e os dispositivos utilizados, o que tende a fundamentar a análise, retirando-lhe qualquer nuance de ingenuidade quanto à natureza neutra do discurso, que pode ser apreendido sob vários pontos de vista, uma vez que está em aberto, apontando outras possibilidades de sentido, mas atendo-se às restrições circunstanciais que o determinam.

2.1 O discurso

Segundo Osakabe (1999:53), para falar de discurso é preciso entender que:

trata-se de uma palavra cujo sentido preciso tem sido pouco questionado, e isso pelas razões mais diversas. Uma destas talvez se deva ao fato de ter sido ela utilizada em trabalhos com alguma preocupação científica, onde simplesmente se recuperou o próprio uso que se fez dela na linguagem ordinária.

Essa afirmação do autor implica a necessidade de ajustes conceituais do termo, por parte de seus pesquisadores, tendo em vista a sua pluralidade.

A exemplo desses ajustes conceituais, cito a concepção de discurso como a manifestação de um sistema de significações ideológicas “onde esse objeto se configura como lugar de cristalização das motivações históricas” (OSAKABE, 1999:53). O autor afirma que isso delimita um domínio de investigação, o que, em boa parte, é resultado do movimento de ajuste.

Dessa forma, o exemplo anterior (a concepção de discurso como a manifestação de um sistema de significações ideológicas) é interessante enquanto domínio de investigação, “àqueles que pretendam estudar as formas de emergências daquelas motivações e as operações que elas sofrem, no percurso que vai da sua fluidez, no nível menos sensível das práticas não - verbais, para a sua concreção no nível verbal” (OSAKABE, 1999:53).

Portanto, conceituar discurso é delimitar o campo de investigação. Entretanto, a delimitação por si só não é suficiente, como assevera Osakabe (1999:7): “É necessária, do ponto de vista estritamente lingüístico, a esquematização de sentido, que, por consenso, tem sido atribuído a esse termo, dentro da própria lingüística”.

A preocupação do autor (1999), a meu ver, é em clarear o pensamento da lingüística, enquanto ciência, haja visto o conceito “discurso”, segundo ele, ter uma configuração específica que o situa além dos limites do alcance explicativo da Lingüística, tal como definida por Saussure (1970) e redefinida por Chomsky (1997).

O discurso é, assim, complexo em sua definição e apresenta várias concepções, dependendo da fundamentação teórico-metodológica adotada.

Entretanto, embasada na teoria Semiolingüística, acredito que o discurso é uma forma de ação cuja natureza é interativa, ou seja, “é o fenômeno da encenação do ato de linguagem nos circuitos externo e interno. O primeiro representa o espaço do Fazer psicossocial, ou nível situacional, e o segundo, representa o espaço do Dizer, ou nível comunicacional” (CHARAUDEAU, 2001). O discurso é, também, de natureza abstrata e manifesta-se através do texto, materialidade lingüística. E, aqui, cabe ressaltar as palavras de Koch (2000: 21-22) em relação ao discurso:

atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação - ou os

seus e os de seu interlocutores, o caso do diálogo - como também o evento de sua enunciação. O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos (...).

Koch (2000) afirma que, embora distintos, os conceitos de discurso e texto estão intimamente relacionados, pois, para ela, o discurso é prática social que envolve uma situação de comunicação e como tal prevê a ação de um locutor e de um interlocutor. Dessa forma, o texto é o elo de união entre o locutor (autor) e interlocutor (leitor - ouvinte) na interação estabelecida para a construção do sentido textual.

Essa é uma concepção de discurso como emergência de textos em práticas sociais e nestas inclui Fairclough (2001) a linguagem, haja visto o discurso ser, com efeito, um modo de ação do indivíduo sobre o mundo e sobre os outros.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001: 91).

De acordo com o autor (2001: 92), o discurso reproduz e transforma a sociedade e a essas capacidades o autor atribui funções da linguagem correspondentes, quais sejam: identitária, relacional e ideacional. A primeira diz respeito “aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”, a segunda “ao modo como se dão as negociações entre os participantes do discurso” e a terceira “à maneira como o mundo e seus processos são significados no texto”. Com efeito, Fairclough (2001) estabelece uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Aquele contribui para a *representação e transformação* desta.

Por conseguinte, ampliando a definição de discurso adotada nesta pesquisa, posso afirmar que o discurso é um conceito e não um termo, pois está no espaço da terminologia e da definição, portanto é a palavra em ação, é a *construção linguageira da realidade* que contribui para a construção das *identidades sociais*.

2.2 A argumentação, o discurso e o sentido

A relação entre argumentação e discurso foi pontuada na introdução deste trabalho em que afirmei serem conceitos que se definem dentro de um interior teórico, e por isso, pontuar a natureza das relações que se estabelecem entre eles é algo complexo. No entanto, tais conceitos vinculam-se à prática linguageira, que visa a produção de sentido, produção esta que, primeiramente, observa suas condições de efetivação (interlocutores, situação, língua (sistemas semióticos)), em seguida, estratégias e procedimentos, e, finalmente, os resultados ou efeitos expressos através de textos.

Por conseguinte, penso ser pertinente afirmar que os conceitos de argumentação, discurso, texto, linguagem, língua e sentido se alimentam reciprocamente e, assim, torna-se necessária uma breve abordagem sobre o que seja o sentido.

Conceito também complexo, o sentido é difícil de ser definido e, segundo Greimas (1975:7): “para fazê-lo, convenientemente, o único meio seria construir-se uma linguagem que não significasse nada: estabelecer-se-ia assim uma distância objetivante que permitiria construir discursos desprovidos de sentido sobre discursos significativos”.

Dessa forma, várias são as abordagens sobre a significação numa língua, que “vão desde uma flutuação terminológica e conceitual até a incerteza da definição de um dimensionamento preciso daquilo que deve ser a tarefa de uma teoria semântica” (MARI, s.d.:1).

Entretanto, deixando a polêmica das várias abordagens sobre o sentido e tomando como base o texto “Os lugares do sentido”, do professor Hugo Mari (s.d.), apresento três dimensões, abordadas por esse autor, no que tange ao sentido. Isso porque as julgo essenciais a qualquer esforço de estudar conceito tão complexo. São elas: i) o sentido se constrói no sistema; ii) o sentido se constrói pelo sujeito; iii) o sentido se constrói na história.

A primeira dimensão justifica a tentativa de explicação racional para o sentido a partir de elementos disponíveis no sistema da língua.

Os padrões aqui construídos estavam estreitamente circunscritos à concepção das estruturas sintáticas e à resolução de problemas de interpretação (sinonímia, ambigüidade, contradição) no plano da sentença, através de um ‘cálculo’ que permitia combinar o esquematismo lexical com o logicismo sentencial (...) A interpretação específica de uma frase depende do seu contexto de uso (MARI, s.d.:5).

Nessa dimensão, percebe-se a construção de uma forma lógica que torna-se uma ‘antecipação do acontecimento semântico’. “A língua assume uma dimensão de lugar onde se

constrói um sentido determinado em que a lei está sempre acima do desejo dos falantes” (MARI, s.d.:7)

A segunda dimensão, chamada operacional, preocupa-se em:

traduzir a linguagem numa perspectiva instrumental, onde o sentido, a informação ali veiculada, está a serviço de objetivos claros da interação verbal, onde o locutor procura induzir alocutários ao desempenho de comportamentos, de atitudes, de ações, a partir de sentidos que lhe são propostos (MARI, s.d.:8).

O sujeito é necessário à construção do sentido, portanto, ‘uma prerrogativa da linguagem’.

A terceira dimensão assume que nenhum discurso é individual, mas também não essencialmente universal, portanto, o sentido é produzido a partir de condições historicamente determinadas.

As três dimensões acima, grosso modo abordadas, parecem permitir uma avaliação mais precisa sobre o sentido, que provavelmente “situe uma especificidade da linguagem: possibilitar a emergência do desejo face ao determinismo” (MARI, s.d.:13), o que me remete à intrínseca relação entre linguagem e realidade, pois, “descrever o significado de uma palavra é descrever o modo como é usada, e descrever o modo como é usada é descrever as relações sociais em que toma parte” (MARCONDES, 2000:63).

Assim, volto-me para a linguagem, que entendo como capacidade e/ou ação de produção de sentido, um sentido que se estabelece, de forma entrelaçada, através do sistema, do sujeito e da história, um sentido que não se constitui “meramente como tradução de dados da realidade, mas ,principalmente, no ‘poder do qual queremos nos apoderar’” (BARONAS, 2003:84). Logo, estamos o tempo todo lutando pelo direito de produzir sentidos. Essa luta acarreta efeitos de sentido, ou seja, aquilo que acreditamos ser consequência da significação que depreende da linguagem, tal como a persuasão.

2.3 A Formação Discursiva

Entendendo ,como tarefa da Análise do Discurso, o pensar nos mecanismos para construção de determinado discurso ou no que foi construído, não na avaliação de resultados,

a noção de Formação Discursiva (doravante FD) é fundamental, pois é a organização dos enunciados de acordo com seus objetos, tipos de enunciação e escolhas temáticas.

A Formação Discursiva deriva do pensamento de Michel Foucault (1986) sobre os enunciados enquanto “formas de repartição” (regularidades entre os objetos, tipos de enunciados, os conceitos e as escolhas temáticas) e “sistemas de dispersão”: o enunciado toma forma de acordo com o contexto histórico, ou seja, ele é um acontecimento discursivo que “nem a língua nem o sentido pode esgotar inteiramente”. Portanto, para o autor, a unidade elementar do discurso é o enunciado, ou seja, aquilo que ele denomina de “função enunciativa”: a produção de um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado.

Com efeito, Foucault (1986) mostra as relações pelas quais o discurso funciona, e dessa forma, ele delimita quatro categorias para o discurso: i) acontecimento (relacionado à memória e à realidade do discurso), ii) série (continuidade), iii) regularidade discursiva (originalidade), iv) condição de possibilidade (condições sociais e ideológicas). Nesta última, insere-se, especificamente, a noção de FD, uma vez que refere-se “ao que pode e deve ser dito”. São condições históricas, sociais e ideológicas das quais fazem parte o tempo e o espaço, o que implica na importância da Formação Discursiva, a qual tem como realidade outra Formação Discursiva, de onde decorre o discurso outro e o discurso de um outro, pontuado por Pêcheux (1988). O discurso “Outro” refere-se ao discurso transversal e o discurso “de um outro”, ao interdiscurso.

Por conseguinte, para Pêcheux (1988), o discurso perpassa por três pontos fundamentais: i) a língua (conforme entendida por Saussure); ii) o sujeito (conforme definido por Freud e Lacan); iii) a história (conforme pontuada por Marx e Althusser). Por não atender, diretamente, ao objetivo deste trabalho, não entrarei em detalhes sobre esses pontos. No entanto, é imprescindível registrar que a partir do discurso, Pêcheux chega ao caráter material do sentido: o sujeito é sentido, não a fonte de sentido, portanto, o discurso é “o efeito de sentido entre interlocutores”.

Partindo desse caráter material do sentido é que o referido autor afirma que o sentido de uma palavra, proposição e etc., não existe em si mesmo, antes porém, é determinado pelas

posições ideológicas suscitadas no processo sócio-histórico em que a palavra ou proposição é produzida.

Pensando nessas palavras de Pêcheux, faz-se necessário ratificar que a FD constitui-se um dos componentes da Formação Ideológica. Esta tem por responsabilidade determinar “o que se pode e o que se deve dizer” e “o que não se pode e o que não se deve dizer” e aquela *gera* o sentido em um discurso. Para que uma ou mais Formações Discursivas interligadas determinem qual é o sentido num processo discursivo é necessário que esteja inserida numa Formação Ideológica específica e leve em conta, também, uma posição e uma conjuntura específicas. Então, podemos dizer que uma Formação Discursiva é definida a partir do seu interdiscurso e, entre Formações Discursivas diferenciadas, pode estabelecer relações de aliança ou de conflitos.

Essa noção de FD apesar de polêmica, é básica à Análise do Discurso (AD), pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e, também, dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso (cf. Orlandi, 2000). Ao ocuparmos a posição de sujeito no momento de um discurso, carregamos características do lugar histórico e do lugar social que ocupamos. O sujeito se insere em estruturas lingüísticas e históricas invariáveis a fim de quebrar a homogeneidade ali existente. Disso, a importância de se verificar a construção desse sujeito no discurso, pois:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua, pelo processo que acabamos de descrever (ORLANDI, 2000:47).

De acordo com Charaudeau & Maingueneau (2004:24), hoje, tende-se a empregar a noção de Formação Discursiva, “sobretudo, para os posicionamentos de ordem ideológica”.

Em se falando de ideologia, é importante asseverar que é nela, pois, que se insere uma FD, a qual gera o sentido em um discurso.

Uma FD é que determina o sentido de uma palavra, expressão, proposição, etc. Se o falante passa de uma FD para outra, pode, ou não, alterar palavras, expressões, proposições bem como as relações envolvidas. Isso remete à conclusão de que palavras, expressões, proposições, bem como as maneiras de se relacionarem, não possuem sentido único, *posse de sentido* ou

oposições relacionais determinadas; os sentidos são constituídos em um *processo discursivo*, isto é, em discursividade. Ou, como afirma Pêcheux (1988), “(...) A partir de então, a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímia, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada”.

Dessa forma, é possível afirmar que uma FD é uma escolha enunciativa que se faz, baseado numa determinada ideologia, para o alcance de efeito de sentido que se deseja. Logo, o discurso é processado num dado momento histórico e social, cuja unidade elementar é o enunciado, reitera-se.

O enunciado, para Foucault, diferencia-se dos conceitos de frase, proposição e atos de fala, uma vez que entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há envolvimento dos sujeitos, da História e da própria materialidade do enunciado.

Por conseguinte, partindo-se do fato de que uma FD tem sua regularidade pela constância de unidades *inteiramente formadas*, refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, é essencial à compreensão dos enunciados do *corpus* em análise, haja visto a singularidade de sua situação, as correlações com outros enunciados e a exclusão de formas de enunciação, em que é possível analisar a constituição do sujeito e o seu lugar enunciativo para a compreensão da FD em vigor.

2.4 A Linguagem

Definir linguagem não é tão complexo quanto os conceitos de discurso, argumentação e sentido. Talvez isso se deva à concepção de linguagem como um sistema (não entendido, aqui, como estrutura fechada, mas como conjunto em que há ligação entre os elementos) simbólico, uma vez que o homem é o único ser capaz de criar símbolos. Entende-se por símbolo, signos

arbitrários em relação ao objeto que representam e, com efeito, convencionais, isto é, dependem da aceitação social.

Dessa forma, a linguagem é um sistema de representações aceitas por um determinado grupo, o que viabiliza a comunicação entre os seus integrantes. Esse sistema de representações, embora seja arbitrário, construído pela razão, aponta, a meu ver, exclusivamente para o que Benveniste (1970) chama de “emprego das formas”, o que não contradiz a análise do funcionamento da linguagem num determinado contexto e, portanto, a forma como se efetiva “o emprego da língua”, pois creio que este emprego está de acordo com as necessidades comunicacionais. E, aqui, parece-me pertinente a resposta que Marx dá à sua pergunta sobre “o que é o homem?”. Ele, sob um ponto de vista científico, afirma que o ser humano é um ser produtor, que modifica a natureza em prol de suas necessidades; a medida em que essas vão sendo supridas, ele cria novas necessidades, que não fazem parte de sua essência, produzindo para suprir essas necessidades.

A modificação da natureza em prol das necessidades, abordada por Marx, me parece relevante ao se tratar da linguagem. Isso porque o homem cria enunciados e novas formas de associá-los, modifica-lhes o sentido, dentre outros fatos, a partir de sua necessidade linguageira.

O homem, pela palavra (mais estritamente) e pelo discurso (amplamente), constrói a realidade, a qual se dá a partir do ponto de vista, construído na linguagem. O fato é a interpretação da versão, esta é que é real; ou como acredita Pierre Levy (1996:15), o real é o virtual, é o DNA. E virtual (de virtus, força, potência), segundo a filosofia escolástica, é o que existe em potência e que se torna ou pode se tornar atual sob determinadas condições. Portanto, o virtual opõe-se não ao real, mas ao atual.

A atualização ia de um problema a uma solução. A virtualização passa de uma solução dada a um outro problema. Ela transforma a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral, sobre a qual passa a ser colocada a ênfase ontológica. Com isso, a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor. Se a virtualização fosse apenas a passagem de uma realidade a um conjunto de possíveis, seria desrealizante. Mas ela implica a mesma quantidade de irreversibilidade em seus efeitos, de indeterminação em seu processo e de invenção em seu esforço quanto a atualização. A virtualização é um dos principais vetores de criação da realidade (Pierre Lévy, 1996:16-18).

Dessa forma, é pertinente compactuar com Pierre Lévy quando este afirma (1996:25):

As coisas só têm limites claros no real. A virtualização, passagem à problemática, deslocamento do ser para a questão, é algo que necessariamente põe em causa a identidade clássica, pensamento apoiado em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos. Por isso a virtualização é sempre heterogênese, devir outro, processo de acolhimento da alteridade.

Com efeito, creio ser possível afirmar que a realidade só pode, então, ser interpretada pela atribuição de sentido; o que há muito afirmou Nietzsche.

Para Nietzsche, o conhecimento não passa de uma interpretação, de uma atribuição de sentidos, sem jamais ser uma explicação da realidade. O conhecimento, como descrito em “A Gaia da Ciência” (1882), é um jogo entre três paixões: o rir, o deplorar e o detestar, o que conduz ao fato de que o importante, para esse filósofo, não é a busca pelo conhecimento verdadeiro, mas a busca pelo interpretar e pelo avaliar os fatos existentes na natureza das coisas.

Nietzsche nega o absoluto, a linguagem que sistematiza verdades eternas, e isso é, a meu ver, de extrema importância, pois a linguagem nomeia, cria, recria e desfaz a criação de acordo com a necessidade linguageira humana, considerando o aspecto temporal, histórico, cultural, social e o valor. É ingênuo abordar a linguagem sem esses aspectos, pois os significados não são estáveis, muito menos isoláveis.

Disso, a importância de uma abordagem sócio-interacionista da linguagem, uma vez que a expressão *interacionismo social*, como afirma Bronckart (2003:21), “designa uma posição epistemológica geral, na qual podem ser reconhecidas diversas correntes da filosofia e das ciências humanas”, o que, guardadas as particularidades, comungam da tese de que as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de socialização, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos.

Bronckart ressalta a importância do social como formador das condutas humanas, pois o homem age de acordo com esse social. Agir assim significa interagir com o outro e tal interação se efetiva pela linguagem.

Sobre isso Benveniste (1970) conjectura em “A natureza dos pronomes”, ao afirmar que estes são a base da linguagem, pois esta não existe sem o locutor ou alocutário. O DNA da

linguagem é o aparelho formal, a relação eu-tu, haja visto ser a base da minha existência, o outro.

Com efeito, penso que o estudo do uso das palavras, passaporte de entrada para o mundo humano, é sempre muito intrigante por serem, elas, constituintes de um porão que guarda efeitos de sentido cujos elementos são constantemente (re)significados a partir de dimensões sincrônicas e diacrônicas. Assim, é de extrema relevância a sua análise à luz da relação dialógico-discursiva, em que a linguagem é entendida como condição para a construção da realidade, fundamentada no argumento de a sua noção, bem como a noção de língua, estar intimamente entrelaçada à experiência humana. “Nas nossas relações sociais, o que ganha não é a força, mas o verbo” (PINKER, 2002:7).

A palavra verbo, creio, pode ser substituída pela expressão “língua falada”, visto ser esta o “verdadeiro motor da comunicação verbal”. Por conseguinte, a língua transforma-se de acordo com as pessoas, o espaço-temporal, a cultura e a intenção comunicativa. Pessoas, ao interagirem entre si, criam recursos languageiros, tais como uma nova combinação de palavras, que se adequem à situação comunicacional, ao contexto sócio-histórico-cultural. Isso porque a língua não é um repertório de respostas, ela é viva, logo, heterogênea, ou seja, ela é funcional, cada indivíduo tem uma maneira de falar e/ou escrever, adequada à situação que vivencia. A língua não é um sistema fechado e acabado ao qual o falante está submetido ou um compêndio de preocupações normativas que declara que a norma tem de ser sempre a mesma e que fixa o padrão social do que convém sempre dizer. A língua é, como afirma Mattoso Câmara (1975:6), “variável no espaço e na hierarquia social em que se acha”. Há uma “democratização” e “socialização” da língua.

A linguagem também é constitutiva, por exemplo, constitui o sentido e a identidade de quem fala, pois a comunicação pode ser entendida como um “efeito de sentido entre locutores”.

Assim sendo, os discursos se constituem, principalmente, no “poder do qual queremos nos apoderar”, pois eles são interpretações do real produzidas por um sujeito num determinado momento histórico. Assim, discursivizar é:

uma ação de linguagem, uma “ação de produção de sentido”, que pode ser efetivada e, no processo de sua realização, também referenciada. É uma ação, por si, significativa, que só se realiza dialogicamente, interativamente: discursivizar é co-significar, co-referenciar; sendo assim, falamos por textos – um evento comunicativo – e não por palavras e/ou enunciados (NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2004: 291).

Comungo da afirmação de Morato (2004:324) de que “a linguagem, tanto por suas propriedades discursivas quanto por suas propriedades formais, é uma forma privilegiada de cognição”, o que aponta para Vygotsky, expoente maior da perspectiva denominada sociointeracionismo.

Vygotsky (1984) preconizava a natureza enunciativa entre linguagem e mundo social através do processo de internalização “em que o outro, e a fala do outro, orientam as ações da criança, mediando discursivamente a referência (o percurso cognitivo)” (Morato, 2004:325). Este fato de a linguagem ser o que move a aquisição e o desenvolvimento cognitivo oferece, como bem afirma Morato (2004:324), contornos explicativos a vários fenômenos lingüísticos ,tais como a construção da referência e o contexto pragmático das operações cognitivas, no diálogo com a perspectiva sociocultural da cognição humana. Sob este viés, é possível afirmar que a interação “é capaz de indicar que toda empreitada ou ação do sujeito no mundo se inscreve num quadro social, submete-se às regras de gestão histórico-cultural, não é nunca ideologicamente neutra” (Morato, 2004:316).

Entretanto, Vygotsky, apesar de, com seu valioso estudo sobre a interação, contribuir no apontamento de uma questão teórica à Lingüística, aborda as interações sociais de forma menos ampla da abordada por Bakhtin (1981). Este as vincula não só às situações face a face, mas às situações enunciativas, aos processos dialógicos, aos gêneros discursivos e à dimensão estilística dos gêneros.

As reflexões bakhtinianas influenciaram vários campos de estudo sobre a linguagem; estudos advindos da Análise do Discurso, teorias enunciativas, Análise da Conversação, dentre outros, elevaram a interação, com peso teórico distinto, como afiança Morato (2004:345) “à condição de princípio explicativo dos fatos da linguagem”.

A noção de interação é importante à lingüística uma vez que não lança fora sua essência, a linguagem , e uma vez que, com esta linguagem ,estabelece o diálogo com a vida.

Sob esse aspecto, dois grandes teóricos, Benveniste e Charaudeau, estribam suas respectivas teorias. Sobre isso, detalha o capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

TEORIA DA ENUNCIÇÃO & TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA: INTERFACES

Emile Benveniste embasa seu “Estudo da Enunciação” (1970) no funcionamento da língua por um ato individual de utilização, ressaltando que é preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação, qual seja, o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, seu objeto, em que o locutor mobiliza a língua por sua conta .

Essa relação do locutor com a língua determina o que Benveniste chama de “caracteres lingüísticos da enunciação”, ou seja, o locutor, num ato individual, utiliza a língua como instrumento, marcando essa relação através dos caracteres lingüísticos.

Esse processo, numa perspectiva enunciativa, é abordado pelo autor sob três aspectos:

- i) a realização vocal da língua: sons emitidos e percebidos, os quais procedem sempre de atos individuais e jamais são reproduzidos exatamente;
- ii) mecanismo de produção da enunciação: consiste na verificação de como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua, a qual conduz à teoria do signo e à análise da significância;
- iii) caracteres formais da enunciação: consiste em definir a enunciação no quadro formal de sua realização a partir da manifestação individual que ela atualiza. Esses caracteres são o próprio ato da enunciação, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização.

Ao falar de ato individual pelo qual se utiliza a língua, Benveniste assevera que, primeiramente, é introduzido o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (1970:83).

Com efeito, o autor afirma que “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua, como um processo de apropriação” (1970:84). Ao se declarar locutor, ele implanta, imediatamente, o *outro* diante de si, e assim, conseqüentemente, na enunciação, continua Benveniste, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. E é justamente aqui que essa teoria me chama mais a atenção, pois realça a necessidade do locutor se referir para si mesmo e para outro, identificando-se, construindo-se no discurso e no que Benveniste chama de “consenso pragmático”.

Isso, a meu ver, direciona para a questão do “ensino” da língua materna, o que, embora não seja o objeto desta pesquisa, é de extrema relevância uma vez que aponta para a construção da própria identidade do ser humano e sua forma de pensar, haja visto o homem raciocinar com espaços e não com conceitos ou frases, isto é, o homem cria sentidos através dos links que abre, do contexto, dos cenários, pois sua leitura é global, não linear. O raciocínio também não é linear, assim como não o é a relação *eu-tu*.

Nessa relação *eu-tu*, instância básica para a implementação do discurso, o termo *eu*, afirma Benveniste (1970:85) “denota o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário”. E ainda afirma que “da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de ostensão (a exemplo: este, aqui, etc), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”.

O autor refere-se ao que denominamos “pronomes pessoais”, “demonstrativos” como pertencentes a uma classe de “indivíduos lingüísticos”, cujo estatuto se deve ao fato de eles nascerem de uma enunciação.

Emile Benveniste (1958)⁷ faz uma pergunta interessante sobre a linguagem: “se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade?” E ele mesmo aponta duas razões para justificar a evidência:

- i) uma consistiria em que a linguagem se encontra de fato assim empregada porque os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se;

⁷ Dados pertencentes ao artigo intitulado “Da subjetividade na Linguagem”, extraído do Journal de psychologie, jul-set. 1958, P.U.F.

- ii) a outra refere-se ao pensamento de que a linguagem apresenta disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: presta-se a transmitir o que lhe confio: uma ordem, uma pergunta, um anúncio, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, mais adequado.

Mediante tais razões, Benveniste questiona a linguagem e sua semelhança (ou não) com o discurso, uma vez que o propõe como a linguagem posta em ação. Decorrente disso, o autor assevera que a comparação da linguagem com um instrumento deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, segundo ele, é pôr em oposição o homem e a natureza, pois a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou.

Para Benveniste (1958),

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem,

pois o papel de troca no vaivém da palavra volta a ela, à palavra, e para que esta assegure a comunicação, “é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem da qual é apenas atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão” (Benveniste, 1958).

O autor supra referido (1958) afirma que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só ela fundamenta o conceito de ‘ego’”, o que conduz à noção de “subjetividade”, capacidade do locutor para se propor como “sujeito”, a qual, por sua vez, é determinada pelo *status* lingüístico da “pessoa”. Em outras palavras, além do contexto situacional, o contexto pragmático também faz parte do ato de comunicação.

Benveniste ainda afiança que a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo, segundo ele, é constitutiva da “pessoa”, pois implica em reciprocidade: que *eu* me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*.

A relação eu-tu é, portanto, a base da enunciação; ela constitui a categoria dos pronomes, que aliada à categoria dos verbos e dos advérbios constrói todo o ato de comunicação, efetivado no eu-aqui-agora.

No que tange aos pronomes, Benveniste assegura que eles fazem a linguagem e que cada língua tem um jeito próprio de manifestá-los, quer seja pelo sistema, quer seja pela conversação. Dessa forma, para falar em uma língua é imprescindível apoiar-se num sistema pronominal, haja visto não haver linguagem sem o locutor(eu) e o alocutário(tu), manifestação de personalidade.

No entanto, essa manifestação de personalidade é diferenciada, pelo autor, da manifestação de impessoalidade, representada pelo pronome *ele*, no discurso. Os pronomes *eu*, *tu*, parecem ser a própria enunciação, uma vez que englobam em si mesmos aqueles que os empregam. Já os pronomes de terceira pessoa “só servem na qualidade de substitutos abreviativos. Servem para substituir um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou com eles revezar” (Benveniste, 1976:282).

“É uma função de ‘representação’ sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes ‘partes do discurso’ e que corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa” (Benveniste, 1976:283).

Tal como os pronomes, o tempo e o lugar são vistos pelo autor a partir do ato de comunicação. A forma temporal está condicionada ao *eu*. A forma verbal é solidária no momento do processo do discurso. O que tem valor não é o tempo físico ou cronológico, mas o tempo do discurso. O tempo presente do discurso é o dos tempos verbais do enunciado.

Dessa forma, se eu enuncio: “daqui a 1 ano farei o doutorado”, posso observar, que o tempo da enunciação é traçado pelo discurso, pois o tempo sobre o que eu falo surge do tempo da enunciação. Logo, os tempos dependem do discurso. Um outro exemplo, é o enunciado: “Eu aqui falo pra você aí que me lê”. Ou seja, o aqui e o agora são operadores discursivos. Esses operadores, por seu turno, determinam o espaço do sujeito e opõem-se, respectivamente, ao *lá* e ao *então*, que determinam o espaço do não-sujeito.

Todas essas instâncias de enunciação me conduzem à referenciação. Esta noção, aqui entendida como processo caracterizador do ato de referir, sendo construída contextualmente, é abordada por Mondada e Dubois (2003) como sendo um construto discursivo de uma imagem ou de sua representação, construção essa condicionada, concomitantemente, ao trabalho cognitivo do indivíduo e às suas práticas sociais e culturais. Assim, a representação construída não é a do mundo empírico, mas uma versão pública desse mundo. Conseqüentemente, os sujeitos constroem significações, as quais transformam-se de acordo com o contexto, no curso de suas atividades discursivas.

Creio que é possível afirmar que para as autoras, a referenciação, realizada no discurso, é uma atividade cognitiva e lingüística pela qual o sujeito significa o mundo, dá-lhe sentido. Isso porque há uma visão dinâmica que dá conta não somente de um sistema cognitivo “encarnado” mas também de um sujeito sócio-cognitivo, mediante uma relação indireta entre discurso e mundo.

Voltando a Benveniste, é pertinente asseverar que seu trabalho é extremamente relevante porque imprime no discurso a problemática da enunciação.

A teoria semiolingüística, divulgada em 1983 com a obra *Langage et discours*, de Patrick Charaudeau, também trata da enunciação no discurso. Esta teoria estriba-se no postulado: *todo ato de comunicação é interacional e contratual*. É uma corrente de estudos, em palavras de Machado (2001:43), que “tem como particularidade não ser “pura”, uma vez que a verdade, segundo Drumond, é sempre dividida: ela tem pelo menos duas metades, diferentes uma da outra, sendo que todas as duas são igualmente belas: optamos por uma delas, segundo nossos caprichos, ilusões ou miopias...”

O nome “Semiolingüística”, segundo Charaudeau (1995:98):

vem de semio-(sémiosis), evocando que a construção do sentido e sua configuração se fundam através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito de intencionalidade tomada num quadro de ação e tendo um projeto de influência social; e vem também de lingüística, recordando que essa forma é principalmente constituída de uma materialidade lingüística – aquela das línguas naturais – que, pelo fato de sua dupla articulação, da particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmático, em muitos níveis: palavra, frase, texto), impõe um processo de semiotização do mundo diferente daquele de outras linguagens”.

Ao abordar os fenômenos lingüísticos, Charaudeau não só contempla, em sua teoria, a construção das formas lingüísticas, mas também os fenômenos psicológicos e sociais, propondo uma abordagem do discurso a partir do processo de construção do sentido cuja base é a interação entre um sujeito comunicante e um sujeito interpretante. Ou seja, o discurso é um “jogo comunicativo” que, segundo Machado (2001:46) “se estabelece entre a sociedade e suas produções languageiras”.

Dessa forma, a linguagem não é considerada apenas em seu âmbito formal, mas em seu âmbito histórico-social, cuja base é o *postulado de intencionalidade* de Searle. Como afirma Charaudeau (1995:101, *apud* Machado, 2001:46):

Um ato de linguagem carrega em si uma intencionalidade (a dos parceiros da troca comunicativa); inserido em determinada situação, portador de um propósito sobre o mundo, o ato de linguagem está na dependência da identidade desses parceiros, resultando de um desejo de influência por parte do sujeito-comunicante.

Com efeito, há uma redefinição do que seja interpretação, ressaltando que o ato de linguagem considera o explícito e o implícito, sendo este *o lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação, a significação* e aquele *a simbolização referencial* estabelecida pelas relações sintagmáticas e paradigmáticas. O extralingüístico associa-se ao lingüístico e juntos formam a “Semiolingüística”.

O jogo entre explícito e implícito realiza-se na intercessão entre os processos de produção e interpretação, encenado (*mise-en-scène*) por um sujeito comunicante e um sujeito interpretante que se desdobram em sujeito da palavra e sujeito destinatário, basilares ao contrato de comunicação, ponto chave, a meu ver, da teoria.

O contrato compreende o conjunto de limites de troca, ou rituais sociolinguageiros, resultante das condições de produção e interpretação do ato de linguagem. Esse contrato representa um conjunto de normas de entendimento, os quais fundamentam a interação languageira entre os parceiros de determinado ato de linguagem. Tais normas acontecem dentro da situação comunicacional, pois muitas advêm “dos fenômenos de regulação de trocas do cotidiano” (Charaudeau, 1983).

Para que esse contrato funcione, é necessário que o Eu-Comunicante (Euc) e o Tu-Interpretante (Tui) incluam, na cena enunciativa, outros sujeitos: o Euc aciona um Eue (eu-

enunciador) que se dirige, em primeira instância, para um *Tud* (sujeito-destinatário-idealizado).

A relação contratual permite que os sujeitos comunicantes se reconheçam como tendo direito à palavra; no entanto, para fixar limites de troca, depende de componentes mais ou menos objetivos, e assim define o quadro físico e mental do intercâmbio entre os parceiros do ato de linguagem. Esses componentes, são, segundo Charaudeau (1996:35) de três tipos:

- i) comunicacional – diz respeito à observação do quadro físico da situação interacional: qual a posição física dos parceiros da comunicação? Estão um em face do outro, estão se vendo ou não? São dois ou mais de dois? Que canal (oral ou gráfico) está sendo utilizado?
- ii) psicossocial – relacionado às percepções que os parceiros da comunicação vêem ou sentem uns nos outros: idade, sexo, profissão, relação de parentesco, estados emocionais, etc.
- iii) intencional – concebido como conhecimento *a priori* que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si) sobre o outro, seu interlocutor, imaginariamente, apelando aos saberes supostamente partilhados.

A relação contratual é, ainda, regulada, como afiança Charaudeau por quatro princípios:

- 1) princípio de interação – onde se situam os processos de emissão e recepção do discurso. Define o ato de linguagem como um fenômeno de troca entre dois parceiros que se encontram numa relação interativa, não simétrica.
- 2) princípio da pertinência – implica no reconhecimento recíproco, pelos parceiros do ato de linguagem, de atividades-competência que lhes dão o *direito à palavra*. Devem reconhecer a existência de saberes partilhados sobre o mundo, valores que lhes são atribuídos e normas que regulam os comportamentos sociais pelos rituais linguageiros.
- 3) princípio de influência – refere-se às estratégias que o sujeito falante lança mão destinada a uma finalidade de ação (ou psicológica) em relação ao seu interlocutor, a fim de responder à pergunta: “como devo falar para agir sobre o outro?”

- 4) princípio de regulação – determina as condições do reconhecimento de legitimidade entre os parceiros da comunicação e as condições para realização da troca comunicativa.

Apesar desses princípios e da relação contratual, o sujeito comunicante é livre para agir conforme sua intenção comunicativa. Ele, a bel prazer, pode usar as estratégias que lhe convier. Pensando nisso, Charaudeau (1997:69) propõe uma “margem de manobra” cujo objetivo é produzir determinados efeitos no sujeito interpretante:

- i) *visée factiva* – consiste no fazer-fazer, à condução do outro a agir conforme deseja o sujeito falante
- ii) *visée informativa* – consiste no fazer-saber, à transmissão de um saber pressupostamente desconhecido por parte do sujeito interpretante
- iii) *visée persuasiva* – consiste no fazer-crer, à condução do outro a pensar que o que o sujeito falante afirma, é verdade
- iv) *visée sedutora* – consiste no fazer-sentir, à provocação, no outro, de um estado emocional agradável ou não.

Como se observa, a teoria da enunciação e a Semiolingüística são fundamentais à pesquisa em questão. A primeira por considerar basilar o caráter dialógico da linguagem, e a segunda por, ampliando esse caráter, considerar a existência de sujeitos históricos, com identidade e papéis psicossociais integrantes ao ato de linguagem, os quais, mesmo sob um contrato comunicacional, têm liberdade para aplicarem as estratégias que lhes convier a fim de que o sujeito interpretante identifique-se com o sujeito destinatário, idealizado, construído pelo sujeito comunicante. Ela equilibra o “jogo”, o ato de linguagem, e ajusta as normas de um certo discurso e a margem de manobras por ele permitida.

As teorias em questão não se limitam à materialidade da língua, mas também não a abandonam. Sua base está em pensar a linguagem numa situação de comunicação.

CAPÍTULO IV

O DISCURSO POLÍTICO: DO PODER POLÍTICO AO SENTIDO DE LIBERDADE

Numa época em que a política se apresenta como espetáculo, lançando mão de estilos novos de comunicação, instituindo formas de poder que farão triunfar, “mesmo que a longo prazo, a liberdade e a democracia” (Ribeiro, 1994:32); época em que a política moderna desenvolve uma esfera pública na qual a opinião e o voto são decisivos para as questões de interesse geral, é pertinente uma análise das configurações textuais produzidas num contexto determinado, como “manifestação empírica do discurso político”.

No entanto, como afirma Menezes (2004:113)

O analista do discurso procede de um material produzido num determinado contexto, que já se encontra configurado na forma de texto, manifestação empírica do discurso político, e passa diretamente à análise, no quadro teórico da sua formação; o que pode acarretar num problema: tratar no interior do mesmo conceito, materiais que resultam de atividades discursivas totalmente distintas.

Para não incorrer neste risco, assim como o referido autor, pauto-me na História, uma vez que “os conceitos também têm história: nascem, servem para a solução de questões teóricas que formulamos e morrem, caindo no desuso ou tendo um uso anacrônico” (VEYNE *apud* MENEZES, 2004:113)

Apoio-me na História para refletir sobre a relação do poder com a política, de como ele se constitui e se exerce na sociedade, se dissemina e se oculta em seus mais diversos modos de operar e manifestar-se através do discurso, o qual está submetido, como afirma Foucault, a regras de circulação, pois não se pode dizer um sentido qualquer, em qualquer lugar. Há, portanto, uma luta pelo poder, há uma luta política. Por conseguinte, pretendo pontuar a diversidade do discurso político, vislumbrando-a sob o viés do poder político e do sentido de liberdade a fim de localizar no presente as manifestações enunciativas e situacionais do discurso político eleitoral do ano 2002 de Luis Inácio Lula da Silva.

Antes, porém, reitero que, devido às várias definições sobre o conceito ‘discurso’, posiciono-me, como afirmado no capítulo dois deste trabalho, ao lado de Charaudeau (2001), para quem o discurso é o fenômeno da encenação do ato de linguagem nos circuitos externo e interno. O primeiro representa o espaço do Fazer psicossocial, ou nível situacional, e o segundo, representa o espaço do Dizer, ou nível comunicacional. Essa encenação promove a realização de gêneros e estratégias diversas, os quais não estão, obrigatoriamente, ligados às circunstâncias de produção. A exemplo: o discurso didático que, além da escola, pode ser produzido em situações outras como na política e nas ciências; tudo dependerá do nível contratual específico.

Voltando à pretensão deste capítulo, é preciso abordar as bases políticas do discurso. Começamos pelo conceito de política. O conceito etimológico vem de *polis*, cidade, e significa a arte de governar, de gerir o destino da cidade. No entanto, se observarmos o movimento da história, constataremos que esta definição toma vários contornos, o que também ocorre, como afirma Aranha e Martins (1993:179) “quando se lembra que político é aquele que atua na vida pública e é investido do poder de imprimir determinado rumo à sociedade”. Essas constatações remetem à relação entre política e poder: conquista, manutenção e expansão.

O poder, conceito envolto em várias definições e interpretações, pode ser considerado, genericamente, como “a capacidade ou possibilidade de agir, produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos, o que supõe dois pólos: o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido” (ARANHA e MARTINS, 1993:180), de onde pode-se inferir que o poder não deve ser visto apenas no âmbito estatal; ele é uma prática social, como afirma Foucault em sua “Genealogia do Poder”.

A concepção supra referida instaura o discurso político como um domínio das práticas languageiras, uma vez que nele ocorrem interações, haja visto o poder ser uma relação, ou conjunto de relações, pela qual indivíduos ou grupos interferem, essencialmente pela palavra, na atividade uns dos outros. É preciso haver consentimento.

O que viabiliza o poder é a força, raramente a física :

Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem força para mobilizar um certo número de eleitores. Se um sindicato tem peso político, é porque tem força para deflagrar uma greve. Assim, força não significa necessariamente a posse de meios

violentos e coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é rarissimamente) um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me extorque alguma decisão (uma relação amorosa é, antes de mais nada, uma relação de forças; cf. as *Ligações Perigosas*, de Laclos). Em suma, a força é a condição da potência, é a sua determinação (Lebrun, 1981:11-12).

Pensando nessa questão em que os sujeitos estão construindo, através da relação de força, o sentido, em que o poder é relação e o sujeito é o foco e/ou objeto, volto-me, novamente, para Foucault (1979), que se interessou pela questão do poder, partindo da idéia de que “se o sujeito humano é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade”:

Foucault percebeu que havia instrumento para o estudo da produção (história e teoria econômica) e do sentido (lingüística e semiótica) mas não havia nenhum instrumento definido para a investigação sobre o poder (cujo estudo sempre se apoiara sobre modelos jurídicos e/ou institucionais). “Era por isso necessário alargar as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos utilizar esta definição para estudar a objetivação do sujeito”. É por essa via que ele ingressa nos estudos sobre a genealogia do poder, a fim de investigar a produção discursiva dos saberes através das técnicas e dispositivos do poder (GREGOLIM, 2004:109-110).

Dessa forma, junto a Foucault, podemos nos perguntar: que sistemas de ações governam outras ações? Uma pergunta que aponta, também, para o poder político, o que aqui me interessa muito, embora não entenda o poder como sendo apenas estatal.

O poder político, segundo Cotrim (1990:84), “é a força que o Estado detém para controlar o comportamento de uma coletividade humana a fim de garantir determinadas relações sociais”. Mas qual o seu fundamento? Em outras palavras, qual a sua legitimidade? Por que encontramos alguns que comandam e outros que são comandados? Isso é, realmente, necessário? Por quê?

Na tentativa de responder as essas perguntas, alguns se posicionaram ao longo da história que, aqui, descreverei a título de contextualização .

4.1 Dois Filósofos Clássicos: Platão e Aristóteles

O filosofar está em constante confronto com o poder, o que o liga à ética e à política:

Desde que há Estado – da cidade grega às burocracias contemporâneas –, a idéia de verdade sempre se voltou, finalmente, para o lado dos poderes (ou foi recuperada por eles, como testemunha, por exemplo, a evolução do pensamento francês do século XVIII ao século XIX. Por conseguinte, a contribuição da filosofia que se coloca ao serviço da liberdade, de todas as liberdades, é a de minar, pelas análises que ela opera e pelas ações que desencadeia, as instituições repressivas e simplificadores: que se trate da ciência, do ensino, da tradução, da pesquisa, da medicina, da família, da política, do fato carcerário, dos sistemas burocráticos, o que importa é fazer aparecer a máscara, deslocá-la, arrancá-la (CHÂTELET, 1983:309).

Dessa asserção é possível inferir que a filosofia busca trazer à luz o que outrora achava-se encoberto pelo costume, pelo convencional e pelo poder. Talvez seja por isso que Chauí (1980:37-38) afirme que a filosofia é, também, uma invenção política considerada sob três aspectos. São eles: i) o aspecto legislado da polis, a qual servirá de modelo para a filosofia propor o aspecto legislativo, regulado e ordenado como um mundo racional. A idéia da lei como expressão da vontade de uma coletividade humana que decide por si mesma o que é melhor para si e como ela definirá suas relações internas; ii) o surgimento de um espaço público, que faz aparecer um novo tipo de palavra ou de discurso, diferente daquele que era proferido pelo mito. Neste, um poeta-vidente, que recebia das deusas ligadas à memória (Mnemosyne, a mãe das Musas que guiavam os poetas) uma iluminação misteriosa ou uma revelação misteriosa ou mesmo sobrenatural, dizia aos homens quais eram as decisões dos deuses a que eles deveriam obedecer. Agora com a *polis*, a cidade política, surge a palavra como direito de cada cidadão emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele, de tal modo que surge o discurso político como palavra humana compartilhada, como diálogo, como discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou das razões para fazer ou não fazer alguma coisa. A política, ao valorizar o humano, o pensamento, a discussão, a persuasão e a decisão racional, valorizou o pensamento racional e criou condições para que surgisse discurso ou a palavra filosófica; iii) o estímulo da política ao pensamento e discurso público. A idéia de um pensamento que todos podem compreender e discutir, que todos podem comunicar e transmitir, é fundamental para a Filosofia.

Essa concepção da filosofia como ‘invenção política’ é fundamental para a compreensão dos posicionamentos de filósofos do período clássico, dentre os quais destaco Platão e Aristóteles.

Antes, no entanto, é preciso considerar que o discurso político origina-se com os sofistas, que “centram a atenção na questão moral e política. Elaboram teoricamente e legitimam o ideal democrático da nova classe em ascensão, a dos comerciantes enriquecidos” (ARANHA e MARTINS, 1993:192). Os sofistas usam para instrumentalizar o discurso político, a retórica, entendida naquela época como a arte do bem falar, utilizando a linguagem em sentido persuasivo. Aos bons oradores era concedida a palavra nas assembléias públicas para pronunciar seus discursos convincentes.

Após os sofistas, criticados severamente por Sócrates, veio Platão, o qual acreditava que os princípios éticos e políticos são inseparáveis, uma vez que para ele a política é entendida como a arte de tornar os homens justos e virtuosos. Assim, construir uma cidade justa é conhecer o homem e seu lugar no universo. No entanto, apenas o político que se torna filósofo pode construir essa cidade.

Dessa forma, Platão instaura um problema entre o conhecimento e a política, uma vez que esta só pode ser exercida por alguns, o que é ratificado pela divisão de classes sociais feitas pelo filósofo: a) a dos lavradores, artesãos e comerciantes; b) a dos guardas; c) a dos governantes.

Para Platão, a primeira classe caracterizava-se pela temperança, a segunda, pela mansidão, e a terceira pela sabedoria, homens que sabem governar. Ele critica com isso, a política de seu tempo e não acredita na democracia, pois ele julga o povo incapaz de possuir a ciência política.

Interessante que a política visionada pelo filósofo realizava-se no governo sobre os homens contando, primeiramente, com seu consentimento. Aqui, novamente, vemos o poder como relação não imposta, necessariamente. Outro fato interessante é que o pensamento político de Platão é ilustrado pelo mito da caverna, em que a partir da pergunta: como influenciar os homens que não vêem? Segue-se a resposta: ao sábio cabe ensinar e dirigir.

Trata-se da necessidade da ação política, da transformação dos homens e da sociedade, desde que essa ação seja dirigida pelo modelo ideal contemplado. É nesse sentido que Platão imagina uma cidade utópica, a *Callipolis* (Cidade Bela) (...) No livro VIII de ‘A República’, Platão explica que formas degeneradas podem surgir da democracia (...). Quando o poder pertence ao povo, é fácil prevalecer a demagogia, característica do político que manipula e engana o povo. Platão critica a noção de igualdade na

democracia, pois para ele a verdadeira igualdade é de ordem geométrica porque se baseia no valor pessoal que é sempre desigual (já que uns são melhores do que outros), não considerando todos igualmente iguais.

Por fim, a democracia levaria fatalmente à tirania, a pior forma de governo, exercida pela força por um homem só e sem ter por objetivo o bem comum. (ARANHA e MARTINS, 1993:194).

Assim como Platão, Aristóteles também desejava uma cidade justa e feliz, apesar de criticar a utopia de seu mestre e a hierarquização social que ele propõe, em que apenas os sábios têm poder ilimitado. Para ele, a ética não se separa da política, uma vez que a vida individual está imbricada na comunitária.

Para o filósofo, o fim da natureza humana é a felicidade, logo, é objetivo da política organizar a cidade feliz, promover o bem-estar do homem, ser, essencialmente, racional, mas que possui uma alma, segundo Aristóteles, constituída por paixões, impulsos e sentimentos.

É, portanto, ético, o homem que não se deixa vencer pelas paixões, mas se guia pela razão, o que implica no império da lei, princípio que rege a ação dos cidadãos e expressa a política da “ordem natural”. Entretanto, essas leis, e aqui o filósofo também valoriza as leis não escritas, as trazidas pelos costumes, precisam estar impregnadas nos cidadãos através dos hábitos e da educação.

Nesse aspecto, em especial, pode-se observar a nítida diferença do discurso político dos sofistas para o de Platão e Aristóteles. Se o primeiro propunha um governo à base da persuasão, o segundo propõe um governo pautado na educação a todos os indivíduos, a fim de que estes desenvolvessem seus ideais éticos, morais e políticos para, então, viverem em comunidade.

Dessa forma, é curioso constatar a definição utilitária do Estado, que, para Aristóteles, admitia e justificava a escravidão (o escravo não podia exercer a cidadania) bem como devia organizar adequadamente a propriedade, o que contraria a idéia de abolição da propriedade privada de Platão.

Aristóteles, ainda, defende que o bom governante deve ter a virtude da *phronesis*, ou, prudência prática. Virtude rara, pela qual o governante age objetivando o bem comum. E, assim, ele normatiza algumas formas de governo: i) monarquia (governo de um só); ii) aristocracia (governo de um pequeno grupo); iii) politéia (governo da maioria), formas essas consideradas boas quando visam o bem comum, e degeneradas quando visam o interesse particular, o que

acarreta na tirania, na oligarquia e na democracia, sendo esta última “o governo da maioria pobre em detrimento da minoria rica”, o que, por seu turno, confirma a tensão política derivada da luta de classes, bem mais tarde abordada por Pêcheux (1988), como a “luta ideológica de classes”, sobre a qual conclui: “o sentido das palavras muda de acordo com a posição na luta de classes daqueles que as empregam”.

Voltando à teoria política grega, é possível afirmar, junto a Aranha e Martins (1993:196), que ela “voltava-se para o bom governo, era descritiva (pois parte da análise da política de fato) mas também de natureza normativa e prescritiva, porque indica quais são as ‘boas’ formas de governo”. A teoria política grega ainda pode ser caracterizada como tendo uma “concepção cíclica da história”:

os governos se alternam passando de uma forma para outra (de desenvolvimento ou de decadência), representando um curso fatal dos acontecimentos humanos.

Assim, por exemplo, quando a monarquia degenera em tirania, acontece a reação aristocrática que, decaindo em oligarquia, gera a democracia e assim por diante (ARANHA e MARTINS, 1993:196).

A política é, portanto, considerada inerente à natureza humana. Ou como afirma Bobbio (1993), “o homem nasce e vive em sociedade, buscando na *polis* um conjunto de decisões mais propícias à sua vida. A política é considerada, assim, como ciência, arte e virtude do bem comum”.

Nessa perspectiva clássica, a política busca a virtude, a qual se aprende no cotidiano através da prática languageira comum.

4.2 Santo Agostinho, Santo Tomás e Maquiavel

“Dois amores construíram duas cidades: o amor de si levado até o desprezo de Deus edificou a cidade terrestre, civitas terrenas; o amor de Deus levado até o desprezo de si próprio ergueu a cidade celeste; uma rende glória a si, a outra ao Senhor; uma busca uma glória vinda dos homens; para a outra, Deus, testemunha da consciência, é a maior glória”.
(Santo Agostinho)

Com o advento do Cristianismo, instaurado desde o final do Império Romano, a Igreja, por monopolizar o saber, influencia grandemente o pensamento político, estreitando a relação entre política e moral, “com exigência de se formar o governante justo, não tirânico, que por sua

vez consiga obrigar, muitas vezes pelo medo, à obediência aos princípios da moral cristã” (ARANHA e MARTINS, 1993:200).

Essa estreita relação acarreta uma configuração dupla do poder: o exercido pelo Estado e o exercido pela Igreja. O primeiro, de natureza secular e temporal, caracterizado pela força física. A segunda, de natureza espiritual, caracteriza-se pela força da educação e da persuasão, uma vez que impõe a problemática da realidade humana frente a Deus.

No entanto, o confronto entre esses poderes se estabelece, destacando a supremacia da Igreja sobre o Estado, período em que tem extrema influência Santo Agostinho, principal representante da Patrística.

Santo Agostinho, retomando o pensamento platônico sobre a divisão entre mundo sensível e mundo das idéias, e adaptando-o à sua necessidade, subordina a razão à fé e à verdade revelada, pois as coisas são criadas por Deus a partir das idéias que estão em sua mente. Dessa forma, vincula o conhecimento à fé.

Mais tarde, Santo Tomás de Aquino, representante maior da Escolástica, assim como Santo Agostinho, é influenciado por outro filósofo grego, Aristóteles, e sob esta influência acredita que o homem só encontra sua realização na cidade, e o plano político é a instância possível em que o governo não tirânico pode aliar ordem e justiça na busca do bem comum. “O poder político, mesmo que seja de origem divina, circunscreve-se na ordem das necessidades naturais do homem enquanto ser social que necessita alcançar fins terrenos” (ARANHA e MARTINS, 1993:201). Dessa forma, é possível constatar a tentativa de conciliar fé e razão, filosofia e teologia.

Entretanto, essa tentativa gerou um confronto que cresceu até culminar na Reforma protestante, datada do século XVI. Antes, porém, vários pensadores pronunciavam novas formas de relação de poder, as quais iniciaram-se com a crítica ao sistema feudal e o prenúncio da aliança entre a burguesia e os reis, nas monarquias nacionais, em que estes se fortalecem e centralizam todo o poder.

Com essa centralização de poder pelos reis, nasce o Estado moderno, cuja característica principal é o aparato administrativo dado ao governo central para prestar serviços públicos e monopolizar, legitimamente, a força.

Nesse contexto, destaca-se Maquiavel, um político ativo, ocupante da segunda Chancelaria do governo republicano, o qual vivencia a crise e definhamento desse governo na nação italiana, principalmente em Florença, cidade onde vivia.

Maquiavel vive, intensamente, a luta pelo poder. Ele vê uma Itália dividida em principados e repúblicas, onde cada qual possui sua própria milícia, formada por mercenários *condottieri*, um tipo de chefe político-militar que detinha em suas mãos o poder, governando com o apoio da força das armas. Ele também tem a oportunidade de conhecer e relacionar-se com reis, papas e nobres e com um *condottieri* César Bórgia que será, mais tarde, o modelo de sua principal obra, *O Príncipe*, escrita após a queda do republicano Soderini e a volta dos tradicionais Medici à política de Florença, quando Maquiavel perde seu posto e entra no ostracismo político.

O Príncipe, um manual para governantes, revela que o poder deve ser mantido e conquistado pela ação daquele que reunisse em si a *virtù e a fortuna*. Palavras italianas que significam, respectivamente, virtude, no sentido grego de força, o guerreiro viril; e a ocasião, o acaso. O príncipe deve ser virtuoso e ousado, aproveitando a sorte das circunstâncias.

Decorrente dessa postura, Maquiavel reavalia a relação entre a ética e a política, propondo uma moral secular e a autonomia da política, não atrelada à religião:

A moral cristã se apóia em uma concepção do bem e do mal; do justo e do injusto, que ao mesmo tempo preexiste e transcende a autoridade do Estado, cuja organização político-jurídica não deve contradizer ou violar as formas éticas fundamentais, implícitas no direito natural. O indivíduo está subordinado ao Estado, mas a ação deste último se acha limitada pela lei natural ou moral que constitui uma instância superior à qual todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal atentar contra seus direitos essenciais inalienáveis (SCOREL, 1979:94).

Os pensamentos políticos de Maquiavel continuam contribuindo para a compreensão da ação política. Sua obra, *O Príncipe*, cujo capítulo IX aponta, mesmo que implicitamente, para idéias democráticas (há uma necessidade do governante ter o apoio do povo, que é melhor do que o apoio dos grandes) é, segundo Menezes (2004: 265) , “um livro imensamente visitado

pelo homem político. Principalmente por aquele que se conduz pela eficácia, pelo discurso persuasivo no espaço público para alcançar determinado objeto, sem se situar no jogo político discursivo a partir de princípios rigidamente estabelecidos e observados”.

Entretanto, continua Menezes:

o livro deve ser atualizado: “o príncipe” é alguém que pretende ocupar um mandato eletivo, participando do processo de escolha. Neste caso, o candidato será um “príncipe novo” se a sua candidatura se apresenta pela primeira vez; se ele não se encontra maculado pela corrupção ou outro tipo de desgaste na arena pública e se, enfim, a sua candidatura se constrói pela sua própria força, nas atividades do cotidiano, independentemente do espaço estrutural onde atua. Por outro lado, o candidato será um “príncipe hereditário” se a sua candidatura dá-se em continuidade a uma tradição familiar ou em relação a alguém que o protege; se ele encontra sob litígio pelo envolvimento com algum tipo de corrupção ou se a sua força política depende majoritariamente de setores que mantêm o domínio político (MENEZES, 2004:265).

Maquiavel, fazendo da prática uma teoria, enfatiza a necessidade de revisão dos critérios da ética política conforme as circunstâncias, visando os fins coletivos, acusa os que usaram da violência para interesses mesquinhos e busca a verdade efetiva: “como o homem age de fato”.

4.3 Espinosa

“O homem é livre na exata medida em que tem o poder para existir e agir segundo as leis da natureza humana (...), a liberdade não se confunde com a contingência. E porque a liberdade é uma virtude ou perfeição, tudo quanto no homem decorre da impotência não pode ser imputado à liberdade. Assim, quando consideramos um homem livre não podemos dizer que o é porque possa deixar de pensar ou porque possa preferir um mal a um bem (...). Portanto, aquele que age e existe por uma necessidade de sua natureza, age livremente (...). A liberdade não tira, mas põe a necessidade do agir” (Espinosa Tratado Político 2)

Baruch de Espinosa, judeu, nascido em 1632 em Amsterdam, com educação rabínica e com língua materna portuguesa (seus pais eram emigrantes portugueses), o que aponta para o catolicismo implícito, viveu um conflito devido a esse seu mundo “contraditório”, o que muito influenciou seu pensamento.

Espinosa, ao contrário de alguns estudiosos, elogia Maquiavel como um pensador democrático, “partidário da liberdade”, mas altera um aspecto importantíssimo de sua política:

para Maquiavel toda Cidade está originariamente dividida entre o desejo dos grandes, que querem comandar e oprimir, e o do povo, que não deseja ser comandado nem oprimido, cabendo ao Príncipe Novo aliar-se ao desejo popular e afastar o dos grandes, que o ameaçam justamente porque querem governar. E o desejo popular, por ser puramente negativo (não querer ser comandado nem oprimido), precisa do Príncipe para adquirir positividade (...) No entanto, embora mantenha a tese central da aliança da soberania com o povo, Espinosa desloca a divisão política para o interior de cada cidadão, pois o direito natural, definido como desejo que todos os homens têm de governar e de não serem governados, fará com que o desejo de opressão dependa exclusivamente das circunstâncias históricas e políticas que o favoreçam. A Cidade está dividida porque cada um de nós também está dividido e o despotismo é uma possibilidade encravada dentro de nós mesmos. Mas não é só isso. Se todos desejam governar e nenhum deseja ser governado, o povo não precisa de um Príncipe que realize seu desejo, pois seu desejo é positivo e se realiza na democracia (LEFORT, *apud* CHAUÍ 2003:332).

Para Espinosa, a política, em que o poder e a liberdade não se excluem, é alcançada através da crítica do imaginário da contingência, ou seja, “o discurso político fala de uma ‘ordem das coisas’ que não é transcendente aos agentes e à sua experiência (...) mas sim uma lógica de forças concordantes e conflitantes que instituem a lógica do poder e o exercício de liberdade” (CHAUI, 2003:152).

Espinosa acredita que a razão ensina que é preciso fortalecer o que os homens possuem em comum ou o que compartilham naturalmente sem disputa, pois nisso reside o aumento da vida e da liberdade de cada um; no entanto, ele não afirma que a política é instituída pela razão ou contra a razão. Em outras palavras: “não se trata de encontrar a gênese da política na razão e sim no *conatus-cupiditas*⁸, seja ele racional ou passional. Portanto, partir da condição natural dos homens significa começar pela experiência e compreendê-la racionalmente é a tarefa do discurso político” (CHAUI, 2003:161).

Dessa forma, como afirma Chauí (2003), duas questões não podem ser separadas: pode a razão demonstrar o que a experiência mostra? A experiência dos políticos é um guia seguro? É preciso examinar a articulação entre experiência e razão no solo de um discurso político inteiramente novo, começando por demarcar o seu objeto: a gênese da experiência política⁹. Na

⁸ Essência do homem constituída pelo movimento interno do corpo e nexos das idéias da alma. Os Pensadores, 1997:17

⁹ Movimento de constituição do sujeito político e da instituição do *imperium* ou do poder político. (CHAUI, 2003:161)

política, a experiência refere-se à história das sociedades humanas, dado inicial, a qual deve ser ajustada ao nível da razão.

Essa questão da gênese política, no entanto, é necessário considerar, só tem sentido porque se encontra no âmbito de investigação da filosofia política em que há uma subordinação das instituições entre a natureza do poder e as relações entre soberania e liberdade.

Assim é que Espinosa, primeiramente, busca definir vida política e sua peculiaridade da potência. Busca, ainda, definir a soberania pelo direito ao poder e este pela potência, antes de descrever os procedimentos institucionais, o que o levará a afirmar que “a coisa pública depende unicamente da direção dada por aquele que detém o poder soberano”¹⁰.

Isso, segundo Chauí (2003:332):

significa que as instituições não definem o regime político, mas ao contrário, assumem a forma determinada por ele. Eis porque, por exemplo, as eleições não são uma instituição que defina a democracia não só porque Espinosa sugere que todos os regimes políticos devem possuir mecanismos eleitorais, mas sobretudo porque a diferença entre a democracia e os demais regimes é dada pela forma de distribuição do poder coletivo e pelo direito à direção conferido a todo e qualquer cidadão.

A potência natural de existir e de agir, ou, direito natural é assim, descrito por Espinosa:

Por direito natural, entendo as próprias leis ou regras da Natureza segundo as quais tudo acontece, isto é, o próprio poder da Natureza. Por conseguinte, o direito natural da Natureza inteira, e consequentemente de cada indivíduo, estende-se até onde vai a sua capacidade, e, portanto, tudo o que faz um homem, seguindo as leis da sua própria natureza, fá-lo em virtude de um direito natural soberano e tem sobre a Natureza tanto direito quanto poder (Tratado Político, cap.II parágrafo 4).

Para o filósofo, “a capacidade pela qual existe e age qualquer ser da Natureza não é outra coisa senão o próprio poder de Deus, cuja liberdade é absoluta”, o que implica o fácil conhecimento do que seja o direito natural.

No entanto, o direito natural é para Espinosa uma abstração, uma vez que:

No estado de Natureza não há justiça, lei, obrigação, mas luta passional que pode manter o jugo de alguém sobre outros e aquele que o tiver, enquanto o tiver, tem o direito de exercê-lo. Astúcia, medo, ódio, vingança, inveja habitam o estado de Natureza, fazendo de todos inimigos de todos, todos temendo a todos segundo o arbítrio e a potência de cada um. Não havendo justiça nem lei, não há cláusula jurídica *pacta sunt servanda* (“os pactos devem ser observados”) e todo compromisso pode ser rompido a qualquer momento, se se perceber que há mais vantagem em quebrá-lo do que em mantê-lo e se se tiver força para rompê-lo sem dano maior do que o de mantê-lo (CHAUÍ, 2003.162).

¹⁰ Tratado Político, capítulo IV, § 1.

Determinado pela física dos corpos e pela lógica dos afetos, o direito natural é tido como apenas uma relação de força em que o estado de Natureza é uma força contrária e mais forte do que ele, tomado isoladamente de cada um, o que acarreta no desencadeamento, pelo estado de Natureza, das afecções e afetos sem que a razão possa intervir nesse processo natural. Entretanto, afirma Chauí:

a razão é capaz de compreender e explicar que uma afecção e um afeto podem ser vencidos por outra ou por outro contrários e mais potentes. Por conseguinte, o discurso político pode mostrar que a vitória do direito natural sobre o estado de Natureza depende do aumento da potência dos indivíduos, a ponto de tornar-se maior do que a desse estado. Esse aumento da potência individual é experimentado pelos indivíduos em estado de Natureza quando suas paixões não são aquelas que os fazem contrários e sim convenientes uns aos outros, de maneira que concordam entre si e unem seus direitos para a realização de um objetivo comum, obtendo um poder maior do que o de cada um deles sozinho. A associação e a cooperação são experiências que confirmam que “enquanto o direito natural humano for determinado somente pela potência de cada um, será nulo”. O que é nulo, evidentemente, não é o direito natural em geral (...), e sim o direito natural humano, isto é, daquela parte da Natureza que é incalculavelmente menos potente do que as demais (...) Associar potências e unir direitos é aumentar a força das potências individuais e assegurar para todas elas efetiva conservação do ser (CHAUÍ, 2003:163).

Chauí afirma que essa união dos direitos ou potências não está preestabelecida na natureza, pois esta última não cria povos nem nações, mas indivíduos. Entretanto, é um “acontecimento que constitui o sujeito político e institui o seu *imperium*”:

O direito de Natureza, no que concerne aos homens, dificilmente pode ser concebido senão quando os homens tenham direitos comuns (...) e vivem sob o consenso comum (...). Quanto mais numerosos os que assim se reúnem num corpo, mais terão em comum o direito (...). Quando os homens têm direitos comuns e estão todos conduzidos como se fossem um único pensamento, é certo que cada um possui tanto menos direito quanto mais todos os outros reunidos o sobrelevem em poder, isto é: cada um não tem, na realidade, direito sobre a Natureza, senão o que lhe confere a lei comum. Por outro lado, tem de fazer tudo o que lhe é imposto pela vontade comum, pois há o direito de a tal o obrigar. Há o costume de chamar poder político (*imperium*) a este direito que define o poder do número, e possui absolutamente este poder quem, pela vontade geral, cuida da coisa pública (TRATADO POLÍTICO, cap.2, parágrafos 15, 16 e 17).

Aqui, Espinosa aponta o direito da *multitudo* (potência que origina e detém o *imperium*, indivíduo coletivo, povo) como causa do corpo político. Em outras palavras, o sujeito político é a união entre corpos e mentes que constituem um indivíduo coletivo, cujo direito natural é o direito civil (CHAUÍ, 2003:165).

Partindo dessa noção de direito, é possível entender as definições de Espinosa para cidade, coisa pública e cidadãos. O filósofo afirma que o “estatuto de um Estado, seja ele qual for, chama-se civil, e o corpo inteiro, cidade, os negócios comuns, coisa pública. Cidadãos, são os homens considerados como gozando de todos os privilégios que a cidade concede em virtude do direito civil” (TRATADO POLÍTICO, capítulo 3, parágrafo 1).

A Cidade, conforme pontua Chauí (2003:183), pode criar cidadãos livres que deixam ser parte da *multitudo* para nela tomar parte ativa, no exercício do poder. Entretanto, essa criação não é um efeito meramente possível na Cidade e sim é seu ato de instituição, isto porque Espinosa propõe como remédio para a tirania, o “Tratado Político”, afirmando que a estabilidade, a segurança e a paz de uma república devem se apoiar no ordenamento institucional, não nas virtudes privadas dos governantes. As instituições públicas devem garantir a fundação e conservação de uma forma política de acordo com as exigências do direito natural, dos tempos e lugares, viabilizada pelos costumes, leis e práticas sociopolíticas.

Dessa forma, junto a Chauí (2003:194,195), é possível descrever as duas conseqüências que Espinosa pontua para a tese de que todos os homens desejam governar e nenhum deseja ser governado; ninguém transfere voluntariamente a outrem sua potência ou seu direito natural e nada é mais odioso a um homem do que ser governado e dominado por seus semelhantes.

São as conseqüências apontadas por Espinosa: a) a política se institui quando é instituído um poder público coletivo, de tal maneira, que ao obedecer-lhe, todos sintam que obedecem a si mesmos; b) aquele ou aqueles que tiverem o poder soberano devem fazer com que os demais (ou todos) acreditem na superioridade desse poder. *Não basta a lei, é preciso a crença*. Sem a fé na superioridade do detentor do poder (rei, patrícios, povo), a *multitudo* jamais se submeterá e jamais obedecerá.

Sob esse aspecto da crença, é pertinente a observação da história do povo hebreu, tirado do Egito pelas mãos de Moisés (um camponês que virou príncipe no Egito e depois, novamente, camponês) reconhecido por esse povo como representante de Deus, e, assim, obedecido. Por conseguinte, Moisés ritualiza a vida cotidiana através da introdução de cerimônias políticas e econômicas como religiosas, de onde a preocupação de Espinosa, no seu “Tratado Teológico-

político”, em *liberar a política daquilo que nela impedia o livre exercício do pensamento, ou seja, a teologia política*

Dessa concepção, creio, parte a crítica de Espinosa de que o pensamento de Deus não tem estilo próprio, ele fala de acordo com o lugar ocupado pelo profeta que enuncia, isto é, Deus usará imagens condizentes a esse profeta, por exemplo, se for camponês, usará as imagens de bois e vacas, se soldado, armas e assim por diante. Esse fato, segundo Gregolim (2004:125) acarretará na afirmação de Pêcheux de que o sentido das palavras muda de acordo com a posição na luta de classes daqueles que as empregam.

Em síntese, é possível afirmar que Espinosa deduz a política, concretização do útil, da condição natural e comum dos homens, tendo seu fundamento no direito natural de sábios e insensatos, unindo corpos e mentes para a constituição do indivíduo coletivo, o *multitudo*, em que é realçada a idéia de definição do *imperium*, como poder político.

Decorrente disso, o poder, inerente à comunidade, não é depositado em ninguém, o que implica na perda do poder soberano pelo governante, seja em sua figura empírica, seja em sua figura mística. Há o direito de participação no poder. “O que distingue os regimes políticos não é, portanto, a origem do poder(a origem é sempre a mesma, a massa do corpo único e causa única) nem o número de governantes(pois o governo não é idêntico à soberania), mas a definição do direito de *exercer* o poder” (CHAUI, 2003:171)

Como consequência, para Espinosa, a única forma política em que se realiza o desejo de todos e de cada um, de governar e de ser governado, é a democracia, pois ela mantém a igualdade do direito natural e, conseqüentemente, a liberdade, a qual põe a necessidade de ação, ou, liberdade para pensar, uma vez que ser livre é ser senhor de si.

4.4 Hannah Arendt

Arendt, filósofa e teóloga alemã, nascida em 1906 e falecida em 1975, assevera que para falar em política, é preciso começar por avaliar os preconceitos que todos temos contra ela, os quais, comuns a todos nós, “representam algo de político no sentido mais amplo da palavra: não

brotam da soberba das pessoas cultas e não são culpados do cinismo delas, que viveram demais e compreenderam de menos” (ARENDT, 2002:25).

Para a autora, os preconceitos refletem realidades incontestáveis justamente em seus aspectos políticos, pois não são juízos definitivos, mas indicam o chegar-se a uma situação na qual não se sabe, ainda, mover-se politicamente, o que pode acarretar no desaparecimento da ‘coisa política’. Os preconceitos, dessa forma, confundem o fim da política com a política em si.

Arendt afirma que para a filosofia e a teologia, o homem é conhecido apenas no tocante aos direitos iguais que “os mais diferentes garantem a si próprios”. Segundo ela, para essas duas vertentes do conhecimento:

a política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam do homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos (...) A política trata da convivência entre os diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças (ARENDT, 2002:22).

Entretanto, ao afirmar que a criação do homem por Deus está contida na pluralidade, Arendt nega qualquer envolvimento desse fato com a política, o que, para ela “organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (ARENDT, 2002:24)

A autora (2002:23) ainda critica a filosofia ao elencar duas ‘boas’ razões para não se limitar a tão somente encontrar o lugar onde surge a política, quais sejam: i) *Zoon politikon* – expressão grega que indica pertencer o político à essência humana, conceito que Arendt denominada de ‘não procedente’, haja visto o homem ser a-político. “A política surge no *entre-os-homens*, portanto, fora dos homens”; ii) a concepção monoteísta de Deus, em cuja imagem o homem deve ser criado. Arendt afirma que só pode haver *o homem*, criado à imagem da solidão de Deus, e os homens tornam-se sua repetição mais ou menos bem sucedida, o que os leva à rebelião “de cada um contra os outros”, haja visto estes últimos serem odiados devido à sua existência sem sentido.

Decorrente disso, Arendt afiança que o ocidente achou uma solução para essa “impossibilidade da política” dentro do ‘mito ocidental da criação’, qual seja, a transformação

da política pela História, em que através de uma história mundial, a pluralidade dos homens é dissolvida em *um* indivíduo-homem, depois também chamada de humanidade. E aqui a autora faz uma ferrenha crítica à liberdade que os homens julgam possuir, uma vez que eles “se salvam” dessa liberdade justamente na “necessidade” da História, a qual conseguiu “frequentemente, varrer do mapa o homem enquanto ser atuante, mas não em escala mundial – seja na forma de tirania, seja na forma moderna de dominação total, na qual se deseja liberar os processos e ‘forças históricas’ impessoais supostamente mais elevadas e escravizar os homens para elas” (ARENDT, 2002:27).

A partir dessas colocações e críticas, Arendt se pergunta sobre qual o sentido da ‘coisa política’ na modernidade, e ela mesma, retomando este conceito que foi usado pela primeira vez na *polis* grega e equivalia a liberdade, constata que a política, baseada na pluralidade dos homens, deve organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais.

É preciso, no entanto, ratificar que essa ‘liberdade’ vivida na *polis* não implica no entendimento da coisa política como meio de possibilitar aos homens uma vida livre: ele não devia estar subordinado como escravo à coação de um outro nem como trabalhador à necessidade diária.

Primeiro, o homem precisava ser livre ou se libertar para a liberdade, e esse ser livre do ser forçado pela necessidade da vida era o sentido original do grego *scholē* ou do romano *otium*, ócio. Essa libertação, diferente da liberdade, era um objetivo que podia e devia ser atingido através de determinados meios. O meio decisivo era a sociedade escravagista, o poder com o qual outros eram forçados a assumir a preocupação com a vida diária. Ao contrário de todas as formas de exploração capitalista que perseguem sobretudo objetivos econômicos e servem de enriquecimento, no caso da exploração do trabalho escravo na Antiguidade tratava-se de liberar os senhores por completo do trabalho a fim de dispô-los para a liberdade da coisa política (ARENDT, 2002:48).

O sentido da coisa política, portanto, era a relação de liberdade entre os iguais, para além da força, do domínio e da coesão. Iguais que só comandavam uns aos outros em tempos de guerra; fora disso, os assuntos eram tratados por meio da conversa e do convencimento recíproco, da persuasão.

A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais (ARENDT, 2002:49).

Para a filósofa a igualdade era, assim, associada à justiça e não à liberdade, o que gera má interpretação do conceito de *isonomia*. Esta não significa igualdade perante a lei, mas direito à atividade política na *polis*, desenvolvida pela conversa, pela fala.

Entretanto, o falar não era meramente um falar, era um trabalho que impunha como condição, um igual, a exemplo do déspota que, acostumado a ordenar, para poder conversar precisava de alguém igual a ele.

Creio que seja por isso que a autora afirma que a política surge entre os homens e não no homem, de onde a idéia da verdadeira política:

O sentido da política é a liberdade. Essa resposta é simples e concludente, o que reside no fato de ser ela tão antiga quanto a existência da coisa política (...) Essa resposta não é ,hoje, natural nem imediatamente óbvia. Isso evidencia-se porque a pergunta de hoje não é simplesmente sobre o sentido da política (...). A pergunta atual surge a partir de experiências bem reais que se teve com a política, ela se inflama com a desgraça que a política causou em nosso século, e na maior desgraça que ameaça resultar delas. Por conseguinte, a pergunta é ainda mais radical, muito mais agressiva, muito mais desesperada: tem a política algum sentido ainda? (ARENDT, 2002:38).

Arendt afirma que dois elementos distintos mesclam-se na pergunta acima, quais sejam: i) a experiência com as formas totalitárias de Estado nas quais toda a vida dos homens foi politizada por completo, tendo como resultado o fato de a liberdade não existir mais nelas, o que na modernidade pode implicar na incompatibilidade entre política e liberdade; ii) o monstruoso desenvolvimento das modernas possibilidades de destruição, cujo monopólio os Estados detêm, e que só podem ser empregados dentro do âmbito político, ou seja, o caráter duvidoso da coisa política.

Tudo isso faz com que se duvide de um sentido da política, pois as “desgraças”, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, já se conhecem pelas experiências políticas básicas da atualidade, as quais são formadas, segundo Arendt, “pelos guerras e as revoluções e não pelo funcionar de governos parlamentares e aparatos de partido”.

No entanto, apesar das experiências do homem moderno com a política, Arendt acredita que o homem é dotado , de uma maneira altamente maravilhosa e misteriosa, do dom de fazer milagre: ele pode agir, tomar iniciativas, impor um novo começo, portanto, a liberdade e a espontaneidade dos homens, diferentes homens, são basilares para o espaço entre eles. Logo, ser livre é agir em público, e este é o espaço original do político. Aqui, é interessante realçar o papel do discurso que, segundo Arendt, associado à ação, é basilar ao agente:

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator: e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras: e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer (ARENDT, 1993:191).

Como constatado até agora, a gênese política vista sobre o ângulo de investigação da filosofia política, tem sentido, reitero, porque há uma subordinação das instituições entre a natureza do poder e as relações entre soberania e liberdade, seja esta a libertação do período filosófico clássico, seja o desvincular da política à religião, como propuseram, cada um à sua maneira, Maquiavel e Espinosa, e este, considerando o ser livre o senhorio de si mesmo, seja ela o agir em público, o tomar iniciativas e propor um novo começo, como afiança Arendt. Todas as posturas buscam, na verdade, a gênese do poder e como exercê-lo.

Dessa forma, numa posição mais contemporânea, penso que ninguém melhor para abordar sobre esse conceito do que Michel Foucault, referido anteriormente.

4.5 O Poder em Foucault

Foucault não entende o poder como um objeto natural, como uma coisa, mas como uma prática social constituída historicamente. No entanto, o filósofo não nega a existência de um poder de Estado; o que ele faz, é mostrar que além deste, há outros poderes, cuja natureza se diferencia daquela do Estado, como afiança Machado:

Não se tratava de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que se pretendia era se insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único do poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar (MACHADO, 2004:13).

O poder se espalha por toda a sociedade, toma corpo de dominação e intervém materialmente atingindo o corpo do indivíduo, sua realidade mais concreta. A partir daí atinge o corpo social situando-se nele e não acima dele, alcançando o dia a dia dos indivíduos. O poder está fundamentalmente ligado ao corpo, em todas as sociedades modernas, pois é sobre ele que se impõem as obrigações, limitações e proibições. É um poder contínuo, que não se pode romper, uma vez que é internalizado pelo sujeito. Sobre isso comenta Gregolim (2004:132):

A sociedade moderna construiu uma maquinaria de poder através da disciplinaridade, cuja anatomia política desenha-se aos poucos até alcançar um método geral e espalhar-se numa *microfísica do poder* que vem evoluindo em técnicas cada vez mais sutis, mais sofisticadas e, com sua aparente inocência, vem tomando o corpo social com sua quase totalidade. Essa *microfísica* se materializa no olhar vigilante que, do interior das instituições (regulamentos minuciosos, inspeções e controle sobre o corpo que tomam forma nas escolas, prisões, quartéis, etc.) ganha prolongamento social nas ações da vida cotidiana. Esse controle do olhar se funde com a *disciplina organizada do tempo e do espaço*, criando o império da regularidade, do ritmo, pois “é proibido perder tempo” já que “tempo é dinheiro”. Assim como na distribuição dos espaços, o controle sobre o tempo permanece introjetado na realização social da vida cotidiana e em todos os setores, inclusive na vida “pessoal e íntima (GREGOLIM, 2004:132).

A disciplina vem pela vigilância, uma vigilância ininterrupta, presente em toda extensão do espaço e internalizada pelo próprio indivíduo, de modo tal que ele assuma para si mesmo o olhar de quem o vigia, proporcionando ao poder, o auge da submissão.

A vigilância é um dos principais instrumentos de controle, o qual, junto a outras disciplinas relacionadas ao espaço, ao tempo e ao saber, acarreta na subordinação e no adestramento. O controle efetiva-se, primeiramente, através de uma vigilância geral, o *Panopticon*, exercido, no caso das sociedades modernas, desde câmeras nos prédios às estatísticas que modelam o cotidiano. E em segundo lugar, na forma de treinamentos disciplinares cujo propósito é produzir um indivíduo aprimorado, adestrado, dócil politicamente, com menos resistência de luta e insurreição contra as ordens do poder; ou, como afirma o próprio Foucault, “um sujeito individual obediente aos hábitos, regras e ordens; uma autoridade que é exercida continuamente em volta e acima dele e que ele deve internalizar para funcionar automaticamente nele” (FOUCAULT, 1975:227).

O filósofo analisa o poder que envolve lutas cotidianas dos sujeitos, mas lutas que são micro, uma vez que não há um centro do Poder, que por seu turno espalha-se por toda a sociedade. Sobre isso, afirma Machado:

Foucault tem como uma das principais precauções, do ponto de vista metodológico, procurar dar conta do nível molecular de exercício do poder, sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro. É uma análise que Foucault chama de descendente, no sentido em que deduziria o poder partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados (2004:13).

Com essa noção, continua Machado (2004:11), Foucault, em suas análises genealógicas do poder, “produz um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao

Estado o fundamental de sua investigação do poder”. O poder não é mais visto como um instrumento próprio do Estado, antes porém, como uma prática social.

A esse respeito, Menezes (2004:116) faz uma interessante pontuação: “se o poder é um elemento fundamental da política e esse está em toda a parte, a política também está em toda a parte, a política também não estaria resumida às instituições do Estado”. Isso acarreta para Menezes o fato de que todos os sujeitos de discurso e de ação desempenham algum nível de política, o que é fato, mas um fato ligado a um outro: ao de que não existe em Foucault uma teoria geral do poder, o que implica na não universalização de sua natureza e essência, mas antes, no estudo de formas díspares, fragmentadas, em constantes transformações. Suas investigações sobre o poder estão sob objetos bem demarcados.

O que não se pode negar é que Foucault, com esses seus estudos sobre o poder e sua genealogia, provoca, como acima afirmado, um descolamento com relação à ciência política. Não se pode negar, também, que os poderes, abordados a partir da história e das novas tecnologias de poder, bem como da produção dos saberes na sociedade do ocidente, implicam na relação intrínseca entre o poder e o saber.

...Daí a necessidade de utilizar uma démarche inversa: partir da especificidade da questão colocada, que para a genealogia que ele tem realizado é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado (MACHADO, 2004:13).

O indivíduo é, dessa forma, uma produção do poder e do saber, compreensão clarificada pelo âmago da disciplina, pois o saber é considerado como acontecimento, prática. Ele é peça de um dispositivo político que, como tal, segundo Machado (2004), vincula-se à estrutura econômica, o que impõe a questão de como se formam os domínios de saber, chamados de ciências humanas, a partir de práticas políticas disciplinares.

Como afiança Machado (2004), “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber”. Logo, todo saber, assegura o exercício do poder. A esse respeito, eu não poderia deixar de registrar as palavras de Machado, que são, a meu ver, conclusivas:

Cada vez mais se impõe a necessidade do poder se tornar competente. Vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição do saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem poder (MACHADO, 2004:22).

No entanto, nessa relação de poder e saber, em que o sujeito é pensado numa outra relação, a dos micro-poderes, surge uma crítica de Pêcheux a Foucault, ao afirmar que este suprime o papel da luta do sujeito (entendido segundo a ontologia marxista) na História (GREGOLIM, 2004:135). Porém, voltando o olhar para a ‘genealogia do poder’, constata-se que, ao tratar da disciplina, Foucault não enxerga os indivíduos autômatos que aceitam passivamente todas as determinações do poder, pois este “deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, algo que funciona em cadeia (...) Nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou um bem”. O que Foucault quer enfatizar, afirma Gregolim (2004:136), “é que a sociedade procurou um ajustamento cada vez mais controlado, cada vez mais racional e econômico, entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder”.

Se só houvesse a escravidão, a submissão e a passividade, seria o fim da História. Para Foucault, o fato de haver uma “disciplinarização”, de ter sido necessário desenvolver mecanismos de controle e de vigilância contínuos, demonstra que os sujeitos lutam. Dessa luta deriva, como consequência, o fato de que nenhum poder é absoluto ou permanente; ele é, pelo contrário, transitório e circular, o que permite a aparição das fissuras onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infundável da libertação dos corpos. O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra; ao contrário, ele se elabora, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados (...) As lutas opõem uma resistência aos efeitos de poder que estão ligados aos saberes, à competência e à qualificação (...) É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, mas que só existe porque esses “sujeitos” se defrontam contra ela (...) Para Foucault, as lutas na sociedade moderna giram em torno da busca de identidade e o seu principal objetivo não é o de atacar esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou classe ou elite, mas sim uma técnica particular, uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata. Essa prevalência é consequência de uma nova forma de poder político, que se desenvolveu de maneira contínua depois do século XVIII, que é, ao mesmo tempo, globalizante e totalitária (GREGOLIM, 2004:136-137).

Foucault, segundo Gregolim, aponta como problema político, ético, social e filosófico da modernidade, não o tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador. E aqui, reporto-me a Frei Beto (1987) quando, ao escrever sobre a crise da moralidade e da espiritualidade, afirma que a viagem maior é a busca pela identidade, sempre ameaçada por uma

louca corrida de novos produtos, novos símbolos e novos valores, pois o mercado dita as regras. Há uma troca do ser pelo ter. Domina hoje, o mercado, a ostentação e o individualismo.

Voltando à Foucault, os indivíduos colocam em prática poderes peculiares aos saberes que possuem e aos lugares que ocupam, participando de micro-lutas diárias em que confirmam, através de seu discurso e ação, “novas possibilidades de atuação política”. Há um jogo nas relações sociais e humanas, evidenciado pelos discursos, os quais, para Foucault, seguem regras próprias às práticas discursivas da época. Por conseguinte, como afirma Gregolim (2004:134), “o discurso não é o lugar abstrato de encontro entre uma realidade e uma língua, mas um espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos”.

Entretanto, as práticas discursivas dependem de um conjunto de prescrições, definidas por instituições, tal como a política, que as impõem e mantêm.

Mediante tudo isso, como definir as funções e finalidades do discurso político? E o discurso político eleitoral, como abordá-lo nesta pesquisa?

4.6 O discurso político e o discurso político eleitoral

Costumamos ver o poder como algo negativo. No entanto, não há sociedade organizada sem formas de exercício do poder. A questão é: como e em nome de quem esse poder se exerce? (MARCONDES, 2000:147). Se voltarmos à filosofia clássica de Platão, por exemplo, veremos que o poder está nas mãos dos mais sábios, aqueles que têm a ciência da política e que, portanto, devem ensinar e governar a fim de influenciarem os homens que não vêem, o que embasava o discurso político, cuja finalidade era manter a cidade coesa, tornando-a uma cidade feliz. Se formos até Santo Agostinho e Santo Tomás, constataremos que, dividido entre o Estado e a Igreja, o poder político é de origem divina mas circunscreve-se na ordem das necessidades naturais humanas. O Estado tem uma concepção negativa, pois a ele caberia intimar os homens, cuja natureza é pecaminosa, a agirem retamente, o que associa a política à moral e impõe a necessidade de um governante justo, não tirânico, mas que consiga obrigar, mesmo que pelo medo, os homens à obediência aos princípios da moral cristã, uma vez que o bem comum da cidade deve subordinar-se ao bem supremo da salvação da alma. Logo, o discurso político

baseia-se nessa busca pela moral e pela virtude, cuja finalidade é encaminhar os homens à verdadeira religião através da força da educação e da persuasão.

Para Maquiavel, o poder está centrado no “Príncipe”, aquele que tem a capacidade para perceber o jogo de forças que caracteriza a política e assim agir energicamente, conquistando e mantendo o poder e visando o bem coletivo. Portanto, o discurso político estriba-se na efetivação da ação política cuja finalidade é a sobrevivência do grupo.

Para Espinosa, cujo poder, não restrito ao Estado, associa-se à liberdade que impõe a necessidade de agir, haja visto o povo não desejar ser comandado nem oprimido, o discurso político baseia-se no “poder público coletivo” cuja finalidade é garantir o direito de participação no exercício do poder para que todos vivam sob um consenso comum.

Para Arendt, que afiança sobre o fato da pluralidade estar na diferença entre os homens e não na sua igualdade e que a política está “entre os homens” e não “nos homens; para ela que acredita no homem como dotado do dom de poder agir, tomar iniciativas, impor um novo começo, associando a ação ao discurso, sem o qual ela deixaria de ser ação, o discurso político é o discurso da liberdade, cuja finalidade é o “agir em público”, espaço original do político.

Entretanto, o tempo não me permite aprofundar nas conjecturas acima, desta forma, buscando a coerência com a noção de discurso, descrita no início deste capítulo, e para não ter uma visão pueril de uma formulação genérica, recorro a Charaudeau (1983), para quem o discurso político “é discurso do homem político, desde que cumpra uma função política na sociedade”. E dessa forma, posso afirmar, junto a Menezes (2004:126) que:

Se trata de um discurso referente aos assuntos da cidade (quer dizer que possam ter uma dimensão pública) de acordo com representações dos sujeitos comunicante e/ou interpretante numa dada situação. Quer dizer, não nos parece ser apenas um discurso que se apóia em rituais e representações determinados *a priori*, pois nem tudo que é político para uma instância pode ser, necessariamente, para a outra. Além disso, não definimos o estatuto de *politicidade* apenas pela vontade dos participantes, mas também pela relação entre os mesmos numa dada situação, pois, apoiando-nos em P.L.Berger e Th.Luckmann (1985), é nesta interação triádica (entre orador, ouvinte e objeto localizado no mundo) que se pode reconhecer um viés inovador e criativo de uma nova realidade política pelo uso da linguagem (...) A *policidade* da fala não está definida antes do ato discursivo. Ela submete-se ao critério de reconhecimento pelos sujeitos da relação, de acordo com as finalidades da troca e as funções do ato discursivo (MENEZES, 2004, 126-127).

A afirmação de Menezes transporta-nos ao que foi descrito no tópico 4.5 no que tange à questão do poder espalhado por toda sociedade contemporânea, conforme abordada por Foucault, em que o Estado não é mais visto como órgão central do poder e por isso, afirma Menezes (2004:127), “na medida em que as redes de poderes das sociedades contemporâneas não aparecem como prolongamento ou simples extensão deste órgão, a produção discursiva relativa ao poder nem sempre tem como referência o Estado”.

Entretanto, a consequência da negação de unicidade do poder pelo Estado, qual seja, “tudo é poder” e portanto, “tudo é política”, comentada por Menezes e pontuada há algumas páginas, não é neste trabalho adotada. A concepção aqui postulada, e apropriada de Menezes, com quem me identifico neste aspecto, é de que:

O discurso político é um fenômeno que também participa do alargamento do espaço público. Ele não se reduz à esfera política tradicional (o Estado e as instituições de governo) e aos seus atores convencionais (membros do governo, parlamentares e candidatos), mas amplia-se aos microespaços do local, da empresa, das associações comunitárias, da escola, etc., num momento de ascensão da participação política (MENEZES, 2004:129).

Sob essa perspectiva, pontuo, nesta pesquisa, como discurso político eleitoral, pronunciamentos de um candidato em campanha nos anos de 1989 e 2002, haja visto eu crer, como afirmado no início do capítulo II, que pensar nesse discurso é pensá-lo como estratégia do homem político bem como pensar em como se estrutura através da argumentação. Portanto, o conteúdo é funcional. O discurso político eleitoral é, a meu ver, parte do sistema democrático em que vivemos, no qual a argumentação tem amplo espaço, uma vez que, como assevera Platin (1996:21), “a argumentação supõe uma sociedade democrática ou pelo menos uma situação democrática”.

Se tomo o discurso político eleitoral como parte da democracia, preciso pontuar o que considero como tal.

Oriunda do grego *demos* (povo) e *kratia*, de *krátos* (governo, poder, autoridade), é de conhecimento geral que a democracia surgiu como ideal dos gregos, habituados ao discurso na *ágora*, espaço social para o exercício da persuasão. É de conhecimento geral, também, que a democracia não era para todos, pois nem todos eram considerados cidadãos. Ao longo da história, esse conceito tomou diferentes roupagens, dentre as quais, uma me chama bastante

atenção, a de Marilena Chauí (1980:156), a qual afirma que as determinações constitutivas do conceito de democracia são as idéias de conflito, abertura e rotatividade.

A idéia de conflito, segundo a autora, ao contrário do sentido pejorativo que lhe é atribuído, é inevitável a uma sociedade pluralista, em que os pensamentos são divergentes e os discursos, múltiplos. Dessa forma, o que a sociedade democrática deve fazer com o conflito, é trabalhá-lo, de modo que, a partir da discussão, do confronto, seja encontrada a possibilidade de superá-lo.

Sobre a Abertura, a autora afirma ser a necessidade da circulação livre de informação, que, para ela, é a produção de cultura, o que deve ser privilégio de todos. E, finalmente, sobre Rotatividade, Chauí afiança a necessidade de permitir que todos os setores da sociedade possam ser legitimamente representados, o que requer “tornar o poder na democracia realmente um lugar vazio por excelência”.

A partir dessas colocações de Chauí, uma questão se impõe, a ampliação do espaço público. Segundo Ribeiro (1994), a palavra *público* tem dois sentidos principais nas línguas e pensamentos modernos:

Por um lado se opõe a “privado” e se faz sinônimo do bem comum, do patrimônio coletivo, daquilo que não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular. Notemos que isso não quer dizer “estatal”: pode haver uma esfera pública que não pertença ao Estado, por exemplo, uma associação ou entidade que não tenham por finalidade apenas o bem de seus donos. Outro sentido de “público” é o que se opõe a “palco”. Aqui, seu sinônimo é “platéia” – a soma dos que assistem a uma representação, tendendo à passividade, podendo manifestar-se apenas pelo aplauso ou vaia, pela compra ou boicote do ingresso, mas sem ter meios de reverter a radical e constitutiva desigualdade a separá-la dos atores. No sentido teatral, o público vale menos que o palco. Já no primeiro sentido (jurídico) ele deve valer mais que o privado – embora desde o advento do capitalismo este último, fortalecido ao anexar a economia, tenha adquirido um poder inédito na história (Ribeiro, 1994:32).

Interessante essa asserção de Ribeiro, principalmente no que tange à política como encenação, o que me remete ao um outro autor, Courtine, o qual, ao tratar dos “deslizamentos do espetáculo político”, afirma que “o discurso político está em crise nas sociedades ocidentais” (COURTINE, 2003:21). Há, segundo o autor, o sentimento de entorpecimento da democracia no Ocidente, a deserção dos cidadãos, a usura dos homens e a rotina dos discursos.

No banco dos réus aparece com insistência um nome que teria valor de explicação: a televisão e seus efeitos perversos. As imagens corrompem as palavras, a política-espetáculo deforma o debate de idéias: a democracia estaria doente em sua comunicação. A explicação é simples demais para dar conta da generalidade da crise, fácil demais para exprimir sua complexidade; é possível conceber, entretanto, que uma razão seja desde já adiantada: a televisão é o lugar e o meio de uma modificação profunda da eloquência política. Uma forma de fala pública, constituída com a Revolução Francesa, fundada sobre os antigos oradores, concebida sobre o modelo do teatro e que até há pouco tempo fazia a ligação entre o homem político e o cidadão, acabou por se apagar sob nossos olhos, não sem nostalgia nem desequilíbrio. Ela cede seu lugar a estilos de comunicação radicalmente novos (COURTINE, 2003:22).

Tanto Courtine quanto Ribeiro pontuam o porquê da ‘necessidade’ de mudança desse discurso na atual democracia, um tempo em que a ênfase repousa na esfera pública em que a opinião e o voto decidem as questões de interesse geral, “que saem da competência do rei”. Isso justifica, ao que parece, a dupla exigência a qual está submetido o discurso político moderno, sobre a qual fala Courtine:

...de uma parte, uma injunção à verdade: ele é então o “falar-verdadeiro” e exprimiria em sua transparência as próprias coisas. De outra parte, um imperativo de simplicidade: ele é então o “falar-francamente”, língua ordinária, banalização cotidiana das idéias políticas. A maioria dos governantes se aplicam desde então a falar línguas mínimas, *basics* (COURTINE, 2003:23).

Sob esse aspecto do falar próximo ao povo, às massas, entra em cena um componente próprio dos meios de comunicação de massa, qual seja, o publicitário, que busca a teatralização da política e a redução dos cidadãos a público através, penso eu, do que Courtine (2004:23-25) denomina de “simplicidade calculada”, “conversação” e “debate sem memória”.

A simplicidade calculada diz respeito às frases curtas, breves, à argumentação esquematizada, e torna o discurso “um produto homogeneizado de um consumo de massa”; a conversação refere-se à uma *política da vida privada*, exibição de intimidade doméstica e psicológica na qual a política se banaliza nas pequenas coisas cotidianas, se enuncia nos discursos ordinários, se dissemina nos traços quase imperceptíveis da fisionomia: as técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol, um recurso central da representação política. É como se se passasse de uma política do texto, veículo de idéias, para uma política da aparência, geradora de emoções; o debate sem memória restringe-se aos comentários a propósito da “mídia-política”. Falta à era da comunicação inserir-se na série histórica em que

poderia tomar um sentido: uma história da relação entre o corpo e a linguagem nas formas de comunicação política.

Com isso Courtine afiança:

os discursos foram gradualmente abreviados, ao mesmo tempo por imperativos econômicos (“tempo é dinheiro”) ligados ao custo do tempo de difusão, e pela implantação de dispositivos de interlocução, em que a interrupção (por um oponente, por um jornalista, por uma sequência de imagens) tornou-se possível e cada vez mais freqüente. Essa nova escansão dos discursos, essa periodização mais curta vem acompanhada de uma deriva retórica: as constantes suspensões que diminuem a exposição, as digressões que se desviam dela, as acumulações que a tornam cansativa, em suma, as figuras exageradas, tendem a deixar lugar às formas retóricas por suspensão, esquematização, elipse (COURTINE, 2003:27).

Nessa perspectiva, a figura do orador tradicional ganha uma nova roupagem, sobre a qual falarei mais adiante. Antes, porém, preciso, junto a Ribeiro (1994) asseverar sobre o risco que parecemos correr com a teatralização da política.

Quanto mais os cidadãos forem reduzidos a público, a espectadores das decisões políticas, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum, com a *res publica* que deu nome ao regime republicano. Em suma, quanto mais o governante fizer cena para sua popularidade, menos será republicano, e maior risco correremos de que, esquecendo o público pelo publicitário, ele se aproprie da coisa comum para fins privados (Ribeiro, 1994:34).

Parece haver, com esse tipo de discurso, uma ameaça direta à democracia. Essa possibilidade, afirma Courtine (2004:30) “existe desde o segundo dia da Segunda Guerra Mundial com o desenvolvimento das comunicações de massa”. Arendt (1972:252) também tece seus comentários: “ não somente a propaganda política, mas toda a publicidade de massa moderna contém algo de ameaçador”.

Para Courtine (2004:30), “esses receios ressoam , ainda, ecos da propaganda totalitária”, e prossegue:

A crítica é antiga e, por um lado, anacrônica. Assim, da mesma forma como reprovou-se, outrora, a eloquência do púlpito por ser mundana, depois a fala revolucionária por ser teatral, reprova-se, hoje o espetáculo político televisivo. Mas a “ mídia política”, pode ser ela concebida genuinamente como um teatro (...)? O teatro tornou-se uma categoria anacrônica para compreender a representação política. Se a política midiaticizada não é mais um teatro, teria ela inaugurado a era do “Estado-espetáculo”? A arte de governar sempre soube tirar partido da aparência, reconheceu essa necessidade na origem da reflexão moderna sobre política (...) É preciso, portanto, cessar de diabolizar e de beatificar ao mesmo tempo a televisão, e refletir sobre a produção, a circulação e a apropriação das imagens (...) É igualmente tempo de apreciar as consequências políticas, psicológicas e sociais para a democracia do fim da eloquência e da ascensão da comunicação: qual é doravante o lugar da fala pública na “nova

televisão”, isto é, na hora do fluxo contínuo de imagens, da mestiçagem generalizada dos gêneros e das percepções, da manifestação das formas narrativas, da aceleração dos ritmos da informação? (COURTINE, 2003:30-33).

Se a democracia de hoje propõe a participação ativa dos cidadãos, porque reconhece neles o meio eficaz para se fortalecer, precisa politizá-los de forma tal que a cidadania não seja passiva, uma cidadania do individualismo, mas que os torne mais participantes e conscientes da coisa pública.

É preciso que a democracia possibilite aos cidadãos modos de verem e questionarem as novas formas de poder que se desenham na sociedade buscando influenciá-los, uma democracia que proponha um discurso político que saia da ênfase no poder reservado ao Estado e caminhe, mesmo que isso pareça utópico, para o sentido real da política, a liberdade, o poder agir em público.

No entanto, se a democracia tem outras pretensões, ela precisa não de um “Príncipe” com todas as suas qualidades, mas de um “Príncipe” que pareça tê-las, como afirma Maquiavel (1962:125): “... como parecer ser compassivo, fiel, humano, íntegro, religioso; e de fato o ser, detendo porém teu espírito àquilo que porventura não seja preciso sê-lo, tu possas e saibas usar do contrário”. Afinal, o governar desse modo é “saber mostrar”.

Pensando nesse “saber mostrar”, julgo pertinente a transcrição de alguns fragmentos de três manuais que buscam, os dois primeiros em especial, aconselhar o homem político e orientar tanto o político quanto o homem comum à busca do sucesso. Esses fragmentos foram transcritos de Menezes (2004:267-276) que, com exceção de o “Oráculo Manual” que mantém os títulos da obra, os intitulou, mantendo em todos a numeração, antecedente à apresentação, de acordo com a edição da obra.

Os primeiros fragmentos pertencem ao “Manual do Candidato às eleições”, de Quinto Cícero, irmão de Marco Cícero, famoso advogado, filósofo e político. É um manual que para Menezes (2004) tem origem interessante, pois é documento da Antiguidade Romana cuja organização partidária efetivava-se na representação social a partir da proximidade: família, amigos, agregados, tribos e etc.

Foi escrito, em forma de carta, próximo às eleições de 63 a.C. e enviado a Marco Cícero, “grande orador”, senador da república, para orientá-lo a como obter sucesso nas eleições que disputaria para o consulado romano.

Nas eleições de 63 a.C., Marco Cícero concorreu com quatro candidatos: Públio Galba, Lúcio Cássio, Caio Antônio Híbrida e Lúcio Sérgio Catilina. Os dois primeiros, mais fracos eleitoralmente, são apontados por Quinto, como “da mais elevada origem”. São “figuras das mais ilustres famílias”, mas, “por falta de fibra”, não estavam à altura de Cícero. Eram concorrentes fracos. Os outros dois eram de condição social inferior. No entanto, eram adversários mais fortes. A campanha deles tinha densidade e, daí, concentravam as atenções de Quinto. E, de fato, o resultado apontou a vitória de Cícero e Antônio. Catilina, o grande derrotado, logo desencadeou uma guerra civil (MENEZES, 2004:258).

Os segundos fragmentos pertencem ao “Manual dos políticos”, ou “Breviário dos Políticos”, escrito no século XVII pelo Cardeal Mazarin. Um italiano que tornou-se ministro de Ana da Áustria. Um homem que, em palavras de A.Dumas (*apud* MENEZES, 2004:268), era “um sujeito mesquinho, que não tinha nenhum mérito; era um dissimulado e manipulador dos sentimentos alheios, que se deu bem com a sua astúcia”, mas que, também, era um homem que com seu Breviário “surpreendeu pela complexidade de um pensamento que se orienta por um incontestável desejo de ampliação do espaço da política da sua época, num quadro de elevada sabedoria calculada e humaníssima mesquinhez” (U.ECO, *apud* MENEZES, 2004:268).

O Cardeal mostra-se, assim, inconformado com o pequeno espaço da política sob o absolutismo predominante no seu tempo. É isto que fazia com que a obra pudesse tornar-se um referencial para a dilatação do espaço da aparência; ou seja, não há, no autor, um desejo de orientar o outro para o sucesso individual pelo simples sucesso, mas como uma ação no espaço da política, com o conseqüente crescimento deste espaço (MENEZES, 2004:269).

Mazarin, buscando esse espaço da política não dirige sua obra à elite monárquica, pois, como afirma Menezes (2004:269), os “políticos do Breviário estariam fora do “aparelho do Estado”. São aqueles que se colocam no campo da democratização política”.

Entretanto, não há ainda condições para se efetivar tal prática. E assim, os políticos vistos pelo autor correspondem a uma criação teórica, pois inexistem enquanto classe, no sentido amplo, mas participam de um imaginário de subversão da ordem em que se antevê a necessidade de um Estado democrático que venha a superar a ordem absolutista (MENEZES, 2004:269).

Para Mazarin, continua Menezes (2004), há necessidade de o homem político se dirigir no cotidiano pela possibilidade das ações no espaço público, consciente da imprevisibilidade de tais ações. “É preciso ser realista”, ou seja, “ter uma capacidade de simular e dissimular no mundo, de acordo com os objetivos e ocasiões”.

Nesse sentido, cai a crença numa verdade que possa se apresentar como validade absoluta. O homem, para ele, sempre representa um papel na sociedade. É preciso que o homem político esteja consciente desta situação e possa representar seu papel na sociedade. É preciso que o homem político esteja consciente desta situação e possa representar o seu papel da melhor maneira, a fim de obter o sucesso para a vida em comum (...). Como observa B.Lamounier (1997:22), para o autor, o poder está em toda parte; o seu manual não se dirige a alguém específico mas a todos que pratiquem o poder, nem que seja numa parcela infinitesimal e para qualquer fim (MENEZES, 2004:270).

Os últimos fragmentos aqui transcritos referem-se ao “Manual” dos homens mundanos, ou “Oráculo Manual”, do jesuíta, professor, confessor, filósofo e escritor, Baltazar Gracián. Seu público alvo são todos aqueles que desejam alcançar o sucesso, tanto políticos quanto o homem comum. É composto de “300 aforismos e comentários do autor que se pretendem ser conselhos ao homem moderno na arte de se conduzir na vida, a partir da razão prática” (MENEZES, 2004:272).

Para o “Oráculo”, a questão que se coloca é a busca da harmonia, a cooperação eficaz, para que o leitor possa viver bem com o seus semelhantes, sem a necessidade de um grande sofrimento em virtude das alternativas escolhidas. Assim, no “Breviário” temos um programa para viver bem no espaço da política, o lugar do conflito, inclusive pela manipulação do consenso. E, para o “Oráculo”, interessa, sobretudo, o reconhecimento, a convivência no espaço do consenso, num quadro de ação e discurso eficaz (MENEZES, 2004:274).

4.7 O Manual do Candidato às Eleições

Os conselhos de Quinto Cícero

[o *ethos* do candidato. Escolha uma marca para a sua campanha]

(I.2) Praticamente todos os dias, quando estiver indo para o fórum, você deve relembrar: “Sou um homem novo, quero o consulado, aqui é Roma”.

[Treine bem o seu discurso]

(I.3) Cuide para que os recursos auxiliares da oratória (...) estejam prontos e disponíveis, e com frequência se lembre do que Demétrio escreveu a respeito do esforço e do treino constante de Demóstenes.

[Simule e dissimule posições no espaço público]

(I.5) Também o seguinte parece capaz de ajudar bastante um “homem novo”: a simpatia dos aristocratas e sobretudo dos ex-cônsules. (...) Eles todos devem ser cabalados com ardor; você deve enviar amigos até eles e convencê-los de que nós sempre nos alinhamos com a opinião política da aristocracia, que de jeito nenhum fomos do partido “popular”.

[Descaracterize os seus adversários]

(II.7) Com efeito, Públio Galba e Lúcio Cássio (...) não estão à sua altura. (II.9) Mas talvez Antônio e Catilina sejam o problema. Que nada! (...) ambos desde a juventude assassinos, ambos libertinos, ambos depauperados. Dos dois, um teve as propriedades confiscadas e até o ouvimos declarar em juramento que não tinha condições de competir nos tribunais romanos de igual para igual, usando expedientes honestos, contra um homem da Grécia; temos conhecimento de que foi expulso do Senado por decisão de excelentes censores (...) (II.7) Quanto ao outro – bons deuses! – que glória tem? (...) Nascido em meio à miséria do pai, educado em meio às orgias da irmã, crescido em meio à matança de cidadãos, seu ingresso na vida pública se deu pelo assassinado de cavalheiros romanos (...)

[Pareça ser sincero; só os adversários não acreditarão em você]

VIII. 26. Não há ninguém – com exceção daqueles ligados a algum dos seus adversários por um determinado laço ou compromisso – ninguém de quem você, se tentar, não possa facilmente obter algo em seu benefício, para que em troca você o ame e fique lhe devendo um favor, bastando para isso que ele suponha que você o tem em alta conta, que está sendo sincero, que é um bom investimento para eles, que disso nascerá não uma amizade breve e eleitoreira, mas firme e permanente.

[Tenha as passeatas como termômetro da opinião pública]

IX.34. Já que mencionei as passeatas, você também deve tomar o cuidado de fazer uma por dia, com pessoas de todo os tipos, ordens e idades, pois pela própria multidão reunida você poderá calcular quanto terá de força e recursos nos comícios.

[Não hesite: prometer é um procedimento para conquistar e dominar]

XII. 46. As pessoas se deixam conquistar mais pelo olhar e pelo discurso do que pelo próprio favor. XII. 47 Ninguém fica com a casa cheia se só aceita o que acha que consegue cumprir. XII. 48. De fato, se você promete, essa raiva é incerta, futura se instala em bem poucos. Mas se você nega, certamente provoca irritação, no ato e em muitos. (...) Por isso, é melhor que fiquem com raiva de você alguns, de vez em quando, no fórum, do que todos, o tempo todo, em sua casa. XII. 49. Neste sentido, estou falando de procedimentos com os quais você pode dominar a massa, para ter a casa cheia antes mesmo de amanhecer (...).

[Evite expor-se ao debate. Esconda a sua verdadeira posição]

XIII. 53. Você não deve, durante a campanha, participar das discussões e decisões políticas, nem no Senado nem nas Assembléias. Ao contrário, você deve ter em mente o seguinte: que o senado imagine que você, por ter sempre agido assim, será um defensor de sua autoridade, (...) e a massa popular que você por ter sido sempre (ao menos nos discursos proferidos nas assembléias e nos tribunais) partidário do povo, não será indiferente aos seus interesses.

“O Manual trata com clareza as posturas que o candidato devia adotar, para o sucesso eleitoral. Do ponto de vista do *ethos*, os conselhos são para que o candidato adote uma marca de campanha, simule e dissimule posições no espaço público. O que importa, no caso, é parecer ser. O espaço público não se confunde com um espelho transparente da realidade. É, pelo contrário, um local de representação. Mais do que a verdade, o que importa é a eficácia do discurso. Assim, o comportamento do candidato dirige-se pela verossimilhança e pela atuação com vistas à persuasão do outro” (MENEZES, 2004:260)

4.8 O “Manual” dos políticos

39. Conhece-te a ti mesmo

És de um temperamento colérico, demasiado tímido ou audacioso; ou então dominado por uma paixão qualquer? Quais são as falhas de teu caráter, os erros que podes reconhecer em tua maneira de comportar [...].

Primeiro, examina-te fisicamente. Tens olhar insolente, a perna ou o pescoço rígidos demais, frouxos, o andar muito lento ou muito apressado? Se é assim, convém corrigir-te;

Deves aprender a vigiar tuas ações, e a jamais relaxar essa vigilância [...]. É essencial que estejas consciente de todas as tuas falhas e que portanto te vigies.

40. Dissimula

Se alguém te lançou palavras ofensivas e sentes tua bília ferver, faze de modo que nada revele tua cólera.

41. Presta atenção na vida do outro. Espiona.

Outra regra: deves ter informações sobre todo o mundo, não confiar teus próprios segredos a ninguém, mas colocar toda a tua perseverança em descobrir os dos outros. Para tanto, espiona todo o mundo, e de todas as maneiras possíveis.

45. Conhece as posições do auditório

Se suspeitas que alguém tem uma opinião formada sobre um assunto mas não quer se manifestar a respeito, sustenta o ponto de vista oposto numa conversação. Se tua opinião for de fato contrária à dela, dificilmente, apesar de toda desconfiança e circunspeção, ele conseguirá não se trair levantando objeções e fazendo observar que sua posição é igualmente defensável, e portanto deixar de revelar o fundo de seu pensamento mostrando que tem uma opinião diferente da tua.

66. Promessa

Se queres atrair a simpatia do povo, promete pessoalmente a cada um gratificações materiais: é isso que lhes importa; as pessoas do povo são indiferentes à glória e às honrarias.

86. Promessa

Não procures atrair os serviços de alguém fazendo-lhe muitas promessas, ele recusaria. Todos sabem perfeitamente que prometer é uma maneira de não dar e de mostrar-se generoso apenas em palavras.

121. Promessa

Sempre que possível, evita fazer a menor promessa por escrito, sobretudo a uma mulher.

Jamais te vanglories de praticar uma política melhor que a de teus predecessores [...]: atrairias a animosidade de teus amigos. Mesmo se forem perfeitamente justificados, nada revele de teus projetos políticos – ou, pelo menos, não fales senão daqueles que tens certeza serão bem acolhidos por todos.

67. Aparência e simulação

Faze-te sempre o defensor das liberdades do povo.

76. Tenta ficar bem com todos

Abstém-se de intervir em discussões em que se enfrentam pontos de vista opostos, a menos que estejas absolutamente seguro de ter razão e de poder prová-lo.

78. Debate: conversação

Não dês a impressão de encarar teu interlocutor, não esfregues nem franzas o nariz, evita ter um aspecto contraído, carrancudo. Sê econômico em teus gestos, mantém a cabeça erguida e um tom um pouco sentencioso. Anda a passos comedidos e conserva em todas as circunstâncias uma postura cheia de dignidade.

130. Sinceridade?

Sê sincero apenas na medida em que essa sinceridade não possa te prejudicar, com mais razão ainda se ela contribui para reforçar tua posição na sociedade. Assim, estejas sempre pronto a louvar as qualidades deste ou daquele no momento em que ninguém possa se enciumar disso.

155. Sinceridade. Parece ter.

Fala sempre com um ar de serenidade, faze crer que cada frase saída de tua boca vem diretamente do coração e que tua única preocupação é o bem comum. Afirma, além disso, que nada é mais odioso que bajulação.

118. Estude a retórica

Consulta com frequência os tratados dos grandes retóricos: estes sabem não apenas provocar o ódio, mas também voltá-lo contra os que o provocaram: são capazes de exercita-lo ou de atenuá-lo. Eles te ensinarão igualmente como acusar ou te defender com a maior eficácia. O mais importante é aprender a manejar a ambigüidade, a pronunciar discursos que possam ser interpretados tanto num sentido como no outro a fim de que ninguém possa decidir [...].

4.9 O “Manual” dos homens mundanos

13. Agir com intenções: seja segunda ou primeira

A vida do homem consiste numa malícia contra a malícia do homem. A astúcia luta com estratégias de intenção. Nunca faz o que indica. Aponta para enganar, golpeia indiferente no ar e desfere o golpe, atuando sobre a realidade imprevista com dissimulação atenta. A fim de conquistar a atenção e a confiança dos outros, deixa transparecer um intento. Logo em seguida, porém, muda de posição e vence pela surpresa.

75. Escolher um modelo heróico

Mais para emular do que imitar. Existem exemplos de grandeza, textos vividos de reputação. Cada qual escolha o primeiro em seu campo, não tanto para segui-lo quanto para superá-lo.

99. Realidade e aparência

As coisas não passam pelo que são, mas pelo que parecem. Raros são os que olham por dentro e muitos os que se contentam com as aparências.

145. Não expor o dedo machucado

Ou tudo vai bater nele. Nunca se queixe dele, sempre mora malícia onde nos dói ou enfraquece. Mostre-se melindrado e irá apenas encorajar os outros a fazerem troça de você.

149. Deixar outro levar o golpe

Este será escudo contra a malevolência: é boa política daqueles que governam. Fazer um testa-de-ferro levar a culpa pelo fracasso e ser condenado pelos falatórios não é falta de capacidade, conforme a malícia pensa, mas uma habilidade superior. Nem todos podem se sair bem, nem é possível contentar a todos. Portanto, procure um bode expiatório, alguém que será bom alvo devido à própria ambição.

172. Nunca competir com alguém que não tem nada a perder

A luta será desigual. Um dos competidores entra na briga com desembaraço, pois já perdeu tudo, até a vergonha. Desligou-se de tudo, não tem mais nada a perder e por isso se atira de cabeça a qualquer impertinência. Nunca exponha sua preciosa reputação a tamanho risco. Você levou muitos anos para conquistá-la, e pode perdê-la num instante, por algo nada de valor insignificante. Um sopro de escândalo congela muito suor honrado. O homem de respeito sabe que tem muito a perder. Sabe o que pode prejudicar sua reputação, por se empenhar com cuidado, procede devagar, de modo que a prudência tenha bastante tempo para se retirar. Nem a vitória irá recuperar o que perdeu, expondo-se ao risco de perder.

181. Sem mentir, não contar toda a verdade

Nada requer mais tato do que a verdade, que é como sangrar o coração. É preciso habilidade tanto para dizê-la quanto para admiti-la. Uma simples mentira põe a perder a reputação de honestidade. O enganado parece falho, o que é pior, o enganador é tido por falso. Nem todas as verdades podem ser ditas: algumas devem ser guardadas por nosso próprio bem, outras pelo bem de alguém mais.

213. Saber contradizer

Trata-se de um bom ardil para sondar os outros: eles se comprometem e nós não nos envolvemos em nada. A contradição é um estímulo que faz as paixões se abrirem. Mostrar descrença faz as pessoas vomitar seus segredos; eis a chave para os peitos mais cerrados [...]

220. Não podendo vestir a pele do leão vista a da raposa

Saber ceder a tempo é exceder. Aquele que consegue seu intento não perde a reputação. Na falta da força use a destreza. Siga qualquer um dos dois caminhos. O real, de valor, ou o atalho do artifício. A destreza realiza mais que a força, e os sábios têm derrotado os valentes mais vezes do que o contrário. Quando não se consegue o que se quer, corre-se o risco de ser desprezado.

240. Saber fazer-se de tolo

Até a pessoa mais sábia às vezes lança mão dessa peça, e há ocasiões em que o melhor saber está em aparentar não ter nenhum. Não se deve ser ignorante, só fingir sê-lo. A sabedoria não tem importância para os tolos, e a sensatez para os loucos. Sendo assim, fale com cada um na sua linguagem. Tolo não é aquele que finge sê-lo, mas aquele que disso padece, pois não existe insensatez verdadeira onde chega o artifício. A fim de ser admirado pelos outros, use uma pele de asno.

245. Argumentar às vezes de maneira marginal

É prova de um talento superior. Não estime quem jamais se lhe opõe, pois o faz por amor a si mesmo. Não se deixe enganar por lisonjas: não as recompense, condene-as. Considere uma honra ser recriminado, em especial por aqueles que falam mal de gente boa. Seja seu pesar se suas ações agradam a todos: é um sinal de que não são boas, pois a perfeição é de poucos.

Os três manuais são muito interessantes porque “aconselham” a simulação e a dissimulação, o mais importante é o “parecer ser”, o que foi abordado em tópicos anteriores. Por conseguinte, a eficácia do discurso torna-se primordial; o discurso do espaço público é entendido como o lugar de representação, lugar este que Ribeiro (1994) tão bem abordou em seu texto “A política como espetáculo” e Courtine (2003) realçou em “Os deslizamentos do espetáculo político”, ambos comentados anteriormente neste trabalho.

Essa abordagem do espaço público, enquanto lugar de representação onde o que importa é a eficácia do discurso, aponta para uma questão, aqui, fundamental: a função do discurso político. Será que é apenas a de persuadir, manipular? O que diferencia este discurso dos demais?

Afirmar, no tópico “O discurso político e o discurso eleitoral”, que entendo o discurso político como descrito por Charaudeau (1983), ou seja, como “o discurso do homem político, desde que cumpra uma função política na sociedade”. E assim, apropriando-me das palavras de Menezes (2004) afianço que esse discurso se refere aos assuntos da cidade e que a policidade da fala não está definida antes do ato discursivo. Dessa forma, o discurso político é “uma atividade discursiva que diz respeito a todos os indivíduos, o que não quer dizer que todas as falas destes indivíduos sejam políticas” (MENEZES, 2004:138).

Com efeito, A. Dorna (*apud* MENEZES, 2004:139-140), aponta quatro funções para o discurso político.

4.10 As funções do discurso político

- **Função estruturante** – o discurso político colabora decisivamente na constituição do espaço público. Na medida em que os atores agem discursivamente para uma orientação política, eles ampliam ou consolidam o espaço público, enquanto o silêncio ou ausência do discurso por um lado, e a violência ou confusão de vozes, por outro lado, podem levar ao definhamento deste mesmo espaço. Num nível ainda mais amplo, este discurso funciona como uma espécie de cimento do sistema político, pois ele representa uma condição necessária para a existência da política. Sem discurso, não há política.

- **Função decisional** – o discurso desempenha um papel fundamental no processo da tomada de decisão. A persuasão, o convencimento, a produção ou busca de informações são necessidades do Estado e das instituições, servindo para a produção das normas válidas para fatos identificáveis no cotidiano. No caso do discurso político eleitoral, pode-se mesmo afirmar que sem a sua existência estaria comprometido o ideário mesmo de um governo representativo. Isto é, desde que a escolha dos membros de governo deve obedecer a critérios de preferência do corpo cívico, o discurso torna-se um critério indispensável.
- **Função Pedagógica** – é própria do poder político a busca de uma pedagogia social para a convivência e na direção do bem comum. O discurso estruturante da política que se dirige à adesão, ao controle da informação, facilita também a aceitação da mudança e a reprodução do sistema político. Tal função pedagógica desenvolve-se em dois níveis: o da propaganda e o da educação. No nível da propaganda, o sujeito comunicante procura cativar de antemão a audiência do sujeito interpretante para o seu dizer, tratando-se, comumente, de temas que envolvem novos problemas e tomadas de posição. No nível da educação, o sujeito comunicante apresenta-se muito mais como um porta-voz de valores reconhecidos pela comunidade de fala do sujeito interpretante, prevendo-se, portanto, uma adesão sem muita controvérsia.
- **Função terapêutica** – o discurso político tem vocação para coordenar a coerência simbólica de toda a massa que se constitui pela organização do eu. Ele consegue dar sentido, desfazer dúvidas e descrenças, ao permitir que o sujeito interpretante encontre na fala do sujeito comunicante as pequenas ilhas de segurança num cenário de incertezas da política no cotidiano.

Essas funções são importantes porque apontam para a finalidade do discurso político, que varia conforme o entendimento que se tem da política, enquanto discurso e ação, o que associa-se a um ideário comum. Por exemplo, na Grécia Clássica, o ideário comum era a felicidade humana, de onde o fato de , pelo discurso, o sujeito comunicante constituir meios para alcançá-la.

Os meios, ou ‘objetos de ação, vão desde a participação no discurso, apregoada pelos sofistas, ao “bom governo” de Platão e à virtude, apresentada por Aristóteles. Sendo assim, é possível, junto a Menezes (2004), afirmar que o que forma o discurso político são os meios.

Pensando nisso, é pertinente a pergunta: quais os meios da democracia deste século? A meu ver, principalmente a representação de individualização do poder globalizador, apropriando-me de Foucault, que cria novas possibilidades de atuação política através do discurso e da ação, em que os cidadãos têm a ilusão de participarem, com seu voto, do poder que tem (ou deveria ter) lugar vazio na democracia, isto é, deveria ser o lugar de todos.

A representação política de que o cidadão participa do poder, através do voto, é reforçada pela figura do orador, sobre o qual me referi em páginas anteriores, afirmando que, diferentemente, do tradicional, da Grécia Clássica, assume uma ‘nova’ roupagem.

4.11 O *ethos* do Orador

O orador tradicional, como afirma Courtine (2003:25), “encontrava sua dimensão verdadeira no ajuntamento popular. Distante, quase nunca visível, ele estava, entretanto, em contato com cada um, quando todos estivessem reunidos. Se ele não era visível, podia-se ouvi-lo, pois as pessoas vinham para ouvi-lo”. Ele era “empolgado”, de excessiva gesticulação e eloquência entusiasmada.

Atualmente, as pessoas, enquanto “massa política”, com raras exceções, não se deixam reunir sobre a cena política, o que é decorrente, em palavras de Courtine (2003:26), “das tecnologias de comunicação de massa”. Por conseguinte, o orador “empolgado” de “entusiasmada eloquência”, cede espaço a um orador contido, de fala mansa, corpo e gestos reduzidos à proporção adequada, cuja voz tem “tom monocórdio”, fisionomia “impassível” e “estilo administrativo do texto cuidadosamente lido” (COURTINE, 2003:28).

O orador atual é alguém que adentra as casas, vidas e intimidade das pessoas, num tom de conversa, cujo “corpo, obrigado a uma quase imobilidade pela postura sentada da conversação televisiva, não saberia entretanto permanecer inexpressivo” (COURTINE, 2003:29)

O que é verdadeiro para o corpo talvez o seja mais ainda para o rosto, uma aposta crucial dos políticos de aparência. A proximidade do olhar que o examina bane a teatralidade da máscara que amplificaria a expressão facial, transformando-a numa caricatura, ou numa careta. Mas essa proximidade impede igualmente a imobilidade de uma “cara de madeira” : ela obriga a cada um de se exprimir; de exhibir à flor da pele índices de emoção, fingida e sentida. Ela promove, na troca verbal, modos de sociabilidade corporal aos quais é preciso se submeter: a televisão é o país do sorriso. O orador político teve que aceitar, quisesse ou não, agregá-lo ao seu rosto (COURTINE, 2003:29).

Essas mudanças estão associadas, numa larga escala, à nova forma de olhar instaurada pelas tecnologias de comunicação. O orador tradicional estava diante de uma “massa” cujo olhar afastado, assistia a sua performance. Então era preciso ampliar o tom e o discurso, tornando os movimentos do corpo visíveis e audíveis. O orador moderno, por sua vez, posta-se diante de uma ‘massa humana’ cujo olhar está muito próximo de si, observando-o detalhadamente, o que requer dele maior cautela e ‘naturalidade’ para que a “mensagem política” seja bem recepcionada. Courtine (2003:29) chama isso de “pedagogia da naturalidade”, que as agências de marketing político imprimem nos homens públicos.

Nesse ponto, Courtine (2003) faz uma interessantíssima observação sobre a proximidade do orador com o cidadão, a qual, na verdade, é uma “proximidade longínqua”.

Longínqua, primeiramente, pelo fato de o processo de produção de imagem ser invisível para quem contempla a tela: toda uma pesada e complexa tecnologia que tal processo supõe, mas também uma encenação do político abstrato, rigorosamente controlada e tendendo a se ritualizar. Longe ainda, pelo fato de que o termo desse processo, o olhar do espectador examina o mais perto possível um rosto que é apenas uma imagem, uma face que não passa de aparência (COURTINE, 2003:30).

Novamente, e pela terceira vez nesta pesquisa, apontamos o espaço público como um espaço de aparências, em que os políticos parecem oscilar, como bem afirma Courtine (2003) entre heróis de novela e mercadorias à venda.

Essa imagem do enunciador, guardadas as proporções, parece vir desde Aristóteles:

É o *ethos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador (RHÉTORIQUE, I,1356 a , *apud* FIORIN 2002).

Roland Barthes (1975:203), citado por Fiorin (2002), ao comentar essa passagem, “diz que o *ethe* são os traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa sua

sinceridade) para causar boa impressão. (...) O *ethos* é, no sentido próprio, uma conotação. O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, afirma: sou isso, sou aquilo.”

Para Fiorin, “em termos mais atuais, dir-se-ia que o *ethos* não se explicaria no enunciado, mas na enunciação. Esta não pertence à ordem do inefável, é a instância lingüística pressuposta pela existência do enunciado”.

Por conseguinte, o *ethos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. Portanto, a análise do *ethos* do enunciador, nada tem do psicologismo que, muitas vezes, pretende infiltrar-se nos estudos discursivos. Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso. O *ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito (FIORIN, 2002).

O *ethos*, como descrito na introdução deste trabalho, é uma das provas retóricas, que visam a persuasão a partir da verossimilhança, é a virtude do orador; sua legitimidade e credibilidade. Estas estão, como pontuou Fiorin, relacionadas à enunciação, ao papel do enunciador, ou orador. A virtude, anterior ao ato da fala, é dada pelos papéis sociais, profissionais, etc.

Desde os estudos retóricos, a noção de *ethos* implica no desdobramento da instância enunciativa. A sua análise é a análise do enunciador, do ator da enunciação, conforme pontua Fiorin. Entretanto, para o referido autor, “o discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário”.

O *ethos* está diretamente ligado à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de idéias que expressam seus possíveis interesses. Ele adere, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação (FIORIN, 2002).

Dessa forma, “o enunciatário é também uma construção do discurso” e, por isso, apresenta grande relevância para o discurso político. Centralizar este discurso na figura do orador ou enunciador seria restringi-lo.

Como nesta pesquisa trabalho com a noção de contrato proposto por Charaudeau, e entendo o discurso político num domínio das práticas languageiras em que “o homem político cumpre uma função política na sociedade”, não poderia deixar de comentar a dimensão do *pathos*. Estou consciente de que volto à uma perspectiva retórica, como fiz ao falar do *ethos*, mas não

vejo incoerência nem falta de articulação com a teoria Semiolingüística no que tange ao Contrato Comunicacional, que tomo como fundamento teórico. Reitero que no capítulo dois desta pesquisa afirmei que tomaria a Semiolingüística como teoria mestra, mas que ela dialogaria com outras teorias, e assim o faço.

O *pathos* é uma prova dependente, isto é, integrante do método da argumentação, da Retórica Aristotélica. Diz respeito às disposições criadas no ouvinte ou sujeito interpretante, levando-o, pelo discurso, a sentir uma paixão, conceito que Aristóteles emprega ao se referir à cólera, desejo e todas as emoções da mesma natureza .

Essas disposições são consideradas a partir da idade, condição social, e outras características do auditório ao qual se dirige o orador, que a ele deve se adaptar se deseja suscitar sua adesão. Portanto, o *ethos* está diretamente ligado à questão da adesão do enunciatário ao discurso.

O orador (ou sujeito enunciatário) e o enunciatário (ou sujeito interpretante) são imagens construídas no discurso político em que é estabelecido, mesmo que implicitamente, um acordo, um contrato comunicacional, no qual essas noções têm cunho prático.

4.12 Considerações sobre o capítulo

Na exposição deste capítulo, propus apresentar as bases políticas do discurso, partindo do poder político característico, a priori, do Estado, até alcançar um sentido de liberdade apregoado pela democracia. Fiz isso porque compactuo da idéia de que discutir política é referir-se ao poder.

Dos sofistas a Aristóteles vimos que o poder político busca a felicidade humana, o que embasa o discurso político não apenas sob o aspecto da persuasão. Com Santo Agostinho e Santo Tomás, vimos a supremacia do poder da Igreja sobre o do Estado e a busca por um governante justo que obrigasse os homens obedecerem aos princípios da moral cristã, uma vez que o bem comum da cidade deve subordinar-se ao bem supremo da salvação da alma. Logo, o discurso político baseia-se nessa busca pela moral e pela virtude.

Em Maquiavel, o poder, centrado no “Príncipe”, visa o bem coletivo, e o discurso político estriba-se na efetivação da ação política em favor do grupo, não de indivíduos isolados.

Espinosa, para quem o poder não é restrito ao Estado, associa-o à liberdade que impõe a necessidade de agir. O discurso político baseia-se no “poder público coletivo”.

Com Arendt, que trata da política como “entre os homens” e da relação imprescindível entre a ação e o discurso, vimos que a base do discurso político é a liberdade, o agir em público, espaço original do político.

Por conseguinte, a conclusão é de que a base do discurso político, de uma forma genérica, está em como se estrutura e se dissemina o poder, tema abordado por Foucault que apresenta o indivíduo como produção do poder e do saber e afirma que a sua liberdade não consiste em desprender-se do Estado ou de suas instituições, mas das representações de individualização criadas pelo poder globalizador. Através do discurso e da ação, novas possibilidades de atuação política são vislumbradas. Com isso, a democracia é o lugar onde o poder deve ser vazio, pois implica no lugar de todos, haja visto ser uma prática social.

E nessa concepção, o discurso político é “o fenômeno que também participa do alargamento público”. Ele é um discurso que “diz respeito a todos os indivíduos”, sem, é claro, afirmar que todas as falas destes são políticas.

É o discurso que desempenha funções: estruturante, decisional, pedagógica e terapêutica, funções estas que auxiliam na constituição do espaço público enquanto espaço da aparência e do poder, um espaço onde os sujeitos desempenham o seu papel, quer de parlamentar, cidadão ou outro, firmados na convivência política e no compartilhamento de normas sociais, firmados num Contrato Comunicacional em que o orador, ou enunciador e o sujeito-interpretante, ou enunciatário, têm igual relevância, pois são construídos na enunciação de um espaço, ou situação, democrático onde tem lugar a argumentação.

Com efeito, é possível afirmar com Menezes (2004:131) que o discurso político identifica-se no interior dos discursos sociais através de três parâmetros: i) são discursos que cumprem determinadas funções (estruturante, decisional, pedagógica e terapêutica), ii) determinadas finalidades: persuasão e convicção (eficácia dirigida ao bem comum), iii) possuem determinadas semelhanças de famílias com outros discursos (gêneros do discurso), o que não abordei neste trabalho.

Finalmente, para falar em discurso político é preciso falar em suas bases políticas, e quando se fala em política, desde a antiguidade clássica à democracia atual, numa perspectiva filosófica, a qual adotamos, o que se procura é a gênese do poder num contraste entre soberania e liberdade, um poder que justifica-se político por referir-se à constituição e organização da sociedade em que se simula e dissimula, produzindo um discurso submetido a regras que regulam seu aparecimento e circulação, um discurso relacionado à ação, uma vez que na linguagem procura-se a produção de sentido.

Nessa relação e nessa busca pela produção de sentido, se insere o discurso político eleitoral, um gênero discursivo tido como fundamental à democracia que hoje se apregoa, onde o voto e a escolha são imprescindíveis, e a argumentação se efetiva, onde o público se confunde com o publicitário, fazendo da política um grande espetáculo e, com isso, aprisionando os cidadãos às representações de um poder globalizador que sabe mostrar-se coletivo, lugar do vazio, desarticulado do Estado, postulante de um sentido de liberdade que, na verdade, parece não existir, uma vez que tudo é encenação.

CAPÍTULO V

O DISCURSO DA EFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE

Como pontuado na introdução deste trabalho, a pretensão é a análise da argumentação, através de estratégias lingüísticas, efetivada na campanha eleitoral de Lula nos anos de 1989 e 2002. No entanto, é preciso ressaltar que o discurso de Lula é algo presente, e lidar com o presente é tarefa difícil. As condições de produção em que o sujeito ideológico discursivo de Lula insere-se variam. Por exemplo, o sujeito constitui-se um em 1989: “Lula lá” e outro em 2002: “Lulinha paz e amor”, “a esperança que vence o medo”, e assim, o discurso de Lula vai mudando através das condições históricas.

Em termos discursivos, Lula é um sujeito de esquerda em 1980 e 1989 atenuado em 2002 e “descompromissado” com a esquerda em 2004. Seu discurso parece egocêntrico, centrado na figura dele mesmo, e até meio divino, heróico, de um quê pessoal e histórico: um homem comum, do povo, que chega ao ápice do poder.

Por conseguinte, penso que uma das principais formas de argumentação de Lula está centrada na constituição do seu “*ethos*”, pois ele se tornou um fenômeno no campo político.

Segundo uma reportagem publicada em 18/01/03 na *Veja Online*¹¹, “Lula faz da palavra seu principal instrumento de governo e diz o que poucos políticos já ousaram dizer. Ele fala muito e na maior parte das vezes, fala certo. Ou sobre coisas certas, no tom certo e de uma maneira que o brasileiro comum entende”.

A reportagem elogia a oratória de Lula e a maneira como ele “chega” até o brasileiro comum, ao afirmar que:

a história brasileira não é pincelada por discursos presidenciais notáveis. Ao contrário (...) esse vazio na comunicação verbal é interpretado por muitos como sendo resultado da falta de tradição democrática num país que já conheceu vários golpes de Estado. Afinal, discursar significa falar para tentar convencer alguém. E só a democracia trabalha com o convencimento.¹²

¹¹ <http://veja.abril.com.br/140503/p.046.html>

¹² <http://veja.abril.com.br/140503/p.046.html>

Lula se tornou um tipo de “espelho” no qual o povo se vê refletido, um “príncipe” que se interessa pelo bem comum e propõe as mudanças desejadas. Ele encarna “a esperança, que foi vendida ao povo, a mudança, a possibilidade de o país crescer, de ter uma cara mais digna. A tese está aí” (D’ARAÚJO, 2005:28-29).

“Não adianta insistir. Pesquisa após pesquisa, o povo recusa a ligar Lula a safra atual de escândalos... A verdade é que o povo esperou 500 anos para emplacar um dos seus na Presidência, não vai desistir desta boquinha assim tão fácil” (FREIRE, 2005:30).

Lula tem carisma, é um líder social e sabe mostrar-se assim. E como o povo quer mudança, isso explica o porque uma nação continental como o Brasil tenha escolhido um governo com pessoas sem nenhuma experiência administrativa. No entanto, essa imagem de Lula pertence, de forma mais direta, a 2002, não a 1989.

Lula constitui-se em sujeitos diferentes nos anos supra citados, o que torna a análise mais interessante, uma vez que se verificará a linguagem posta em ação, o que remete à fala de Charaudeau quanto à AD:

... a Análise do Discurso é, no interior das ciências da linguagem, uma disciplina com seus próprios quadros teóricos e metodológicos. Ela se dá por objetivo analisar a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio de seu uso, o sentido social construído (...). Assim, ela contribui para mostrar como se estrutura discursivamente o social, como o discurso é, ao mesmo tempo, portador de normas que sobredeterminam o indivíduo vivendo em coletividade e as possíveis estratégias que lhe permitem singularizar-se (CHARAUDEAU, 1996:3).

O analisar a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio de seu uso e o sentido social construído evoca a necessidade pontuada pelo próprio Charaudeau de considerar-se “uma realidade extralingüística que se combina de modo pertinente com o local de manifestação discursiva”, ou seja, é a condição de associar o enunciado às circunstâncias/condições de enunciação. Em outras palavras, de verificar a formação discursiva, “o que pode e deve ser dito”, que conduz à escolha de palavras que não têm um sentido determinado pelo dicionário, mas corroboram para a produção do sentido da situação em que se insere a interação verbal. É o que Foucault (1986) denomina de “função enunciativa”: a produção de um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que o enunciado seja enunciado, como pontuado anteriormente.

Nesse sentido, é possível remeter-me a Charaudeau, que expõe a oposição interno x externo nas suas discussões sobre a significação discursiva, resultante de dois componentes, um lingüístico e um situacional, o primeiro operando com um material verbal, a língua, e o segundo, com material psicossocial, isto é, um conjunto de práticas e comportamentos humanos que orientam a definição dos sujeitos enquanto seres sociais e seres comunicantes.

Pensando nesses componentes pontuados por Charaudeau, gostaria de fazer um parêntese e chamar a atenção para o lingüístico, matéria prima para o analista do discurso. Para esse parêntese, calco-me em Possenti (1993) que, contrariamente a Benveniste (que afirma ser a enunciação um processo de apropriação da língua), afirma que não se trata de apropriação da língua, mas constituição, “em qualquer instância, de enunciados”, o que acarreta na atividade realizada com a língua e sobre a língua, simultaneamente.

Tal asserção interessou-me sobremaneira porque em se tratando do “Discurso”, há uma crítica, ao que me parece, sobre o fato de não haver uma teoria do discurso, o que pressupõe a pergunta: como, então, haver uma “análise” do discurso?

Sobre essa questão do discurso, Possenti afirma:

A questão do discurso, ou o discurso como problema e objeto de trabalho, se colocou para os lingüistas, recentemente, a partir de trabalhos tentativos ou de problemas levantados sobretudo em três lugares: o primeiro, a discussão sobre qual seja o objeto da lingüística; o segundo, as discussões infinitas sobre a natureza das línguas; o terceiro, (...), a solicitação que outras áreas de conhecimento fizeram à lingüística, pela conhecida razão de ter sido considerada a ciência modelo das ciências humanas (POSSENTI, 1993:5).

Tal afirmação impõe desafios, uma vez que a lingüística precisa dialogar com outras áreas do conhecimento, sem perder o seu foco, a língua (entendida pelo autor como línguas públicas, utilizadas, constituídas após longo trabalho de múltiplos falantes, que disputam historicamente o direito de deixar suas marcas no ‘instrumento’ de múltiplos usos). Este fato, muitas vezes, penso, acontece com vários analistas do discurso que abandonam sua matéria prima e divagam em suposições impressionísticas.

Isso é relevante porque, e aqui aproprio-me de Possenti – a dicotomia língua-discurso é eliminada – pois produzir um discurso é continuar agindo com a língua não só em relação a um interlocutor, mas também sobre a própria língua e, daí, uma metáfora interessante apresentada pelo autor: a metáfora do trabalho. Tanto locutor quanto ouvinte (que não é um mero receptor)

são trabalhadores. Ambos, para quem o que é perceptível é a materialidade da língua, fazem escolhas de certos enunciados em detrimento de outros, a fim de determinar um dos sentidos possíveis.

Disso decorre o objetivo da teoria lingüística, que é o de explicar “porque um discurso produz certos efeitos, inclusive os de sentido no sentido gramatical” (Possenti, 1993:114), o que coloca a questão da importância da forma, haja visto as palavras terem uma origem histórica e social. Isso não implica na exclusão do conteúdo; antes, pelo contrário, forma e conteúdo se complementam.

A forma, ou materialidade, ou, ainda, recursos expressivos de uma língua, é importante porque no discurso produzem sentido, uma vez que ele é um “acontecimento”, isto é, “não é previsível nem necessário, não é da ordem da estrutura, mas da materialidade, é um fato que acontece” (Possenti, 1993:201). Daí o aparecimento de um enunciado e não de outro, o que, para Possenti, ratifica, numa língua natural, a indeterminação sintática e semântica.

Portanto, o aparecimento de um determinado enunciado e não de outro impõe as perguntas: em que condições? A partir de que representações? Com que efeitos? Com que finalidade? É a materialidade da língua e o processo de enunciação compondo, juntos, um determinado discurso dirigido a um determinado interlocutor, num determinado contexto.

Dessa forma (e aqui fecho o parêntese aberto), ao analisar, estratégias lingüísticas do discurso político eleitoral de Lula, necessário se faz, primeiramente, contextualizar o momento de produção, o público alvo, ou sujeito-interpretante e objetivos.

5.1 Momento de produção do discurso, público alvo e objetivos

5.1.1 1989 – um ano histórico

Para se falar de 1989 é preciso reportar a 1985:

No dia 15 de janeiro de 1985, houve uma festa em Brasília. Reunidos em sessão solene no Congresso Nacional, senhores de paletó e gravata participaram de um desses acontecimentos predestinados a se transformar numa cena histórica. Por 480 votos contra 180, o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, venceu seu adversário, Paulo Maluf, do PDS, e se tornou o sucessor legal do presidente João Figueiredo. Terminou, assim, o regime de 64, que cassou parlamentares, censurou a

imprensa e proibiu o povo de escolher seus governantes. Anunciou-se em Brasília que havia uma esperança e que seu nome era Nova República (VEJA, 1989:34)

Após muitos anos de ditadura, o Brasil entra em uma nova era, a era que promete mudanças. A primeira destas e a mais importante é a escolha dos governantes pelo povo, escolha esta que se inicia em 1989, um ano histórico em que 82 milhões de eleitores, no dia 15 de novembro, em primeiro turno, e 17 de dezembro, em segundo turno, vão às urnas.

Trata-se de um encontro esperado há 29 anos, ao final da mais democrática de todas as eleições já ocorridas no país desde a Proclamação da República, em 1889. Não é apenas por isso, no entanto, que o pleito de 17 de dezembro tem uma natureza bastante especial nem pelo fato de que, no interior da cabine eleitoral, cada brasileiro só poderá marcar X ao lado de um dos finalistas, Fernando Collor de Mello, do PRN, e Luís Inácio Lula da Silva, do PT – o que vai assegurar ao vencedor, pela primeira vez desde 1930, a certeza da maioria absoluta. (...) No próximo domingo, além de escolher um nome para ocupar a Presidência da República e uma proposta de governo para ser aplicada na vida cotidiana do país pelos próximos cinco anos, cada cidadão estará fazendo uma opção por um tipo de Brasil. Nas urnas, o que estará em jogo será o país de Collor e o país de Lula (VEJA, 1989:46).

O momento de produção do discurso político eleitoral em 1989 é este, um tempo de esperança, de mudança histórica em que o público alvo é um Brasil de 82 milhões de pessoas, dividido em duas partes, como pontua a Veja de 1º de novembro de 1989: 30% de pessoas que lêem jornal, freqüentam a escola e têm dinheiro para ir ao dentista. 70%, cidadãos que pararam de estudar antes de completar o 1º grau, a maioria trabalha sem carteira assinada e não sabe onde fica a Europa.

Sempre se soube que, do ponto de vista do patrimônio pessoal, cada cidadão dos 30% vale bem mais que cada cidadão dos 70% - a diferença, tão óbvia que chega a ser visível a olho nu, já foi calculada pelo Banco Mundial e indica que a parcela mais endinheirada da população tem uma renda 33 vezes superior à da mais pobre. Do ponto de vista legal, também se sabe que, na hora de votar, o eleitor dos 30% vale a mesma coisa que cada eleitor dos 70% - um voto per capita. Do ponto de vista político, contudo, a contabilidade é outra. No país A residem os empresários milionários e os profissionais liberais, o gerente do Bradesco e até o operário especializado que chega a ganhar 4000 cruzados novos por mês. É o país B, no entanto, que vai pesar na balança da eleição. (...) Para cada pessoa com diploma universitário que colocar seu voto na urna haverá sete eleitores que não terminaram o curso primário. De cada 100 brasileiros na fila da cabine de votação, 75 são pessoas que pagam as contas no fim do mês com menos de 760 cruzados novos. Ou seja: na hora de votar, o país dos 70% vale mais que o dobro que o país dos 30% (VEJA, 1989:37).

A situação de enunciação está posta e também o estatuto dos sujeitos que compõem a encenação linguageira, cujos saberes partilhados dão sentido às suas falas, compreendidas como práticas sociais e comunicativas. 1989 é um ano de eleições presidenciais. Ano histórico em que,

após a ditadura, os brasileiros vão às urnas escolher o candidato que ‘quiserem’, ou que melhor lhes convencer a nele acreditar.

O contrato de comunicação está estabelecido: os parceiros são 82 milhões de brasileiros, divididos em duas partes, ratifica-se, e os dois principais candidatos: Lula e Collor, que têm como meta angariar a adesão, pelo voto, da maioria desses 82 milhões de brasileiros. Conheçamos melhor tais parceiros.

5.1.2 O Brasil dos 30%¹³

O Brasil dos 30% perdeu três eleições de quatro disputadas no Rio e em São Paulo. Venceu com Moreira em 1986, mas perdeu de Brizola em 1982, Saturnino em 1985 e Marcello Alencar em 1988. Ganhou Montoro em 1982, mas deu Jânio em 1985, Quércia em 1986 e Erundina em 1988.

A camada dos 30% forma a chamada elite. Nas classes A e B, concentra-se o bloco de 8% dos eleitores que conseguiram entrar na faculdade e os 15% que puderam chegar pelo menos ao 2º grau. Nessa faixa, 75% das pessoas, em média, têm o hábito de ler jornais e revistas.

Os 28 milhões de brasileiros que estão no topo da pirâmide de distribuição de renda têm um patrimônio 33 vezes maior que o dos 20% que estão no degrau mais baixo. A fatia mais bem remunerada da população também é aquela que mais recebe benefícios sociais do governo.

Num país onde 8 milhões de famílias não têm casa, o aluguel é um pesadelo geral – subiu perto de 470% em 1989. O fato, contudo, é que durante a existência do BNH, o governo apanhou os depósitos nos quais se misturava dinheiro dos cidadãos dos 70% e dos 30%, para construir apartamentos de três e até quatro quartos – onde os 70% só entram para fazer a faxina, cozinhar e lavar pratos. Os 30% tiveram boa parte de suas dívidas com o BNH perdoadas.

A inflação pesa no bolso do Brasil dos 30%, e poucos aumentos de preços são tão salgados quanto os do álcool e da gasolina. O fato, contudo, é que quem tem automóvel para abastecer no posto de serviço, acaba sofrendo menos do que a pessoa que anda de ônibus. Em

¹³ dados extraídos da revista Veja, 1 de novembro de 1989, páginas 38 e 39.

1989, por exemplo, o álcool subiu 639%, e a gasolina, 580%. Enquanto isso, as passagens de ônibus numa cidade como São Paulo, por exemplo, foram elevadas, no mesmo período, em 816%. A inflação acumulada do ano, até agora, é 72%.

5.1.3 O Brasil dos 70%

De cada 100 eleitores, 75 recebem 760 cruzados novos por mês, ou menos do que isso. A cada eleição, o eleitorado do Brasil dos 70% fica maior. Em 1960, quando Jânio foi eleito presidente, apenas 23% da população podia votar. Em 1989, o eleitorado de 82 milhões de pessoas equivale a 58% da população.

Estima-se que 50% dos eleitores não completaram o 1º grau. Eles assistem a TV, mas não lêem jornais. Na hora de votar, 57% afirmam que não pedem conselho a ninguém. Outros 16% só ouvem os parentes e amigos. Os empresários conseguem mudar o voto de um em cada 100 empregados.

Quatro em cada dez brasileiros sobrevivem com uma renda média anual equivalente a 287 dólares, ou 1406 cruzados novos por ano. O Brasil os 30% gosta de falar mal da Argentina e de seu efeito Orloff. Para os 70%, no entanto, a Argentina chega a ser um sonho. Ali, essas mesmas pessoas ganham 751 dólares por ano.

O Brasil dos 30% gosta de imaginar que as favelas são um monopólio da população pobre do Rio de Janeiro. A lenda até tem razão de ser, pois ali está instalada a Rocinha, a maior favela da América do Sul, com 300 000 habitantes. Na realidade, o Brasil dos 70% mora em favelas que crescem em quase todas as capitais do país. Em São Paulo, a população favelada cresceu 1000% em quinze anos. De cada 100 pessoas que residem na cidade, 36 moram em mansões transformadas em cortiços.

No Brasil dos 70%, inflação é uma palavra complicada, mas todo mundo entende o que significa menos comida na panela. Em 1989, por exemplo, os preços subiram para perto de 722%. Nesse mesmo período, o arroz subiu 929% e o feijão, 887%. Quer dizer: mesmo que todos os salários do Brasil dos 70% tivessem sido reajustados para cobrir integralmente as

perdas da inflação, a despesa com alimentos ficou mais alta. Por caloria, os 70% do Brasil comem menos que os iranianos, mexicanos e paraguaios.

5.1.4 Fernando Collor de Melo

Governador de Alagoas desde 1986, Collor era um político quase desconhecido. Segundo a *Veja* (1989:49), “quando se candidatou à Presidência, contava apenas com um sobrenome aristocrático, um deputado federal, uma catilinária de críticas a marajás e um partido exótico chamado PRN para dar-lhe cobertura legal. Também malhava o presidente José Sarney em seus discursos”.

Nascido no Rio de Janeiro, 40 anos de idade, filho de um senador, Arnon de Mello, e herdeiro de fortuna, dono de vasto patrimônio que inclui imóveis no Rio de Janeiro e estação de TV em Alagoas, amante dos esportes e preocupado com a aparência, o bem apessoado Collor tem formação universitária, foi prefeito da antiga Arena, deputado do PDS e governador pelo PMDB, partido este que rejeitou sua candidatura levando-o a construir sua campanha praticamente sozinho.

Nas eleições não se posicionou como um representante da elite, mas como o “candidato do *não*”: não à corrupção, não aos marajás, não aos credores externos do país, não ao presidente José Sarney, não aos ricos inescrupulosos. Com isso, Collor “encontrou a maior parte de seus votos entre a parcela de dois terços de brasileiros que vivem na pobreza” (*VEJA*, 22/11/1989:49), ele foi o mais votado no primeiro turno.

Para o segundo turno, em que “o eleitorado brasileiro tem a sensação de que tudo está zerado e que as regras de avaliação serão agora diferentes da primeira rodada” (*VEJA*, 22/11/1989:51), os candidatos pensam de igual forma:

Collor de Mello já procura retocar sua imagem, que viajou rapidamente para a direita pela simples colocação de Lula ao seu lado esquerdo. Na sexta-feira, o candidato do PRN já se dizia comprometido com os mesmos anseios de paz social que julga presentes nas cartilhas de dirigentes mundiais como Mikail Gorbachev, da União Soviética, Felipe Gonzalez, da Espanha e François Mitterand, da França – um comunista e dois socialistas. Ao mesmo tempo, é curioso ver o PT à procura de um eixo mais abrangente. Assim, Collor trata de ficar mais parecido com Lula, enquanto Lula, para esvaziar o adversário, mesmo que não precise ficar mais parecido com Collor, já tirou a trava da porta de seu partido. “Estou com delegação para ampliar o

leque de apoios, mas de forma seletiva”, avisava na semana passada o deputado petista Plínio de Arruda Sampaio (VEJA, 22/11/1989:51).

5.1.5 Luís Inácio Lula da Silva

Lula, como é popularmente conhecido, chega à disputa eleitoral com o suporte extenso e sólido do PT, partido fundado por ele em 1980 e que, na época, controlava a maior rede de militantes do país.

Retirante nordestino, nascido em Pernambuco, 44 anos de idade, com diploma de madureza ginásial conquistado nos bancos de uma escola fundada no próprio sindicato dos metalúrgicos na cidade de Villares em São Bernardo do Campo (VEJA, 22/11/1989:54), o operário barbudo, “que fala português errado” e “não tem o dedo mínimo da mão esquerda”, foi forjado nas greves do ABC paulista a partir de 1980 em que se destacou como líder operário.

Segundo a Veja (22/11/1989:49), “aprendeu a fazer discursos muito cedo, mas só começou a usar gravata para comparecer aos debates dos presidenciais na TV”. Sua idéia, fixa, é a de melhorar a vida dos pobres e miseráveis no Brasil.

Com sua linguagem direta e um pouco tosca, Lula deixou para trás duas dezenas de concorrentes, entre os quais se podiam contar vários bacharéis dotados de um discurso muito mais articulado e de conceitos bem mais claros sobre o que fazer com o Brasil. “Um dia, a História vai retratar com fidelidade o que significa um operário ir para a Presidência na oitava economia do mundo”, comentava Lula na semana passada (VEJA, 22/11/1989:49).

Lula estribou sua campanha na militância ativa dos partidos de esquerda que o apoiaram e, assim, representou um protesto contra “toda podridão” do país e contra todo descaso dos governantes e presidenciais, que até então, no Brasil, “eram incensados na proteção das catedrais do poder”. Ele é o homem do povo, “o candidato dos pobres”, cuja bandeira é a do “tostão contra milhão”.

É o homem que passou dez anos batendo na porta dos mais ilustres gabinetes da indústria paulista para pedir aumento de salário aos empregados e agora, vê-se com grande possibilidade de subir a rampa do Palácio do Planalto.

Em 1917, na União Soviética, os trabalhadores chegaram ao poder através de uma revolução armada”, afirma o candidato do PT. “Em 1989, os trabalhadores chegarão ao poder, no Brasil, através de uma revolução pelo voto”. É o tipo de comparação que só pode entusiasmar quem ainda acredita na URSS como modelo para alguma coisa, mas que, pelo menos no primeiro turno, não causou danos fatais à campanha do PT. O candidato operário chega ao segundo turno com um pacote de 12 milhões de votos embaixo do braço, o suficiente para que ele derrotasse seu principal concorrente pela vaga, Leonel Brizola, numa vitória apertada – e surrasse um garboso elenco de cabeças coroadas pela política brasileira, como o senador Mário Covas, do PSDB, o ex-deputado Paulo Maluf, do PDS, e o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB (VEJA, 22/11/1989:54).

5.1.6 O desejo de mudança

“Não importa saber se o país vai para a direita ou para a esquerda, mas sim onde é a saída da crise” (VEJA, 13/12/1989:52). O cidadão comum deseja mudança: o término de um tempo cuja inflação é de 50% ao mês, o governo afirma não ter dinheiro para pagar suas contas no fim do mês e a economia está parada desde 1980; ele não está interessado se Collor se posicionou na direita e Lula na esquerda, correntes clássicas da política. Aliás, como afirma o professor Fábio Wanderley Reis (VEJA,13/12/1989): “todos os dados conhecidos indicam que imensa maioria do eleitorado não votam ideologicamente. Mas é inegável que nesse segundo turno trava-se uma disputa entre as duas correntes clássicas da política”.

Essa divisão tem pouco sentido quando se sabe que o próximo presidente da República terá de enfrentar problemas complicados a curtíssimo prazo, e aí pouco importa saber se será de direita ou de esquerda”, afirma o cientista político (de esquerda) Bolivar Lamounier, do Idesp – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos. “Se qualquer um dos dois não tornar o país governável, virá o caos e a hiperinflação. Nesse caso, há poucas diferenças entre o caos num governo de direita ou num governo de esquerda”, acrescenta Lamounier. A diferença real, na verdade, não está no que Collor ou Lula dizem, mas sim naquilo que conseguem fazer (VEJA, 13/12/1989:52).

Como afirma a Veja (22/11/1989), “no confronto final, o metalúrgico Lula e o ex-governador Collor terão de mostrar ao eleitor quem é o verdadeiro candidato do não”.

5.1.7 O segundo turno: o primeiro debate

Após faltar a todos os debates do primeiro turno, Collor trava uma batalha com Lula no debate de três de dezembro. Os dois candidatos têm estratégias definidas.

Nos planos de Lula, seu melhor momento seria a apresentação do calhamaço de 3400 nomes de pessoas contratadas irregularmente quando Collor era prefeito de Maceió. Caso o candidato do PRN tentasse desmentir as contratações, Lula estava preparado para ler cada um dos 3400 nomes da lista do trem da alegria. Na hora do debate, contudo, Collor confirmou as contratações, mas procurou se eximir da culpa. (...) Lula, então, limitou-se a exibir a assinatura de Collor na papelada, num de seus melhores momentos no confronto. (...) Para o candidato do PRN, as horas que antecederam o debate foram tumultuadas. (...). À noite, quando chegou aos estúdios da TV Manchete, Collor tomou emprestado da mulher, Rosane, um frasco de gel para cabelo – não queria que seu penteado saísse do lugar diante das câmeras. Apesar do cuidado com a estética, alguns detalhes mais prejudicaram do que ajudaram o candidato do PRN (VEJA, 13/12/1989:54).

Apesar de ter sido considerado um debate equilibrado, Lula demonstrou um raciocínio bem mais rápido do que Collor, como por exemplo na resposta, que visava a tréplica, à pergunta que solicitava sua declaração sobre o apoio (ou não) a Collor se este ganhasse as eleições. Lula afirmou que Collor não ganharia, o que o desconsertou e atrapalhou sua tréplica.

A Veja (13/12/1989) afirma que “segundo o DataFolha, 39% dos espectadores que assistiram ao confronto acharam que Lula ganhou, enquanto 35% gostaram mais de Collor”. Com essa “derrota”, o candidato do PRN decidiu mudar de estratégia para o debate de 14 de dezembro, três dias antes das eleições, pretendendo “convencer o eleitorado de que Lula é um candidato radical de esquerda” (VEJA, 13/12/1989).

5.1.8 O segundo turno: o segundo debate

Seis dias antes do segundo debate, dia 11 de dezembro, Lula é surpreendido com o depoimento de sua ex-namorada Mirian Cordeiro, apresentado no horário eleitoral do PRN, que afirmou que ele tentara convencê-la a fazer um aborto e impedir o nascimento da filha do casal, Lurian, agora com 15 anos de idade.

A partir disso, o candidato do PT parece ter perdido o rumo, embora essa denúncia não tenha interrompido sua ascensão até aquele momento. No entanto, o segundo debate foi catastrófico, Lula “deixou sem resposta os ataques mais duros de Collor e apareceu como o aluno que entra numa prova despreparado”:

O grande problema do candidato do PT, ocorreu a 72 horas da eleição: foi sua queda no último debate da campanha, acompanhado por uma platéia estimada em 90 milhões de pessoas. Foi ali, aparentemente, que a eleição se resolveu em favor de Collor, pois o desempenho de Lula foi catastrófico. Por sua linha de atuação ao longo de todo o programa, até parecia que o candidato do PT não estava em campanha para o Planalto, mas para outro edifício, o Palácio Marechal Floriano Peixoto, sede do governo de Alagoas. Ele desperdiçou a maioria de suas intervenções nas 2 horas e 45 minutos do debate tentando provar por todos os meios que Collor fora um mau governador daquele Estado – onde o candidato do PRN obteve 57% dos votos no primeiro turno. Lula também mostrou que não estava preparado para sustentar boa parte das denúncias que lançou à queima-roupa contra seu adversário (VEJA, 24/12/1989).

Lula prendeu-se na mesma armadilha em que caíram e foram ‘destroçados’ muitos candidatos do primeiro turno:

Era a idéia de que seria possível, com o auxílio de um punhado de dossiês misteriosos, mostrar que Fernando Collor não passava de uma espécie de andróide confeccionado nos estúdios da TV Globo para estragar a sucessão presidencial de 1989. O fundo dessa teoria reside na convicção de que a maioria do eleitorado, em sua santa ignorância, teria se equivocado na hora de escolher seu candidato.

Não é que preferisse Collor por considerá-lo mais apto para governar o país, admirar sua firmeza na oposição ao presidente José Sarney – ou até mesmo acha-lo mais bonito que Lula. Não. Segundo a tese do candidato-andróide, milhões de brasileiros, no seu comportamento habitual, iriam votar em Collor por erro. Bastaria, então, explicar a essas pessoas que 2 mais 2 são 4, mostrar a bobagem que estavam fazendo ao gostar de Collor e fazê-las mudar de idéia num passe de mágica, pela produção de um plim-plim revelador em seus cérebros que lhes permitisse refletir assim : “Ah, bom, então vamos votar no Lula”.

Por conseguinte, “caí uma estrela” e Lula perde as eleições no segundo turno de 1989.

5.2 O discurso de Lula em 1989 – uma análise

Mediante o que foi exposto, é possível constatar que o povo brasileiro desde, 1989, já queria mudanças, sem se importar com a corrente ideológica do candidato, a ponto de a Veja afirmar que a real diferença “não está no que Collor ou Lula dizem, mas sim naquilo que

conseguirem fazer” (VEJA, 13/12/1989:52). No entanto, contrariamente à afirmação da Veja de que a diferença não está no que Collor ou Lula dizem, afianço que esse é o ponto de partida para que um dos dois tenha garantido o “direito” de fazer algo pela situação caótica do Brasil, pois só poderá fazer algo quem for eleito e só será eleito quem convencer, pelo discurso, o seu eleitor, levando-o a crer que faz a escolha certa, efetivada pelo voto.

Faço tal afirmação pautada nas condições apresentadas pelo Contrato Comunicacional de Charaudeau, que postula uma relação dialética entre a legitimidade e a credibilidade, ou seja, entre o espaço externo e o espaço interno das práticas de linguagem.

O reconhecimento do saber (primeira condição), que diz respeito ao lugar onde circulam os discursos de verdades e crenças, e o reconhecimento do poder (segunda condição), que refere-se à identidade socioinstitucional dos atores sociais, e só pode ser avaliada mediante a relação com os papéis linguageiros que eles assumem enquanto sujeitos comunicantes, alicerçam a legitimidade do sujeito falante, uma vez que ela lhe é dada a partir da posição que esse sujeito ocupa nas diversas redes de práticas sociais.

O saber fazer (terceira condição), que diz respeito à transformação do projeto de fala em discurso que aponta para o direito à palavra, confirmado, ou não, pelas duas primeiras condições, confere ao sujeito falante a sua credibilidade, adquirida e negociada no desenvolvimento das práticas de linguagem.

Dessa forma, a identidade de Lula e Collor enquanto candidatos à Presidência da República é de cunho efêmero em que o reconhecimento do saber e do poder só tem sentido a partir da busca de legitimidade enquanto tal, enquanto presidente, o que se efetiva pelo voto, que, por sua vez, para ser conquistado, exige que o candidato convença seu eleitor, levando-o a reconhecer o saber fazer, isto é, reconhecer a credibilidade desse candidato, construída a partir da sua enunciação no que tange à colocação em discurso do projeto de fala do locutor/sujeito falante.

O projeto de fala é construído em torno de objetivos comunicativos, denominados por Charaudeau (1997:69) de *visées communicatives*, agrupados por ele em quatro tipos: factivo, informativo, persuasivo e sedutor, pontuados e descritos no capítulo três deste trabalho. Desses, concordo com Mendes (2001), creio que os que mais especificamente envolvem o discurso

político eleitoral são o *factivo*, por possibilitar o agir em favor do sujeito falante: conquista de votos e o *persuasivo*, por ‘fazer crer’ algo (que determinado candidato é a melhor escolha, por exemplo) ao eleitorado, angariando sua adesão. Assim, cada candidato vai construindo sua argumentação. No caso do Brasil de 1989, os candidatos primaram por argumentos que aludiam a mudança da situação caótica em que o país se encontrava, mudança tão esperada pela sociedade brasileira, principalmente pelos 70%.

Como o objetivo desta pesquisa é, especificamente, o discurso eleitoral de Lula, passemos à análise de enunciados do primeiro texto do *corpus*: o “Duelo de Argumentos”, entrevista de Lula (e Collor) realizada pela Veja de 29 de novembro, conforme anexo. Afianço, porém, que a interpretação/leitura que pretendo fazer de todo o *corpus* é retórica, no sentido em que proponho as perguntas: em que o discurso é persuasivo? Como ele convence? Entendendo que “só a democracia trabalha com o convencimento”, de onde a importância da argumentação que dirige as escolhas humanas sem a utilização de força física, ela usa a palavra. E como afirma Cano (2000:23) “desde el principio, los hombres que aspiraban al poder coquetearon com el don de la palabra. Así, retórica y retóricos se convirtieron en herramienta inseparable de los políticos”.

Como minha fonte de pesquisa é o discurso político eleitoral, penso que essa leitura é pertinente, uma vez que ele é, essencialmente, persuasivo, embora tenha parcela da dialética e da demonstração. O que determina o grau de cada parcela é a situação.

A leitura retórica que pretendo fazer não contraria o quadro teórico que adoto porque, além de envolver uma relação contratual, não distancia das *visées* pontuadas por Charaudeau, já comentadas.

Essa interpretação/leitura no entanto, não é neutra, pois não hesita em fazer juízos de valor, nem em mostrar a força ou fraqueza de determinado argumento proposto no texto, o que, parafraseando Reboul (2004), faz da leitura retórica, um diálogo.

5.2.1 Texto I – Duelo de Argumentos

5.2.1.1 Como se apresenta a argumentação ?

Partindo da concepção de que não há argumentação sem um acordo prévio entre orador e auditório, uma vez que compartilho da mesma opinião de Perelman e Tyteca (2002), de que a argumentação é um processo das práticas linguageiras baseadas numa necessária relação com a racionalidade, relação esta que dirige as escolhas humanas sem a utilização de força física, bem como partindo do fato de que o discurso político eleitoral é uma intervenção pontual: historicamente determinada, realizada numa dada situação por um sujeito falante e dirigida a um público específico, o que foi sinalizado anteriormente, é possível afiançar que o discurso político eleitoral é um contrato comunicacional no qual se encontram outros contratos específicos, tais como a carta, a entrevista, o pronunciamento e o debate eleitoral, contratos estes que se ajustam às exigências do primeiro e, nesse ajuste, ambos se organizam em função de uma situação de troca linguageira.

No caso da entrevista “Duelo de argumentos”, em se tratando do contrato comunicacional da teoria Semiolingüística, os elementos delineadores da situação em que se insere o discurso, que determinam as condições a serem satisfeitas para sua efetivação, são:

- A finalidade, ou objetivo a ser alcançando – apresentar principal ação política, caso eleito, com vistas à adesão, obtenção de votos.
- A identidade dos parceiros, ou, quem são os interlocutores – locutor – o candidato do PT, Lula; alocutário – o eleitorado brasileiro. Esse alocutário, no entanto, é dividido em dois, o primeiro, como pontuado, o eleitorado brasileiro, que constitui o auditório real, apropriando-me aqui dos termos de Reboul (2004), o segundo, o repórter da Veja, que constitui o auditório fictício, uma vez que Lula responde às suas perguntas, mas dirige-se, na verdade ao povo brasileiro.
- O propósito, ou tema abordado, falar sobre o quê – medidas governamentais, caso eleito, avaliação do resultado do 1º turno, propostas do adversário e outras questões políticas, cuja finalidade é apresentar, argumentativamente, como diz o título da reportagem, as idéias propostas pelo candidato.

- O dispositivo, ou quadro de fala – revista Veja, imprensa escrita, contexto midiático específico.

Além desses elementos delineadores da situação, é interessante ressaltar a questão do sujeito destinatário, que é construído pelo sujeito comunicante e que aponta para o questionamento da determinação (ou não) de destinatários distintos, devido ao meio pelo qual o discurso veicula-se. Isso é bastante relevante se se considera o que foi pontuado no início deste capítulo, quando descrevi um Brasil dividido em duas partes: 30% e 70%, sendo que esta última não tem o hábito de ler e nem acesso à ‘boa’ leitura. Ora, a Veja é uma revista de renome, destinada à classe dos 30% e, portanto, pode-se inferir que o destinatário desta entrevista de Lula é distinto, embora possa atingir outros. A exemplo, cito: *“Acreditamos que vamos ganhar porque achamos que teremos o apoio de amplos setores da sociedade brasileira(...).”*. *“(...) Agora que tenho um QI razoável e sei o tamanho do Brasil ...”*

Esses enunciados ressaltam, a meu ver, a determinação do destinatário, pois embora o candidato quisesse mostrar (fazer saber) aos 70% que crê numa provável obtenção de apoio de amplos setores da sociedade que não se conformam com o estado de miséria em que vivem os brasileiros, portanto eles não têm com que se preocupar; Lula também, penso, parece mandar um recado a esses ‘amplos setores’ (aliás, que **amplos** setores?), haja visto não afirmar, mas expressar a idéia de probabilidade (quem sabe, o desejo) de apoio, ressaltada pelos verbos *acreditar* e *achar*; e ainda, um recado ressaltado pela seqüência enunciativa: “agora que tenho um QI razoável”. Quem se importa com o QI do candidato, os 30% ou os 70% da população brasileira? Qual a necessidade de tal afirmação? Seria isso uma ironia, uma crítica, uma ‘resposta’ àqueles que têm preconceito à sua candidatura ou uma demonstração de capacidade para assumir a direção do país?

Outro fato que me leva à asserção de determinação do destinatário enquanto os 30% da população brasileira, é a elaboração das perguntas que usam expressões tais como “capital externo”, “multinacionais”, “países socialistas”, “Aliança Democrática”, dentre outros. O Brasil dos 70% não tem domínio dessas expressões. Dessa forma, o sujeito destinatário, construído pelo sujeito comunicante, é interpelado enquanto importante elemento decisivo na disputa eleitoral, pois mesmo que não componha a maioria do eleitorado, exerce grande influência nas decisões, até mesmo, e talvez principalmente, sobre os 70% da população brasileira, a maioria

votante: um empresário pode ‘induzir’ o voto de um ou mais de seus operários, por exemplo, como pontuei no início deste capítulo, ao caracterizar os parceiros do contrato comunicacional, especificamente o Brasil dos 70%, registrando um enunciado da Veja que afiança: “Na hora de votar, 57% afirmam que não pedem conselho a ninguém. Outros 16% só ouvem os parentes e amigos. Os empresários conseguem mudar o voto de um em cada 100 empregados”.

Cabe ressaltar que nesse contexto de discurso político eleitoral, a promessa e a crítica são muito recorrentes: a primeira exprime os projetos do candidato e os compromissos por ele assumidos, a segunda demonstra as posições políticas de cada candidato numa relação de oposição. Lula, neste discurso, prima pela crítica, e sobre ela constrói toda sua orientação argumentativa. E aqui é pertinente destacar que todo ato de linguagem admite um objetivo, porque destina-se a influenciar o outro, ou seja, postula a finalidade comunicativa do ato em si. Sobre isso, reitera-se, Charaudeau precisa quatro finalidades comunicativas, as *visées*: fazer-saber, fazer-fazer, fazer-crer e fazer-sentir. O candidato do PT, para fazer-crer, lança mão do fazer-sentir, o que, na verdade, gera o fazer-fazer. Em outras palavras, Lula critica o governo e o acusa de roubalheiras, corrupção, etc., como se observa na seqüência enunciativa: “*precisamos apresentar para a sociedade, a curtíssimo prazo, uma radiografia do Brasil. Vamos fazer um levantamento real das roubalheiras, da corrupção e da má administração*”. Essa crítica reforça, nos eleitores, o desejo de mudança, ou como aprecia Lula: “*eu acho que há um sentimento na sociedade brasileira de necessidade de mudanças*”, o que, conseqüentemente, conduzirá o eleitorado à adesão. Infelizmente, para o candidato do PT, a adesão foi direcionada para o adversário, e suponho que isso se deve, especialmente, à formação discursiva de esquerda em que se faz uma apologia ao socialismo democrático, apontada pela questão do sujeito comunicante, pois como falar em eu comunicante e eu enunciador sem abordar as formações discursivas?

A formação discursiva, pontuada no capítulo II desta pesquisa, situa-se na superestrutura da sociedade (numa concepção marxista), onde se encontra o simbólico, a exemplo da cultura, em que está o discurso. Ela promulga a existência de um enunciado básico que comanda outros enunciados, o que remete a um sujeito determinado historicamente, implicando no fato de que ele não é o mesmo de um enunciado a outro. Essa questão é proveitosa no que tange à relação entre o sujeito e o discurso, pois descrever uma formulação enquanto enunciado é “determinar

qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 1986). Não há um enunciado, em geral, livre, neutro e independente.

Dessa forma, no discurso de Lula pode-se observar uma formação discursiva de esquerda, expressa nos enunciados:

“pela primeira vez vai haver um debate de verdade no país, entre capital e trabalho”; “o que esses modernos de hoje em dia estão dizendo agora o PT já dizia quando nasceu. Há dez anos, na fundação do nosso partido, nós já defendíamos o socialismo democrático, o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindical, nós dizíamos que, para o PT, só haveria socialismo com democracia”; “a classe dominante neste país admite alguém bem de vida que seja de esquerda. Mas não admite um operário consciente. Ela admite ter no comando de sua empresa um marxista convicto. Mas não admite ter em sua fábrica um peão politizado – mando-o embora. Esta é a sua contradição. E está espelhada na propaganda que se faz de mim”.

Com essa formação discursiva de esquerda, Lula ocupa um lugar enunciativo em que se evidencia sua posição ideológica da reivindicação, da defesa do trabalhador, do proletariado, de forma que possam viver dignamente uma vida em que a miséria seja eliminada; é uma ideologia de bens repartidos igualitariamente. E aqui tem-se o discurso outro. Apesar de o indivíduo histórico enunciador ser Lula, há uma outra voz que o envolve, qual seja, a do Partido dos Trabalhadores, cuja formação ideológica é sustentada por uma posição de esquerda partidária. Dessa forma o candidato do PT é o sujeito comunicante que pertence ao espaço externo do ato de linguagem, como pontuado pela Semiologia de Charaudeau.

Isso remete ao que Charaudeau (1997) denomina de “o lugar da construção do discurso”, sinalizado no capítulo II desta pesquisa, ou seja, uma instância em que são produzidos os efeitos possíveis, que estão em sintonia com os efeitos visados pela instância de enunciação e representam possibilidades interpretativas na instância de recepção.

Portanto, há uma batalha discursiva gerada pela luta de classes: empresarial X trabalhador, o que fundamenta a crítica que significa a orientação argumentativa de Lula, inclusive no que diz respeito à construção de sua identidade, qual seja, um sujeito polifônico, que encarna em si as idéias de um partido, o PT, e em seu nome, fala. O que pode-se verificar através dos verbos e pronomes no plural, a exemplo: *“temos alguns planos”; “vamos mostrar que é possível criar uma sociedade onde todos possam ter o mínimo para viver”; “não podemos pensar no PMDB inteiro”.*

É assim que o candidato do PT vai se construindo: primeiro ele cria seus próprios lugares, no sentido de argumentos-tipo: “somos um partido que defende o socialismo democrático”, depois ele busca a lógica argumentativa, em que um argumento, enquanto proposição, destina a levar à admissão de outra proposição: “não tenho medo de acabar recriando uma nova versão da Aliança Democrática, porque as pessoas da Aliança Democrática eram ruins”. É possível notar através desse enunciado que a ideologia direciona a argumentação de Lula e também o seu vocabulário e construção sintática.

Segundo Reboul (2004), é normal no gênero entrevista, um estilo mais familiar e uma argumentação oral, mais ou menos improvisada, em que o entrevistado, no caso um candidato à Presidência da República, não tem domínio sobre a disposição das perguntas, pois quem a faz é o repórter entrevistador. Com efeito, procurarei detalhar a argumentação a fim de analisar a produção de sentido proposta pelo texto.

5.2.1.1.1 Os argumentos

O argumento de partida é um obstáculo: “é difícil dizer quais serão as primeiras medidas”, reforçado pelas palavras: “roubalheiras”, “corrupção”, “má administração”, o que gera o pressuposto: tem tanta coisa errada no Brasil que não sabemos (PT) por onde começar, é um argumento pautado na crítica. Mas (implícito) “temos um plano” (seria uma solução? É uma promessa.): “vou montar uma auditoria para cada empresa estatal e para cada ministério”, oração principal da adverbial: quando eu tomar posse, justificada pela oração seguinte: “Precisamos apresentar para a sociedade, a curtíssimo prazo, uma radiografia do Brasil”. O adjetivo no superlativo realça a necessidade de urgência.

Há, além dessa sequência argumentativa, uma oposição de pessoas: eu x nós. Lula, enquanto sujeito enunciativo e Lula, enquanto PT. É uma luta entre subjetividade e objetividade, o que acarreta um sentido persuasivo, pois um é parte do outro, estão em sintonia e, portanto, poderão executar um bom governo, há um jogo enunciativo.

Ao ser perguntado sobre a certeza de ganhar o segundo turno, Lula afirma: “é o fato de que pela primeira vez vai haver um debate de verdade no país, entre capital e trabalho,

entre os que comem os que não comem, entre os despossuídos deste país e os que possuem muito”. Esse enunciado introduz a dicotomia bem – mal; progresso- retrocesso, além de introduzir o pressuposto de que antes não aconteceu um debate de verdade, o que desemboca numa série de críticas ao adversário, manifestadas especialmente, no vocábulo “retrógrado”; vocábulo que constitui, com o verbo “modernizar”, um argumento de dissociação, ou seja, “o distinguo” entre a realidade e a aparência : “(...) de outro lado vai estar Fernando Collor, com o que existe de mais retrógrado na política brasileira”.

Retomando o verbo “modernizar”, do enunciado: “(...) embora ele possa modernizar o seu discurso”, é possível constatar a presença de uma dissociação, que será sancionada na resposta de Lula à pergunta seguinte: “Collor é uma mentira”, asserção esta que aponta para a presunção justificada pela necessidade de mudança, uma vez que o povo não agüenta mais a corrupção, as roubalheiras e, conseqüentemente, as mentiras. Essa justificação se dá pelo fato de a presunção variar segundo os auditórios e as ideologias. Logo, o Brasil, um país ‘conservador’ no que tange ao costume de a elite assumir o poder, precisa atentar para o fato de que a mudança também aí é necessária. Collor propõe um “não” ao governo vigente, mas o povo não deve se esquecer de que ele faz parte da elite, portanto, o seu discurso, segundo Lula, é uma farsa: “a verdade é que esse discurso será desmascarado pelas pessoas que estarão atrás dele batendo palmas para o que ele diz e sustentando sua campanha com seu dinheiro”.

A presunção, como afirma Reboul (2004:165), “tem uma função capital, pois constitui o que chamamos de verossímil, ou seja, o que todos admitem até prova em contrário. O verossímil é a confiança presumida”.

Além da presunção, os valores estão presentes no discurso em análise. Segundo Reboul (2004:165), eles “estão simultaneamente na base e no termo da argumentação (...) Assim como os fatos, os valores são presumidos”. Um exemplo é que todos admitem, sem provas, que a miséria, as roubalheiras e a corrupção que assolam o Brasil são uma calamidade. No entanto, quem sustentar um juízo de valor contrário a esse, precisa provar.

Perelman e Tyteca (2002:84) afirmam que “recorre-se aos valores para motivar o ouvinte para fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”.

O candidato do PT lança mão de muitos valores. Observem-se os enunciados abaixo:

1) “*Vamos fazer um levantamento real das roubalheiras, da corrupção e da má administração*”. Esses valores abstratos servem à crítica de Lula ao governo vigente, uma vez que fornecem critério para quem quer modificar (no caso, o PT) a ordem estabelecida, o que se justifica pelo desejo de mudança da população brasileira, de onde a exposição dessas incompatibilidades.

2) “*(...) pela primeira vez vai haver um debate de verdade, entre capital e trabalho (...) entre os despossuídos deste país e os que possuem muito*”

3) “*(...) que não se conformam com o estado de miséria em que se encontram os brasileiros*”

4) “*(...) É um sentimento contra a imoralidade, contra a miséria*”

5) “*(...) Collor é uma mentira*”

6) “*(...) as pessoas da Aliança Democrática eram ruins*”.

7) “*O erro da Aliança Democrática, em primeiro lugar, foi juntar algo de bom com tudo o que eles consideravam podre, arcaico e superado neste país um mês antes*”.

8) “*(...) Mas tentar criar parlamentarismo agora, na minha opinião, é golpe*”.

9) “*Há um preconceito contra minha candidatura*”.

10) “*Eu acho que o capital estrangeiro deve vir para o Brasil. (...) A verdade é que os empresários estrangeiros vêm aqui e dão melhores condições de vida para o trabalhador do que as empresas nacionais. Elas têm que vir, e, se o governo for sério, vai obrigá-las a agir com seriedade, além de dar condições de infra-estrutura para permitir o crescimento da indústria*”.

Lula, embora utilize valores concretos, a exemplo dos expressos nos vocábulos trabalhador, brasileiros, e país, apóia-se nos valores abstratos, o que para Perelman e Tyteca (2002:90) caracteriza uma argumentação voltada para a mudança. “O apoio nos valores concretos seria muito mais fácil quando se trata de conservar do que quando se trata de renovar”.

A noção de valores associa-se à sua hierarquização, de onde advém sua escolha: concreto ou abstrato. Por exemplo, ao se referir a Gorbachev e Solidariedade para defender

o socialismo democrático, Lula faz uma comparação interessante e apresenta uma hierarquia de valores:

“(...) se o muro da vergonha lá é o Muro de Berlim, aqui o muro da vergonha é a fome, a prostituição, a desnutrição, o analfabetismo, e nós queremos acabar com tudo isso (...) A realidade é que, no Brasil, a nossa discussão está muito distante do que se dá na Europa. Lá eles estão pensando em comprar o segundo carro, aqui eu estou pensando em comprar o primeiro prato de arroz. Na Europa, a pessoa está pensando em fazer pós-graduação aqui eu estou pensando em colocar 8,5 milhões de crianças na escola primária (...) a maioria do povo vive tão miseravelmente mal que eu diria que hoje o modelo que eu queria era um modelo que pudesse garantir a cada brasileiro no mínimo quatro refeições por dia. Fazer uma política de reforma agrária...(...) .Se eu conseguir em cinco anos acabar com o analfabetismo, construir escolas para todas as crianças, melhorar o poder aquisitivo da classe trabalhadora e garantir as refeições necessárias para esse povo, já teríamos feito uma revolução no Brasil”.

Enquanto na Europa há preocupação com a aquisição seja de bens materiais ou títulos (valores concretos) no Brasil, para o candidato Lula, a preocupação é em viver dignamente: estudo básico, moradia e alimentação.

Interessante essa oposição porque o candidato do PT lança mão, neste enunciado, de valores concretos para fundar os valores abstratos da dignidade e da igualdade. E ainda, ele expõe uma incompatibilidade entre o que desejam as pessoas na Europa e o que ele está pensando, o que me remete à afirmação de Perelman e Tyteca (2002:89): “enquanto a mudança não é desejada, não há razão alguma para expor incompatibilidades”. Dessa forma, a hierarquia apresentada por Lula é uma hierarquia abstrata, ou seja, o preferível é o digno, o justo e não o útil, uma vez que dado o contexto social, aos 70% dos eleitores brasileiros é preferível uma casa para morar e comida na mesa a um curso de pós-graduação e afins. Isso caracteriza o auditório de Lula, e conseqüentemente, estrutura a sua argumentação.

Toda essa questão aponta para o argumento pragmático, pontuado por Perelman e Tyteca (2002:303) como sendo “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis”. Argumento que não se apóia na lógica, mas na experiência, ou como diria Reboul (2004:173), “nos elos reconhecidos entre as coisas”. Retomemos os enunciados:

6) “(...) as pessoas da Aliança Democrática eram ruins”.

7) “O erro da Aliança Democrática, em primeiro lugar, foi juntar algo de bom com tudo o que eles consideravam podre, arcaico e superado neste país um mês antes”.

O enunciador faz um juízo de valores severo sobre a Aliança Democrática estabelecida por Tancredo Neves, transferindo para a causa, o valor das conseqüências. Ou seja, a Aliança, sob o ponto de vista de Lula, não deu certo porque as pessoas que a compunham eram ruins e porque ela agregou a si tudo de podre, arcaico e superado.

Esse tipo de argumento faz um apelo, que trabalha com a emoção do alocutário através da “emissão” de juízos de valor, expresso pelos adjetivos podre, arcaico e superado, sobre determinado fato ou acontecimento para angariar sua adesão. Por conseguinte, o locutor já não estabelece sua argumentação como forma de implicar, mas de explicar: “se a gente colocar na aliança gato, rato e cachorro, não vai dar certo”. Mas, se estabelecermos uma aliança sobre um programa mínimo em que as pessoas não identifiquem contradição entre nossa proposta e seu passado político, é possível executar essas medidas sem a distribuição de fatias que foi feita na Aliança Democrática”.

Com efeito, o argumento pragmático não apenas transfere o efeito para a causa, como também, passa de uma ordem de realidade para outra, dos frutos para a árvore (PERELMAN e TYTECA, 2002).

Voltando aos adjetivos que expressam juízos de valor, é interessante salientar que eles expressam um valor ‘negativo’, o que acarreta em denúncia e crítica, intervindo no “pathos” do auditório pelo viés do ‘feio’, do ‘desagradável’, não pelo viés do ‘bom’ e do ‘belo’. Isso é relevante se se pensar que as pessoas, de um modo geral, e os brasileiros, de um modo específico, gostam do que é belo. Por conseguinte, em lugar de despertar o desejo de mudança suscitado pela ira, raiva e revolta contra o governo vigente, penso, o candidato do PT despertou o medo do eleitorado.

No discurso de Lula está presente, também, o argumento quase-lógico, marcado no enunciado: “Aliança é aliança”, o que acarreta no entendimento de que na argumentação não existe a lei do tudo ou nada, e que no caso desse tipo de argumento em que há uma aparência demonstrativa, a força persuasiva está, justamente, na aproximação com o modo de raciocínio incontestável.

O argumento de autoridade, de igual modo, compõe a argumentação de Lula, expresso em enunciados do tipo:

“ (...) em que as pessoas não identifiquem contradição entre nossa proposta e seu passado político”

“(...) Não entende o passado (implícito político) dos candidatos e por que as promessas não são cumpridas”

“(...) O que esses modernos de hoje em dia estão dizendo agora, o PT já dizia quando nasceu. Há dez anos, na fundação do nosso partido, nós já defendíamos o socialismo democrático”.

Lula contrapõe o seu passado político ao do seu oponente e, dessa forma, pautado no valor de sua experiência, justifica suas afirmações, tais como “Collor é uma mentira”; “... as pessoas da Aliança Democrática eram ruins”; “o povo (...) não percebe a diferença entre o discurso e a realidade”.

Lula tem um passado político sério, cujo suporte extenso e sólido é o PT, e por isso pode criticar. Nisso, baseia-se sua autoridade.

A argumentação de Lula também se estrutura através das figuras:

a) antanáclase: “aliança é aliança”. É uma figura de palavra, baseada na polissemia, de alcance argumentativo que permite a pseudotautologia, o que facilita a atenção e a lembrança, além do que, e, principalmente, como afirma Reboul (2004:118), “as figuras de palavras instauram uma harmonia aparente, porém incisiva, sugerindo que, se os sons se assemelham, provavelmente não é por acaso”.

b) sinédoque da parte: “PT”, partido dos trabalhadores. É uma figura de sentido que desempenha um papel lexical, ou seja, enriquece o sentido da palavra, e que, no caso em questão, condensa um forte argumento. No entanto, é considerada “da parte” porque nada prova que esse partido represente todos os trabalhadores.

c) enálage: um deslocamento gramatical: de uma pessoa para outra: “Temos alguns planos. Quando eu tomar posse, vou montar...”, o que “torna as coisas mais presentes, embora mais confusas” (Reboul, 2004:124). Essa figura remete-nos à metonímia: Lula pelo PT. Aquele é o representante deste, o que desemboca em antonomásia : “Lula é o PT”, e por conseguinte em argumentação pelo exemplo.

d) analogia: gato, rato e cachorro. “Se a gente colocar na aliança gato, rato e cachorro, não vai dar certo”. O candidato do PT faz uma ‘pesada’ comparação entre os integrantes da Aliança criada por Tancredo, a qual não deu certo, com o agrupamento de animais que, segundo senso comum, não ‘se entendem’. Isso reforça a crítica que o candidato faz à Aliança composta por pessoas com ideologias contraditórias.

e) cleuasma – “Agora, tenho um QI razoável e sei o tamanho do Brasil” (...) – figura de pensamento que, em palavras de Reboul (2004:135), “demonstram a existência de laços íntimos entre estilo e argumentação”. O cleuasma consiste no desgabo que o orador faz de si mesmo, para angariar confiança e simpatia do auditório. Esta é também, uma figura do “*ethos*”, haja visto firmar “a vingança” do bom senso sobre os especialistas, da vivência sobre o livresco. Ora, Lula mostra-se apto para governar o país devido a um QI, agora, “razoável”. No entanto, esse cleuasma é apenas aparente, a meu ver, pois ele encerra em si uma crítica e mesmo uma ironia àqueles que criticaram o candidato quanto à sua apologia ao socialismo democrático (associado ao comunismo). Isso porque, após afirmar sobre o “QI razoável”, o candidato do PT justifica a comparação que faz entre Brasil e Nicarágua: “Eu sei que não há parâmetro entre a Nicarágua e o nosso país. Também sei que não há parâmetro entre a economia brasileira e a cubana (...) O que digo é que Cuba fez uma revolução em 1959 e nós tivemos um golpe militar cinco anos depois. Desde então, os cubanos resolveram seus problemas de saúde, de educação (...) Digo isso e acho que o Brasil pode alcançar o mesmo resultado. E não é coisa de país comunista”.

5.2.1.1.2 Os operadores/modalizadores argumentativos

Isso posto, é pertinente afirmar que as constatações acima relatadas só são possíveis porque há pistas na superfície do texto que, conforme Oliveira (2002) “nos levarão, através de ações sociais e cognitivas, à produção de um de seus sentidos possíveis, excluindo ao mesmo tempo, vários outros candidatos”, o que remete a Beaugrande (1997), para quem o texto, conforme pontuado no capítulo II deste trabalho, “é um evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas”. A noção de evento, retomando Oliveira (2002), “deve ser entendida como aquilo que acontece quando um texto é reconhecido como

tal através da produção de sentido que ele permite”. Oliveira, ainda, considera como ação, a utilização do conhecimento de mundo que o homem possui e suas habilidades cognitivas para controlar a produção de sentido a partir de recursos lingüísticos disponíveis.

Dentro desses recursos lingüísticos disponíveis, o que me chama bastante a atenção e sobre o qual propus analisar o *corpus*, são os operadores/modalizadores argumentativos, abordados, neste trabalho, no tópico ‘pressupostos teóricos’.

A modalização no discurso de Lula se manifesta de maneira peculiar, tendo em vista o contexto referencial em que se insere e que expressa sua intenção, enquanto ‘produtor de sentido’, que é a de conquistar a adesão dos eleitores e, por conseguinte, seus votos; é peculiar, também, devido à formação discursiva, aliás bem marcada, de esquerda em que se insere o enunciado. Constate-se:

(a) “O que me dá a certeza de que vamos vencer é o fato de que pela primeira vez vai haver um debate de verdade neste país, entre capital e trabalho (...)”

(b) “Vamos mostrar que é possível criar uma sociedade onde todos possam ter o mínimo para viver”.

Em (a), o locutor utiliza a locução verbal ‘vai haver’ em que o auxiliar *ir*, na sua forma verbal do modo indicativo imprime ao ato de linguagem uma característica de verdade absoluta, que poderia ser reduzida a ‘haverá’, ratificada pela modalizador ‘primeira’; esse tipo de modalização é o que Bronckart (2003) denomina de apreciativa, o que aponta para uma constatação do locutário, anteriormente ressaltada, qual seja, a de que não ocorreu um debate como este em tempos passados. É algo histórico. E aqui lembro-me da asserção de Fiorin (1996:15) sobre o discurso, que “embora obedeça às coerções da estrutura, é da ordem do acontecimento, isto é, da História; não há acontecimento fora dos quadros do tempo, do espaço e das pessoas”.

Em (b), novamente, pode-se constatar a mesma construção verbal anterior, no modo indicativo, o que, como dito, caracteriza verdade absoluta numa atenuada promessa implícita: nós faremos, e aponta uma severa crítica, realçada pela modalização lógica marcada pelo advérbio *possível*, inferida da oração principal ‘é possível’ e confirmada pela subordinada subjetiva: ‘criar uma sociedade onde todos possam ter o mínimo para viver’. Pressupõe-se que, embora seja viável ter uma sociedade onde todos vivam com dignidade,

isso tem sido escondido devido aos interesses da “elite” que, provavelmente, ficaria menos rica com a distribuição de renda justa; no entanto, Lula e o PT trarão à tona tal realidade, apontarão o caminho. Essa operação lingüística reflete aspectos presentes nas condições de produção dos enunciados, tais como o lugar da enunciação: Lula fala como candidato à presidência da República e por isso é lhe dado (pelo acordo prévio com seus interlocutores) o direito de prometer (mudanças) e criticar (o governo vigente), uma vez que na busca pela adesão do povo, necessita persuadi-lo.

Um fato que ainda gostaria de ressaltar a respeito das condições de produção dos enunciados, é a diferença entre o enunciado acima descrito, em que a proposição é apresentada de forma incisiva: “é possível”, e o enunciado: “é difícil dizer quais serão as primeiras medidas”, em que a proposição apresenta-se de maneira mais reticente. O primeiro responde à pergunta da Veja: “Por que o senhor acha que vai vencer o segundo turno?”, e o segundo responde à pergunta: “Qual será a principal medida que o senhor pretende adotar no primeiro dia do governo, caso venha a ser eleito?” Lula posiciona-se frente às perguntas de forma peculiar porque elas lhe impõem essa peculiaridade. Na primeira é fundamental o vocábulo “acha”, no presente, que modaliza a locução “vai vencer” expressando um palpite, uma suposição, o que leva Lula a torná-la em certeza, pautado na lógica de seu principal argumento: primeiro debate entre capital e trabalho. Na segunda pergunta, primeira da entrevista, o vocábulo ‘caso’ modalizador de “venha”, no subjuntivo, indica um talvez, e não está associado a nenhum argumento interno como o modalizador “acha”, da primeira pergunta, o que, a meu ver, conduz o candidato a uma cautela maior e por isso sua resposta menos incisiva. Em miúdos, o que causa a diferença no “modo de dizer” é o contexto de produção que busca alcançar o último grau da eficiência discursiva em que é fundamental a interferência do alocutário.

Observe-se outros enunciados:

c) “Acreditamos que vamos ganhar porque achamos que teremos o apoio de amplos setores da sociedade brasileira, que não se conformam com o estado de miséria em que se encontram os brasileiros”.

d) “De um lado vai estar a minha candidatura, com o que há de mais progressista na sociedade brasileira, e de outro lado vai estar o Fernando Collor, com o que existe de mais retrógrado na política brasileira, embora ele possa modernizar o seu discurso”.

e) “Eu acho que há um sentimento na sociedade brasileira de necessidade de mudanças. É um sentimento contra a imoralidade, contra a miséria. E neste instante nós significamos um pouco isso”.

O enunciado (c) pretende reforçar o argumento principal: primeiro debate entre capital e trabalho, no país, embora não se apresentem argumentos que comprovem a afirmação; por exemplo, de que “amplos” (modalizador generalizado) setores fala o candidato? O fato de ganhar as eleições por causa do primeiro debate entre capital e trabalho é instituído no domínio da crença do candidato do PT. Se este acredita que o candidato do PT terá o apoio de ‘amplos’ setores da sociedade, tende a ficar mais tranquilo, ainda mais se estes ‘amplos setores’ são aqueles que “não se conformam com o estado de miséria em que se encontram os brasileiros”.

O enunciado (d) estabelece a oposição: de um lado, a candidatura de Lula, modalizada pela expressão “progressista”, intensificada por outro modalizador, *mais*, o que transmite a idéia de avanço, progresso. De outro lado, a candidatura de Collor, também modalizada, mas pelo vocábulo *retrógrado*, intensificado, também, pelo modalizador *mais*, que no enunciado indica o que há de pior. E aqui, é válido ressaltar a comparação entre os candidatos e suas candidaturas “mais” (progressista ou retrógrada): Lula representa o que de “mais” progressista há na sociedade brasileira, ao passo que Collor representa o que de “mais” retrógrado existe na política brasileira.

Há uma troca de substantivos: sociedade por política, o que acarreta numa inferência: enquanto a sociedade progride, a política retrocede. Isso é bastante interessante porque Lula, enquanto enunciador, contrapõe a “retrógrada” política de Collor ao seu “moderno” discurso, afirmando mais à frente que “o povo se deixa levar pelo discurso fácil e não percebe a diferença entre o discurso e a realidade”. Há, aí, um pressuposto, qual seja, de que discurso e realidade são incompatíveis. E mais, o modalizador *fácil* exprime um juízo de valor que demonstra que o candidato do PT busca estabelecer um diálogo com seu interlocutor/eleitor ao afirmar que tem consciência do “jogo eleitoral”, em que as promessas

não são cumpridas porque estão no âmbito do discurso e não da realidade, fato que fundamenta seu argumento posterior: “Collor é uma mentira”, pois oriunda-se da elite embora afirme estar contra ela. Para validar seu argumento, o candidato do PT lança mão das estatísticas, do fato: “Collor estava com 46% nas pesquisas, e eu 4,5%. Contados os votos, ele terminou com 28% e eu fiquei com 17%”.

Com tais argumentos, demonstrativos, expressos nas modalizações, Lula desconstrói seu oponente e constrói-se a si mesmo. Collor representa política retrógrada, disfarçada num discurso moderno e fácil, o que o caracteriza como uma mentira. Já Lula, representa uma sociedade progressista, um discurso talvez não tão eloquente, mas real. Nada de ficção.

Essa construção que Lula faz de si a partir da desconstrução do seu candidato, remete-me ao “Manual do Candidato às Eleições”, descrito no capítulo quatro deste trabalho. Há, ali, dois tópicos, em especial, intitulados ‘Descaracterize os seus adversários’ e ‘Pareça ser sincero; só os adversários não acreditarão em você’.

Isso posto, destaco um modalizador que aparece muito no texto em análise. O modalizador *achar*, que, em palavras de Galvão:

tem como forma mais antiga, o verbo pleno com o significado de ‘encontrar’, ‘descobrir’. Sua primeira ocorrência na língua portuguesa data provavelmente do século XIII, originária do latim *afflare*, ‘soprar’. Cunha (1991) explica sua evolução semântica a partir da linguagem dos caçadores: do sentido primitivo do latim ‘soprar’ passou-se ao de ‘sentir a proximidade da caça pelo odor, farejar’ e daí a ‘descobrir’, ‘encontrar (a caça)’ (GALVÃO, 2000:54).

Observe-se os exemplos:

- i) “Acreditamos que vamos ganhar porque achamos que teremos o apoio de amplos setores da sociedade brasileira (...)”
- ii) “Eu acho que há um sentimento na sociedade brasileira de necessidade de mudanças”
- iii) “É por isso que eu acho que o Collor é uma mentira”
- iv) “Eu acho que o capital estrangeiro tem que vir para o Brasil”

Utilizando do quadro de Galvão (2000:55), que pontua os principais parâmetros comparativos entre os tipos de *achar*, é possível afirmar que em (i) temos um palpite, uma suposição, o que acarreta no fato de que a incerteza passe para o nível das possibilidades. Lula

justifica sua crença na vitória por enxergar a possibilidade de apoio de ‘amplos’ setores da sociedade brasileira que, como ele (e o PT) desejam mudanças. Já em (ii), temos uma apreciação ou avaliação por parte do candidato do PT sobre a necessidade de mudança por parte da sociedade brasileira, e dessa forma, é possível concluir: há necessidade real de mudança por parte dos brasileiros, há possibilidade de apoio ao PT por amplos setores da sociedade, logo Lula é o candidato ideal, uma vez que o outro candidato é uma mentira. Fato expresso em (iii) pelo modalizador *acho* que indica, como em (ii), uma afirmação, no entanto, com maior grau de certeza. Em (iv) temos um pensamento, também apreciativo, como em (ii).

Esse uso no português moderno do verbo pleno *achar* como modalizador tem como mecanismo atuante no processo de mudança, segundo Galvão (2000:56), a metáfora. “Um significado de domínio lexical, concreto – achar 1 “encontrar”, originário do latim *affare*, ‘soprar’, ‘cheirar’, ‘encontrar a caça pelo cheiro’ - é estendido metaforicamente e recrutado para conceituar significados do domínio da modalidade, mais abstrato”. Interessante é que a metáfora tem uma grande força argumentativa, uma vez que estabelece uma relação de semelhança entre termos heterogêneos, dando vivacidade ao quadro argumentativo que resulta, necessariamente, de uma escolha ideológica. A metáfora, tal qual em extensão como no verbo pleno ‘achar’ pode ser, assevera Galvão (2000), decorrente de motivação icônica. “o processo de encontro (da caça), conceito mais concreto, palpável, é mapeado em domínio mais abstrato, da modalidade, as idéias – ‘opiniões’, ‘crenças’, ‘julgamentos’ e dúvidas’ – são vistas como objetos, coisas”.

O candidato do PT opina sobre seu rival e sobre a necessidade de mudança no Brasil, crendo na vitória embasada num histórico passado político. Dessa forma, Lula conclui a entrevista afirmando: “minha prioridade é fazer um governo que tenha credibilidade entre seu povo e credibilidade lá fora. Hoje, no Brasil, não se cumpre a lei. Eu tenho vontade de fazer como o Dutra (Eurico Gaspar Dutra, que foi presidente da República entre 1945 e 1950) e andar com o livrinho – a Constituição – na mão. Porque, no Brasil, se você pegar a nova Constituição e disser: eu quero que se cumpra tudo o que está aqui, já é revolucionário. Peguem os direitos sociais da Constituição, por exemplo. Há retrocessos na questão das Forças Armadas, na questão da política agrícola, mas há também avanços substanciais que não são cumpridos. Se você chamar este povo para fazer cumprir os artigos da Constituição que não são cumpridos, dá para fazer uma revolução”.

Essa afirmação do candidato do PT coloca vários pressupostos, dentre os quais: ‘o governo brasileiro não tem credibilidade nem entre o povo nem lá fora’; ‘antes, se cumpria a lei no Brasil, hoje, não’ (por quê? Por que antes o Brasil era dirigido por generais como o Gaspar Dutra?); ‘revolução é fazer cumprir o que está escrito na Constituição’ (nota-se aqui uma ironia, pois se a Constituição é lei máxima de um país, porque cumpri-la seria fazer revolução?). Tais pressupostos são índice da radicalidade de Lula e de seu partido, radicalidade essa expressa em frases dos tipos: “Não podemos, não queremos e não devemos pagar a dívida externa” (asserção de 1985), “o programa do PT é socialista. O socialismo é o objetivo final do partido” (VEJA, 30 de outubro:39).

A esse respeito, é pertinente precisar, que o povo brasileiro, de uma forma geral, não tem (ou pelo menos não tinha em 1989) uma ‘correta’ concepção do que seja o Socialismo. Muitos o associavam ao Comunismo e cometiam uma “violência semântica”: opunham um sistema político, a democracia, a um sistema econômico, o comunismo. Não percebiam que à democracia opõe-se a ditadura, e ao comunismo, o capitalismo. Por conseguinte, por medo de perder o tão sonhado direito conquistado em 1985, o povo prefere Collor a Lula e o associa a tudo que há de ruim, como por exemplo fez o bispo Edir Macedo:

“Collor fará um excelente governo”, afirma o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que possui mais de 700 templos em todo o país. Em muitos deles aproveitou-se o momento da oração durante o culto para pedir ajuda a Collor. Na véspera da votação do primeiro turno, o próprio Macedo comandou uma vigília, vestindo uma camiseta com o nome do candidato, entoando cânticos e associando o nome do candidato Lula ao demônio, enquanto seus fiéis o acompanhavam dançando com as mãos para o alto. Um desses versos dizia: *o diabo na corda bamba, vamos collorir, vamos collorir*. O medo de ter um governo de esquerda no poder tem sido o principal argumento para a collorização da maioria dos pentecostais. “Se o Lula ganhar, ele vai querer fechar os nossos templos”, diz o pastor Joaquim Santos, que atua em Paragominas, a 300 quilômetros de Belém, no Pará. (...) “Os evangélicos não podem apoiar o Lula porque ele quis até tirar o nome de Deus do preâmbulo da Constituição”, diz o vereador Gilberto Nascimento, eleito pelo PMDB para a Câmara de São Paulo e ligado à Assembléia de Deus (VEJA, 06 de dezembro de 1989:58-59).

Se o povo tinha medo de Lula por causa de sua radicalidade e por não compreender sua proposta quanto ao sistema econômico, a elite que bem sabia fazer a diferença entre socialismo e capitalismo, não o apoiava porque não lhe era vantajosa a transformação da sociedade, muito menos a mudança das relações das classes sociais mediante a alteração do regime de propriedade.

Interessante o medo do povo quanto a um possível governo de Lula que, primou pela honestidade (ou, por parecer honesto), denunciando na ‘cara dura’ os governantes, citando nomes, acusando-os e propondo a luta entre “os despossuídos” e os “que possuem muito”. Interessante porque, pode-se pressupor, o povo brasileiro gosta, como já pontuado, do que é “bonito”, “ponderado”. Isso talvez deva-se ao costume que se lhe impôs o discurso político dos “conservadores” brasileiros, acostumados a se revezar no poder.

Os conservadores tendem a primar pela aparência, pois ela atrai. Mas Lula, ele se preocupa com sua honestidade. Ele quer demonstrar ao povo que Collor é uma mentira, é desonesto. Assim, o candidato do PT constrói seu “*ethos*”, mais precisamente sobre a “arete”, a excelência do herói fundamentada na coragem, “ostentação de uma franqueza que não teme suas conseqüências, sinais de uma lealdade teatral”. Lula não tem ‘papas’ na língua. O que se pode comprovar, também, através de trechos do segundo debate eleitoral do qual participou com Collor.

5.2.2 Texto II – Trechos do segundo debate eleitoral televisivo

Uma vez que penso como a Veja (dezembro/1989) que afirma que o candidato do PT perdeu as eleições 72 horas antes da votação em segundo turno pelo mau desempenho no segundo debate, parto para a análise de alguns de seus trechos, ratificando que o debate político eleitoral é um nível situacional em que se entrecruzam dois contratos, a saber: o do discurso eleitoral e o do debate.

O primeiro se enquadra numa espécie mais geral denominada contrato de “propaganda”, caracterizado, em linhas gerais, pela construção de uma imagem positiva, seja de um produto, no caso do sentido publicitário, seja um candidato, no caso do discurso eleitoral, potencialmente capaz de representar as diversas demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, de satisfazê-las (...) O objeto do discurso eleitoral é ‘novo’, no sentido de ser projetivo, virtual ou potencial, sendo apresentado sob a forma de um programa político, situado na dimensão da ‘ação’, de modo que as demandas dizem respeito a uma ‘esfera de interesses públicos’ e a sociedade é interpelada na forma de um interlocutor eleitor potencial. O segundo se insere num outro tipo mais geral de contrato “dialogal-midiático”, podendo ser ‘dialogativo’ ou ‘plurilocutivo’, e delimita um modo específico de troca ou intercâmbio, que se traduz pelo debate (MENDES, 2001:325).

Com efeito, continua Mendes (2001), o debate eleitoral é uma forma específica de realização do discurso político eleitoral e como tal deve satisfazer às condições impostas por este último, que, por sua vez, deve se ajustar às características da estrutura que define a especificidade daquele primeiro, de forma que uma descrição dos elementos constitutivos do nível situacional que define o contrato do debate eleitoral pode ser apresentada da seguinte maneira: i) a finalidade; ii) a identidade dos parceiros; iii) propósito/domínio de saber; iv) o dispositivo.

Para o autor (2001:327-328), no caso da finalidade, os candidatos devem confrontar os seus respectivos programas (plataformas) de campanha político-eleitoral, de modo a fazer emergir as contradições relativas aos seus respectivos conteúdos proposicionais, as quais apontam para a impossibilidade de sua realização, a fim de obter os votos do eleitorado. Quanto à identidade dos parceiros, os candidatos debatedores se dirigem diretamente uns aos outros e, indiretamente, à população, confrontando os seus respectivos lugares político-partidários, que devem caracterizar as divergências político-ideológicas estabelecidas entre as diversas candidaturas.

Em relação ao propósito/domínio de saber, os candidatos devem delimitar as condições de impossibilidade de realização dos programas de seus respectivos adversários de campanha, configurando uma suposição de um não-conhecimento acerca da ‘esfera dos interesses públicos’, relativa às condições de vida, ao funcionamento das instituições e às noções políticas projetadas pelos candidatos para satisfazer as demandas (necessidades e interesses) da população da cidade. Em se tratando do dispositivo, o debate eleitoral também pode ser veiculado através de diversos dispositivos.

No debate em questão, tem-se um dispositivo midiático específico, a imprensa televisiva, dois debatedores, Lula e Collor, que têm a identidade de candidato estabelecida através do intercâmbio com o eleitor (contrato do discurso eleitoral); quatro mediadores: Borys Casoy, do SBT, Marília Gabriela, da Bandeirantes, Eliakim Araújo, da Manchete e Alexandre Garcia, da Globo, que se reuniram num “pool” formado pelas quatro redes nacionais de TV e os jornalistas que fariam perguntas aos candidatos: Luiz Fernando Emediato, Joelmir Beting, Villas Boas Corrêa e Fernando Mitre. Uma finalidade, confrontar programas de governo.

Segundo a Folha de São Paulo (15 de dezembro de 1989), Casoy descreveu o “pool”, apresentou os demais debatedores e os jornalistas e em seguida “explicou a divisão do programa em blocos e disse que os candidatos estavam a postos para o início do segundo bloco, que teria

como tema a economia”. Lula, ainda segundo a Folha, estava à direita do vídeo, vestindo um paletó preto, e estava sobre uma plataforma, para aparentar a mesma altura de Collor, que estava à esquerda do vídeo, vestindo um terno cinza-claro.

A Folha, através de Luís Francisco Carvalho Filho, faz uma crítica ao “pool” formado pelas quatro redes de televisão, afirmando que as pequenas emissoras de TV foram proibidas de transmitir qualquer tipo de programação comentando o desempenho de Lula e Collor e que a imprensa escrita foi praticamente banida do confronto: nada de comentários, entrevistas, repercussão e cobertura simultânea. Isso acarreta, segundo Filho, no desprezo, inclusive da própria imprensa, pela liberdade de informação jornalística.

Voltando ao debate, Collor e Lula não se cumprimentaram na apresentação do programa, como no primeiro debate, e caminharam por caminhos opostos. Collor que fora mais moderado no primeiro, mantém-se na ofensiva e busca ser mais agressivo. Lula, mais agressivo no primeiro, usa, o que a Folha chama de “discurso moderado”.

Essa expressão “discurso moderado” da Folha, deve-se, penso, à preferência de Lula, em seu pronunciamento final, pela abordagem de suas origens, afirmando: “Eu jamais sonhei poder disputar as eleições para presidente da República, porque nós, que pertencemos à classe trabalhadora, sabemos bem que a nossa luta titânica é para escapar da fome, para escapar do desemprego” (FOLHA, 15 de dezembro/1989).

‘Discurso’ bem diferente daqueles que vinha fazendo como por exemplo, o do comício da Praça da Sé, em 12 de novembro, quando assume uma postura radical e dentre alguns enunciados, afirma: “a burguesia dá sopinha na escola e depois pergunta: por que pobre não vota em nós?”; “Fraude em eleição no Brasil faz parte do folclore. Não tem eleição que não tenha corrupção”; “O medo deles não é o Maluf, Collor, o Afif. O medo deles é um torneiro mecânico ganhar. Eu sou o bode expiatório porque sou figura pública desta campanha”. Sobre esse discurso, comenta a Folha:

o discurso de Lula durou 40 minutos e foi a síntese do que o candidato pregou em comícios anteriores e na TV. Radicalizou ao se referir à “burguesia” e aos empresários. Em tom quase didático, repetiu que não vai pagar a dívida externa, vai realizar reforma agrária “doa a quem doer” e que a “classe operária vai chegar ao poder através deste pernambucano”. Lula vestia camisa vermelha.

O candidato utilizou a imagem do Muro de Berlim e citou as revoluções soviética, cubana e chinesa para em seguida afirmar que “a diferença do Brasil é que a classe operária pode chegar ao poder numa eleição direta”. (FOLHA, 13 de novembro de 1989)

Lula tenta, na última hora, seguir um outro caminho argumentativo, mas sem sucesso.

Observe-se os comentários da Folha (15 de dezembro de 1989):

O candidato Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B), optou pela moderação no debate de ontem à noite. Embora seu programa de governo tenha um perfil estatizante, Lula criticou a ingerência do Estado em todos os setores da economia. “A ingerência só deve ocorrer nos setores estratégicos”, afirmou, já no primeiro bloco do debate. Brandindo a Constituição – “um livrinho que ajudei a fazer” – Lula, se preocupou em afastar as acusações de radical feitas por Collor. Manifestou solidariedade “ao que acontece” no Leste europeu e disse que o partido não é marxista: “não há um único documento que diga que o PT é marxista”. Lula também lançou mão de uma proposta moderada ao falar do relacionamento que pretende manter com o Congresso, caso se eleja. Sem dar maiores detalhes, ele defendeu a criação de um Conselho da Sociedade Civil pra as negociações entre o presidente e o Legislativo (...) Como nos outros debates, Lula abusou de um velho tique nervoso: esfregar uma mão na outra. Lula voltou a chamar Collor de “Pinóquio”, ao se defender da acusação de que defende a luta armada. Em vários momentos, atacou o candidato do PRN, a quem só se referia por “nosso adversário” – em um único momento ele se confundiu e o chamou de “meu companheiro”. Lula acusou Collor de invadir um terreno público de 4 mil metros quadrados em Brasília para ampliar a área de sua residência. Também se defendeu de outra acusação que vem sendo feita pelo PRN - a de que dará calote na dívida interna e suspenderá os rendimentos da caderneta de poupança (...) O candidato deixou algumas perguntas sem respostas. Uma delas foi quando um dos entrevistadores quis saber se ele coagiria a oposição caso houvesse uma reação ao seu governo (...) No bloco sem que um candidato fazia perguntas ao outro, Lula acusou Collor de ser autor de um projeto, quando era deputado federal, para beneficiar suas empresas. Ele também acusou seu adversário de “lesar” o Tesouro de Alagoas, quando governava aquele Estado, ao fazer um acordo com os usineiros.

Tanto Lula quanto Collor deveriam confrontar seus planos, no entanto, limitaram-se a atacar um ao outro, e com isso o propósito/domínio do saber (falar sobre o quê) estribou-se em acusações (ao adversário) e defesas (de si mesmo). Lula, especificamente, prendeu-se na mesma armadilha em que caíram e foram ‘destroçados’ muitos candidatos do primeiro turno, conforme trecho da Veja, citado, também, anteriormente:

...Não é que preferisse Collor por considerá-lo mais apto para governar o país, admirar sua firmeza na oposição ao presidente José Sarney – ou até mesmo acha-lo mais bonito que Lula. Não. Segundo a tese do candidato-andróide, milhões de brasileiros, no seu comportamento habitual, iriam votar em Collor por erro. Bastaria, então, explicar a essas pessoas que 2 mais 2 são 4, mostrar a bobagem que estavam fazendo ao gostar de Collor e fazê-las mudar de idéia num passe de mágica, pela produção de um plim-plim revelador em seus cérebros que lhes permitisse refletir assim : “Ah, bom, então vamos votar no Lula”.

Apesar do “discurso moderado” de esquerda, como afirma a Folha, (o que pode ter ajudado na descredibilidade de Lula, uma vez que vinha na posição de esquerda e na reta final, procura mudar o foco), o candidato do PT primou pela crítica feroz ao seu adversário e pela acusação sem provas. Buscou apenas a parcela da demonstração: apresentar ao eleitorado que Collor não era a melhor opção. Em termos de contrato comunicacional e suas “manobras”, Lula buscou o “fazer-sentir” no que tange ao despertar um estado emocional pelos valores negativos e esbaldou-se no “fazer-saber”. Dessa forma, o seu “*ethos*” que vinha sendo construído sobre sua “honestidade” (aquele que não tem medo de falar, que luta contra a corrupção), foi se desmantelando, pois ele não conseguiu “fazer-crer” o eleitorado. Lula não tinha provas concretas de suas acusações. Por conseguinte, Collor ‘vira o jogo’ com acusações ao adversário, caracterizando-o de “marxista” e partidário da “luta armada”, e para piorar a situação de Lula, Collor traz à tona o caso Lurian, o que ajuda na desconstrução da imagem de confiabilidade de Lula, haja visto ter ele sido favorável ao aborto de sua própria filha. Interessante isso porque, por mais que Lula estivesse certo, seu oponente já havia conquistado o eleitorado. Com fala mansa, mas firme, aparência de “bom moço”, esportista, amante da natureza, Collor agrada mais. Lula tinha um aspecto mais “fechado”, fala acusatória, de quem é intransigente, inflexível, comunista (aprova o aborto de crianças)... Com efeito, o candidato do PT não consegue desconstruir o “*ethos*” de seu adversário, mas o seu próprio. Parece que Lula esqueceu-se de que o homem, seu eleitor, gosta do que é belo e bom, e em se tratando de uma sociedade como a brasileira, em que 70% da população almeja ser como 30% dela, a aparência conta muito. E aqui, retomo alguns pontos do “Manual dos Políticos”, em que o autor aconselha: “abstém-se de intervir em discussões em que se enfrentam pontos de vista opostos, a menos que estejas absolutamente seguro de ter razão e de poder prová-lo”. E ainda, sobre o debate, aconselha: “não dê a impressão de encarar teu interlocutor, não esfregues nem franzas o nariz, evita ter um aspecto contraído, carrancudo (...)”. Sobre a sinceridade: “fala sempre com um ar de serenidade, faz crer que cada frase saída de tua boca vem diretamente do coração e que tua única preocupação é o bem comum...”.

O candidato do PT fez exatamente o contrário. Apesar de ostentar uma franqueza que não teme conseqüências, Lula não buscou outras características do “*ethos*” como a prudência e

a ponderação, pontuadas na introdução deste trabalho, e assim não tratou de ser simpático, de entrar em ‘cumplicidade complacente’ com o seu auditório. Observemos os enunciados:

- a) “Não foi o Lula que invadiu terreno. A imprensa divulgou que o meu adversário invadiu 4 mil metros do governo federal para aumentar a sua residência, o seu patrimônio” (ao fazer acusação contra Collor);
- b) “Se o Meneguelli falou isso, ele deve ter saído de uma reunião com sindicalistas do Alagoas” (ao comentar a declaração de Collor de que Jair Meneguelli, presidente da CUT, promoverá uma onda de greves se o candidato do PRN ganhar a eleição);
- c) “O meu adversário não tem preparo psicológico para fazer oposição” (sobre Collor);
- d) “Não é verdade que o Brizola chamou o Bisol de corrupto” (rebatendo a acusação de Collor);
- e) “Ele come pela mão de um dos maiores magnatas desse país, o sr. Roberto Marinho” (sobre Collor);
- f) “Não vou impedir ninguém de votar em mim. Até você (Collor) pode votar em mim”. (comentando o apoio de políticos à sua candidatura);
- g) “Acho que ele (Sarney) está tão em cima do muro que vai até errar seu voto”. (sobre o voto de Sarney);
- h) “Não preciso dizer que sou contra o Sarney e a Nova República. O povo sabe disso”. (rebatendo crítica de Collor);
- i) “Ele faz parte daquele grupo de políticos que age como se fosse aquele lixo de programa da Xuxa. Antes das eleições beijinhos, beijinhos, depois das eleições, tchau, tchau”. (sobre Collor);

Toda argumentação dos enunciados acima está fundamentada numa severa crítica ao candidato Fernando Collor, cujo argumento central, a meu ver, é: Collor é uma farsa, pelas seguintes razões: “ele come nas mãos de um dos maiores magnatas” mas afirma que é contra o Sarney; “ele faz parte daquele grupo... Antes das eleições beijinhos, beijinhos, depois das eleições, tchau, tchau”; “ele não tem preparo psicológico para fazer oposição”. A partir dessa estrutura argumentativa, penso que há nesses enunciados a presença de uma gramática característica das sociedades igualitárias, como pontuam Perelman e Tyteca (2002), que enfatiza

as avaliações do sujeito: “eu acho...”, “ele é...”. Por conseguinte, a argumentação de Lula apresenta um tom irônico: “não vou impedir ninguém de votar em mim. Até você (Collor) pode votar em mim”, e o objetivo imediato do texto é declaradamente persuadir o eleitorado da inadequação de Collor para assumir a presidência da República. Interessante que todos os enunciados são gramaticais (dizíveis) e aceitam outra sentença na língua portuguesa, tal como em “Ele come pela mão de um dos maiores magnatas desse país, o sr. Roberto Marinho” que poderia, penso eu, ser substituído por “Collor anda pela cartilha dos ricos”, mas para o sujeito argumentante, na medida em que ele ocupa uma posição ideológica discursiva de esquerda, essa possibilidade não se realiza porque é necessário, além de afirmar que Collor “come” pela mão dos magnatas, apontar quem ele é, uma vez que o candidato do PRN propõe um “não” aos marajás e àqueles que têm muito, como Roberto Marinho

A oposição entre Lula e Collor pode, assim, ser analisada postulando-se a articulação da diferença esquerda e direita sobre o eixo semântico “partidos políticos”, e assim é que se pontua a formação discursiva “trabalho x capital”, o que implica na luta de classes. É dessa forma que o candidato do PT coloca-se no domínio da enunciação, o que acarreta sua posição no domínio das possibilidades do sistema lingüístico, ou seja, a forma como estrutura seu enunciado.

Prima, o candidato do PT, pelo discurso direto: “eu acho ...”, “ele come nas mãos...”, cujas formas lexicais ‘achar’, ‘comer’, dentre outras, apontam a maneira de o locutor se posicionar em relação à instância enunciativa que institui. No entanto, em determinado momento, enunciado (b), Lula lança mão do discurso indireto para indicar que a responsabilidade pela acusação a Collor, no assunto da ‘invasão de terreno’, não é dele, é da imprensa: “a imprensa divulgou que o meu adversário...”

Essa transposição de um tipo de discurso para outro é interessante porque acarreta na busca do locutor pelo respaldo de um órgão credenciado como a imprensa, o que constitui um argumento de autoridade.

A presença do substantivo ‘adversário’ e do pronome de 3ª pessoa para referir-se a Collor, ratificam o caráter crítico do produtor do texto. Lula não se dirige a Fernando Collor pelo nome, mas como “meu adversário”, “ele”, “aquele que faz parte do grupo de políticos que age como se fosse aquele lixo de programa da Xuxa”. No caso deste último enunciado, o

locutor introduz uma denúncia e chama a atenção para o fato de que Collor faz parte de um grupo que não cumpre promessas. Também o advérbio “não”, modalizador enfático, é um fator interessante nos enunciados, pois evidencia a inexistência de um estado de coisas trazidos à tona pelo adversário de Lula: ‘compra de terreno’, ‘corrupção de Bisol’, ‘aliança com determinados políticos’. A esse posicionamento enfático, de absoluta negação, contrapõe-se um posicionamento condicionado: “se o Meneguelli falou isso...”, desembocado numa irônica conclusão: “ele deve ter saído de uma reunião com sindicalistas de Alagoas”. A condição para a fala de Meneguelli está, portanto, relacionada à reunião com os sindicalistas do Alagoas, governada por Collor.

Interessante, ainda, é reiterar o caráter denunciador de Lula: “sou contra o Sarney e a Nova República”, ‘lixo do programa da Xuxa’, “ele (Collor) come pela mão de um dos maiores magnatas deste país”, etc. Com efeito, é sobre esse caráter denunciador que se constrói a orientação argumentativa do candidato do PT, cujo “*ethos*” é, por consequência, apresentado como crítico e irônico.

Em síntese, o discurso de Lula referente ao ano de 1989, apresenta, notadamente, uma formação discursiva de esquerda, muito bem delineada. O candidato é agressivo em suas palavras e transparente em seus posicionamentos. Sem papas na língua, critica o governo, desmoraliza seu principal adversário e constrói seu “*ethos*” sobre a ‘arete’; busca uma argumentação mais lógica, baseada na demonstração: ‘aconteceu isso’, ‘ele é assim’, ‘ele faz parte do grupo dos “maus”, e assim sucessivamente. Decorrente disso, trava-se uma batalha entre o ‘bem’ (o proletário) e o ‘mal’ (o empresariado, o capital), batalha esta manifesta num enunciado marcado por uma linguagem simples e objetiva, modalizada por itens lexicais que reforçam a orientação argumentativa e por figuras, tais como a ironia, que colaboram para o efeito de sentido pretendido, qual seja, convencer o eleitorado brasileiro de que o candidato do PT é a melhor opção. Essa é a tese, reforçada por argumentos do tipo: “Collor é uma mentira”; “Collor não tem preparo psicológico para fazer oposição. Tudo isso viabilizado pelo contrato comunicacional do discurso político eleitoral em que se inseriram dois outros contratos, a entrevista e o debate televisivo. Cada um, à sua maneira, exigindo propostas governamentais dos candidatos. Propostas que revelariam seus posicionamentos e, conseqüentemente,

contribuiriam para a construção de seus “*ethos*”. Lula, sempre de esquerda radical, apresenta-se moderado no confronto final, mas a memória discursiva do eleitorado brasileiro estava em funcionamento, atribuindo a ele características de comunista, marxista, revolucionário. O povo passa a ter medo do candidato do PT. Collor conquista os eleitores, Lula.... só chega ao poder em 2002.

5.3 Eleições Presidenciais no ano 2002

Ano não tão histórico quanto 1989, mas também de grande importância para a política brasileira, 2002 marca a história da quarta democracia do planeta, com 115 milhões de eleitores que puseram-se em marcha para a primeira eleição geral em que “a totalidade de votos foi apurada em urnas eletrônicas”.

O processo foi saudado universalmente como exemplar não apenas pela tecnologia empregada mas também pela civilidade que o caracterizou (...) O país realizou um feito que todo cidadão brasileiro deve orgulhar-se (...) O clima positivo e civilizado do processo eleitoral teve forte reafirmação simbólica no debate realizado pela Rede Globo entre Luís Inácio Lula da Silva e José Serra, na sexta-feira passada. A postura serena dos concorrentes, facilitada pelo formato do programa, e as cenas em que se cumprimentaram afavelmente serão provavelmente registradas pelos eleitores como a representação de um movimento maior: o inegável amadurecimento da democracia brasileira (VEJA, 30 de outubro de 2002).

Neste ano, o candidato do PT, há vinte anos na oposição, alcança, em sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República, o “triunfo da persistência”, o qual a Veja (outubro/2002) denomina de “vitória do improvável”:

O imigrante nordestino que desembarcou em São Paulo montado num pau-de-arara chega ao Planalto ostentando não só o mérito de ter vencido a lógica que condenou tantos como ele à exclusão como o de ter virado de cabeça para baixo o script da trajetória política convencional. Lula não conquistou o mais alto posto da hierarquia do país alavancado por triunfos eleitorais. Jamais foi vereador e nunca administrou uma cidade. Também não se elegeu governador de Estado nem foi ministro de nada. Construiu sua vitória à base de derrotas. E, por meio delas, forjou o que é hoje (VEJA, 30 de outubro de 2002:37).

Sem dúvida, 2002 é um ano surpreendente no que diz respeito à democracia brasileira. Por conseguinte, faz-se interessante a análise do discurso que conduziu Lula à Presidência da República. Contextualizemo-lo, pois.

5.3.1 A Situação

Já pontuada anteriormente, é o ano 2002, ano em que há, segundo a Veja, um amadurecimento da democracia no Brasil de 115 milhões de eleitores, ano em que disputam o segundo turno eleitoral, José Serra, candidato do PSDB e Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT.

É presidente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que, sobre a disputa entre Serra e Lula, afirma: “os brasileiros vão vencer, seja quem for o vencedor das eleições”. Segundo a Veja (outubro/2002), Fernando Henrique afirma que o maior legado de seus oito anos no governo talvez seja o fato de ter solidificado as instituições a ponto de a oposição vencer sem traumas. O que se comprovou, segundo a revista citada, haja visto o governo montar em Brasília um centro administrativo para abrigar políticos e técnicos da atual administração e da próxima encarregados de fazer a transição. “Pela primeira vez, governo e oposição estarão, por alguns meses, reunidos em busca de um resultado comum que interessa a ambos” (VEJA,outubro/2002:45).

No entanto, a situação do Brasil, impõe ao novel presidente eleito, aquilo que a Veja denomina de “Os 12 Trabalhos de Lula”, quais sejam:

1. Manter a política de metas de inflação, controlando a taxa de juros;
2. Continuar pagando as dívidas interna e externa, para manter o crédito nos casos de emergência;
3. Garantir superávit nas contas públicas, sustentar o câmbio flutuante e a Lei de Responsabilidade Fiscal;
4. Achar saída para o déficit da Previdência, que já é de mais de 50 bilhões de reais;
5. Aumentar o fluxo de negócios com o exterior, para obter dólares e ter acesso a produtos de alta tecnologia;
6. Diminuir o desperdício nos projetos sociais – que gastam 21% do PIB -, mas ampliando sua abrangência;
7. Propor mudanças nos impostos para baixar os custos da produção e melhorar a justiça tributária;

8. Conduzir, junto com governos estaduais e municipais, as ações nas regiões metropolitanas e as obras de infra-estrutura;
9. Definir uma política de combate ao crime em conjunto com o Congresso, os Estados e os municípios;
10. Promover a discussão sobre uma reforma que dê agilidade ao Poder Judiciário;
11. Envolver-se na discussão da reforma política que leve à fidelidade partidária e ao fim das legendas de aluguel;
12. Flexibilizar a legislação trabalhista de modo a incentivar a criação e a manutenção de mais empregos formais.

5.3.2 Os Candidatos

5.3.2.1 Luís Inácio Lula da Silva

Caracterizado anteriormente, é pertinente destacar mais alguns fatos relevantes em sua vida e trajetória política.

Segundo reportagem da Veja (outubro/2002), Lula nasceu pobre e anônimo. Caçula dos meninos Silva, só conheceu o pai aos 7 anos de idade quando, com sua mãe, Eurídice, e seus irmãos, foi para São Paulo, onde o pai fora tentar a vida.

Queria ser motorista de caminhão, mas por resolução da mãe, que queria ao menos o caçula dos meninos com diploma do Senai, tornou-se torneiro mecânico. Com 23 anos de idade, entrou para o movimento sindical por influência do irmão José Ferreira da Silva, o “Frei Chico”, e em 1975 foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. No entanto, Lula ingressou na política, como ele mesmo afirma: “só percebi que era preciso ir além da luta sindical”, quando seu irmão, Frei Chico, foi preso sob acusação de subversão e torturado. Sua primeira tentativa eleitoral, para o governo de São Paulo, se deu em 1982 e foi um jato de água fria no entusiasmo do político iniciante. O ex-líder metalúrgico acabara de trocar o sindicalismo pela política e era um elemento ainda exótico demais na paisagem do poder.

Em 1989 candidatou-se pela primeira vez à Presidência da República, época em que tinha por trás de si “um partido estruturado, um adversário sobre o qual pesava o estigma de aventureiro e um capital já mais ao gosto do eleitorado: cumprira um mandato de quatro anos como deputado constituinte, eleito o parlamentar mais votado do Brasil”.

O terceiro fracasso ocorreu em 1994, quando Lula “apostou suas fichas no fracasso do Plano Real.

A simbologia de Lula é inegável. Lula presidente é uma demonstração para o mundo de que a democracia no Brasil, e por reflexo na América Latina, não é exercida apenas para salvar as aparências das elites que se revezam no poder. Ligado historicamente às esquerdas, Lula elegeu-se com uma agenda política moderada e com a aceitação das regras civilizadas de gerência das contas públicas. Estudou até a 5ª série. Projetou-se como líder sindical e político radical. Sua posse em janeiro próximo, estará carregada de significados, todos favoráveis ao país. O Brasil afirma-se como uma nação de extraordinária mobilidade social, com a chegada de um homem do povo à Presidência. (VEJA, 30 de outubro/2002:35) .

5.3.2.2 José Serra

Segundo reportagem de Maurício Lima e Felipe Patury (VEJA, outubro/2002), Serra “dispunha da máquina do governo, tinha apoio de grandes partidos e não lhe faltou dinheiro”.

José Serra , paulistano, de 60 anos de idade, cuja marca em sua trajetória pessoal é a obstinação, é filho único de um modesto casal de imigrantes, pai italiano e mãe argentina. Nasceu no bairro da Mooca e por influência do pai, que era comerciante quis ser, na infância, de chefe de fábrica a dono de mercearia da esquina. O desejo de “virar político” apareceu na adolescência. No ensino médio e na universidade começou a militar no movimento estudantil, conheceu seus primeiros companheiros de política e buscou vencer a timidez, herdada do pai, obstáculo à carreira pública.

Serra foi presidente da União Nacional dos Estudantes e logo após o golpe militar foi exilado. No retorno ao Brasil, ele volta à carreira pública como secretário do Planejamento do governador Franco Montoro, nos anos 80. Serra , além de todo o exposto, apresenta um currículo impecável, com dez livros escritos e 46 artigos publicados, alguns em espanhol e inglês. Tem uma carreira pública bem-sucedida. Deputado “altamente produtivo” na Constituinte de 1988, recebeu votação “consagradora” ao eleger-se ao Senado em 1994. Ainda

segundo a Veja, deixou uma marca de competência nos quatro anos que passou no Ministério da Saúde. Para ser escolhido candidato oficial ao Palácio do Planalto, derrotou adversários de porte, ganhou o aval do presidente Fernando Henrique e montou uma musculosa aliança eleitoral, com PSDB e PMDB, dois gigantes da cena partidária.

Criticou parte da Esplanada dos Ministérios e também ao governo no que tange à firmeza no combate à criminalidade. No entanto, “não conseguiu convencer o eleitorado de que era um agente de mudança e acabou cultivando a figura inédita do candidato oficial “de oposição” – uma imagem cuja essência ambígua não escapou à percepção do eleitor”.

Um ponto que une os dois (José Serra e Ulysses Guimarães) é a falta de carisma, aquele atributo que cria simpatia com o eleitor e encanta as massas – e cuja ausência é o mesmo que arar no mar. Fundindo a falta de carisma com a ambigüidade de ser um continuador de oposição, José Serra não teve dificuldade para conquistar apenas o eleitor, mas até os próprios aliados. Começou sua campanha com o apoio fiel de dez deputados federais do PSDB. Terminou com o apoio de doze. O diretório do partido em São Paulo, seu reduto político, só se moveu a seu favor na reta final. Nem mesmo políticos que chegaram a ser cogitados para compor sua chapa se empenharam na campanha (LIMA e PATURY apud VEJA, outubro/2002:90).

Serra tinha tudo para ganhar as eleições, mas algo deu errado.

5.3.3 Os Eleitores

O Brasil de 2002 pouco se diferencia do Brasil de 1989. É um país de 115 milhões de brasileiros (33 milhões a mais que 1989) que vivem há oito anos sob o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, num emaranhado de avanços e carências.

È um povo que, apesar da economia estabilizada pelo bom andamento do Plano Real, ainda anseia por mudanças, pois o índice de desemprego continua grande e a criminalidade assustadora.

5.3.4 O Discurso de Lula

5.3.4.1 Texto III – Carta aberta aos trabalhadores mineiros desempregados

Lula inicia um processo enunciativo, a meu ver, muito bem estruturado. Ele, estrategicamente, divide a sociedade brasileira em “segmentos” e dirige-se, num linguajar próprio, a cada um desses segmentos, pois tem a finalidade de atingir um auditório específico (mas pensando no universal), que, por exemplo, aqui, é formado pelos trabalhadores desempregados de Minas Gerais. Por que Minas? Porque Minas é um grande colégio eleitoral e tem uma força muito grande na Câmara dos Deputados. Segundo a Veja (30 de outubro/2002), o número de deputados federais eleitos em MG, em 2002, foi de 53, perdendo apenas para São Paulo, que elegeu 70 deputados federais; além disso, Minas elegeu seu governador, o tucano Aécio Neves, em primeiro turno. Dessa forma, Lula, já no segundo turno, precisa conquistar o voto dos mineiros.

Em se tratando de auditório universal e auditório particular (que, por definição, é diferente de outros auditórios), abordados no capítulo I desta pesquisa, é pertinente reiterar, o que parece óbvio: “sempre se argumenta diante de alguém”. Esse alguém pode ser um indivíduo, um grupo ou uma multidão. No entanto, a adesão do interlocutor no diálogo extrai seu significado do fato de este ser considerado uma encarnação do auditório universal. Admite-se que o ouvinte dispõe dos mesmos recursos de raciocínio que os outros membros do auditório universal. Assim sendo, este auditório tem um ‘ideal argumentativo’, uma vez que “o orador sabe bem que está tratando com um auditório particular, mas faz um discurso que tenta superá-lo, dirigindo a outros auditórios possíveis que estão além dele, considerando implicitamente todas as suas expectativas e todas as suas objeções” (Reboul, 2004:94).

O auditório é definido primeiramente por sua competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções. Ou, como afirma Reboul (2004:93), “sempre há um ponto de vista, com tudo o que esse termo comporta de relativo, limitado, parcial”.

Lula dirige-se a um auditório específico, trabalhadores desempregados mineiros, visando todos os trabalhadores desempregados do Brasil; ele caminha do geral para o particular, o que se

pode constatar através dos enunciados: *“nos últimos anos, estamos sendo obrigados a conviver com uma verdadeira chaga social: a explosão do desemprego. Todos nós temos um parente, um amigo ou um vizinho que não tem um trabalho no Brasil”; “só na Região Metropolitana de Belo Horizonte existem, atualmente, mais de 400 mil pessoas fora do mercado de trabalho”*.

Partindo daí, o candidato do PT inicia seu discurso, cuja orientação argumentativa está, essencialmente, estribada em dois pilares: o *“ethos”* do orador e o *“pathos”* de seu auditório. O primeiro construído através da proximidade com o povo (*“amigas e amigos”*), e o segundo na necessidade de emprego e, portanto, desejo de mudança, desse povo (*“São, hoje, mais de doze milhões de desempregados”; “o pior é que alguns trabalhadores ou trabalhadoras sem emprego, muitas vezes, se sentem culpados pelo próprio desemprego e humilhados por não ter onde trabalhar”*). Tudo isso posto dentro de um contrato comunicacional específico, a carta, que por sua vez, insere-se no contrato comunicacional maior, o do discurso eleitoral.

A carta é um tipo de contrato comunicacional que tem como finalidade a informação, o comunicado formal e/ou informal, a manifestação da saudade que se tem do interlocutor e assim por diante. Dessa forma, a identidade dos parceiros, assim como o propósito/domínio de saber, são estabelecidos. O seu dispositivo, ou quadro de veiculação, é, por excelência, a empresa de Correios e Telégrafos, mas pode também ser *“as mãos”* do próprio locutor ou as *“mãos”* de alguém que este locutor institua como *“veículo”*. Tomemos dois exemplos:

a) numa empresa de telemarketing o gerente deseja comunicar aos funcionários sobre a dispensa coletiva por motivo de falência da empresa. Ele resolve escrever uma carta. A quem ela se dirige? Aos funcionários de sua empresa. Com isso, as posições, ou lugares sociais são estabelecidos, de onde a identidade dos parceiros. Sobre o que falará a carta? Este é o propósito/domínio do saber. Ela falará, de forma objetiva, por se tratar de um comunicado formal, sobre a dispensa coletiva e seu motivo. Qual será seu dispositivo? Ou, como será veiculada? No caso em questão, pode-se fazer uma circular ou afixar no quadro de comunicados da empresa.

b) uma avó, saudosa de seu neto primogênito que mora em uma cidade que não a sua, resolve escrever-lhe para matar a saudade e contar as novidades, o que constitui a finalidade da carta. Por conseguinte, a identidade dos parceiros já está estabelecida e também o propósito/domínio de saber, que pode ser ainda mais específico. Por exemplo, a avó pode querer

informar ao neto que a sua cidade será sede, a partir do mês seguinte, da faculdade de medicina, curso no qual ele vem tentando entrar há tempos, e assim convidá-lo a ir prestar o vestibular ali e, passando a morar com ela. A linguagem dessa carta será, certamente, informal, devido a identidade e o grau de afinidade dos parceiros. O dispositivo, neste caso, é a empresa dos Correios.

A carta, enquanto um contrato comunicacional, adequa-se à situação e aos parceiros. Ela é um material escrito que está ao alcance de todos, é de fácil compreensão. No entanto, na memória discursiva da maioria das pessoas, a carta é um meio de comunicação destinado a acontecimentos particulares, ou seja, ela expressa um certo grau de intimidade entre os interlocutores. Por isso sua linguagem menos formal, de um “quê” pessoal. Talvez por isso tenha sido escolhida pelo candidato do PT e direcionada aos trabalhadores desempregados, o que me faz lembrar de Benveniste, para quem o discurso é a prática de linguagem dividida entre eu e tu.

O candidato do PT apesar de enviar a carta a um grupo específico, estende-a a uma ‘categoria’ do país, a do desempregado. Lula sabe o tamanho dessa categoria (12 milhões) e têm noção de sua ideologia e de suas características psicológicas, decorrentes, como pontuado no capítulo I deste trabalho, da idade, sexo, profissão, cultura, etc; enfim, tudo o que viabilizará a argumentação e influenciará na escolha do vocabulário, o que remete à regra de ouro da retórica, qual seja, considerar o auditório. É preciso que o orador, reitero, saiba a quem está falando. Isso posto, passemos às marcas do enunciado:

- i. **Destinatário** - trabalhadores mineiros desempregados - O locutor endereça sua correspondência, delimitando claramente, o seu interlocutor, que aqui representa toda uma categoria, como já afirmado. O sintagma nominal *trabalhadores mineiros desempregados* ratifica essa idéia. No entanto, o modalizador *mineiros* busca restringir a categoria.
- ii. **Título “Carta aberta”** – correspondências como a carta são fechadas porque são endereçadas a uma pessoa específica, são de fórum íntimo, particular; mas esta não. O modalizador *aberta* pressupõe de ‘domínio público’ além de indicar um outro significado: o de transparência, franqueza. Esse item lexical não foi colocado por acaso:

o candidato do PT declara com isso sua intenção de “sinceridade” com os mineiros, de forma específica e com todos os trabalhadores desempregados, de forma geral.

- iii. **O sintagma *trabalhadores mineiros desempregados*** – esse sintagma me chama especial atenção pela relação que estabelece entre trabalhadores e desempregados. Essa relação traz em si a idéia de que um dia esses trabalhadores (o que desperta a memória discursiva de pessoas honestas, responsáveis e compromissadas) estiveram num emprego que perderam não por culpa própria, mas por culpa “daqueles que colocam o lucro do capital financeiro acima da vida e humilham nosso sentimento patriótico quando colocam o Brasil de joelhos diante do FMI”. Isso acarreta, a meu ver, o despertar do “*pathos*” do interlocutor, sensibilizando-o a aderir a tese do locutor.
- iv. **A introdução da Carta: *Amigas e amigos*** – Esses itens lexicais apontam uma formação discursiva diferente da apregoada pelo PT: “companheiros, companheiras”, mas não, necessariamente, concorrente, pois amigo significa, também, companheiro. Entretanto, este último vocábulo aponta para uma relação menos íntima da proposta pelo primeiro. A meu ver, o item lexical ‘amigo’ traz uma carga semântica de proximidade muito maior do que o item lexical ‘companheiro’, pois nem todo companheiro é amigo, mas todo amigo é companheiro. Disso, a escolha do candidato do PT que precisa posicionar-se ao lado do seu eleitorado, numa conversa aberta, em tom amigável. Além da FD diferenciada, a preferência do locutor pelo feminino primeiro e depois pelo masculino é algo interessante. Por que não “amigos e amigas”? Por que primeiro o feminino? Penso que o candidato quis ser “cortês” para agradar e conquistar.
- v. **Organização dos enunciados no texto, ou, organização textual** – a orientação argumentativa do candidato do PT se dá, além do já exposto, pela organização do seu texto: primeiramente, o locutor, saúda seus interlocutores (“amigas e amigos”), depois introduz o assunto de forma indireta (“nos últimos anos”), logo após, pontua claramente

o problema, posicionando-se ao lado do seu interlocutor (“todos nós temos...”) e apresenta dados que embasam sua fala (“são, hoje, 12 milhões de desempregados”; “só na Região Metropolitana de Belo Horizonte existem, atualmente, mais de 400 mil pessoas fora do mercado de trabalho”), denuncia “os poderosos de sempre”, culpando-os pelo desemprego (“colocam o Brasil de joelhos diante do FMI”), elenca motivos que justificam o porquê acusa os “poderosos” pelo desemprego (terras férteis, parque industrial poderoso, tanto para fazer no setor público, povo trabalhador, criativo e alegre), mas imediatamente, afirma não ser possível extingui-lo, instantaneamente. No entanto, assume um compromisso com seu interlocutor de lutar para que esta realidade fique no passado (“mas assumo um compromisso com você: vou lutar dia e noite, dia após dia, para gerar mais empregos e renda em nosso País”), assim, apresenta seu projeto de maneira bem ampla (concreto, sensato e corajoso que trará as mudanças necessárias). Por conseguinte, solicita, de forma ‘sutil’ o voto de seu eleitor (“por ela (prioridade do emprego) vamos trabalhar incansavelmente nos próximos anos em que, com seu voto, estaremos governando o Brasil”). Como em toda carta, Lula termina com uma saudação (um abraço), acrescida de um enunciado interessante: “boa sorte e até a vitória”. Por que ‘Boa sorte’ para os trabalhadores? Não são eles que estão concorrendo a um cargo, ou são? Pelo enunciado, Lula posiciona-se como seu representante, haja visto ter vivenciado a mesma experiência que eles, ser um deles. Assim sendo, a vitória já está garantida (eles são a maioria votante), então, até lá.

- vi. **Oposição marcada:** o povo x “os poderosos de sempre”. Estes, “lucram com a tragédia dos outros”, colocam “o lucro do capital financeiro acima da vida”, “humilham nosso sentimento patriótico”, “conhecem o desemprego apenas por números, gráficos e estatísticas frias”; aquele, “trabalhador”, “humilhado”, “criativo”, “alegre”. Logo, essas características de ambos os lados são apresentadas como argumentos válidos para que o candidato do PT seja eleito, uma vez que ele se posiciona ao lado do povo. Lula, assim, como o povo, conhece a realidade como ela é, sabe os males que o desemprego pode causar, o que é marcado no enunciado pelo pronome “nós” e pelo pronome implícito “eu”: “todos nós temos um parente, um amigo ou vizinho que não tem trabalho no

Brasil”; “já senti isso na pele quando estive desempregado”; “tinha vergonha de mim mesmo e de olhar os outros nos olhos”. Essa questão dos pronomes me remete a Benveniste, para quem eles fazem a linguagem. Só emprego “*eu*” dirigindo-me a alguém, que será na minha locução, um “*tu*”. É uma condição de diálogo, que para o autor, é constitutiva da “pessoa”.

- vii. **Os valores:** Conforme Perelman e Tyteca (2002:84), “os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações (...) Recorre-se a eles para fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. Lula lança mão de valores, tendo em vista que ele objetiva a mudança de um estado de coisas, o governo brasileiro, para angariar a adesão de seus eleitores. A exemplo dos valores utilizados pelo candidato do PT, cito o valor da dignidade, da competência e o desemprego. Dignidade do povo brasileiro que muitas vezes é humilhado por não ter um emprego: “(...) alguns trabalhadores e trabalhadoras sem emprego, muitas vezes se sentem culpados pelo próprio desemprego e humilhados por não ter onde trabalhar”. Competência do locutor/candidato: “temos um projeto concreto, sensato e corajoso, capaz de realizar as mudanças necessárias”; “já senti na pele quando estive desempregado”; “nós que conhecemos a realidade como ela é...”. Ele critica a conduta não virtuosa dos “poderosos”, que não conhecem, realmente, a realidade. Com isso, o candidato do PT enumera os males causados pelo desemprego: “empobrecimento geral”, “aumento da insegurança, da violência, do banditismo”, “desagregação da família”. Esses enunciados apontam para alguns valores defendidos pela sociedade brasileira, tais como o de segurança, condição financeira digna, agregação da família. Tudo isso embasado no desemprego. Aliás, é a partir desse item lexical, dos valores negativos que ele agrega (indignidade, instabilidade, violência, etc) que se desenvolve toda a argumentação do candidato, inclusive a constituição de seu “*ethos*”. Outros valores, estes positivos, como trabalho, criatividade, alegria são mencionados para caracterizar o povo brasileiro.

Quanto ao “*ethos*”, o candidato do PT constrói sua imagem e ganha o direito de falar devido a proximidade que forja com o seu interlocutor, proximidade esta constatada em enunciados como: “cá entre nós”; “nós que conhecemos a realidade como ela é...”; “já senti isso na pele...” Lula se posiciona no enunciado ao lado dos desempregados, compartilha experiência (“já senti na pele”); é o que Barthes, citado nos pressupostos teóricos deste trabalho, classifica de “eunoia”, ou seja, cumplicidade complacente com o auditório. É uma característica do “*ethos*” que está diretamente associada ao “*pathos*” do auditório. O locutor abusa dos modalizadores quando fala do povo: “trabalhador”, “criativo”, “alegre” o que acarreta no efeito perlocucional do agradado, despertando a simpatia do auditório. Lula coloca-se no enunciado como se fosse um homem do povo, que sente as suas mesmas dores e passou pela mesma ‘vergonha’ do desemprego. Sendo assim, ele pode criticar os “poderosos” que não passaram pela mesma experiência. Lula tem autoridade para falar porque viveu a mesma experiência, sentiu na pele. Lula é figura conhecida e reconhecida entre os brasileiros, principalmente entre os trabalhadores. Sua figura é marcada pela luta, persistência e igualdade de direitos para todos. Por isso ele fala a um público específico, à uma classe específica, buscando adesão à sua eleição, uma vez que se preocupa muito com o valor do “*ethos*”, sua competência, e menos com sua honestidade. Ratificando essa idéia, além de se posicionar como alguém do povo, que fala do que conhece, o sujeito discursivo apresenta dados estatísticos que parecem corroborar com o “fato” de que tem competência, conhece a “realidade”, o que lhe assegura, mais uma vez, o direito de falar e opinar sobre o assunto em questão: “São, hoje, mais de 12 milhões de desempregados”. “Só na região metropolitana de Belo Horizonte existem, atualmente, mais de 400 mil pessoas fora do mercado de trabalho”. O sujeito discursivo alia os dados estatísticos à experiência vivenciada na pele. Ao contrário do que fazem “os poderosos”, que “conhecem o desemprego apenas por números, gráficos e estatísticas frias”.

- viii. **Formação Discursiva:** a organização dos enunciados gira em torno de uma formação discursiva de oposição. Faço essa afirmação embasada em enunciados como: “os

poderosos de sempre”; “os que lucram com a tragédia dos outros”; “(...) daqueles que colocam o lucro do capital financeiro acima da vida”. As designações são muito amplas. Em nenhum momento o candidato do PT usa o substantivo ‘governo’, mas o modalizador ‘de sempre’ para poderosos, o pressupõe, haja visto no Brasil, apenas a elite se revezar no poder. É sabido que os substantivos são usados para ativar conhecimentos do mundo no estabelecimento de uma unidade/continuidade de sentidos; o nome escolhido leva a uma direção argumentativa e não a outra. Com efeito, no texto em análise, é possível afirmar que a direção argumentativa é a da denúncia. É pertinente asseverar ,ainda, que a oposição demarcada pela formação discursiva não é, notadamente, de esquerda, como se pode observar no discurso do candidato do PT em 1989, em que ele acusa, declaradamente, o governo, citava nomes, especificava quem e defendia o socialismo democrático. Não só denunciava, como criticava severamente.

- ix. **O “motivo central”** – Se se pode dizer que um texto revela algum motivo central, posso afirmar que este revela o uso do argumento pragmático (“verdadeira chaga social”, “obrigados a conviver”), cuja força maior encontra-se no fato do desemprego. É a partir dele que se constitui o “*ethos*” do locutor, como já pontuado, bem como se aciona o apelo patriótico: “... e humilham nosso sentimento patriótico (...) e emocional: “nós que conhecemos a realidade como ela é...”, elencando a ação dos “poderosos de sempre”, que “lucram com a tragédia dos outros”. Por conseguinte, a candidatura do sujeito discursivo é justificada. O sujeito discursivo utiliza-se de argumentos pragmáticos para constituir-se enquanto tal e justificar sua candidatura: “sei que não é possível acabar com o desemprego... Mas...”. Individualizando o sujeito: “assumo um compromisso com você”, num tom paternalista, desejoso por um acordo com este leitor-alocutário. E assim, apresenta-se como portador (num “tom” polifônico: nós) de um “projeto concreto, sensato e corajoso, capaz de realizar as mudanças necessárias”. A presença do ato ilocucional, a promessa: “assumo um compromisso com você” , “fecha” uma sequência discursiva: a situação do estado, a situação dos desempregados..., e cria uma nova sequência, qual seja: o sujeito se institui agora, como um sujeito político, capaz de

diminuir o sofrimento do povo brasileiro e “construir uma nova realidade em nosso País”.

Os argumentos pragmáticos são eficazes se se leva em consideração o contrato existente entre os interlocutores, em que o fator emocional, ou seja, o fato de se acharem humilhados, “injustiçados”, contribui para que tais argumentos sejam aceitos.

A metáfora da “chaga social” condensa todo o argumento pragmático. É ela que impulsiona o seu desenrolar. Ainda, os modalizadores “social” e “verdadeira” emitem, consecutivamente, a idéia de compartilhamento (todos num mesmo problema) e veracidade, autenticidade, fato provado (e vivenciado) por toda uma sociedade. São modalizadores que enfatizam a idéia do partilhar um problema real, o que, a meu ver, apresenta-se como força argumentativa do tipo: “contra fatos não há argumentos” .

Em síntese, o texto que pretendi analisar, cujo título é “Carta aberta aos trabalhadores mineiros desempregados”, é um contrato comunicacional específico dentro de um contrato comunicacional maior, que é o discurso eleitoral no ano de 2002. Os parceiros são o sujeito discursivo, candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva e os seus alocutários: desempregados mineiros, num primeiro momento (auditório particular).

A intenção do sujeito discursivo é puramente persuasiva, pois pretende convencer seus alocutários de que é o melhor candidato. Para isso, instaura-se, a princípio como um sujeito humilde, talvez tímido, e “sofredor” como o povo, para, ao final do texto, sair de cena e dar lugar a um sujeito ousado, convicto de sua “competência” em transformar o país dos desempregados num país melhor, “com mais, novos e melhores empregos”. Um sujeito que, apresentando sua “competência”, coloca nas mãos do povo a escolha: “com seu voto, estaremos governando o Brasil”, o povo é o governo e o governo é o povo. Lula, enquanto sujeito discursivo, é o povo e deseja ser o governo. O “*ethos*” de Lula o legitima a desejar o governo e a apelar para o voto do povo: sente na pele o que o povo sente porque vivenciou as mesmas situações, e possui um projeto capaz de resolver os problemas desse povo (uma poção mágica?).

O texto apresenta um motivo central, se se pode dizer isso, que é o uso do argumento pragmático, o desemprego, condensado numa figura fortíssima, a metáfora “verdadeira chaga social”, e apresentado numa cadeia de entimemas que parte de um fato admitido por todos e comprovado estatisticamente: o índice de desemprego é altíssimo (12 milhões em todo o país e 400 mil só na região metropolitana de Belo Horizonte).

5.3.4.2 Texto IV – Pronunciamento de Lula no horário eleitoral

Esse texto é, como o nome aponta, a manifestação de um ‘projeto de fala’ do sujeito locutor Lula, candidato do PT, em rede nacional, em virtude das eleições presidenciais de 2002, exatamente a uma semana do segundo turno para sua realização.

É um momento histórico para o país porque, com o candidato do governo, José Serra, disputa o segundo turno um candidato postulante de esquerda, oriundo do povo, não da elite acostumada a se revezar no governo, como de praxe no Brasil. Trata-se, portanto, de um texto de cunho altamente persuasivo, cujo objetivo é angariar a adesão dos eleitores, ou, usando os termos de Charaudeau, entra em cena ‘o fazer fazer’ e o ‘fazer crer’.

Apesar de o indivíduo histórico enunciador ser Lula, há ,como visto desde os discursos de 1989, uma outra voz que o envolve, qual seja, a do Partido dos Trabalhadores, cuja formação ideológica é sustentada por uma posição de esquerda partidária. Dessa forma o candidato do PT é o sujeito comunicante que pertence ao espaço externo do ato de linguagem, como pontuado pela semiolinguística de Charaudeau.

O projeto de fala de Lula está fundado a partir da promessa, pois consiste na apresentação do que será seu governo, caso eleito: “de paz”, “sem mágoa”, “sem rancor” e que “terá como marcas registradas o entendimento e a negociação”. Esses enunciados ratificam o slogan da campanha do PT: “Faça a esperança vencer o medo”, com isso, o candidato do PT parece pretender desfazer a memória discursiva do seu eleitorado em relação a 1989, quando ele, por defender o socialismo democrático, era tido como comunista, alguém que, por isso, traria o caos para o Brasil.

O candidato do PT apresenta-se ao povo brasileiro como a esperança que vence o medo e, para comprovar isso, lança mão de sua competência, estruturando, assim, toda a sua

argumentação. Lula busca comprovar a sua competência (e assim, confirmar que é a esperança, a mudança): “estamos preparados para enfrentar e vencer esta crise”, “porque temos equipe”, “temos um plano”, “temos humildade para reconhecer que precisamos da ajuda de todos os brasileiros interessados em tirar o país dessa humilhante situação o mais rápido possível”.

Para fazer todas as afirmações, Lula inicia seu ‘pronunciamento’ em tom amigável com seus eleitores “meus amigos e minhas amigas do Brasil”, uma formação discursiva que aponta um grau de intimidade entre os interlocutores, diferente da que ele adota na última frase do mesmo parágrafo: “eu quero ter uma conversa franca com você, eleitor brasileiro”. O sujeito enunciador transita da posição de ‘amigo’ à posição de ‘candidato’. E nesta última, instaurada no campo discursivo político, há um espaço interdiscursivo em que se confrontam os discursos de capital e trabalho. Um líder, ex-metalúrgico, é metonímia do proletariado que deseja mudança.

Há, ainda, neste enunciado, um jogo de oposição instaurado, especificamente, pela expressão “conversa franca”, que aponta para uma semântica do nível fundamental, usando aqui as palavras de Fiorin (1997:18), fundamentada numa diferença, numa oposição, qual seja, sinceridade X insinceridade, pois são elementos que se situam no âmbito da verdade e mantêm entre si uma relação de contrariedade. Dessa forma, esses termos possuem, cada um, um conteúdo positivo, a sinceridade; não é a ausência de insinceridade, mas é “uma marca semântica específica”.

Segundo Fiorin (1997:20), “cada um dos elementos da categoria semântica de base de um texto recebe a qualificação semântica /euforia/ versus /disforia/. O termo ao qual foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele a que foi dada a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo”. Com efeito, sinceridade é /euforia/ e insinceridade é /disforia/. Isso acarreta, num texto como este em análise, que é manifestação do discurso do trabalhador, do proletariado, a valorização da sinceridade como valor positivo. Assim, a sintaxe do nível fundamental, retomando Fiorin (1997), abrange duas operações: a negação e a asserção; a negação de sinceridade no governo de FHC e a afirmação de franqueza no governo de Lula. Isso nos remete à Perelman e Tyteca (2002), quando abordam a questão dos valores e suas hierarquias.

O discurso do sujeito-empírico, na sua luta pelo poder de enunciar, situação em que ‘não pode dizer um sentido qualquer em qualquer lugar’, é marcado, ainda, neste texto, pelos modalizadores que constituem indícios de interatividade e corroboram para a tessitura da estrutura argumentativa.

No título “Meus amigos e minhas amigas do Brasil”, os pronomes possessivos meus e minhas exprimem familiaridade entre o enunciador (Lula) e o povo brasileiro. Há, aqui, a idéia de que Lula tem o mesmo objetivo que o povo, ou seja, melhorar as condições de vida das pessoas. Ambos, Lula e o povo, lutam pelos mesmos ideais.

No primeiro parágrafo, os enunciados parecem pertencer a um contexto propagandista, cujo principal argumento é o pragmático em favor da eleição de Lula a Presidente do Brasil: “...talvez da mais importante eleição da nossa história”; “desta vez, o povo não quer mais errar...” O sujeito argumentante, conhecendo o perfil de seus eleitores/‘consumidores’, expresso nas expressões o mais fraco, o mais sofrido, que arca com a maior fatia do sacrifício (e que por isso deseja mudança) , ascende-lhes a esperança, uma vez que promete um governo de paz, em que “se houver sacrifícios serão para todos”. É pertinente ressaltar o caráter sedutor desses enunciados, fundado na promessa de recompensa para o alocutário, o que implica no juízo positivo de competência desse alocutário: por ser mais fraco e mais sofrido, o povo saberá escolher o candidato (no caso, Lula, é claro). Veja que o valor positivo da competência do povo está embasado, justamente, em valores negativos expressos nos itens lexicais *fraco* e *sofrido*, o que leva à suposição ‘quanto menos, mais’. Em outras palavras, o fato de ter sido vítima propicia ‘conhecimento de causa’, logo, competência para fazer a escolha certa, uma vez que o povo não quer mais errar.

Em se falando do desejo do povo de não mais errar, inferido pelo candidato do PT, não se pode deixar de comentar o seu pressuposto, qual seja, ‘o povo errou em eleições passadas ao escolher seu candidato’ e, por isso, nesta eleição, deverá fazer diferente, o que justifica, a meu ver, o uso do modalizador talvez, do enunciado “mais importante eleição da nossa história”. Este modalizador , que apesar de apontar para uma incerteza (o povo também queria mudanças em 1989 e Lula não foi eleito), aponta para uma probabilidade, realçada pela seqüência enunciativa posterior, “o povo não quer mais errar”, o que remete ao fato de que o candidato do

PT destaca a importância do povo para a ‘mais importante eleição da história’ e, com isso, o sujeito enunciador chama o seu alocutário para o discurso e o faz co-participante.

Tudo isso interfere no *pathos* do auditório, que ‘fraco’ e ‘sofrido’ tem, agora, nas mãos o ‘poder’ de decidir e transformar uma determinada eleição, na mais ‘importante’ da história.

A esse ‘povo’ não só é atribuído o ‘poder’ de decisão, como também lhe é feito um ‘chamamento’ para uma conversa próxima, conversa entre ‘amigos’, marcada pelo pronome você, no singular. Isso ratifica a co-participação do alocutário no discurso e realça sua importância.

Se se pensa por um viés sociológico, é possível afirmar que a forma como os enunciados estão postos no texto em análise (dentre os quais, destaquei alguns itens lexicais) vislumbra dar à parte pobre do povo brasileiro a importância que há muito ela não recebia. Logo, é pertinente pensar no que Fiorin (1997:21) afirma ao se referir sobre os tipos de enunciados de uma sintaxe narrativa: enunciados de estado e enunciados de fazer. Os primeiros estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto; os segundos mostram as transformações, a passagem de um enunciado de estado a outro.

Como exemplos o referido autor cita: a) “Aurélia é rica” – enunciado de estado, em que há uma relação de conjunção indicada pelo verbo ser, entre o sujeito “Aurélia” e um objeto “riqueza”; já em “Seixas não é rico”, há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito “Seixas” e um objeto “riqueza”, conforme pontua Fiorin, que ainda alerta para o fato de não se confundir sujeito com pessoa e objeto com coisa; sujeito e objeto são papéis narrativos, afirma o autor, “que podem ser representados num nível mais superficial por coisas, pessoas ou animais” (FIORIN, 1997:22); b) “Seixas ficou rico” – enunciado de fazer, em que há uma transformação de um estado inicial “não rico”, num estado final “rico”.

Com isso, Fiorin (1997:21-22) assevera que “entendida como transformação de conteúdo, a narratividade é um componente da teoria do discurso (...). Os textos são narrativas complexas, em que uma série de enunciados de fazer e de ser (de estado) estão organizados hierarquicamente”.

Essa asserção é verificável no texto em análise quando se observa que o candidato do PT, em discurso dirigido à nação brasileira, afirma que a situação do povo, que é sempre “o mais fraco”, “o mais sofrido”, aquele que “arca com a maior fatia do sacrifício” mudará, pois

“se houver sacrifícios, serão sacrifícios para todos; quando houver benefícios, serão repartidos entre todos. Não será como sempre aconteceu neste país, em que o benefício era para poucos e o sacrifício, para muitos”.

Veja que o enunciador aponta um estado inicial, marcado pelo verbo implícito ser: o povo é “o mais fraco”, “o mais sofrido”, e um possível, aliás, provável (quase certo) estado final, marcado por duas orações: “se houver sacrifícios” e “quando houver benefícios”, ambas no futuro do subjuntivo, a primeira indicando improbabilidade e a segunda, um acontecimento possível. E aqui tem-se uma oposição: sacrifícios x benefícios. Provavelmente, não haverá sacrifícios, mas, certamente, benefícios. Daí, uma promessa pressuposta.

Ainda no primeiro parágrafo, três itens lexicais fazem grande diferença na estrutura argumentativa, quais sejam: talvez (“a mais importante eleição da nossa história”), franca (“eu quero ter uma conversa franca com você”) e peço (“peço sua total atenção”). O primeiro, o modalizador talvez, deixa transparecer na superfície textual o modo como o eu-autor (Lula? PT?), investido socialmente na função do eu-locutor, sujeito do discurso, vê os fatos relatados no texto e, enquanto estratégia argumentativa, orienta o interlocutor/ ouvinte para a informação ali processada; o segundo modaliza o substantivo conversa, o que implica no pressuposto de que não houve esse tipo de conversa antes, e o terceiro, verbo no presente do indicativo, 1ª pessoa do singular, conduz ao perlocucional dos ‘bons modos’, do respeito ao outro, o que não estava presente no discurso de 1989, por exemplo. E assim, o candidato do PT vai tecendo uma ‘conversa’ com seu eleitorado.

No segundo parágrafo, a ‘conversa’, propriamente dita, se inicia num tom de revelação: “existem algumas coisas que você precisa saber... Coisas que dizem respeito a mim, a você e ao futuro do Brasil”. Esse tom revelador, marcado pelos modalizadores (do substantivo forma) bem clara e objetiva, acarreta (além do pressuposto da obscuridade na forma anterior de ‘conversar’ com o povo) na crítica ao governo atual, responsável por uma ‘crise que não é nova’, mas que “foi agravada depois de oito anos de uma política econômica totalmente equivocada...”. O modalizador mas, índice de posição argumentativa, introduz dois outros fortes modalizadores: inegavelmente e totalmente, os quais, apropriando-me de Bronckart (2003), são exemplos de modalizações deônticas, pois estabelecem uma avaliação do elemento ‘crise’ à luz da opinião social.

Os modalizadores são, nesses enunciados, fundamentais porque realçam a intenção argumentativa da crítica. No entanto, é preciso observar que a crítica é direcionada ao governo, não, diretamente, à pessoa de Fernando Henrique Cardoso, como aconteceu nos discursos de Lula no ano de 1989, em se tratando de Fernando Collor de Mello.

No terceiro parágrafo, o sujeito argumentante intensifica a gravidade da crise desencadeada pelo governo, expressa no enunciado mais grave, e faz uma analogia com um fato corriqueiro: “é como aquele sujeito que gasta mais do que ganha e todo fim do mês vai ao banco e toma um novo empréstimo, aceitando que assim o seu problema está resolvido”. É o uso do verossímil para validar a argumentação. Aqui, o sujeito enunciator/argumentante busca fundamentar seus argumentos que, de pragmáticos, passam, do final do terceiro parágrafo ao quarto, a demonstrativos: “o atual governo vendeu 76% do patrimônio do Brasil”; “a dívida pública brasileira era de R\$ 152 bilhões, hoje é de R\$ 861 bilhões, um aumento de 466%”. No entanto, essa demonstração não é científica: antes, o argumento é apenas provável, e como afirma Reboul (2004:173), “o sofisma está sempre à espreita: *post hoc, ergo propter hoc*, “*seqüência, portanto, consequência*”. Em outras palavras, Lula usa o argumento para estabelecer um juízo de valor, mostrando o efeito dívida pública com aumento de 466%, a partir da causa: venda de 76% do patrimônio do Brasil, pelo atual governo.

Ainda no quarto parágrafo, o jogo estabelecido entre os modalizadores antigos e novos (em se tratando da dívida em que se encontra o Brasil), seguido pela seqüência enunciativa “é por isso que falta dinheiro para projetos sociais...., é pano de fundo para a reafirmação de que o governo do PT é a esperança para a nação brasileira, uma vez que Lula, em sua “conversa franca”, expõe a “mais absoluta verdade” sobre a crise econômica do Brasil, e “quem disser outra coisa” tem a intenção de enganar o eleitor.

Nos parágrafos quinto, sexto e sétimo, muito interessantes por sinal, Lula constrói seu “*ethos*” em termos do que Barthes (1970) denomina de “eunoia”, ou seja, credibilidade do orador associada à solidariedade com o auditório, o que é expresso nos enunciados: “Foi com esse espírito de alerta e responsabilidade que lancei a “Carta ao Povo Brasileiro” (...) ;“Foi também pensando no Brasil...”; “(...) tratei de forma sensata”. O candidato do PT posiciona-se, dessa forma, junto a seu auditório, mostrando-se maduro e tratando de forma sensata questões polêmicas.

Lula não acusa a pessoa de Fernando Henrique Cardoso, mas as ações do governo, o que está explicitado no enunciado: “veja, não duvido das boas intenções do presidente, mas (...) não posso permitir que sua equipe econômica e seu candidato tentem fugir da responsabilidade dos seus erros...”

E aqui é preciso ressaltar a expressão “não posso permitir” que impõe a pergunta: com que autoridade o sujeito enunciator diz isso? Com a autoridade de alguém que tem a possibilidade real de ganhar as eleições na semana seguinte.

Dessa forma, sobre a “possibilidade real” de ganhar as eleições, o candidato do PT critica a tática usada pelo candidato do governo, acusando-o de amedrontar o povo brasileiro (que ironia em se pensando em quem amedrontava quem em 1989!) e assim tece uma apologia à sua candidatura, estribada na competência: “estamos preparados para enfrentar e vencer a crise”; “temos um plano”; “temos humildade para reconhecer que precisamos da ajuda de todos os brasileiros (...)”; “os mais (importantes?) economistas deste país já foram convocados por mim (...)”; “os grandes empresários e os principais sindicalistas deste país (...) já estão trabalhando também com minha equipe”. Como é possível observar, esses enunciados pressupõem a promessa, e os itens lexicais assinalados ratificam a competência do candidato porque pressupõem o seu empenho para fazer o melhor pelo Brasil.

É preciso ressaltar que os modalizadores apresentam caráter ilocucionário, pois relacionam-se à atitude do enunciator diante do enunciado por ele produzido. O sujeito engaja-se na proposição, o que não exclui a sua expectativa em relação à cooperação do leitor quanto às crenças e opiniões ali veiculadas.

No texto em análise, os modalizadores discursivos mostram, principalmente, como Lula constrói o seu “*ethos*” para persuadir o povo, levando-o a nele votar. Lula coloca-se na mesma posição do povo, inclui-se no “bolo” que “exige” melhorias. Dessa forma, institui-se como aquele que, saído do povo, irá salvá-lo. Isso porque é do povo, portanto, conhece os seus sofrimentos e anseios.

No entanto, não é só na infra-estrutura que o “*ethos*” é construído, mas, também, na super-estrutura do texto. O sujeito locutor constrói seu “*ethos*” através do chamamento aos eleitores, posicionando-se ao lado deles, numa relação de intimidade: “*meus amigos e minhas amiga*” (como já pontuado), cujo afetivo é usado como elemento retórico. Ao instaurar esse

‘relacionamento de amizade’, o locutor detém a atenção do interlocutor/ouvinte que com ele se identifica, pois Lula é figura conhecida do povo brasileiro, é o ‘homem do povo’ que deseja (até então) chegar ao poder em nome desse povo.

Com efeito, o locutor constrói seu “*ethos*” de forma que interfira no “*pathos*” de seu auditório pois, conhecendo seus valores sociais e crenças, ‘toca-lhe’ na emoção, fazendo com que se ponha numa postura de receptividade a fim de ouvir o locutor: “o povo não quer mais errar”; “sempre que há erro, é sempre ele (o povo), o mais fraco, o mais sofrido, que arca com a maior fatia do sacrifício”. Essa estratégia retórica indica cumplicidade: sujeito/locutor e interlocutor/ouvinte.

O “*ethos*”, constituído através da proximidade com o povo, é, ainda, observado na seqüência discursiva: “não sou um homem só e não pretendo, se eleito presidente da República, governar o Brasil sozinho”. E ratifica-se o compromisso com o povo: “o meu governo será um governo de paz, sem mágoa e sem rancor, e terá marcas registradas de entendimento e negociação (...). Se houver sacrifícios, serão sacrifícios para todos; quando houver benefícios, serão repartidos entre todos”. Observa-se, nestas últimas seqüências discursivas, que o sujeito se institui como um sujeito político, capaz de criar um “governo de paz, que não perseguirá outro objetivo a não ser o respeito e a vontade do povo brasileiro”.

Dessa forma, é possível perceber que o sujeito, a princípio humilde, sai de cena e dá lugar a um sujeito ousado, convicto de sua “competência” em transformar o país da crise: “falta de dinheiro para os projetos sociais, para a saúde, para a educação, para a aposentadoria, para o salário mínimo...” num país melhor, cujo governo seja “um governo de paz, sem mágoa e sem rancor”.

Um sujeito que, apresentando sua “competência”, coloca nas mãos do povo a escolha: “o povo não quer mais errar (...). Já sabemos os novos rumos que, se eleito, precisam ser tomados na nossa economia.” Lula, enquanto sujeito discursivo, é o povo e deseja ser o governo.

O “*ethos*” de Lula o legitima a desejar o governo e a apelar para o voto do povo: é a voz “sensata”, o “lutador” inconformado: “É inaceitável, portanto, a tática usada pelo candidato do governo, que tenta nesta última semana das eleições e de forma absolutamente irresponsável amedrontar o povo brasileiro (...)”.

O sujeito/locutor “enfrentou desafios na vida desde o dia em que nasceu, e sempre conseguiu vencer a todos, um a um”, logo, “os homens e mulheres do Brasil” podem confiar, podem ficar “otimistas”, fato que implica na asserção: “é impossível à argumentação retórica escapar à interação entre a opinião que o auditório tem da pessoa do orador e aquela que tem dos juízos e argumentos deste” (PERELMAN 2002).

Lula busca a cumplicidade com povo, e nessa cumplicidade, formalizada através da constituição do “*ethos*”, ratifica o contrato entre eles existente, em que o “*pathos*” contribui para que os argumentos sejam aceitos.

Toda essa constituição do “*ethos*” é marcada por modalizadores (anteriormente destacados) que, no texto em questão, são muito recorrentes, pois é próprio desse tipo textual-discursivo que objetiva orientar o interlocutor/ouvinte/eleitor a uma determinada conclusão, no caso: o Brasil vive um momento de crise muito séria, mas Lula é a solução, é a voz sensata, é a esperança. E aqui, permito-me fazer uma analogia entre o então candidato e Moisés, personagem bíblico. Ambos almejam salvar o seu povo da opressão, dos “maus tratos”, das “crises”. Entretanto, o segundo é convocado e legitimado por Deus, Senhor do povo hebreu. E o primeiro? Pelo que se vê, é legitimado por sua vontade e ‘competência’, ‘sensatez’ e ‘humildade’, além, é claro, do trabalho em equipe, onde todo o povo terá voz ativa. Seria ele convocado pelo povo?

Em suma, Lula, ao apresentar sua competência narrando, analiticamente, a situação do país, apresenta um discurso muito egocêntrico, centrado na figura dele mesmo, além de possuir um “quê” heróico, messiânico (“sempre enfrentei desafios na minha vida, desde o dia em que nasci, e sempre consegui vencer todos, um a um (...) o meu governo será um governo de paz...”), o que conduz à constatação da interessante dialética estabelecida em seu discurso: antes era penoso ser retirante, metalúrgico, “sem dedo”, às vezes, “humilhado”, sem estudo. Hoje isso é vantajoso porque o aproxima do povo. E, assim, sua identidade, enquanto candidato ideal, também se constitui: um homem do povo chega ao ápice do poder.

Pouco importando a sinceridade do locutor, os traços de caráter que o candidato do PT apresenta ao auditório tornam-se fundamentais à sua credibilidade. O que importa é “como” ele se constrói perante o seu interlocutor, ou seja, como constrói o seu “*ethos*”. A importância do

“*ethos*” para o discurso é que ele, reitero, torna-se dispositivo constitutivo do sentido e dos sujeitos que aí se conhecem.

No que tange à Formação Discursiva, além do que foi pontuado no início da análise deste texto, faz-se necessário ressaltar que ela não tem a marca de esquerda tão ressaltada como em 1989, embora faça oposição ao governo. Naquele ano, o candidato do PT opunha-se aos empresários, de um modo geral, e exaltando o sindicalismo. Em 2002, o candidato fala de uma “equipe” composta por ‘economistas’, ‘empresários’ e ‘sindicalistas’. Dessa forma, a noção de esquerda não fica clara. É pertinente, ainda, reiterar que, como em toda interação, Lula toma a palavra e coloca-se como a “esperança” para o povo, caracterizando sua identidade a partir da autoridade que lhe é conferida pela experiência de vida. Com efeito, me parecem pertinentes as palavras de Maingueneau (2002) : “a formação discursiva é um campo efervescente que precisa conviver com categorias como polifonia, pressuposição, ironia, autoridade...”. Lula usa de ironia ao retomar, implicitamente, o dito popular: “De boas intenções o inferno está cheio”. Pressupõe que sairá vencedor e impõe-se enquanto autoridade ao afirmar que não pode permitir a fuga dos oponentes, demonstrando, dessa forma, a polifonia de seu discurso: primeiro é um homem do povo, que lutará junto a esse povo: “*temos humildade para reconhecer que precisamos da ajuda de todos os brasileiros interessados em tirar o país dessa humilhante situação o mais rápido possível*”, e, em seguida posiciona-se como líder maior ao afirmar que não pode permitir, em outros termos, que as coisas continuem como estão.

Esses enunciados só foram ditos por Lula naquele momento porque era um momento específico, de horário eleitoral, a uma semana das eleições. Ele precisava “jogar” as cartas que tinha. O mesmo enunciado dito por Lula hoje, por exemplo, há três (quase quatro) anos de governo, com certeza, não teria mais sentido, pois o momento histórico e o lugar social são outros, diferentes daquela época.

Voltando a um enunciado do pronunciamento de Lula, “o meu governo será um governo de paz, sem mágoa e sem rancor, e terá como marcas registradas o entendimento e a negociação (...) Se houver sacrifícios, serão de todos; quando houver benefícios, serão repartidos entre todos”, considero-o nuclear. Provém de uma seqüência discursiva que responde a condições de produção determinadas. É uma seqüência extraída do Proferimento Eleitoral, podendo, assim,

relacionar-se a um sujeito que enuncia em uma situação de enunciação determinada. Mas esse enunciado não somente é produzido em condições de produção determinada; ele também estabelece laços com formulações que se podem descobrir no processo discursivo inerente à FD que o domina, a FD “do solidário”, ou seja, ele existe igualmente em uma rede interdiscursiva, ou vertical, de formulações tais como “não será como sempre aconteceu neste país, em que o benefício era para poucos e o sacrifício, para muitos”.

O sujeito enunciador assume, aqui, uma posição de “o solidário”, que, ao fazer a negação: “não será como sempre...” firma-se em suas próprias observações e experiências, contrapondo, concomitantemente, uma outra posição adotada, a de representante de um partido, o de esquerda, ou seja, ao de um “sindicalista” que almeja demonstrar sua competência: “Quero dizer a vocês, eleitores e eleitoras brasileiros, estamos preparados para enfrentar e vencer esta crise porque temos equipe, porque temos um plano e, principalmente, porque temos humildade para reconhecer que precisamos da ajuda de todos os brasileiros interessados em tirar o país dessa humilhante situação o mais rápido possível”.

É interessante que a FD inicial, “amigos e amigas” é aqui substituída pela FD “eleitores e eleitoras”, porque aqui já não se posiciona mais o solidário, mas o “partidário” (PT). Dessa forma o sujeito enunciador transita em dois lugares neste Proferimento Eleitoral: o de solidário (eu) e o de partidário (nós), construindo sua imagem sobre um ‘poderoso’ sustentáculo, a saber: experiência de vida, que implica em competência para agir e autoridade para falar. Ao se pronunciar da posição de alguém que tem experiência, tarimba, o sujeito-enunciador busca para si a imagem da competência, ou seja, de alguém gabaritado, pela própria vida, a assumir um cargo de tamanha responsabilidade como é a Presidência da República.

Por conseguinte, partindo-se do fato de que uma formação discursiva tem sua regularidade pela constância de unidades *inteiramente formadas*, refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, é essencial à compreensão do enunciado do *corpus* em análise.

Quanto à organização textual, a orientação argumentativa do candidato do PT, além de tudo já exposto, se efetiva pela saudação aos interlocutores (“meus amigos e minhas amigas do Brasil”), o que estabelece proximidade; introdução objetiva do assunto ‘eleições’ (“estamos a

uma semana das eleições”); colocação daquilo que o locutor afirma precisar saber o povo brasileiro (“existem algumas coisas que você precisa saber...”); pontuação do problema (“estamos diante de uma crise séria”); narração sobre a origem e agravamento da crise, narração esta pincelada por juízos de valor do tipo: “em vez de investir em... optou por”, “é inaceitável...”; afirmação de que há solução para o problema da ‘crise séria’ (“estamos preparados para enfrentar e vencer esta crise”) e a estratégia usada para vencer tal crise (“temos uma equipe”, “os mais (importantes) economistas”, “os grandes empresários”, “os principais sindicalistas”); e finalmente, a conclusão do pronunciamento, que, no meu ponto de vista, é uma exaltação à capacidade de governar do sujeito enunciador (“quero dizer a vocês, homens e mulheres do Brasil, que fiquem otimistas. Sempre enfrentei desafios na minha vida (...) e sempre consegui vencer todos”) além da promessa de que o que prevalecerá em seu governo, será a vontade do povo.

5.4 Considerações sobre o capítulo

Propus, neste capítulo, analisar estratégias lingüísticas da argumentação efetivada na campanha política eleitoral de Lula no ano 2002 a partir da comparação com as da campanha de 1989, pontuando o fato de o discurso de Lula ser algo presente e que, por isso, trabalhar com ele é tarefa nada fácil. Chamei o capítulo de “O discurso da eficiência” porque assim vejo o discurso de 2002, que interviu na memória discursiva dos eleitores e constituiu fator decisivo na condução do candidato do PT à Presidência da República.

Afirmar que as condições de produção, em que o sujeito ideológico discursivo de Lula se insere, variam. Em 1989 o sujeito constitui-se “Lula lá” e em 2002: “Lulinha paz e amor”, “a esperança que vence o medo”. Afirmar, ainda, que em 1989 o candidato do PT é um sujeito de esquerda, atenuado em 2002. Por conseguinte, as marcas lingüísticas da argumentação dos discursos do sujeito enunciador, Lula, variam de um ano para outro, o que ratifica aquilo que Foucault (1986) denomina de “função enunciativa”, ou seja, a produção de um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que o enunciado seja enunciado.

Essa possibilidade do enunciado ser enunciado aponta para a questão da constituição dos discursos pelo falante, como pontuado por Possenti (1993), em que é feita a seleção de um conjunto de recursos expressivos em detrimento de outros e que tem a ver com os efeitos que esse falante quer provocar.

No entanto, junto a Possenti (1993), concordei que alguns analistas do discurso têm deixado de lado o que deveria ser sua matéria prima, a língua, esquecendo-se de que é objetivo da teoria lingüística explicar a produção de certos efeitos, “inclusive os de sentido no sentido gramatical”, pelo discurso, uma vez que o que é perceptível ao interlocutor é a materialidade da língua.

Não que haja uma supremacia da forma sobre o conteúdo, mas uma completude entre ambos, haja visto, conforme afirma Possenti, “serem fruto, no discurso, de um trabalho do sujeito que os suscita numa relação precisa e determinada’.

Com efeito, procurando não me afastar de minha matéria prima e tentando associá-la a um determinado momento da fala, de sua situação e dos efeitos, ou melhor, do efeito específico de persuadir o eleitor brasileiro, conquistando-lhe o voto, através da argumentação, desenvolvi a análise do *corpus* que constituiu de quatro textos dos discursos de Lula em 1989 e em 2002, quais sejam: uma entrevista à revista *Veja*, denominada “Duelo de argumentos”, fragmentos do segundo debate televisivo, do segundo turno entre Lula e Collor em 1989, “Carta aberta aos trabalhadores mineiros desempregados” e “Pronunciamento de Lula no horário eleitoral”.

Embora tenha adotado o Contrato de Comunicação da Semiologia de Charaudeau (justamente por permitir associar o material verbal, a língua, ao material psicossocial) como principal quadro teórico, primei por uma leitura retórica tendo em vista as perguntas: em que o discurso é persuasivo? Como ele convence? No entanto, essa leitura não contradisse o quadro adotado, uma vez que, como ele, envolve uma relação contratual e não distancia das *visées* pontuadas por Charaudeau.

Partindo dessas constatações, busquei a análise, contextualizando a situação, pontuando o contrato dentro do Contrato Comunicacional, caracterizando os parceiros e explicitando a forma como se apresenta a argumentação.

Constatei que nos discursos do candidato do PT, em ambos os anos acima referidos, há um ponto comum: a promessa de mudança, estribada no desejo (e necessidade) do povo que por ela ansiava desde a época da ditadura militar. Entretanto, essa promessa se apresenta diferentemente no discurso de Lula de um ano para outro.

Em 1989, o candidato do PT associa sua promessa de mudança (que aliás é bem tímida) a uma acirrada (e bem presente) crítica ao seu principal oponente, Fernando Collor de Melo, e a todos que se dizem de direita, construindo enunciados em que sobressaem valores negativos, do tipo: podre, arcaico, superado, retrógrado. Ele apresenta uma Formação Discursiva bem marcada, de esquerda, em que afirma ser favorável ao socialismo democrático, formação esta que contribuiu para sua derrocada, uma vez que interveio no *pathos* do seu auditório, despertando-lhe o medo.

Lula prima pela honestidade; talvez por isso escolha enunciados tão agressivos e denunciadores, do tipo: “Collor é uma mentira”, “as pessoas da Aliança Democrática eram

ruins”, etc. Ele buscou o que Barthes denomina de “*arete*”, ou seja, “ostentação de uma franqueza que não teme suas conseqüências”. O candidato do PT não tem “papas na língua” e, por isso, cai em sua própria armadilha: é denunciado por seu oponente, como favorável ao aborto de sua própria filha, Lurian, fato que consolidou sua derrota nas eleições presidenciais do 2º turno. Ora, para quem buscou tanto a honestidade, criticando e denunciando agressivamente o erro de outros, ter a sua “transparência” colocada em questão foi, realmente, o golpe fatal.

Já em 2002, o sujeito discursivo apresenta-se mais maduro e ponderado, inclusive no visual. Critica o governo e suas ações, não mais especificamente, uma pessoa, como fez com Collor. Mas busca a supremacia da promessa, que estriba-se na “eunoia”, associada à solidariedade e benevolência, cumplicidade com o auditório: humilhado pelo desemprego, “o mais fraco”, “o mais sofrido”, ressaltando valores positivos desse auditório, no caso o povo brasileiro: alegre, criativo, trabalhador e que tem sido vítima dos “poderosos de sempre”. Dessa forma, o candidato do PT posiciona-se ao lado do povo, como um dos seus, afirmando ter sentido na pele a mesma dor do desemprego, por exemplo, assim como eles, que “os poderosos” só conhecem por gráficos.

Lula, embora critique e oponha-se ao governo, não mais apresenta uma formação discursiva bem marcada, de esquerda. Não mais afirma defender o socialismo democrático ou coisas que marquem tal formação e, assim, interfere na memória discursiva de seu auditório, transformando o medo de outrora na esperança de agora, o que embasa a construção de seus enunciados.

Assim sendo, Lula, o homem do povo, como se constrói, prima, ainda, por provar sua competência em governar o Brasil, afirmando ter uma equipe da qual constam os mais competentes economistas, empresários e sindicalistas (e aqui há uma busca pelo consenso, em que capital e trabalho parecem se unir em prol da “melhoria” do país). Por conseguinte, conquista a Presidência da República.

Em síntese, a orientação argumentativa de Lula em 1989 se dá pela crítica, materializada linguisticamente pelos valores negativos e pela formação discursiva de esquerda. Em 2002 tal orientação se realiza pela promessa, materializada linguisticamente por valores positivos e por uma formação discursiva de esquerda atenuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda manifestação lingüística, acredito, se realiza como um ato interativo. Ao processar o seu texto, o enunciador/locutor interage com seu destinatário/alocutário a fim de construírem, juntos, a atividade discursiva, seja ela explícita ou implícita tal como as implicaturas e pressuposições, através da ação com a língua; uma ação que não é só em relação a um interlocutor, como bem pontua Possenti (1993), mas, que, também, está sobre a própria língua. E aqui, a metáfora do trabalhador usada pelo referido autor, é, a meu ver, espetacular, pois implica na operação com o enunciado lingüístico em sua forma total, criando-o e adaptando-o aos contextos, conforme os interesses do locutor, de acordo com cada discurso.

Dessa forma, os discursos são constituídos, considerando-se elementos sintáticos e semânticos, valores sociais, situação da fala e efeitos visados pelo falante, aos quais ele está submetido e que determinam a escolha dos recursos, para o trabalho lingüístico, que lhe parecem adequados.

Nesse sentido, a argumentação é entendida como uma atividade discursiva a qual remonta à retórica clássica cujo objetivo era o de persuadir o auditório. Dessa forma, ela precisa ser pensada sob o âmbito da língua, da lógica e do discurso, pois concordo com Charaudeau (2001) quando afirma que cada situação de comunicação produz seu próprio quadro de referência.

Diante disso, procurei, neste trabalho, estudar a argumentação como processo das práticas languageiras, baseada numa necessária relação com a racionalidade, relação esta que dirige as escolhas humanas sem a utilização de força física; portanto, vejo a argumentação como uma prática social, em que se envolvem o locutor ('sujeito argumentante', limitado pelas restrições do que pode e deve ser dito), o alocutário e a situação sócio-comunicativa.

Destaquei, de modo especial, o papel do sujeito argumentante, pois creio que nenhum discurso pode ser ouvido sem que haja o mínimo de credibilidade no orador e, dessa forma, pontuei o contrato existente entre ele e o seu auditório. Tudo isso, no âmbito do discurso político eleitoral, que julgo ser um campo fértil para os estudos da linguagem.

Com efeito, busquei analisar a construção da argumentação num processo comunicativo e persuasivo da análise discursiva, qual seja, o discurso político eleitoral de Lula nos anos de 1989 e 2002, vislumbrando-o como forma de intervenção social, pois a política é inerente à natureza humana e pode ser considerada como a “virtude do bem comum”; sua perspectiva pauta-se na constituição, exercício e distribuição do poder em uma sociedade, logo, ela influencia os modos de organização e os meios de produção dessa sociedade.

Isso posto, pude observar a impressionante diferença de estratégias lingüísticas da construção argumentativa do candidato do PT nos anos supra referidos. Num ano, por exemplo, Lula abusou de modalizadores que ressaltam valores negativos, o que acarretou, em termos de contrato comunicacional, no uso excessivo do *fazer-saber* na busca do *fazer-sentir* pelo viés do feio, e assim seu *ethos* que vinha sendo construído sobre sua honestidade, desmantelou-se, pois ele, Lula, não conseguiu *fazer-crer* o seu auditório. Em outro ano, o candidato do PT prima por modalizadores que ressaltam valores positivos e constroem seu *ethos* através da cumplicidade com seu alocutário, o que interfere, pelo viés do agradável, no *pathos* do seu auditório. Dessa forma, Lula conquista a adesão de grande parte dos eleitores brasileiros.

Por conseguinte, é possível afirmar que a palavra de Lula é instrumento de poder porque é a palavra do senso comum, e sua identidade é um construto social, portanto, eminentemente política, o que ratifica o fato de que é impossível pensar o discurso sem pensar nos sujeitos ali envolvidos. A questão da alteridade é muito importante.

O papel do sujeito/locutor no discurso político eleitoral é muito mais o de persuadir do que informar ou criticar a situação atual do país. É a partir de sua fala que se instaura a ação. É preciso convencer, mas é imprescindível transformar (o medo em esperança).

O discurso político eleitoral de Lula em 2002, diferentemente de 1989, conduziu as pessoas à mudança de comportamento. Antes, aqueles que associavam a figura do candidato ao comunismo, à baderna, agora a associam à mudança necessária, à esperança, pois ele é o homem saído do povo, o homem que sentiu na pele, não nos gráficos, a mesma dor desse povo.

Assim, Lula interfere no *pathos* do seu eleitorado, convencendo-o a partilhar do mesmo sonho: o povo no poder. Ele transmite uma imagem favorável de si, utilizando-a para construir e garantir sua credibilidade e legitimidade, atingindo os seus eleitores de forma tal que o elegeram. Em outras palavras, Lula, para *fazer-crer*, lança mão do *fazer-sentir* o que, na verdade,

transforma-se no *fazer-fazer*. Assim, em nome da democracia, o lugar vazio do poder, onde todos têm (ou deveriam ter) participação, entra em cena a política da Era Lula.

Como se pode observar, a minha tese não tem ornato, no entanto, talvez, ajude a exercer ‘vigilância’ quanto ao uso (e abuso) das palavras e endosse a noção de que a escolha que fazemos da variante lingüística significa, em certo sentido, o marcar da própria identidade e o revelar do poder do qual nós queremos nos apoderar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Márcia Fonseca. *Argumentação e Interatividade* - um estudo da configuração textual-discursiva de editoriais e crônicas do jornalismo brasileiro - Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993. p.179-213
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1993
- ARENDT, Hannah (1951). *Le système totalitaire*. Paris: Seuil, 1972.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrond Brasil, 2002.
- ARISTÓTELES. Arte Retórica. In ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. Capítulos I e II.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARONAS, Roberto Leiser. A língua nas malhas do poder In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia* - a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 83-94.
- BEAUGRANDE, Robert de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1997.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: *JOURNAL DE PSYCHOLOGIE*, jul.-set. 1958, P.U.F. P.284-292.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Trad. M.G. Novak & L. Neri. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. O aparelho formal da enunciação Campinas: Pontes, 1989 (ed. or.1970).
- BOBBIO, N. (Org.) *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1993.
- BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia*: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p.35-48.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ, 2003.

CANO, Rubén López. Nacimiento y evolución de la retórica. In: *Música y retórica en el barroco*. Cidade do México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. Proibição golpeia qualidade na TV- Especial para a Folha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15/12/1989.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langages et discours*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso In: CARNEIRO, A.D. (Org.). *O discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du Discours. In: *Langages* nº 117, 1995. p.96-111.

CHARAUDEAU, Patrick. *Une théorie des sujets du langage*. 1984.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE. 2001. p.23-38

CHÂTELET, François e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *As concepções políticas do século XX; história do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHOMSKY, Noam. Novos horizontes no estudo da linguagem. Documentação de estudos em Lingüística Teórica Aplicada. *D.E.L.T.A.* vol.13, nº Especial, p.49-71, 1997.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia para uma geração consciente: elementos da história do pensamento ocidental*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

COURTINE, J.J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p.21-34

D'ARAÚJO, Maria Celina de. Ser honesto e parecer honesto (entrevista) In: *ÉPOCA*, nº 376 – 01 de agosto de 2005.

DUCROT, O. Argumentação e Topoi argumentativo. In: GUIMARÃES. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1987.

EMEDIATO, Wander Emediato. Retórica, argumentação e discurso In: MARI, Hugo (org.) **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE. 2001. p.157-178.

ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Brasília, Ed.Universidade de Brasília, 1979.

ESPINOSA. Tratado Político 2. In: OS PENSADORES. *Baruch de Espinosa. Pensamentos Metafísicos* – do tratado da correção do intelecto; tratado político; correspondência. São Paulo: Nova Cultura Ltda.

FAIRCLOUG, Normam. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz . *Elementos de Análise do Discurso*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FIORIN, José Luiz. *O ethos do enunciador*. Conferência de abertura do 5º CELSUL, UFPR, Curitiba. 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor e Lula encerram campanha na TV em debate monótono; decisão é na boca-de-urna. São Paulo, 15/12/1989, Ano 1989. Diretas Já. B.1.

FOLHA DE SÃO PAULO. Frases de Lula. O pior debate. São Paulo, 15/12/1989.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In RABINOW, P.; DREYFUS,H. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.131-149

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. Trad.bras. Raquel Ramallete. 18ª Ed.Petrópolis: Vozes, 1987. (Original, 1975).

FREI BETTO, BARBA Eugênio,COSTA, Jurandir Freire. *Crise da modernidade e espiritualidade*. Rio de Janeiro: Garamonal, 1987 . p.15-35

FREIRE, Ricardo. O povo no poder (artigo). In: *ÉPOCA*, n º 376 – 01 de agosto de 2005.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento, BITTENCOURT, Vanda de Oliveira

(Orgs.) *Scripta – Lingüística e Filologia*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC. Volume 04. Número 07. 2º Semestre 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido. Ensaaios semióticos*. Tradução Ana Maria Sampaio Fenandes. Petrópolis: Vozes, 1975. p.7-17.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos*. Vol.3 . São Paulo: Cortez, 2004. p.53-90.

KOCH, Ingedore G.Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, Ingedore G.Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2000.

LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Col. Primeiros Passos).

LÉVY, Pierre. *O que é virtual*. São Paulo: Ed.34, 1996.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: A semiolingüística. In: MARI, HUGO(Org.).*Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE. 2001. p.39-61

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder, introdução. In: FOUCAULT, Michael: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau (1962). O Príncipe – Escritos Políticos In: Os PENSADORES. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: *Gêneros textuais & ensino*. DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel. BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. Belo Horizonte: NAPq/UFMG, s.d. (Cadernos de Pesquisa).

MATOSSO CÂMARA, Joaquim Jr. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes LTDA, 1975.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Sobre o Contrato de Comunicação: do discurso ao debate político eleitoral. In: MARI, Hugo (Org.) *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE. 2001. p.313-345

MENEZES, William Augusto. *Argumentação e Discurso Político Eleitoral no Brasil* (1994-1998): Mudança, conservação, tradição e utopia. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FALE. 2000.

MENEZES, William Augusto. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil – 1994 e 1998* – Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Análise do Discurso/FALE. Março de 2004.

MENEZES, William Augusto. Faces e usos da argumentação In: MARI, Hugo (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE. 2001. p. 179-200.

MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina Figueiredo, LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcelos. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística).

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo lingüístico. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.) *Introdução à lingüística-fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Milton , OLIVEIRA, Marco Antônio. Texto e Hipertexto: Referência e Rede no Processamento Discursivo. In: NEGRI, Ligia, FOLTRAN, Maria José & OLIVEIRA, Roberta Pires (orgs.) . *Sentido e Significação* – em torno da obra de Rodolfo Ilari . São Paulo: Contexto, 2004. P.291

OLIVEIRA, Marco Antônio. *A Sátira (Menipéia)*: Ruído na Rede ou Rede-Ruído? – VIII Congresso Internacional da ABRALIC – Belo Horizonte. 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PARADA, Marcelo. Lula radicaliza discurso no encerramento na Sé. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13/11/1989, Ano 1989. A disputa pelo voto útil. p.44-46.

PÊCHEUX, Michel. A forma-sujeito do discurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. Cap. 3, p.159-185. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990. (original de 1983).

PERELMAN, Chaim e Olbrechts-Tyteca, Lucie. *Tratado da argumentação* - a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, Steven. *O instinto da linguagem*: como a mente cria a linguagem. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.5-57. (capítulos 1 e 2).

PLATIN, C. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística* – fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392

PRONUNCIAMENTO DE LULA NO HORÁRIO ELEITORAL. *Folha Online*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u40815.shtml> Acesso em 22/10/2002.

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*. Trad Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (org.): *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 31-40.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

VEJA. A arrancada de Lula. *VEJA*, São Paulo: Editora Abril, 22/11/1989. Segundo lugar. p.54-56.

VEJA. A briga pela faixa. São Paulo: Editora Abril, 22/11/1989. Brasil. p.48-52.

VEJA. A queda da estrela. São Paulo: Editora Abril, 24/12/1989, nº 50, Ano 22, Edição 1110. O perdedor. p.84.

VEJA. A tática do PT para os primeiros dias. São Paulo: Editora Abril, 30/10/2002, nº 43, Ano 35, Edição 1775. Eleições 2002. p.44-46.

VEJA. Cenas secretas. São Paulo: Editora Abril, 13/12/1989, nº 49, Ano 22, Edição 1109. Debate. p.52-55.

VEJA. Com a mão esquerda. São Paulo: Editora Abril, 06/12/1989, nº 48, Ano 22, Edição 1108. Igreja. p.56-58.

VEJA. Duelo de Argumentos. São Paulo: Editora Abril, 29/11/1989, nº 47. Ano 22. Edição 1107. Entrevista. 5-12.

VEJA. Ele fez o que pôde. Mas não deu. São Paulo: Editora Abril, 30/10/2002, nº 43, Ano 35, Edição 1775. Eleições 2002. p.88-94.

VEJA. Lula muda a história. São Paulo: Editora Abril, 30/10/2002, nº 43, Ano 35, Edição 1775. Eleições 2002. p.34-35.

VEJA. O Brasil de cada um. São Paulo: Editora Abril, 13/12/1989, nº 49, Ano 22, Edição 1109. Brasil. p.46-51.

VEJA. Onde Lula é o demônio: Collor conquista o voto evangélico. São Paulo: Editora Abril, 06/12/1989, nº 48, Ano 22, Edição 1108. Igreja. p.58.

VEJA. Os dois Brasis. São Paulo: Editora Abril, 06/11/1989, Especial 62, Ano 22, Edição 1103. p.36-40.

VEJA. Uma favela chamada Nova República. São Paulo: Editora Abril, 01/11/1989, Especial 62, Ano 22, Edição 1103. Brasil. p.34-35.

VEJA. Vinte anos na oposição. São Paulo: Editora Abril, 30/10/2002, nº 43, Ano 35, Edição 1775. Eleições 2002. p.36-43.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

RÉSUMÉ

Cette étude que j'entreprends ici a pour objectif d'éclaircir le procès d'élection présidentielle au Brésil dans les années 1989 et 2002, sur le découpage de la construction d'argumentation, à travers des stratégies linguistiques, du discours politique électoral de Luis Inácio Lula da Silva, avec l'objectif d'attester l'importance de cette construction argumentative pour la compréhension de la dimension politique d'emploi du langage et la fonctionnalité du discours en analyse comme stratégie d'agir et d'intervention sociale.

Telle étude essaye de répondre la question: pourquoi Lula a argumenté en utilisant un sens déterminé dans une année électorale et pas dans une autre? Explicitant de cette façon l'altération argumentative du candidat qui en 1989 est distingué pour la critique et en 2002 pour la promesse, en réussissant dans cette dernière année, son objectif, la présidence de la République, et en laissant des pistes pour faire des hypothèses du genre: le discours de Lula en 2002 n'a pas trop effrayé les électeurs comme en 1989. Son discours s'est transformé, en intervenant dans l'histoire du pays, d'une façon spectaculaire.

De cette manière, centrée dans l'analyse de la dimension politique d'utilisation du langage basée sur l'argumentation, ce qui servira comme point de rencontre de la relation langage et pouvoir, j'entreprends ce travail, dont le centre se trouve dans la variation discursive de Lula, à travers les conditions historiques.

MOTS-CLÉS: Langage; Argumentation;
Politique;
Discours Politique-Électoral;
Pouvoir.

ANEXO 1: Texto 1

Duelo de Argumentos

Os dois candidatos expõem suas idéias, criticam as propostas do adversário e prometem a vitória na eleição de 17 de dezembro

Destaco apenas a fala de Lula – Revista Veja de novembro, dia 29.

Veja – *Qual é a principal medida que o senhor pretende adotar no primeiro dia do governo, caso venha a ser eleito?*

LULA – É difícil dizer quais serão as primeiras medidas. Temos alguns planos. Quando eu tomar posse, vou montar uma auditoria para cada empresa estatal e para cada ministério. Precisamos apresentar para a sociedade, a curtíssimo prazo, uma radiografia do Brasil. Vamos fazer um levantamento real das roubalheiras, da corrupção e da má administração. Vamos mudar a cara da máquina do governo e das empresas estatais.

Veja – *Por que o senhor acha que vai vencer o segundo turno?*

LULA – O que me dá a certeza de que vamos vencer é o fato de que pela primeira vez vai haver um debate de verdade no país, entre capital e trabalho, entre os que comem e os que não comem, entre os despossuídos deste país e os que possuem muito. Vamos mostrar que é possível criar uma sociedade onde todos possam ter o mínimo para viver. Acreditamos que vamos ganhar porque achamos que teremos o apoio de amplos setores da sociedade brasileira, que não se conformam com o estado de miséria em que se encontram os brasileiros. De um lado vai estar a minha candidatura, com o que há de mais progressista na sociedade brasileira, e de outro lado vai estar o Fernando Collor, com o que existe de mais retrógrado na política brasileira, embora ele possa modernizar o seu discurso. A verdade é que esse discurso será desmascarado pelas pessoas que estarão atrás dele, batendo palmas para o que ele diz e sustentando sua campanha com o seu dinheiro.

Veja – *Qual foi o recado das urnas no dia 15 de novembro?*

LULA – Eu acho que há um sentimento na sociedade brasileira de necessidade de mudanças. É um sentimento contra a imoralidade, contra a miséria. E neste instante nós significamos um pouco isso. O povo pediu mudanças em 1982 que não aconteceram. O povo pediu mudanças em 1986. Obviamente que o povo às vezes se deixa levar pelo discurso fácil e não percebe a diferença entre o discurso e a realidade. Não entende o passado dos candidatos e por que as promessas não são cumpridas. É por isso que eu acho que o Collor é uma mentira. No final da campanha, parte dos eleitores percebeu isso. É preciso lembrar que há três meses Collor estava com 46% nas pesquisas, e eu 4,5%. Contados os votos, ele terminou com 28% e eu fiquei com 17%.

Veja – *Tanto o senhor quanto os seus adversários chegaram ao segundo turno sem terem feito grandes alianças, mas agora estão atrás delas. Qual a importância desses acordos para sua candidatura e para a candidatura de seu adversário?*

LULA – Em primeiro lugar, se nós pudermos juntar os quadros que temos na Frente Brasil Popular com os quadros que nós poderemos encontrar numa aliança com outros setores progressistas, iremos provar publicamente que ao meu adversário não restaria nada a não ser os mesmos quadros do passado. As alianças são importantes não apenas para ganhar as eleições. Alianças com companheiros como o governador Miguel Arraes, Brizola, Mário Covas, Roberto Freire e outras pessoas progressistas são importantes sobretudo para governar este país. Muito interessa o Miguel Arraes, o Waldir Pires. Posso dizer, contudo, que não me interessa uma aliança com o dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, que apoiou Collor. Não me interessa o Tasso Jereissati. Primeiro ele teria que pagar imposto na fábrica dele, no Ceará. Mas não é só juntar todas as pessoas decentes. É preciso, sobretudo, colocar no governo o que existe de política viva no país e de setores organizados, para dar resposta às nossas iniciativas na política econômica e na política de transformação que nós queremos fazer. Vai haver uma guerra fria contra nós por parte dos setores privilegiados da nossa sociedade, e precisaremos de muito apoio para vencer as dificuldades.

Veja – *O senhor não tem medo de acabar recriando uma nova versão da Aliança Democrática feita por Tancredo Neves para formar a base de sustentação da Nova República?*

LULA – Não, porque as pessoas da Aliança Democrática eram ruins. Aliança é aliança, mas nós vamos fazer outra, com gente diferente. Se a gente colocar na aliança gato, rato e cachorro, não vai dar certo. Mas, se estabelecermos uma aliança sobre um programa mínimo em que as pessoas não identifiquem contradição entre nossa proposta e seu passado político, é possível executar essas medidas sem a distribuição de fatias que foi feita na Aliança Democrática. O erro da Aliança Democrática, em primeiro lugar, foi juntar algo de bom com tudo o que eles consideravam podre, arcaico e superado neste país um mês antes. O critério era ser contra o Maluf. Nós não entendemos que seja assim. Não basta ser contra Collor para entrar na nossa aliança. Sarney é contra Collor, mas não cabe no nosso barco.

Veja – *O senhor aceitaria apoio do deputado Ulysses Guimarães e do PMDB em seu conjunto?*

LULA – Não podemos pensar no PMDB inteiro. Nem o Ulysses Guimarães conseguiu unir o partido em torno da candidatura dele, e não serei eu quem vai conseguir. O que me interessa é aquela parte do PMDB que acredita que cometeu um equívoco com essa sede de ir ao pote ao fazer aliança com todo mundo no passado - a chamada esquerda do PMDB.

Veja – *O que o senhor acha da proposta de parlamentarismo já? E o parlamentarismo depois? Quando?*

LULA – Eu acho equivocada, embora seja parlamentarista. As pessoas que estão pensando nisso na verdade estão pensando muito mais no Lula ganhar as eleições. É um absurdo. Primeiro, nós temos que eleger um Congresso Nacional no ano que vem com o povo sabendo que é com aquele Congresso Nacional, em 1993, que irá ocorrer um plebiscito onde o povo dirá se quer parlamentarismo, presidencialismo e até se prefere a monarquia. Eu, particularmente, sou parlamentarista porque acho que é a forma mais democrática de governar e, se o Congresso eleger um primeiro-ministro ruim, é problema do Congresso Nacional, o povo tem chance de renová-lo. Acho inclusive que o presidente da República tem que trabalhar como se trabalha na Europa, de comum acordo com o primeiro ministro, sem nenhuma preocupação. Mas tentar criar parlamentarismo agora, na minha opinião, é golpe.

Veja – *Como o senhor vê o fato de a campanha reunir, no segundo turno, uma disputa entre um empresário e um operário?*

LULA – Há um preconceito contra minha candidatura. Conheço o preconceito de classe do próprio peão, que não acredita nele e conseqüentemente acha que ele é um coitadinho que não pode chegar lá e, então, como é que o Lula pode chegar? Conheço também o preconceito da classe dominante, da ojeriza que determinadas pessoas têm quando eu entro em um restaurante, porque elas acham que aquilo só foi feito para elas. Dizem que a classe média não vota em mim porque tem medo de mim. O que é classe média neste país? É ter casa, comer, ter um carro, ter telefone, poder tomar cerveja, querer ir a um restaurante, querer ir para a praia? Ora, isso é o que eu quero para todo mundo. Quero transformar este país numa sociedade de classe média. Quando nós acusávamos o governo de corrupção, a conotação que a imprensa dava era de radicalismo. Quando era o Collor que falava, a conotação era de coragem, modernidade. A classe dominante neste país admite alguém bem de vida que seja de esquerda. Mas não admite um operário consciente. Ela admite ter no comando de sua empresa um marxista convicto. Mas não admite ter em sua fábrica um peão politizado – manda-o embora. Esta é a sua contradição. E está espelhada na propaganda que se faz de mim.

Veja – *Qual vai ser sua relação com o capital externo, as multinacionais?*

LULA – Eu acho que o capital estrangeiro tem que vir para o Brasil. Os mesmos cidadãos que querem desmanchar a reserva de mercado na informática não querem brigar para abrir a economia, por exemplo, para a indústria automobilística japonesa entrar. Por que não? A única restrição que nós fazemos é a de que é preciso ter um maior controle sobre o capital estrangeiro. Nós não poderemos permitir certas formas de remessa de lucro. Não poderemos permitir que a empresa estrangeira compre máquinas usadas lá fora e registre aqui como novas. O problema é que os capitalistas brasileiros na sua maioria são tão ignorantes que nós ficamos até enfraquecidos para brigar com o capital estrangeiro. A verdade é que os empresários estrangeiros vêm aqui e dão melhores condições de vida para o trabalhador do que as empresas nacionais. Elas têm que vir, e, se o governo for sério, vai obrigá-las a agir com seriedade, além de dar condições de infra-estrutura para permitir o crescimento da indústria.

Veja – *Como o senhor vê as mudanças que vêm ocorrendo nos países socialistas, hoje em dia?*

LULA – Eu me defino como um socialista, e não venha ninguém dizer bobagem, que acabou de descobrir que o socialismo não está dando certo na Alemanha Oriental e União Soviética. O que esses modernos de hoje em dia estão dizendo agora o PT já dizia quando nasceu. Há dez anos, na fundação do nosso partido, nós já defendíamos o socialismo democrático, o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindical, nós dizíamos que, para o PT, só haveria socialismo com democracia. Então, essa conversa não é uma coisa da modernidade do Gorbachev de 1989, é uma coisa de 1980. Quando nós defendíamos o Solidariedade em 1980, alguns moderninhos aqui no Brasil de hoje chamavam o Solidariedade de agente da CIA. O que nós queremos é derrubar o muro da vergonha aqui no Brasil também, porque, se o muro da vergonha lá é o Muro de Berlim, aqui o muro da vergonha é a fome, a prostituição, a desnutrição, o analfabetismo, e nós queremos acabar com isso. O dado concreto é que, por pior que seja a situação desses países, você não vê em nenhum deles um velho maltrapilho dormindo no banco de uma praça, uma criança deitada na rua, os índices de mortalidade infantil são muito pequenos. A realidade é que, no Brasil, a nossa discussão está muito distante do que se dá na Europa. Lá eles estão pensando em comprar o segundo carro, aqui eu estou pensando em comprar o primeiro prato de arroz. Na Europa, a pessoa está pensando em fazer pós-graduação, aqui eu estou pensando em colocar 8,5 milhões de crianças na escola primária. Nós estamos muito atrasados, embora tenhamos uma pequena faixa da sociedade que vive de acordo com os melhores padrões mundiais e adora conversar sobre a crise do socialismo. Mas a maioria do povo vive tão miseravelmente mal que eu diria que hoje o modelo que eu queria era um modelo que pudesse garantir a cada brasileiro no mínimo quatro refeições por dia. Fazer uma política de reforma agrária que não é nada de revolucionário, ninguém está falando de revolução agrária, estamos falando em reforma agrária, isso foi feito em todos os países capitalistas do mundo. Se eu conseguir em cinco anos acabar com o analfabetismo, construir escolas para todas as crianças, melhorar o poder aquisitivo da classe trabalhadora e garantir as refeições necessárias para esse povo, já teríamos feito uma revolução no Brasil.

Veja – *Qual a sua opinião sobre os governos socialistas instalados na América Latina, como Cuba e Nicarágua?*

LULA – Como se sabe, eu sempre elogiei e continuo a elogiar Nicarágua e Cuba. A minha defesa não é a do modelo nicaragüense, porque lá os coitados não tiveram tempo de fazer modelo algum, porque estão gastando 60% de seu PIB em armas para se defender dos contras e da pressão do governo dos Estados Unidos. Minha defesa da Nicarágua é a defesa da autodeterminação dos povos. Não acho correto os Estados Unidos instigarem os contras, quando poderiam emprestar dinheiro para a Nicarágua desenvolver sua agricultura, sua mineração, sua indústria. Agora, tenho um QI razoável e sei o tamanho do Brasil – e sei que não há parâmetro entre a Nicarágua e o nosso país. Também sei que não há parâmetro entre a economia brasileira e a cubana, nem entre os dois países em seu conjunto. O que digo é que Cuba fez uma revolução em 1959 e nós tivemos um golpe militar cinco anos depois. Desde então, os cubanos resolveram seus problemas de saúde, de educação – o menor índice de mortalidade infantil no mundo é o de Cuba. Uma criança com 45 dias pode ir para uma creche e chega à universidade sem gastar nada. Digo isso e acho que o Brasil pode alcançar o mesmo resultado. E não é coisa de país comunista. Na Suécia é assim, na Alemanha Ocidental é assim, na Bélgica, nos países decentes é assim. Aqui no Brasil, com a mentalidade empresarial, onde o cidadão só quer acumular riqueza pessoal diariamente, sem pensar em distribuir para criar uma sociedade de consumo, eu tenho que ser crítico.

Veja – De que forma a Rede Globo pode influenciar o seu desempenho nas urnas?

LULA – Na minha opinião, o Collor consegue uma projeção baseada na estratégia arquitetada por parte da classe dominante do país - com a Rede Globo fomentando isso. Agora, o Collor vai ter três a quatro minutos diários no *Jornal Nacional* e tentar que isso passe despercebido. Vamos pedir ao Tribunal Superior Eleitoral que impeça esse problema. O Roberto Marinho vai ter que me engolir no *Jornal Nacional* tanto quanto ele engole o Collor, porque o jogo agora está zero a zero.

Veja – Como o senhor avalia o desempenho dos principais candidatos à Presidência nas principais capitais?

LULA – Não foi só o PT que perdeu onde conquistou prefeituras. O Mário Covas perdeu em Manaus, no Ceará e em Belo Horizonte. O Brizola perdeu em Curitiba. Em Osasco, onde o prefeito Francisco Rossi apoiou Collor, eu ganhei. Outro prefeito que apoiou Collor foi o de São José dos Campos, onde também venci. Também ganhei na região do ABC, onde temos três prefeituras. Tive o apoio de 35% dos eleitores, mas acho que tínhamos um potencial para muito mais. Eu não diria que isso ocorreu por causa de um julgamento de administração do PT. Talvez tenha sido auto-suficiência e autoconfiança excessivas nestes lugares. Outro problema é que nós geramos muita expectativa de mudança nessas cidades – e a expectativa não poderia ser cumprida em apenas um ano de governo. Mas eu acho que mesmo assim a eleição mostrou que, em alguns lugares, deixamos de tomar iniciativas que poderiam ter mostrado à população que agora ela possui prefeituras que lhe dão um tratamento melhor. Em São Paulo, por exemplo, poderíamos construir abrigos para as pessoas que tomam ônibus, para protegê-las da chuva. Um caso é o do Parque D. Pedro, onde poderia haver bancos para o trabalhador esperar pela condução ao fim de um dia de trabalho.

Veja – Qual é a prioridade do seu governo?

LULA – Minha prioridade é fazer um governo que tenha credibilidade entre seu povo e credibilidade lá fora. Hoje, no Brasil, não se cumpre a lei. Eu tenho vontade de fazer como o Dutra (Eurico Gaspar Dutra, que foi presidente da República entre 1945 e 1950) e andar com o livrinho – a Constituição – na mão. Porque, no Brasil, se você pegar a nova Constituição e disser: eu quero que se cumpra tudo o que está aqui, já é revolucionário. Peguem os direitos sociais da Constituição, por exemplo. Há retrocessos na questão das Forças Armadas, na questão da política agrícola, mas há também avanços substanciais que não são cumpridos. Se você chamar este povo para fazer cumprir os artigos da Constituição que não são cumpridos, dá para fazer uma revolução.

ANEXO 2: Texto 2

Trechos da fala de Lula no debate eleitoral televisivo de 15 de dezembro de 1989 – Folha de São Paulo

- a) “Essa briga fez com o PT nascesse, fez com que criássemos o sindicalismo combativo, essa briga serviu para acontecer a CUT no Brasil”(comparando o nascimento do PT ao sindicalismo polonês Solidariedade)
- b) “Não foi o Lula que invadiu terreno. A imprensa divulgou que o meu adversário invadiu 4 mil metros do governo federal para aumentar a sua residência, o seu patrimônio”. (ao fazer acusação contra Collor)
- c) “Se o Meneguelli falou isso, ele deve ter saído de uma reunião com sindicalistas do Alagoas” (ao comentar a declaração de Collor de que Jair Meneguelli, presidente da CUT, promoverá uma onda de greves se o candidato do PRN ganhar a eleição)
- d) “O meu adversário não tem preparo psicológico para fazer oposição” (sobre Collor)
- e) “Não é verdade que o Brizola chamou o Bisol de corrupto” (rebatendo a acusação de Collor)
- f) “Ele come pela mão de um dos maiores magnatas desse país, o sr. Roberto Marinho”(sobre Collor)
- g) “Não vou impedir ninguém de votar em mim. Até você(Collor) pode votar em mim”. (comentando o apoio de políticos a sua candidatura)
- h) “Acho que ele (Sarney) está tão em cima do muro que vai até errar seu voto”. (sobre o voto de Sarney)
- i) “Não preciso dizer que sou contra o Sarney e a Nova República. O povo sabe disso”. (rebatendo crítica de Collor)
- j) “Ele faz parte daquele grupo de políticos que age como se fosse aquele lixo de programa da Xuxa. Antes das eleições beijinhos, beijinhos, depois das eleições, tchau, tchau”. (sobre Collor)

ANEXO 3: Texto 03

Brasil, 13 de outubro de 2002

Carta aberta aos trabalhadores mineiros desempregados

Amigas e amigos,

Nos últimos anos, estamos sendo obrigados a conviver com uma verdadeira chaga social: a explosão do desemprego. Todos nós temos um parente, um amigo ou um vizinho que não tem um trabalho no Brasil. São, hoje, mais de 12 milhões de desempregados. Só na Região Metropolitana de Belo Horizonte existem, atualmente, mais de 400 mil pessoas fora do mercado de trabalho.

Os poderosos de sempre e os que lucram com a tragédia dos outros conhecem o desemprego apenas por números, gráficos e estatísticas frias. Nós, que conhecemos a realidade como ela é, sabemos os males que o desemprego pode causar, quais sejam: empobrecimento geral, aumento da insegurança, da violência, do banditismo e a desagregação da família.

O pior é que alguns trabalhadores ou trabalhadoras sem emprego, muitas vezes, se sentem culpados pelo próprio desemprego e humilhados por não ter onde trabalhar. Já senti isso na pele quando estive desempregado. Tinha vergonha de mim mesmo e de olhar os outros nos olhos.

Mas, meus amigos, a culpa não é dos trabalhadores brasileiros, muito menos dos que estão sem emprego. A culpa é daqueles que colocam o lucro do capital financeiro acima da vida e humilham nosso sentimento patriótico quando colocam o Brasil de joelhos diante do FMI.

Cá entre nós, num país continental com o nosso, de terras férteis, com um parque industrial poderoso, com tanto para se fazer no setor público e, sobretudo, com um povo trabalhador, criativo e alegre, vergonha é não ter emprego para todo mundo que quer trabalhar.

Sei que não é possível acabar com o desemprego de uma hora para a outra e que vamos enfrentar forças poderosas. Mas assumo um compromisso com você: vou lutar dia e noite, dia após dia, para gerar mais empregos e renda em nosso País.

Para isso, temos um projeto concreto, sensato e corajoso, capaz de realizar as mudanças necessárias. Um projeto que vai utilizar com responsabilidade as potencialidades do nosso Brasil, visando diminuir o sofrimento de nosso povo, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados.

Construir uma nova realidade em nosso País, com mais, novos e melhores empregos, é nossa prioridade. Por ela, vamos trabalhar incansavelmente nos próximos anos em que, com seu voto, estaremos governando o Brasil.

Um abraço, boa sorte e até a vitória!

Luiz Inácio Lula da Silva (a carta é assinada)

ANEXO 4: Texto 04**20/10/2002 - 20h56¹⁴****Pronunciamento de Lula no horário eleitoral****Da folha Online**

"Meus amigos e minhas amigas do Brasil,

Estamos a uma semana das eleições, talvez da mais importante eleição da nossa história. Exatamente por isso, todos estão muito atentos a tudo que tem acontecido durante este processo eleitoral. Desta vez, o povo não quer mais errar, pois tem a clara consciência de que, sempre que há um erro, é sempre ele, o mais fraco, o mais sofrido, que arca com a maior fatia do sacrifício. É exatamente por isso que, neste momento, eu quero ter uma conversa franca com você, eleitor brasileiro, e para a qual peço sua total atenção.

Existem algumas coisas que você precisa saber de forma bem clara e objetiva, coisas que dizem respeito a mim, a você e ao futuro do Brasil. Estamos diante de uma crise séria, uma crise que não é nova, mas que inegavelmente foi agravada depois de oito anos de uma política econômica totalmente equivocada, que resultou na menor taxa de crescimento econômico do nosso país nos últimos 50 anos.

Mais grave: em vez de investir pesado na produção, na exportação e na geração de empregos, optou pela conta política do endividamento externo, fragilizando a nossa economia e expondo o Brasil à especulação financeira. É como aquele sujeito que gasta mais do que ganha e todo fim do mês vai ao banco e toma um novo empréstimo, acreditando que assim o seu problema está resolvido. É claro que isso não pode dar certo. Como se não bastasse, o atual governo vendeu 76% do patrimônio do Brasil, com as absurdas privatizações.

Toda essa instabilidade econômica e a crise do dólar que você vê na televisão estão sempre, de uma forma ou de outra, ligadas a isso, da mesma maneira como os altos juros que o governo é obrigado a manter e a inflação que está perigosamente reaparecendo na nossa economia. Para você ter uma idéia do que isso tem significado para o nosso país, há oito anos, no início deste governo, a dívida pública brasileira era de R\$ 152 bilhões. Hoje é de R\$ 861 bilhões, um

¹⁴ http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult_96_u_40815.shtml

aumento de 466%. É uma grande bola de neve, em que pagamos empréstimos antigos com novos empréstimos, acrescidos sempre de novos juros.

É por isso que falta dinheiro para os projetos sociais, para a saúde, para a educação, para a aposentadoria, para o salário mínimo e para os investimentos em infra-estrutura, como estradas, energia, moradia popular e saneamento básico. Esta é a mais absoluta verdade sobre a crise econômica brasileira e quem disser outra coisa está querendo enganar você.

Foi com esse espírito de alerta e responsabilidade que lancei a "Carta ao Povo Brasileiro", em julho passado. Foi também pensando no Brasil que conversei com o presidente Fernando Henrique e tratei de forma sensata, ainda que com preocupação, o acordo selado com o FMI.

Veja, não duvido das boas intenções do presidente, mas diante da possibilidade real de ganharmos as eleições no próximo domingo, não posso permitir que sua equipe econômica e seu candidato tentem fugir da responsabilidade dos seus erros, que, entre tantos prejuízos causados ao nosso país, resultou em 12 milhões de desempregados, o maior índice de toda a história do Brasil.

É inaceitável, portanto, a tática usada pelo candidato do governo, que tenta nesta última semana das eleições e de forma absolutamente irresponsável amedrontar o povo brasileiro, falando inclusive dos riscos dessa crise para a nossa economia, como se a culpa por essa crise não fosse deles, afirmando ainda, insistentemente, que ele, e só ele, sabe como resolver esse grave problema. É de se perguntar: se ele sabe como resolver essa crise, por que não fez isso antes, se desde o começo do governo foi sempre um de seus homens mais influentes, tendo inclusive sido ministro do Planejamento e um dos principais responsáveis pelo desastroso processo de privatização?

Quero dizer a vocês, eleitores e eleitoras brasileiros, estamos preparados para enfrentar e vencer esta crise porque temos equipe, porque temos um plano e, principalmente, porque temos humildade para reconhecer que precisamos da ajuda de todos os brasileiros interessados em tirar o país dessa humilhante situação o mais rápido possível.

Quero dizer a vocês que os mais economistas deste país já foram convocados por mim e, neste

momento, já estão trabalhando com minha equipe. Já sabemos os novos rumos que, se eleito, precisam ser tomados na nossa economia.

Quero dizer a vocês que grandes empresários e os principais sindicalistas deste país, que nunca foram chamados por este governo nem sequer para serem ouvidos, já estão trabalhando também com minha equipe, estudando fórmulas para que o Brasil retome, no mais curto espaço de tempo possível, o caminho do crescimento econômico, a única forma de gerar empregos e fortalecer a nossa economia.

Não sou um homem só e não pretendo, se eleito presidente da República, governar o Brasil sozinho. Se este é um país de todos, todos serão convocados a ajudar e a se comprometer em fazer a sua parte. O meu governo será um governo de paz, sem mágoa e sem rancor, e terá como marcas registradas o entendimento e a negociação. Mais do que nunca será preciso fazer um pacto, numa autêntica união pelo Brasil, alicerçado no planejamento de longo prazo para as políticas públicas. Se houver sacrifícios, serão sacrifícios para todos; quando houver benefícios, serão repartidos entre todos. Não será como sempre aconteceu neste país, em que o benefício era para poucos e o sacrifício, para muitos.

Quero dizer a vocês, homens e mulheres do Brasil, que fiquem otimistas. Sempre enfrentei desafios na minha vida, desde o dia em que nasci, e sempre consegui vencer todos, um a um. A prática de negociar exaustivamente em busca de consenso, tanto utilizada pelo Partido dos Trabalhadores, me fez um homem paciente e, sobretudo, de diálogo. Por tudo isso, o meu governo será um governo de paz, que não perseguirá outro objetivo a não ser o respeito e a vontade do povo brasileiro.

Obrigado e boa noite."